

ANAIS - 2023

Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis - IMESA
Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA

ISSN 2446-4708

XVI Fórum **Científico**

Inscrição e Submissão de Trabalhos

9, 10, 11 de Out/23

Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis

XVI Fórum Científico FEMA – Anais

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2023

Assis
2024

Fórum Científico Fema (XVI: 2023: Assis, SP)

F745a Anais do XVI Fórum Científico Fema [recurso eletrônico] / XVI Fórum Científico Fema. -- Assis, 2024.

ISSN 2446-4708
234p.

Ocorrido nos dias 9, 10 e 11 de outubro de 2023, na Fema, na cidade de Assis, SP. -- Disponível em: <https://fema.edu.br/index.php/pesquisafema/femaforumcientifico>

1. Pesquisa científica. 2. Produção científica. 3. Comunicação acadêmica. I Título.

CDD 001.4

Comissão Científica

Presidente

Prof^ª. M^ª. Arlete Aparecida Marçal

Membros

Caroline Lourenço de Almeida

Elaine Amorim Soares

Márcia Valéria Seródio Carbone

Patrícia Coelho Mendes de Britto Haddad

Renata Aparecida de Camargo Bittencourt

Silvia Maria Batista de Souza

Valquíria Batista Bueno

Wilton Flávio Camoleze Augusto

Anna Carolina Antunes de Moraes (Bibliotecária)

Artes Gráficas

Agência Geração Propaganda/FEMA

Organização

Anna Carolina Antunes de Moraes

Revisão Linguística

Márcia Valéria Seródio Carbone

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
PIBIC	9
DIFERENTES MODALIDADES DE EXERCÍCIO FÍSICO PARA OBESIDADE: REVISÃO SISTEMÁTICA	10
<i>Jéssica Vasconcelos Claudio; Andressa Schmidt Arruda; Gabriela Ampudia Faria; João Vítor Bruzão de Lima; Joyce Kelly Silva Santos; Kamilli Ferri Brancalhão; Tiago Oliveira dos Santos; Jéssica Kirsch Micheletti; Alan José Barbosa Magalhães</i>	
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE ACIDENTES ESCORPIÔNICOS NOTIFICADOS PELO SINAN NO MUNICÍPIO DE ASSIS (SP)	13
<i>Júlia Maschio da Silva; Luciana Pereira Silva</i>	
O CORONELISMO CONTEMPORÂNEO: O ASSÉDIO ELEITORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO	15
<i>Marie Guimarães de Oliveira</i>	
ACOLHIMENTO DAS MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	17
<i>Emanuéli Mayumi Rosina</i>	
PROPAGAÇÃO DA BELEZA INATINGÍVEL E OS RISCOS À SAÚDE	19
<i>Carla Cristina De Oliveira; Rôsangela Gonçalves da Silva</i>	
ADMINISTRAÇÃO	21
AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO: MUDANÇAS DOS MODELOS APÓS PANDEMIA DO COVID-19	22
<i>M^{ra}. Danielle Cristina Ferrarezi Barboza; Victor Tirolli da Silva</i>	
COMPLIANCE TRABALHISTA	26
<i>Luiz Antonio Ramalho Zanoti; André Luiz Depes Zanoti</i>	
ANÁLISE DE SISTEMAS E CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	29
MODELAGEM BASEADA EM AGENTES	30
<i>Gustavo Roldam; Luiz Carlos Begosso</i>	
DATA SCIENCE E BUSINESS INTELLIGENCE NA GESTÃO ORGANIZACIONAL COM O APOIO DA FERRAMENTA POWER BI	32
<i>Leonardo Marzola Correia; Alex Sandro Romeo de Souza Poletto</i>	
PERÍCIA FORENSE DIGITAL EM ARQUIVOS COMPUTACIONAIS: UM ESTUDO DE CASO	35
<i>Eduardo Augusto Castilho</i>	
DIFERENÇA DE GÊNEROS NA ÁREA DE TI: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO E ESCOLHAS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE TI, POR ALUNAS DO ENSINO MÉDIO	38
<i>Giovanna Vilela de Oliveira, Diomara Martins Reigato Barros</i>	
PESQUISA EXPLORATÓRIA EM ALGORITMOS DE RECOMENDAÇÃO NO CONTEXTO DE SERVIÇOS DE PLATAFORMA SAAS	40
<i>Rubens da Cunha Junior; Guilherme de Cleve Farto</i>	
O USO DE DART E FLUTTER PARA DESENVOLVIMENTO DE JOGOS EM APLICATIVOS MÓVEIS	44
<i>Matheus de Oliveira Rodrigues Saleh; Gabriel Eduardo de Souza; Luiz Ricardo Begosso</i>	
O DESAFIO DA GESTÃO EFICIENTE PARA UMA UNIDADE HOSPITALAR: PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM SOFTWARE VOLTADO AOS PRINCÍPIOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	46
<i>Bruno Oliveira Alves; Daniele Alves Camargo Vêncio; Gabriel Maziero Geraldi; Luiz Ricardo Begosso; Márcia V. S. Carbone; Victor Tirolli da Silva</i>	
DIREITO	50
A INFÂNCIA PEDE SOCORRO: REFLEXÕES SOCIOJURÍDICAS E SANITÁRIAS SOBRE O TEMA DO MENOR ABANDONADO A PARTIR DAS OBRAS <i>CAPITÃES DA AREIA</i> E <i>CIDADE DE DEUS</i>	51
<i>Amália Mello S e Silva; Caroline Lourenço de Almeida ; Daniel Rodrigues Faustino; Elizete Mello da Silva; Márcia V. S. Carbone; Maria Julia de A J S Pereira; Marina Carbone; Thomás Funari M e Silva</i>	
ASSÉDIO MORAL NAS EMPRESAS	55
<i>Cintia Karla Flores da Silveira; Luiz Antonio Ramalho Zanoti</i>	
SÍNDROME DO ESGOTAMENTO PROFISSIONAL: ASPECTOS JURÍDICOS E SUAS IMPLICAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO	59
<i>Juliana Rodrigues Lilischkies; Luiz Antonio Ramalho Zanoti</i>	
A DISCRIMINAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	63

<i>Rafaela Ananias Godinho; Luiz Antonio Ramalho Zanoti</i>	
DISCURSOS, CORPOS E VIOLÊNCIA: UMA QUESTÃO DE DIREITO	67
<i>Alma Rosany Oliveira Dahlem</i>	
CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM E O DIREITO DO TRABALHO	69
<i>Fabrcio Antnio Paiva Cruz; Luiz Antonio Ramalho Zanoti</i>	
O PACTO ANTENUPCIAL COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO DO PATRIMÔNIO EMPRESARIAL	73
<i>Neide Hissami Nagamatsu; Luiz Antonio Ramalho Zanoti</i>	
ARBITRAGEM COMO MEIO EXTRAJUDICIAL DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	77
<i>Ana Carolina de Oliveira; Luiz Antonio Ramalho Zanoti</i>	
UMA ANÁLISE ACERCA DO TERMO BANALIDADE DO MAL, DE HANNAH ARENDT E SUA PRESENÇA NA POLÍTICA BRASILEIRA	80
<i>Leticia Renata Ramos Gomes</i>	
O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NA INDÚSTRIA DA MODA	82
<i>Nicolly Aguiar Garcia</i>	
A LUTA DA MULHER PELOS SEUS DIREITOS NO MERCADO DE TRABALHO	84
<i>Luiza Barbosa Pimentel</i>	
O SISTEMA PATRIARCAL E A INFLUÊNCIA NO FEMINICÍDIO	85
<i>Andreia Cristina Camargo Holzhausen</i>	
A INEFICÁCIA DA EXTREMA REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL	88
<i>Felipe Eduardo Coutinho Damasceno; Elizete Mello da Silva</i>	
DIREITO DA ENERGIA: UMA ANÁLISE DA PEC 44/2017 À LUZ DA LEGISLAÇÃO ATUAL E ENTENDIMENTOS DO STJ	90
<i>Carlos Henrique Prado Constantino; Jesualdo Eduardo de Almeida Junior</i>	
O RESGATE DA DEMOCRACIA DIRETA PELOS MEIOS TECNOLÓGICOS	93
<i>Ana Carolina de Oliveira Andrade; Luciano Tertuliano da Silva</i>	
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	96
CAMPANHA PUBLICITÁRIA DE INAUGURAÇÃO: CINE FEMAPIRACAIA	97
<i>Henrique Gabriel Quevedo de Souza; Leonardo Henrique dos Santos Batista</i>	
MARKETING DIGITAL: CAMPANHA DE LANÇAMENTO DA MÚSICA "MAYBACH"	102
<i>Eduardo Moraes Fornasier; Hugo Gonçalves Silva</i>	
OS ARQUÉTIPOS NAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS AUDIOVISUAIS	104
<i>Maria Fernanda dos Santos Nunes</i>	
EDUCOMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE NAS MÍDIAS SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PRESENÇA DIGITAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO TWITTER	106
<i>Julia Faria Misael Vieira; Ana Luisa Antunes Dias</i>	
AGÊNCIA GERAÇÃO PROPAGANDA: MAPEAMENTO DAS CAMPANHAS DESENVOLVIDAS ENTRE 2012-2022	107
<i>Isabela Genoveva Santos Alves; Profa. Me. Gisele Maria Silveira Constantino</i>	
CAMPANHA PARA O BAMBATA: FESTIVAL DA CULTURA PRETA	110
<i>Gabriela Gouvea Romera; Gabriel Henrique Lujaro; Leonardo Henrique de Gouveia; Luana Riveros da Silva</i>	
QUÍMICA	111
RENDIMENTO DA EXTRAÇÃO AQUOSA DE PECTINA A PARTIR DO BAGAÇO DA MAÇÃ	112
<i>Leandro de Mello</i>	
ESTUDO E AVALIAÇÃO DE TERRA DIATOMÁCEA NA FILTRAÇÃO DO MOSTO CERVEJEIRO	113
<i>Giovana de Oliveira Guadanhim; Marcelo Silva Ferreira</i>	
AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIOXIDANTE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA OBTIDAS A PARTIR DE SÍNTESE VERDE, UTILIZANDO EXTRATO SECO DO FITOTERÁPICO A BASE DE AVENA SATIVA L. (NEURAVENA®)	115
<i>Bianca Silva Bras; Mary Leiva de Faria; Regildo Márcio Gonçalves da Silva</i>	
APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS (IQA-CETESB) NA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO DO CERVO ASSIS	119
<i>Matheus Pinheiro Martins; Patrícia Cavani Martins de Mello</i>	
AVALIAÇÃO DA PRESENÇA DE FORMALDEÍDO EM PRODUTOS SANEANTES	121
<i>Natalia de Almeida Prado; Gilcelena Bruzon</i>	
AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA GOMA XANTANA COMO AGENTE DE VISCOSIDADE EM PRODUTOS SANEANTES	122

<i>Elisa Rodrigues Acorce; Gilcelene Bruzon</i>	
ANÁLISE DO TEOR PROTEICO EM SUPLEMENTOS ALIMENTARES INDICADOS PARA PACIENTES ONCOLÓGICOS	124
<i>Ana Célia Mendes de Oliveira; Sílvia Maria Batista de Souza</i>	
AVALIAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA DE ÁGUA SANITÁRIAS DOMICILIARES	125
<i>João Márcio Vitor Frederico de Sá; Sílvia Maria Batista de Souza</i>	
CLARIFICAÇÃO DO CALDO DE CANA DE AÇÚCAR PARA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR V.H.P., PELA ADIÇÃO DE POLÍMERO	127
<i>Kauê Tavares; Patrícia Cavani Martins de Mello</i>	
PRODUÇÃO DE MICROCÁPSULA PARA ENCAPSULAR BETALAINA	129
<i>Paulo Henriqui Silva Santos; Sílvia Maria Batista Souza</i>	
SAÚDE: ENFERMAGEM, FISIOTERAPIA, MEDICINA	130
REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE A RELAÇÃO DO ENFERMEIRO COM AS ANÁLISES CLÍNICAS LABORATORIAIS E OS IMPACTOS PARA OS SERVIÇOS DE SAÚDE E PARA O PACIENTE	131
<i>Luana Santos Toneli; Rôselange Gonçalves da Silva</i>	
A MANIFESTAÇÃO NEUROLÓGICA NO PÓS-COVID-19 E A RECUPERAÇÃO DO PACIENTE NO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE: REVISÃO SISTEMÁTICA E METANÁLISE	133
<i>Vitória Fernanda Rodrigues; Cássia Regina Saade-Pacheco</i>	
INTERVENÇÕES PARA AMPUTADOS DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES: REVISÃO SISTEMÁTICA COM META-ANÁLISE	135
<i>Gabriela Ampudia Faria; Andressa Schmidt Arruda; Jéssica Vasconcelos Cláudio; João Vitor Bruzão de Lima ; Joyce Kelly Silva Santos; Kamilli Ferri Brancalhão; Tiago Oliveira dos Santos; Jéssica Kirsch Micheletti; Alan José Barbosa Magalhães</i>	
A IMPORTÂNCIA DO PARTO HUMANIZADO NA VISÃO DAS PARTURIENTES ATENDIDAS NO SUS	137
<i>Julia Coco Francischetti; Rosângela Gonçalves da Silva</i>	
PREVALÊNCIA DE LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS EM PRATICANTES DE JIU-JITSU DO MUNICÍPIO DE ASSIS	138
<i>Dannilo Cristhian de Oliveira Cruz e Mariana de Almeida Lourenço</i>	
INFLUÊNCIA DO VALGO DINÂMICO DE JOELHO NO DESEMPENHO FÍSICO, DOR E TIPO DE PISADA EM ATLETAS DE FUTEBOL SUB 23	141
<i>Ana Laura Nogueira Nigro; Leyene Naymara dos Santos Rosa; Gabriel Alferes Garcia; José Aparecido Barboza Junior; Maria Eulália Baleotti e Mariana de Almeida Lourenço</i>	
CORRELAÇÃO DOS TESTES DE SALTO VERTICAL E HOP TEST EM ATLETAS DE FUTEBOL SUB 23	144
<i>Gabriel Alferes Garcia; José Aparecido Barboza Junior; Ana Laura Nogueira Nigro; Leyene Naymara dos Santos Rosa; Maria Eulália Baleotti e Mariana de Almeida Lourenço</i>	
INTERVENÇÕES NÃO-FARMACOLÓGICAS PARA RECUPERAÇÃO MUSCULAR PÓS-EXERCÍCIO EM ATLETAS: REVISÃO SISTEMÁTICA COM META-ANÁLISE	147
<i>Kamilli Ferri Brancalhão; Joyce Kelly da Silva Santos; Andressa Schmidt Arruda; Gabriela Ampudia Faria; Jéssica Vasconcelos Cláudio; João Vitor Bruzão de Lima; Tiago Oliveira dos Santos; Jéssica Kirsch Micheletti; Alan José Barbosa Magalhães</i>	
PACIENTES CRÍTICOS NA SALA DE EMERGÊNCIA: UMA ABORDAGEM DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM	149
<i>Maisa Rodrigues Misael Vilas Boas; Dra. Rosângela Gonçalves da Silva</i>	
ANÁLISE DA MORTALIDADE POR CÂNCER DE CÓLON E RETO NO BRASIL (2012-2021)	150
<i>Maria Vitoria Doná Nunes; Daniel Augusto da Silva</i>	
QUALIDADE DE ENSAIOS CLÍNICOS RANDOMIZADOS DE FISIOTERAPIA PARA DOENTES RESPIRATÓRIOS CRÔNICOS AO DECORRER DOS ANOS	152
<i>Isadora Feitor Speranza, Giovanna Batista de Lima, Estefania Carla Bompani Silva e Souza Fogaça, Enzo Rosseto Santos Campos, João Pedro Carreiro Spanhol, Arthur Carlos Roberto Virgulino, Juliana Souza Uzeloto</i>	
ANÁLISE DA MORTALIDADE POR CÂNCER DE COLO DO ÚTERO NO BRASIL (2011-2020)	155
<i>Paula Ferreira do Prado; Daniel Augusto da Silva</i>	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM TEMPOS DE COVID-19	157
<i>Heloyssa de Souza Petenaci; Talita Domingues Caldeirão</i>	
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: A DOR ALÉM DO PARTO	159
<i>Geovana da Costa Ribeiro; Talita Domingues Caldeirão</i>	

VIOLENCIA SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O CONTEXTO EM MEIO A PANDEMIA DA COVID-19	161
<i>Caroline Fernandes Ramos; Talita Domingues Caldeirão</i>	
EPISIOTOMIA: REVISÃO DE LITERATURA	163
<i>Nádia Cristina Barbosa Lino; Talita Domingues Caldeirão</i>	
FORTALECIMENTO MUSCULAR NA PREVENÇÃO DE LESÕES NOS MEMBROS SUPERIORES: REVISÃO SISTEMÁTICA COM META-ANÁLISE	165
<i>Tiago Oliveira dos Santos; Alan José Barbosa Magalhães</i>	
IMPACTO DA CESSAÇÃO DO TABAGISMO NA QUALIDADE DE VIDA DO INDIVÍDUO: REVISÃO INTEGRATIVA	166
<i>Luiza Bertolaccini Scolin; Gerson Luiz Medeiros Bertoche</i>	
EFEITOS DA TERAPIA COM LASER DE BAIXA POTÊNCIA NA CICATRIZAÇÃO DE FERIDAS DE DIFERENTES ETIOLOGIAS:REVISÃO INTEGRATIVA	168
<i>Isabela Santos Escaramboni; Mariana Rosa da Silva; Mariana Romanholi Palma</i>	
INCIDÊNCIA DO USO DE PSICOTRÓPICOS EM ESTUDANTES DE MEDICINA DE UMA FACULDADE NO INTERIOR DE SÃO PAULO	170
<i>Giovana Ribeiro de Melo Afonso</i>	
COMPORTAMENTO DA MODULAÇÃO AUTÔNOMICA CARDÍACA ENTRE INDIVÍDUOS QUE FORAM OU NÃO ACOMETIDOS PELA COVID-19	172
<i>Anna Jullya Silva Nascimento; Profª. Drª. Carolina Takahashi</i>	
DOENÇA DE DANON: SINTOMAS, DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE ESTUDOS DE CASO	175
<i>Thiago Ferreira Dias Kanthack; Freddy Antônio Brito Moscoso; Maria José Caetano Ferreira Damaceno</i>	
O USO INDISCRIMINADO DOS ANÁLOGOS AO GLP-1 PARA EMAGRECIMENTO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	178
<i>Mariana Scarmeloto Pardo; Maria da Penha Belavenuta</i>	
ANÁLISE SOBRE A MORTALIDADE POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO NO BRASIL (2011-2020)	180
<i>Claudia Correia dos Santos Silva; Diogo Zanotto Pereira; Leticia Lucarelli Varraschim; Mariana Betteti Munhoz; Caroline Lourenço de Almeida; Daniel Augusto da Silva; Nely Regina Sartori</i>	
PREVENÇÃO DE LESÕES EM MEMBROS INFERIORES EM ATLETAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	182
<i>João Vitor Bruzão de Lima, Andressa Schmidt Arruda, Gabriela Ampudia Faria</i>	
<i>Jéssica Vasconcelos Claudio, Joyce Kelly Silva Santos, Kamilli Ferri Brancalhão, Tiago Oliveira dos Santos, Alan José Barbosa Magalhães, Jéssica Kirsch Micheletti</i>	
ELETROTHERAPIA E TERAPIA MANUAL PARA SÍNDROME DA DOR CRÔNICA PÉLVICA: REVISÃO SISTEMÁTICA	184
<i>Andressa Schmidt Arruda; Gabriela Ampudia Faria; Jéssica Vasconcelos Claudio; João Vitor Bruzão de Lima; Joyce Kelly Silva Santos; Kamilli Ferri Brancalhão; Tiago Oliveira dos Santos; Jéssica Kirsch Micheletti; Alan José Barbosa Magalhães</i>	
CONHECIMENTO DA EQUIPE ESCOLAR SOBRE PRIMEIROS SOCORROS: UMA ANÁLISE TRANSVERSAL DIAGNÓSTICA	186
<i>Bianca Pereira dos Santos; Claudiele Maria Mariano Costa; Giovana Rodrigues Leite; Caroline Lourenço de Almeida; Danielle Cristina Ferrarezi Barbosa; Patrícia Coelho Mendes de Brito Haddad; Renan Camargo Corrêa; Vanessa Patrícia Fagundes</i>	
INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO ESTUDANTE DE METODOLOGIAS ATIVAS NO PROCESSO TUTORIAL: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO	189
<i>Felipe Augusto Loose de Moraes; Lumma Cristina Torcia Ghedin; Maria Cecília Rivarolli Bavaresco; Camila Marroni Roncon Picolo; Paula Fernandes Chadi; Daniel Augusto da Silva</i>	
SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO DE PACIENTES ATENDIDOS EM UMA CLÍNICA ESCOLA DE ASSIS/SP	190
<i>Juliana Souza Uzeloto; Estefania Carla Bompani Silva e Souza Fogaça, Luciana Pereira Silva, João Pedro Carreiro Spanhol, Isadora Feitor Speranza, Arthur Carlos Roberto Virgulino, Giovanna Lima, Enzo Rosseto Santos Campos</i>	
O USO DO CANABIDIOL NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	193
<i>Felipe Augusto Loose de Moraes; Juliana Gonçalves Herculian</i>	
FOTOQUANTIFICAÇÃO DE ÍONS	196
<i>Matheus Bertuletti; Sílvia Maria Batista de Souza</i>	
ANÁLISE DA MORTALIDADE POR CÂNCER DE MAMA NO BRASIL (2011-2020)	197

<i>Maria Vitoria Doná Nunes; Daniel Augusto da Silva</i>	
CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA	199
<i>Amanda Chetco Gazola; Heloisa Silva Guilherme; Profa. Dra. Paula Fernandes Chadi; Profa. Dra. Phd. Camila Marroni Roncon Picolo</i>	
ESTUDO COMPARATIVO: A IMUNIZAÇÃO INFANTIL PRÉ E PÓS COVID-19 NO MUNICÍPIO DE ASSIS-SP	201
<i>Julia Galante Christianini; Luana Descrovo Franco; Maria Eduarda Polizel Alves; Paula Ferreira Do Prado; Ana Claudia Correa; Hugo Belavenuta Pinto; Renata Aparecida de Camargo Bittencourt</i>	
BRINCADEIRAS TERAPÊUTICAS: O BRINCAR TERAPÊUTICO COMO INTERVENÇÃO NA FISIOTERAPIA	204
<i>Claudia Larissa Faustino Roldão; Paolla Nogueira Da Silva; Cássia Regina Saade-Pacheco</i>	
PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL E FATORES DE RISCO EM UNIVERSITÁRIOS DE UMA FACULDADE DO INTERIOR DE SÃO PAULO	205
<i>Alcielle Alves de Oliveira; Maria Fernanda Terezan Rett Sebrían; Caroline Lourenço Almeida; Lucy Junka Yamamoto</i>	
OCORRÊNCIA DE MALFORMAÇÃO CONGÊNITA NO CENTRO OESTE PAULISTA (SP)	207
<i>Larissa Barbosa Pimentel; Talita Rodrigues Caldeirão; Luciana Pereira Silva</i>	
USO DE BENZODIAZEPÍNICOS POR MULHERES IDOSAS NO MUNICÍPIO DE ASSIS: PERFIL DAS USUÁRIAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	209
<i>Lilian Dias dos Santos Alves; Luisa Mourão de Moraes; Maria Vitória Zancan Vanzela; Vanessa Clivelaro Bertassi Panes</i>	
IMPACTO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA NA QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES IDOSAS: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	212
<i>Juliane Soares de Sá; Cássia Regina Fernandes Biffe Peres</i>	
A ALTERAÇÃO EMOCIONAL DO IDOSO INSTITUCIONALIZADO COMO PREDISPOSIÇÃO DE DEPRESSÃO E ANSIEDADE	214
<i>Leonardo Eymard Caçador Araújo; Luíza Saade Pacheco; Vitoria Aparecida Marcelino Cruz; Cássia Regina Saade-Pacheco; Nely Regina Sartori Neves</i>	
IMUNORREGULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO ORAL DA VITAMINA D: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	216
<i>Ednir de Oliveira Vizioli; Lucy Junka Yamamoto; Luciana Pereira Silva; Marina Carbone; Laís Petra Freitas Demomi; Maria Fernanda Terezan Rett Sebrían; Alcielle Alves de Oliveira</i>	
O USO DE APLICATIVO PARA CÁLCULO DE MEDICAÇÃO VERSUS CONHECIMENTO DE MATEMÁTICA BÁSICA: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS APRESENTADOS POR GRADUANDOS DE ENFERMAGEM	220
<i>Crislaine Cristina Botelho; Gabriela Bressanin do Carmo; Júlia Nogueira Peixoto; Karolaine Cristina Galan Botelho; Nicole Cardoso Ortoncelli; Caroline Lourenço de Almeida; Diomara Martins Reigato Barros; Rosângela Gonçalves da Silva</i>	
PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA ASSISTÊNCIA DA DOR DO PÓS-PARTO VAGINAL: uma revisão integrativa	223
<i>Ana Flávia Cardoso, Ana Júlia Tomazini Helbel, Larissa Silva Matioli Martins, Ednir de Oliveira Vizioli, Luciana Pereira Silva, Talita Domingues Caldeirão</i>	
A EFICÁCIA DA AROMATERAPIA EM INDIVÍDUOS COM INDICATIVOS DE ANSIEDADE	225
<i>Nathália dos Santos; Adriana Avanzi Marques Pinto</i>	
ANÁLISE SOBRE AS TAXAS DE MORTALIDADE POR SEPSE NO BRASIL	227
<i>Maria Danielly de Freitas Pereira; Daniel Augusto da Silva</i>	
PRIMEIROS SOCORROS NO ENSINO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DE SUA POPULARIZAÇÃO E ABORDAGEM PRÁTICA	229
<i>Arthur Moraes Garcia, Luísa Silveira Campanharo, Maria Eduarda Miyazaki da Silva, Maria Vitória Doná Nunes, Caroline Lourenço de Almeida, Cássia Regina Fernandes Biffe Peres, Arlete Aparecida Marçal</i>	
PANORAMA EPIDEMIOLÓGICO DA SEPSE NA MACRORREGIÃO DE SAÚDE ENTRE 2018 E 2022	232
<i>Victor Gonçalves da Silva; Marcel Henrique Batista Filho; Marcus Vinícius Rosa Pesqueira; Rosângela Gonçalves da Silva; Caroline Lourenço de Almeida</i>	
IDENTIFICAR O USO DE PLANTAS MEDICINAIS EM MULHERES NO CICLO GRAVÍDICO PUERPERAL NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: ABORDAGEM DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE RISCO E BENEFÍCIO	234
<i>Paola Elizandra Simões Gasparini; Ana Cláudia Correa de Almeida</i>	

Apresentação

O Fórum Científico FEMA integra, desde o ano de 2008, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), iniciativa do Governo Federal para aproximar a Ciência e a Tecnologia da população, contribuindo para a difusão científica no país.

O evento permite a troca de experiências e a discussão científica entre estudantes, professores, pesquisadores e profissionais de Assis e região, contribuindo para ampliar o acesso às pesquisas desenvolvidas na instituição.

Por meio desta iniciativa, são estimuladas as submissões de trabalhos relacionados aos programas de iniciação científica da instituição, tais como o PIC e o PIBIC, e de pesquisas desenvolvidas por estudantes no âmbito de seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Em 2023, o Fórum Científico FEMA contou com sua XVI edição, tendo sido realizado nos dias 09, 10 e 11 de outubro.

PIBIC

DIFERENTES MODALIDADES DE EXERCÍCIO FÍSICO PARA OBESIDADE: REVISÃO SISTEMÁTICA

Jéssica Vasconcelos Claudio; Andressa Schmidt Arruda; Gabriela Ampudia Faria; João Vitor Bruzão de Lima; Joyce Kelly Silva Santos; Kamilli Ferri Brancalhão; Tiago Oliveira dos Santos; Jéssica Kirsch Micheletti; Alan José Barbosa Magalhães

Assis-SP

jessicavasconcelos481@outlook.com, ajb_magalhaes@yahoo.com.br

O exercício é um método de baixo custo para o tratamento da obesidade, e existem diferentes modalidades de exercício na literatura, desde treinos mais tradicionais (aeróbico, resistido, terapia combinada), até exercícios alternativos, como o pilates e prática de exergames. Há uma escassez de estudos na literatura que examinem qual é a modalidade de exercício mais efetiva e eficaz para a redução e manutenção do peso. Deste modo, faz-se necessário uma revisão sistemática que observe se de fato existem alterações no perfil lipídico e em parâmetros antropométricos de indivíduos com obesidade, considerado o volume-intensidade no qual estas intervenções foram realizadas. O objetivo deste estudo é comparar o uso de diferentes modalidades de exercício físico para tratamento de adolescentes e adultos obesos.

Métodos

Este estudo foi registrado no International Prospective Register of Systematic Reviews (PROSPERO) (CRD42023400028) e seguiu as recomendações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA). A busca dos estudos foi realizada nas seguintes bases de dados: Pubmed, Medline, PEDro, EMBASE e SportDiscuss, listados até 30

Referências

- [1] ABASSI, W.; OUERGHI, N.; NIKOLAIDIS, P.T.; HILL, L.; RACIL, G.; KNECHTLE, B. et al. Interval Training with Different Intensities in Overweight/Obese Adolescent Females. **International Journal of Sports Medicine**, v. 43, n. 5, p. 434-443, 2022. DOI 10.1055/a-1648-4653.
- [2] ABDELBASSET, W.K.; TANTAWY, S.A.; KAMEL, D.M.; ALQAHTANI, B.A.; ELNEGAMY, T.E.; SOLIMAN, G.S.; IBRAHIM, A.A. Effects of high-intensity interval and moderate-intensity continuous aerobic exercise on diabetic obese patients with nonalcoholic fatty liver disease: A comparative randomized controlled trial. **Medicine (Baltimore)**, v. 99, n. 10, p. e19471, 2020. DOI 10.1097/MD.00000000000019471.
- [3] ALBERGA, A.S.; PRUD'HOMME, D.; SIGAL, R.J.; GOLDFIELD, G.S.; HADJIYANNAKIS, S.; PHILLIPS, P.; et al. Effects of aerobic training, resistance training, or both on cardiorespiratory and musculoskeletal fitness in adolescents with obesity: the HEARTY trial. **Applied Physiology, Nutrition, and Metabolism**, v. 41, n.3, p. 255-65, 2016. DOI 10.1139/apnm-2015-0413.
- [4] BERGE, J.; HJELMESAETH, J.; HERTEL, J.K.; GJEVESTAD, E.; SMÅSTUEN, M.C.; JOHNSON, L.K.; MARTINS, C.; ANDERSEN, E.; HELGERUD, J.; STØREN, Ø. Effect of Aerobic Exercise Intensity on Energy Expenditure and Weight Loss in Severe Obesity-A Randomized Controlled Trial. **Obesity (Silver Spring)**, v. 29, n. 2, p. 359-369, 2021. DOI 10.1002/oby.23078.
- [5] BUDOFF, M. Triglycerides and Triglyceride-Rich Lipoproteins in the Causal Pathway of Cardiovascular Disease. **The American Journal of Cardiology**, v. 118, n. 1, p. 138-45, 2016. DOI 10.1016/j.amjcard.2016.04.004.

de junho de 2023, utilizando os termos body mass index, obesity, aerobic training, treadmill, resistance training, strenght training, pilates, crossfit, physical training. Foram considerados apenas artigos completos, sem estabelecer restrições quanto ao idioma de publicação, e foram excuídos todos os estudos que apresentavam amostras com pacientes com alguma condição clínica grave ou que faziam uso de terapia medicamentosa associada ao tratamento.

Resultados

Foram selecionados 15 estudos que observam o efeito de diferentes modalidades de exercício nos seguintes parâmetros de composição corporal: colesterol total sérico (mg/dL), colesterol hdl (mg/dL), colesterol ldl (mg/dL), triglicerídeos (mg/dL), percentual de gordura corporal (%), percentual de gordura visceral (%). Foi encontrado que o exercício foi efetivo para melhorar o IMC e a composição corporal, bem como reduzir os marcadores lipídicos avaliados.

Conclusão

As diferentes modalidades de exercício são efetivas para a manutenção dos marcadores lipídicos avaliados.

- [6] CHAUDHARY, S.; KANG, M.K.; SANDHU, J.S. The effects of aerobic versus resistance training on cardiovascular fitness in obese sedentary females. **Asian Journal of Sports Medicine**, v. 1, n. 4, p. 177-84 2010. DOI 10.5812/asjms.34835.
- [7] CHRISTENSEN, R.H.; WEDELL-NEERGAARD, A.S.; LEHRSKOV, L.L.; LEGAARD, G.E.; DORPH, E.; LARSEN, M.K.; et al. Efeito do exercício aeróbico e de resistência nos tecidos adiposos cardíacos: análises secundárias de um ensaio clínico randomizado. **JAMA Cardiology**, v. 4, n. 8, p. 778-787, 2019. DOI 10.1001/jamacardio.2019.2074. Errata em: **JAMA Cardiology**, v. 4, n. 8, p. 833, 2019. DOI 10.1001/jamacardio.2019.2930.
- [8] COCHRANE. Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions. Cochrane Training. Disponível em: <https://training.cochrane.org/handbook>. Acesso em: 17/12/22.
- [9] COMERAS-CHUECA, C.; VILLALBA-HEREDIA, L.; PEREZ-LASIERRA, J.L.; MARÍN-PUYALTO, J.; LOZANO-BERGES, G.; MATUTE-LLORENTE, Á.; VICENTE-RODRÍGUEZ, G.; GONZALEZ-AGUERO, A.; CASAJÚS, J.A. Active Video Games Improve Muscular Fitness and Motor Skills in Children with Overweight or Obesity. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n.5, p. 2642, 2022. DOI 10.3390/ijerph19052642.
- [10] DE FRANCA, E.; ALVES, J.G.B. Dislipidemia entre crianças e adolescentes de Pernambuco. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 87, p. 722-727, 2006.
- [11] DE STRIJCKER, D.; LAPAUW, B.; OUWENS, D.M.; VAN DE VELDE, D.; HANSEN, D.; PETROVIC, M.; CUVELIER, C.; TONOLI, C.; CALDERS, P. High intensity interval training is associated with greater impact on physical fitness, insulin sensitivity and muscle mitochondrial content in males with overweight/obesity, as opposed to continuous endurance training: a randomized controlled trial. **Journal of Musculoskeletal & Neuronal Interactions**, v. 18, n. 2, p. 215-226, 2018.
- [12] DOMICIANO, A.M.O.; DE ARAÚJO, A.P.S.; MACHADO, V.H.R. Treinamento aeróbico e anaeróbico: uma revisão. **Uningá Review**, v. 3, n. 1, p. 2-2, 2010.
- [13] DONNELLY, J.E.; BLAIR, S.N.; JAKICIC, J.M.; MANORE, M.M.; RANKIN, J.W.; SMITH, B.K. American College of Sports Medicine. American College of Sports Medicine Position Stand. Appropriate physical activity intervention strategies for weight loss and prevention of weight regain for adults. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, v. 41, n. 2, p. 459-71, 2009. DOI 10.1249/MSS.0b013e3181949333. Erratum in: **Medicine and Science in Sports and Exercise**, v. 41, n. 7, p.1532, 2009.
- [14] EZPELETA, M.; GABEL, K.; CIENFUEGOS, S.; KALAM, F.; LIN, S.; PAVLOU, V.; VARADY, K.A. Alternate-Day Fasting Combined with Exercise: Effect on Sleep in Adults with Obesity and NAFLD. **Nutrients**, v. 15, n. 6, p. 1398, 2023. DOI 10.3390/nu15061398.
- [15] FALUDI, A.A.; IZAR, M.C.O.; SARAIVA, J.F.K.; CHACRA, A.P.M.; BIANCO, H.T.; AFIUNE NETO, A. et al. Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2017. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 109, n. 2 Supl 1, p. 1-76, 2017. DOI 10.5935/abc.20170121. Erratum in: **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 109, n. 5, p. 499, 2017.
- [16] GENEROSO, G.; JANOVSKY, C.C.P.S.; BITTENCOURT, M.S. Triglycerides and triglyceride-rich lipoproteins in the development and progression of atherosclerosis. **Current Opinion in Endocrinology, Diabetes, and Obesity**, v. 26, n. 2, p. 109-116, 2019. DOI 10.1097/MED.0000000000000468.
- [17] HERDA, A.A.; NABAVIZADEH, O. Short-term resistance training in older adults improves muscle quality: A randomized control trial. **Experimental Gerontology**, v. 145, p.111195, 2021. DOI 10.1016/j.exger.2020.111195.
- [18] HO, S.S.; DHALIWAL, S.S.; HILLS, A.P.; PAL, S. The effect of 12 weeks of aerobic, resistance or combination exercise training on cardiovascular risk factors in the overweight and obese in a randomized trial. **BMC Public Health**, v. 12, p. 704, 2012. DOI 10.1186/1471-2458-12-704.
- [19] HUGHES, D.C.; ELLEFSEN, S.; BAAR, K. Adaptations to Endurance and Strength Training. **Cold Spring Harbor Perspectives in Medicine**, v. 8, n. 6, p. a029769, 2018. DOI 10.1101/cshperspect.a029769.
- [20] KANG, S.J.; KIM, J.H.; GANG, Z.; YOON, Y.S.; YOON, J.R.; HA, G.C.; KO, K.J. Effects of 12-week circuit exercise program on obesity index, appetite regulating hormones, and insulin resistance in middle-aged obese females. **Journal of Physical Therapy Science**, v. 30, n.1, p. 169-173, 2018. DOI 10.1589/jpts.30.169.
- [21] KARAMI, H.; DEHNOU, V.V.; NAZARI, A.; GAHREMAN, D. Regular training has a greater effect on aerobic capacity, fasting blood glucose and blood lipids in obese adolescent males compared to irregular training. **Journal of Exercise Science and Fitness**, v. 19, n. 2, p. 98-103, 2021. DOI 10.1016/j.jesf.2020.11.003.
- [22] KARNER-REZEK, K.; KNECHTLE, B.; FENZL, M.; SCHLEGEL, C.; KONRAD, M.; ROSEMANN, T. The effects of an 8-week multicomponent inpatient treatment program on body composition and anaerobic fitness in overweight and obese children and adolescents. **International Journal of General Medicine**, v. 6, p. 159-66, 2013. DOI 10.2147/IJGM.S40187.
- [23] KEMMLER, W.; VON STENGEL, S. Whole-body electromyostimulation as a means to impact muscle mass and abdominal body fat in lean, sedentary, older female adults: subanalysis of the TEST-III trial. **Clinical Interventions in Aging**, v. 8, p. 1353-64, 2013. DOI 10.2147/CIA.S52337.
- [24] LIBERATI, A.; ALTMAN, D.G.; TETZLAFF, J.; MULROW, C.; GÖTZSCHE, P.C.; LOANNIDIS, J.P.; CLARKE, M.; DEVEREAUX, P.J.; KLEIJNEN, J.; MOHER, D. The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: explanation and elaboration. **PLoS Medicine**, v. 6, n. 7, p. e1000100, 2009.
- [25] LOPEZ, P.; TAAFFE, D.R.; GALVÃO, D.A.; NEWTON, R.U.; NONEMACHER, E.R.; WENDT, V.M.; BASSANESI, R.N.; TURELLA, D.J.P.; RECH, A. Resistance training effectiveness on body composition and body weight outcomes in individuals with overweight and obesity across the lifespan: A systematic review and meta-analysis. **Obesity reviews: an official journal of the International Association for the Study of Obesity (Obes Rev.)**, v. 23, n.5, p. e13428, 2022. DOI 10.1111/obr.13428.
- [26] Mapa da Obesidade. **Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (ABESO)**. Higienópolis (SP), 2019. Disponível em: <https://abeso.org.br/obesidade-e-sindrome-metabolica/mapa-da-obesidade/>. Acesso em: 03 dez. 2022.
- [27] MENDHAM, A.E.; DUFFIELD, R.; MARINO, F.; COUTTS, A.J. A 12-week sports-based exercise programme for inactive Indigenous Australian men improved clinical risk factors associated with type 2 diabetes mellitus. **Journal of Science and Medicine in Sport**, v. 18, n.4 p. 438-43, 2015. DOI 10.1016/j.jsams.2014.06.013.

- [28] MERTENS, A.; HOLVOET, P. Oxidized LDL and HDL: antagonists in atherothrombosis. **Federation of American Societies for Experimental Biology Journal (FASEB J)**, v. 15, n. 12, p. 2073-84, 2001. DOI 10.1096/fj.01-0273rev.
- [29] MICIELSKA, K.; GMIAT, A.; ZYCHOWSKA, M.; KOZLOWSKA, M.; WALENTUKIEWICZ, A.; LYSAK-RADOMSKA, A.; JAWORSKA J.; RODZIEWICZ, E.; DUDA-BIERNACKA, B.; ZIEMANN, E. The beneficial effects of 15 units of high-intensity circuit training in women is modified by age, baseline insulin resistance and physical capacity. **Diabetes research and clinical practice**, v. 152, p. 156-165, 2019. DOI 10.1016/j.diabres.2019.05.009.
- [30] MORZE, J.; RÜCKER, G.; DANIELEWICZ, A.; PRZYBYŁOWICZ, K.; NEUENSCHWANDER, M.; SCHLESINGER, S.; SCHWINGSHACKL, L. Impact of different training modalities on anthropometric outcomes in patients with obesity: A systematic review and network meta-analysis. **Obesity reviews: an official journal of the International Association for the Study of Obesity (Obes Rev.)**, v. 22, n. 7, p. e13218, 2021. DOI 10.1111/obr.13218.
- [31] MURAWSKA-CIALOWICZ, E.; WOJNA, J.; ZUWALA-JAGIELLO, J. Crossfit training changes brain-derived neurotrophic factor and irisin levels at rest, after wingate and progressive tests, and improves aerobic capacity and body composition of young physically active men and women. **Journal of Physiology and Pharmacology**, v. 66, n. 6, p. 811-21, 2015.
- [32] NOBARI, H.; GANDOMANI, E.E.; REISI, J.; VAHABIDELSHAD, R.; SUZUKI, K.; VOLPE, S.L.; PÉREZ-GÓMEZ, J. Effects of 8 Weeks of High-Intensity Interval Training and Spirulina Supplementation on Immunoglobulin Levels, Cardio-Respiratory Fitness, and Body Composition of Overweight and Obese Women. **Biology (Basel)**, v. 11, n. 2, p. 196, 2022. DOI 10.3390/Biology11020196.
- [33] NUNES, P.R.P.; MARTINS, F.M.; SOUZA, A.P.; CARNEIRO, M.A.S.; ORSATTI, C.L.; MICHELIN, M.A.; et al. Effect of high-intensity interval training on body composition and inflammatory markers in obese postmenopausal women: a randomized controlled trial. **Menopause (New York, N.Y.)**, v. 26, n. 3, p. 256-264, 2019. DOI 10.1097/GME.0000000000001207.
- [34] QUIROGA, R.; NISTAL, E.; ESTÉBANEZ, B.; PORRAS, D.; JUÁREZ-FERNÁNDEZ, M.; MARTÍNEZ-FLÓREZ, S.; GARCÍA-MEDIAVILLA, M.V.; DE PAZ, J.A.; GONZÁLEZ-GALLEGO, J.; SÁNCHEZ-CAMPOS, S.; CUEVAS, M.J. Exercise training modulates the gut microbiota profile and impairs inflammatory signaling pathways in obese children. **Experimental & Molecular Medicine**, v. 52, n. 7, p. 1048-1061, 2020. DOI 10.1038/s12276-020-0459-0.
- [35] RASOOLI, S.A.; FATHI, R.; GOLZAR, F.A.; BAGHERSALIMI, M. The effect of circuit resistance training on plasma levels of amino acids, alpha-hydroxybutyrate, mannose, and urinary levels of glycine conjugated adducts in obese adolescent boys. **Applied Physiology, Nutrition, and Metabolism**, v. 46, n.6, p. 561-570, 2021. DOI 10.1139/apnm-2020-0171.
- [36] SANDFORD, G.N.; LAURSEN, P.B.; BUCHHEIT, M. Anaerobic Speed/Power Reserve and Sport Performance: Scientific Basis, Current Applications and Future Directions. **Sports Medicine**, v. 51, n. 10, p. 2017-2028, 2021. DOI 10.1007/s40279-021-01523-9.
- [37] ŞAVKIN, R.; ASLAN, U.B. The effect of Pilates exercise on body composition in sedentary overweight and obese women. **The Journal of Sports Medicine and Physical Fitness**, v. 57, n. 11, p. 1464-1470, 2017. DOI 10.23736/S0022-4707.16.06465-3.
- [38] SCHROEDER, E.C.; FRANKE, W.D.; SHARP, R.L.; LEE, D.C. Comparative effectiveness of aerobic, resistance, and combined training on cardiovascular disease risk factors: A randomized controlled trial. **Public Library of Science One**, v. 14, n. 1, p. e0210292, 2019. DOI 10.1371/journal.pone.0210292.
- [39] SHALITIN, S.; ASHKENAZI-HOFFNUNG, L.; YACKOBOVITCH-GAVAN, M.; NAGELBERG, N.; KARNI, Y.; HERSHKOVITZ, E.; et al. Effects of a twelve-week randomized intervention of exercise and/or diet on weight loss and weight maintenance, and other metabolic parameters in obese preadolescent children. **Hormone Research**, v. 72, n. 5, p. 287-301, 2009. DOI 10.1159/000245931.
- [40] SHEA, B.J.; REEVES, B.C.; WELLS, G.; THUKU, M.; HAMEL, C.; MORAN, J.; MOHER, D.; TUGWELL, P.; WELCH, V.; KRISTJANSSON, E.; HENRY, D.A. AMSTAR 2: a critical appraisal tool for systematic reviews that include randomised or non-randomised studies of healthcare interventions, or both. **BMJ : British Medical Journal**, v. 358, p. j4008, 2017.
- [41] SKRYPNIK, D.; BOGDAŃSKI, P.; MADRY, E.; KAROLKIEWICZ, J.; RATAJCZAK, M.; KRYŚCIAK, J.; PUPEK-MUSIALIK, D.; WALKOWIAK, J. Effects of Endurance and Endurance Strength Training on Body Composition and Physical Capacity in Women with Abdominal **Obesity Facts**, v. 8, n. 3, p. 175-87, 2015. DOI 10.1159/000431002.
- [42] STAIANO, A.E.; MARKER, A.M.; BEYL, R.A.; HSIA, D.S.; KATZMARZYK, P.T.; NEWTON, R.L. A randomized controlled trial of dance exergaming for exercise training in overweight and obese adolescent girls. **Pediatric Obesity**, v. 12, n. 2, p. 120-128, 2017. DOI 10.1111/ijpo.12117.
- [43] VANCINI, R.L.; RAYES, A.B.R.; LIRA, C.A.B.; SARRO, K.J.; ANDRADE, M.S. Pilates and aerobic training improve levels of depression, anxiety and quality of life in overweight and obese individuals. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, v. 75, n. 12, p. 850-857, 2017. DOI 10.1590/0004-282X20170149.
- [44] VEKIC, J.; ZELJKOVIC, A.; STEFANOVIC, A.; JELIC-IVANOVIC, Z.; SPASOJEVIC-KALIMANOVSKA, V. Obesity and dyslipidemia. **Metabolism**, v. 92, p. 71-81, 2019. DOI 10.1016/j.metabol.2018.11.005.
- [45] VINCENT, K.R.; VASILOPOULOS, T.; MONTERO, C.; VINCENT, H.K. Eccentric and Concentric Resistance Exercise Comparison for Knee Osteoarthritis. **Medicine and science in sports and exercise**, v. 51, n. 10, p. 1977-1986, 2019. DOI 10.1249/MSS.0000000000002010.
- [46] WHYTE, L.J.; GILL, J.M.; CATHCART, A.J. Effect of 2 weeks of sprint interval training on health-related outcomes in sedentary overweight/obese men. **Metabolism: Clinical and Experimental**, v. 59, n. 10, p. 1421-8, 2010. DOI 10.1016/j.metabol.2010.01.002.
- [47] WONG, A.; FIGUEROA, A.; FISCHER, S.M.; BAGHERI, R.; PARK, S.Y. The Effects of Mat Pilates Training on Vascular Function and Body Fatness in Obese Young Women With Elevated Blood Pressure. **American Journal of Hypertension**, v. 33, n.6, p. 563-569, 2020. DOI 10.1093/ajh/hpaa026.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE ACIDENTES ESCORPIÔNICOS NOTIFICADOS PELO SINAN NO MUNICÍPIO DE ASSIS (SP)

Júlia Maschio da Silva¹; Luciana Pereira Silva²
Assis-SP

juliamaschio7@gmail.com, luciana.silva@fema.edu.br

¹Bolsista CNPq, Graduanda do curso de Enfermagem FEMa; ²Bióloga, Doutora em Imunologia e Parasitologia Aplicadas, Professora Titular do Curso de Enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMa)

O escorpionismo é um problema de saúde pública no Brasil devido à sua alta incidência em várias regiões do país. No município de Assis (SP), os acidentes causados por escorpiões têm sido divulgados nas mídias digitais, alertando a população sobre o padrão adaptativo do escorpião sendo diurno e encontrado nos centros urbanos. Landiosi e Silva (2013) identificaram 61,9% de ocorrência para acidentes por escorpião no município de Assis (SP) num período 2003 a 2013 [1].

O escorpião é um artrópode terrestre, carnívoro, de hábito noturno, pertencente ao Filo Arthropoda, classe Arachnida e ordem Scorpiones. Os óbitos por escorpionismo estão mais fortemente associados à faixa etária pediátrica e à espécie *Tityus* sp envenenamentos.

As habitações humanas, construções e dormentes das linhas dos trens são esconderijos para estas espécies. São mais ativos durante os meses mais quentes do ano. Entre seus predadores estão camundongos, quatis, macacos, sapos, lagartos, corujas, seriemas, galinhas, algumas aranhas, formigas, lacraias e os próprios escorpiões.

Os acidentes por animais peçonhentos devem ser notificados ao Serviço de Vigilância Epidemiológica. A Coordenação Nacional de Controle de Zoonoses e Animais Peçonhentos (CNZAP) adotou o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) como principal banco de dados para o registro de agravos com animais peçonhentos [2].

Diante disso, este estudo pretende descrever o perfil epidemiológico dos acidentes causados por escorpiões ocorridos no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2022 no município de Assis/SP, notificados no sistema SINAN.

Metodologia

Tratou-se de um estudo retrospectivo do tipo ecológico com abordagem quantitativa dos casos notificados de acidentes por escorpiões ocorridos em Assis (SP) no período de 2013 a 2022

registrados no banco de dados do SINAN através do TABNET do DATA/SUS. A coleta dos dados foi referente às notificações dos acidentes ocorridos no município de Assis (SP).

As variáveis observadas foram gênero, faixa etária, etnia, escolaridade, espaço (rural ou urbano), espécie de escorpião, ano de acidente, estação do ano, tempo entre acidente e atendimento, macrorregião de residência, classificação do caso e evolução do mesmo.

Os dados serão analisados por meio de estatística descritiva, com a utilização dos testes qui-quadrado e coeficiente de correlação de Spearman (para a verificação da associação entre tempo decorrido entre a picada e o atendimento e a severidade do quadro clínico) e auxílio do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 14.0.

Os dados obtidos serão registrados em números absolutos e o nível de significância estatística será determinado com $p = 0,05$, apresentados em tabelas, figuras utilizando Software Microsoft Word e Excel.

A análise dos dados está sendo realizada com o auxílio do programa Microsoft Excel 2010, por meio do qual será feita a tabulação dos dados e a confecção de tabelas. Os dados estão apresentados em número absoluto e proporção, será calculada a prevalência e razão de prevalência das variáveis consideradas de interesse.

Resultados e Discussões

Um total de 351 acidentes foram notificados no município de Assis (SP) dos quais 302 (86%) casos foram identificados como acidente escorpiônico no período de 2013 a 2022, mostrando que uma intervenção deve ser realizada. No quesito gênero foram 57% para o sexo masculino e 43% sexo feminino.

Entretanto, alguns questionamentos devem ser levantados como uma possível subnotificação como a falta de possibilidade na identificação do animal peçonhento, a coleta da espécie para

identificação, aquecimento global e pandemia da COVID19.

Durante o período analisado (2013-2022) podemos observar na Figura 1 que ocorreu um aumento na frequência dos acidentes escorpiônicos. No ano de 2020, no período da pandemia do COVID19 apresentou 13% de acidentes escorpiônicos o que pode sugerir uma subnotificação devido a gravidade dos acontecimentos neste período sendo os profissionais da saúde alocados para combater a pandemia.

Mostrado um aumento excessivo em 2022 de 33% os quais serão melhor estudados já que esta pesquisa ainda apresenta dados parciais.

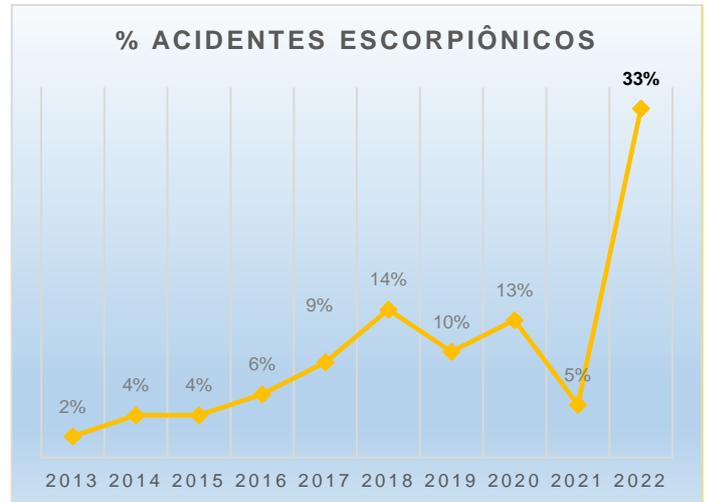


Figura 1. Porcentagem de acidentes escorpiônicos notificados no município de Assis (SP) datadas Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN

Considerações finais

Os resultados parciais mostram que uma intervenção para prevenção de acidente escorpiônico deve ser realizada para evitar uma infestação desta espécie, o que sobrecarregaria o Sistema de Saúde ou mesmo levando a morte de vulneráveis como crianças ou idosos.

Apoio Financeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Brasil.

Referências

- [1] LANDIOSI, G. C.; SILVA, L. P. Perfil epidemiológico dos acidentes por animais peçonhentos no município de Assis SP no período de 2008-2013. In: **VI Fórum Científico FEMA**, 2013, Assis. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - Ciência, Saúde e Esporte, 2013.
- [2] BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de controle de escorpiões** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – Brasília Ministério da Saúde, 2009.
- [3] BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação- SINAN**. Acidente por Animais Peçonhentos. Brasília (DF): MS, 2023 Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/acidente-poranimais-peconhentos>. Acesso em 07-2-2023.

O CORONELISMO CONTEMPORÂNEO: O ASSÉDIO ELEITORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Marie Guimarães de Oliveira
Assis - SP
mariemazarin52@gmail.com

Atualmente a situação política no Brasil mantém estruturalmente os traços do coronelismo histórico. Se fazendo das características do coronelismo contemporâneo o assédio eleitoral no ambiente de trabalho e a consequente violação do direito fundamental no exercício da cidadania. (CAMARA, 2022)

A liberdade pode ser expressada de diversas formas, é a que ampara a proteção ao Estado Democrático de Direito, assim mantendo o bem-estar social. O direito de voto, fruto desse livre-arbítrio, é uma garantia de todo cidadão brasileiro. Trata-se de um direito humano fundamental consagrado nas modernas democracias representativas de diversos países. (BRASIL, 1988; BUCCI, 2018)

É por meio do voto que se efetiva a soberania popular. No Brasil, além de um direito fundamental (art. 14, da CF/88), o voto deve ser exercido de modo direto e secreto. Cada cidadão deve exercer o direito de voto de acordo com a sua consciência política. (BRASIL, 1988; MORAES, 2021)

Durante as eleições de 2022 no Brasil, percebe-se o aumento da polarização e violência política e como esse exagero gera enormes danos às relações sociais, bem como no ambiente de trabalho também. Neste período, o assédio eleitoral dispara em 2.577% (Ministério Público do Trabalho, 2022) entre o primeiro e o segundo das eleições.

Afinal, pode-se concluir que o assédio eleitoral é uma das expressões do assédio moral, visto que o indivíduo investido de poder usa de meios violentos para afetar, constranger, humilhar e coagir outra pessoa em posição inferior, expondo o outro a constante agressão psicológica. (MARTINEZ, JÚNIOR, 2022)

A violência eleitoral pode-se manifestar em diversos ambientes, tal qual nas relações familiares, sociais, de poder e nas relações empregatícias. Inserido nesse contexto, conclui-se que assédio eleitoral são condutas que fujam da normalidade e legitimidade, que afetem o processo eleitoral de alguma maneira e que

sejam abusivas e fraudulentas, sendo consideradas infrações administrativas, eleitorais e penais. (MACHADO, 2018)

Ao assediar o funcionário, o empregador impede que ele exerça seu livre direito ao voto e limita sua escolha, dessa forma afetando o funcionamento correto da democracia. Ao ser coagido, o trabalhador por muitas vezes aceita a proposta feita pelo seu patrão com medo de represálias, desde ser ofendido até de perder seu emprego. Causa danos também ao funcionamento do processo eleitoral, visto que o sufrágio não está sendo exercido dentro da normalidade e legalidade. Por essa razão, a legislação eleitoral visa proteger o processo eleitoral para que todos sejam tratados com igualdade, sem obtenção de vantagens para terceiros. (GOMES, 2022)

No âmbito criminal, o Código Eleitoral em seus artigos 299 e 301 salientam que é uma prática criminosa, respectivamente, a concessão ou a promessa de benefícios ou vantagens em troca do voto (captação ilícita de sufrágio) e o uso de violência ou de coação para influenciar a escolha do eleitor, punindo tais condutas com até 4 anos de reclusão e com o pagamento de multa. Ademais, o art. 297 do mesmo código prevê até 6 meses de detenção e multa para quem, de qualquer maneira, impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio. (BRASIL, 1965; CHIMENTI, 2007, VASCONCELOS, SILVA, 2020)

Este presente trabalho de pesquisa possui a finalidade ao entrar nesta problemática, de aprofundar o tema assédio eleitoral, como as formas em que se manifesta, como traz efeitos negativos ao cenário empregatício e ao funcionário, o atrelando a um coronelismo nos dias atuais, e como os órgãos públicos se posicionam quanto ao fato.

Trata-se de pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, com buscas em artigos, teses, leis e demais publicações, impressas ou virtuais, por meio de acesso físico ou eletrônico a bases de dados reconhecidas no campo científico.

Referências

- [1] CAMARA, Paoleli Amanda. **Coronelismo nas eleições atuais: o protagonismo perigoso do assédio eleitoral no ambiente de trabalho**. Revista Direito, Economia e Globalização, Santa Catarina: v. 2 n. 2 (2022).
- [2] BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República
- [3] BUCCI, D. **Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão** (2nd ed.). Grupo Almedina (Portugal), 2018.
- [4] MORAES, AD, **Direitos Humanos Fundamentais** (12ª ed.). Grupo GEN, 2018.
- [5] MARTINEZ, L., & Júnior, P.L.D. C. **Assédio moral trabalhista: ações coletivas e processo estrutural**. Editora Saraiva, 2022.
- [6] Machado, R.C. R. **Direito Eleitoral** (2nd ed.). Grupo GEN, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597016772>.
- [7] Gomes, J. J. **Direito Eleitoral** (18th ed.). Grupo GEN, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559772056>.
- [8] CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito Eleitoral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- VASCONCELOS, Clever; SILVA, Marco Antonio da. **Direito eleitoral**. Editora Saraiva, 2020. *E-book*. ISBN 9786555591064.

ACOLHIMENTO DAS MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

Emanuelli Mayumi Rosina
Assis-SP
emanuelimayumi@hotmail.com

Por meio da Portaria GM/MS nº 2.836 instaurada no dia 1º de dezembro de 2011 no Sistema Único de Saúde (SUS), observou-se o avanço da representatividade da população lésbica, gay, trans, bissexuais e simpatizantes (LGBTQIA+) na saúde, entretanto, as mulheres pertencentes a essa comunidade deparam-se com alguns entraves que refletem no prejuízo a sua saúde. Logo, esse estudo tem como objetivo conhecer como ocorre o acolhimento das mulheres LGBTQIA+ na Rede de Atenção à Saúde (RAS). Sendo assim, será realizada uma pesquisa exploratória, de abordagem quantitativa com as estudantes exclusivamente, do sexo feminino, LGBTQIA+ e que estiverem matriculadas em qualquer curso de uma faculdade municipal do interior paulista, maiores de 18 anos.

A coleta de dado será realizada por meio da aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas, disponibilizadas no *GoogleForms*, que buscam compreender as questões que abordam a utilização do serviço de saúde, a frequência, realização do exame de Papanicolau, além do conhecimento sobre as ISTs, preconceito e atendimento as necessidades das mulheres LGBTQIA+. Finalizada a coleta de dados, estes serão analisados utilizando-se frequência simples, para os que forem provenientes das questões fechadas e a análise de conteúdo, para os que forem provenientes das questões abertas.

Introdução

Nos últimos anos é possível ver o avanço da representatividade da população Lésbica, gay, trans, bissexuais e simpatizantes (LGBTQIA+), inclusive na saúde, com a Política de Integralidade a Saúde LGBT que foi instaurada no Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Portaria GM/MS nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011. Essa portaria visa promover o direito a saúde e a integralidade do cuidado para essa população, como reduzir a desigualdade entre eles, tirando-os da margem da sociedade e assegurando o direito a saúde com equidade (BRASIL, 2013).

Entretanto, a saúde das mulheres pertencentes a essa comunidade vem sendo negligenciada e invisibilizada por um acolhimento ineficaz nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Logo, se faz necessário um estudo em que possa abordar de que forma essa política de integralidade a saúde LGBTQIA+ é aplicada atualmente e como esse público está sendo acolhido nas redes de atenção primária, em especial as mulheres que se relacionam sexualmente com outras mulheres (sáficas).

Assim, considera-se as necessidades de equidade e integralidade, com o intuito de assegurar um cuidado a essas mulheres pela equipe de enfermagem de forma resolutiva, garantindo sua intimidade e seus direitos como cidadãs de forma profissional e livre de preconceitos (SOUSA, 2015).

Método

Será realizado um estudo exploratório de abordagem quantitativa e qualitativa com as estudantes de uma faculdade municipal do interior paulista. O estudo abordará as estudantes LGBTQIA+, maiores de 18 anos e que estão matriculadas em qualquer curso dessa instituição.

A coleta de dado será realizada por meio da aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas, disponibilizadas no *GoogleForms*, que buscam compreender as questões que abordam a utilização do serviço de saúde, a frequência, realização do exame de Papanicolau, além do conhecimento sobre as ISTs, preconceito e atendimento as necessidades das mulheres LGBTQIA+. O convite será realizado por meio de carta convite enviada as todas as estudantes matriculadas regularmente nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino Superior (IES), a partir da lista de fornecida pela seção de alunos. As pesquisadoras também irão divulgar a carta convite nas salas de aulas, momento em que será registrado os dados como e-mail ou telefone, para posterior envio do questionário. Todo esse processo terá início após aprovação do estudo no comitê de ética e liberação dos coordenadores e professores dos diferentes cursos.

Em sequência, após o aceite e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), será aplicado um questionário por meio do *GoogleForms*, composto por treze questões, sendo onze fechadas de múltipla escolha e duas discursivas, as quais buscarão identificar os dados demográficos, questões que abordam a utilização do serviço de saúde, frequência, realização do exame de Papanicolau, além do conhecimento sobre as ISTs, preconceito e atendimento as necessidades das mulheres LGBTQIA+. Assim, o tempo de envio dos formulários das participantes será de uma semana após o primeiro contato com a pesquisa e o tempo de duração para o preenchimento do mesmo é aproximadamente 8 minutos.

Previamente serão solicitados aos coordenadores da instituição e dos cursos autorizações para execução do trabalho no período de aula, sem que haja qualquer prejuízo nos ensinamentos.

Riscos

Considera-se como riscos neste estudo a exposição da opção sexual, como também a opinião das participantes no que se refere a avaliação do serviço prestado a comunidade LGBTQIA+. Por isso, durante a aplicação e desenvolvimento da pesquisa serão respeitados os aspectos éticos e legais, afastando a possibilidade de danos à dimensão física, moral, social, psíquica, intelectual, cultural ou espiritual do participante. Pondera-se, porém, que qualquer que seja o

desconforto de origem emocional, psicológica e intelectual, como medo, constrangimento, estresse e cansaço que possa de alguma natureza refletir em risco ao indivíduo será evitado, afim de proporcionar a plena participação deste, mediante a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), manutenção do sigilo diante dos resultados obtidos.

Benefícios

Conhecer o acolhimento e o atendimento ginecológico realizado a comunidade LGBTQIA+ nas Redes de Atenção a Saúde, possibilitando a busca de estratégias como forma de garantir a qualidade da assistência prestada a essa população.

Instrumento para coleta de dados

O instrumento de coleta de dados para os estudantes, do sexo feminino, matriculadas em qualquer curso da instituição paulista, contará com questionário composto por onze perguntas objetivas de múltipla escolha e duas questões discursivas, elaboradas pela autora do projeto na plataforma do *GoogleForms* e será enviado por e-mail ou whatsapp pelas pesquisadoras.

As perguntas norteadoras são relacionadas a idade, orientação sexual, serviço de saúde, frequência das consultas ginecológicas e Papanicolau, conhecimento sobre as IST's, preconceito e sugestões a equipe multidisciplinar pelas participantes.

Referências

- [1] BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília, 2013. Disponível em: Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (saude.gov.br). Acesso em 12 jan 2023.
- [2] ANDRADE, J. **Vulnerabilidade de mulheres que fazem sexo com mulheres às infecções sexualmente transmissíveis**. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista, Botucatu.
- [3] SOUSA J. **Cuidados do enfermeiro à mulher lésbica na estratégia de saúde da família**. 2015. Dissertação (mestrado em enfermagem) – Universidade federal de Pernambuco, Centro de Ciências da Saúde, Recife.
- [4] BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília, 2004. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf. Acesso em: 03 jan. 2023.

PROPAGAÇÃO DA BELEZA INATINGÍVEL E OS RISCOS À SAÚDE

Carla Cristina De Oliveira; Rôsangela Gonçalves da Silva

Assis-SP

carla.c.oliveira07@hotmail.com, roseziquinelli@gmail.com

A beleza é um conceito que passou por inúmeras transformações no decorrer do tempo, sendo definida de acordo com as diferentes culturas e fortemente marcadas por modelos estéticos definidos [1].

A mídia pulveriza a idealização do corpo perfeito gerando uma pressão para que o indivíduo se encaixe nesse molde e prometendo que qualquer pessoa pode conseguir alcançar este estereótipo. Um dos principais modelos está relacionado à magreza, levando as pessoas a adesão às dietas restritivas objetivando perder muito peso em pouco tempo. Tal conduta leva a alternância constante entre essas dietas restritivas aumentando as chances de obsessões alimentares, episódios de compulsão alimentar e transtornos relacionados à alimentação, ou ainda, desenvolvem irritabilidade, dificuldade de concentração, fadiga, intolerância ao frio, nervosismo, euforia, cefaleia, devido ao baixo aporte nutricional [2].

Nessa perspectiva, as mulheres são as mais afetadas, pois historicamente, são submetidas ou se submetem aos padrões de beleza impostos por suas culturas em diferentes períodos históricos até os dias atuais [1].

Torna-se indiscutível a relevância deste estudo, visto que o acesso às mídias virtuais e impressas atingem pessoas de diferentes faixas etárias e sobretudo, com composição corporal única, individualizada e intrinsecamente ligada a fatores genéticos ou hereditários [3].

Objetivo e método

Identificar nas publicações midiáticas possíveis propagandas enganosas sobre beleza e confrontar com os artigos científicos sobre os riscos à saúde causados por estas influências. Também levantar dados sobre as fontes midiáticas mais acessadas pela população geral, identificando perfis de pessoas que buscam informações relacionadas a beleza e demonstrar por meio de buscas em fontes validadas, que o acesso irrestrito a informações sobre beleza pode trazer riscos à saúde.

Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo descritivo, bibliográfico analítico, por meio de revisão integrativa da literatura científica e busca

de dados publicados sobre plataformas acessadas em nível global, tais como Instagram, Facebook, Twitter e demais redes sociais. Para o levantamento dos artigos na literatura, serão realizadas buscas nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line (Medline), além de publicações em plataformas que remetem ao tema e publicações impressas que forem pertinentes. A busca dos artigos, se basearão nos seguintes descritores e suas combinações na língua portuguesa: “Propaganda enganosa e Beleza”, “Plataformas virtuais”, “Riscos à saúde” e “Fake News e influências”. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos serão: artigos publicados em português; artigos na íntegra, desde que retratem a temática; artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados nos últimos dez anos e em fontes virtuais ou impressas.

Resultados

A partir da análise sistemática 12 artigos selecionados para a construção do projeto observaram-se que o tipo de pesquisa predominante foi a categoria não pesquisa tipificada como revisão de literatura (67%). Logo em seguida, tem-se a categoria "outros" (17%), que engloba indicadores do IBGE e leis, seguida pela pesquisa de abordagem quantitativa (17%).

No que diz respeito à titulação dos autores, nota-se que 58% deles têm formação na grande área de conhecimento “Humanas”, enquanto os demais se enquadram nas áreas de exatas e saúde de acordo com a análise dos artigos.

Discussão

A leitura sistemática dos artigos evidenciou que a mídia influencia diretamente sobre as decisões da pessoa que acessa esse tipo de conteúdo impactando, em nível mundial, em um resultado de 70 milhões de pessoas sofrendo de transtornos alimentares, assim como ressaltando-se uma ascendência de 140% de cirurgias plásticas nos últimos 10 anos. [4].

Referências

- [1] JESUS, RS.; LOPES, DP.; ANDRADRE, F.J.; ALBIERI, G.; RIBEIRO, GA.; ALEMIDA, GA.; ROCHA, TAB. **A influência dos padrões de beleza impostos pela mídia.** Universidade São Judas Tadeu. 2016. Disponível em: <http://conicsema.org.br/anais/files/2016/trabalho1000022371.pdf>. Acesso em: 27 jan 2023.
- [2] FARIA, AL.; ALMEIDA, SG.; RAMOS, TM. **Impactos e consequências das dietas da moda e da suplementação no comportamento alimentar.** Research, Society and Development, v. 10, n. 10, e441101019089, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.19089>
- [3] HONG, J. et al. **Genome-wide association study reveals sex-specific genetic architecture of facial attractiveness.** Plos Genetics 15(4): e1007973. <https://doi.org/10.1371/journal.pgen.1007973>(2019)
- [4] FERREIRA, Amanda. **O padrão de beleza inatingível criado na forma de mercadoria pela sociedade com o objetivo de gerar lucro.** São Paulo, 2022. Monografia de Bacharelado (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/27774/1/Monografia%20Amanda_Grandberg%20%281%29_Amanda%20Grandberg%20Mat.pdf Acesso em: 27 jan 2023.

ADMINISTRAÇÃO

AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO: MUDANÇAS DOS MODELOS APÓS PANDEMIA DO COVID-19

M^a. Danielle Cristina Ferrarezi Barboza; Victor Tirolli da Silva
Assis-SP
danielle@psicorienta.com.br, victor.tirolli@gmail.com

A pandemia de COVID-19 provocou transformações nos modelos de trabalho em todo o mundo. Inicialmente, a estratégia mais eficaz adotada para combater a disseminação do vírus foi o distanciamento social, o que exigiu que as pessoas permanecessem em suas casas e levou muitas a realizar suas atividades profissionais a partir de suas residências, utilizando os recursos disponíveis. Rapidamente, percebeu-se que a adaptação ocorreu de maneira ágil, com a introdução de ferramentas e práticas como compartilhamento de documentos, assinaturas eletrônicas, reuniões virtuais, entre outras. O isolamento social, necessário para conter a propagação do vírus, resultou em um contingente significativo de trabalhadores remotos, cujo número ainda não pode ser plenamente quantificado. O teletrabalho emergiu como uma solução indispensável em nossa realidade global recente, devido aos riscos associados à reunião presencial em meio à pandemia. No entanto, é uma realidade complexa. Por um lado, muitas organizações (públicas ou privadas) economizaram consideravelmente, deixando de gastar recursos e, em alguns casos, até aumentando seus lucros, devido ao trabalho remoto de seus colaboradores em suas próprias residências. Por outro lado, muitos trabalhadores, especialmente aqueles em categorias essenciais, tiveram que assumir altos custos da noite para o dia para garantir uma eficiente transição para o trabalho à distância. Além disso, a relação desses profissionais com a tecnologia também representou um desafio. O teletrabalho continua a ser relevante mesmo à medida que o impacto do coronavírus diminui, mas existem muitas questões a serem estudadas, especialmente no que diz respeito à regulamentação trabalhista que deve abranger todas as modalidades de trabalho existentes e futuras. O trabalho a distância cria novas pressões e pode levar a um tipo diferente de isolamento, comprometendo significativamente a comunicação entre equipes e colaboradores e afetando a dimensão social do trabalho. Por outro lado, o trabalho presencial ocorre fisicamente nas

instalações da empresa, enquanto o modelo híbrido combina elementos dos dois mencionados anteriormente.

Coleta de Dados

Este projeto se concentra na análise de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e exploratório. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário disponibilizado na plataforma Google Forms, desenvolvido pela parceria entre orientadores e orientandos. A análise dos dados envolveu estatística simples e frequência de respostas, bem como a interpretação das respostas abertas. O objetivo principal deste trabalho é compreender as transformações ocorridas no ambiente de trabalho após o surto de COVID-19. A pesquisa visa responder à seguinte pergunta: Quais foram as mudanças nos modelos de trabalho após a pandemia de COVID-19? Para isso, investigou-se se os entrevistados experimentaram alguma alteração em seu modelo de trabalho em comparação ao período anterior à pandemia. A amostra foi delimitada para homens e mulheres com idades entre 18 e 65 anos, abrangendo a População Economicamente Ativa (PEA) e os maiores de idade que estavam ou continuam inseridos no mercado de trabalho antes e depois da pandemia. Os participantes pertencem aos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Arquitetura, Ciências da Computação e Análise de Sistemas da Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, e trabalham formalmente sob contratos de pessoa física ou jurídica. A amostragem foi não probabilística, uma vez que não era possível determinar quantos alunos se enquadravam no perfil da pesquisa. Os principais objetivos da pesquisa incluem: Compreender as tendências e mudanças no ambiente de trabalho, incluindo a adoção de novos modelos de trabalho, as dificuldades enfrentadas pelos colaboradores durante a adaptação e os benefícios e desafios da implementação dessas mudanças; investigar as mudanças na produtividade, remuneração e

infraestrutura necessária para desempenhar eficazmente as funções no novo contexto de trabalho; Explorar as aspirações e tendências dos entrevistados em relação ao futuro do ambiente de trabalho. Este estudo traz benefícios para os participantes, uma vez que os convida a refletir sobre suas atitudes e comportamentos diante das mudanças no mundo do trabalho. Para os gestores e administradores, fornece insights sobre como as pessoas estão se adaptando a essas mudanças e o que pode ser feito para preparar profissionais para o futuro. Além disso, contribui para a compreensão de fenômenos decorrentes de crises, auxiliando na tomada de decisões futuras.

Devido à natureza da pesquisa envolvendo alunos da FEMA, obtivemos a autorização da Direção Acadêmica para conduzir o estudo, seguida pela submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), devido à participação de seres humanos na pesquisa. Após a aprovação em 28 de abril de 2023, a coleta de dados teve início em 4 de maio de 2023. As respostas foram analisadas globalmente e, posteriormente, segmentadas para investigar aspectos específicos, como renda, gênero e idade, visando a revisão de métodos, categorias e conceitos relacionados ao fenômeno das transformações nos modelos de trabalho após a pandemia de COVID-19 na sociedade, com atenção à diversidade presente na amostra. Vale ressaltar que, devido à falta de resposta de alguns alunos, apenas 32 registros foram analisados.

Análise de Resultados

A amostra se apresentou composta predominantemente por mulheres, de 18-24 anos, com nível de escolaridade superior incompleto, trabalham em regime CLT, não tinham o modelo híbrido implantado, sendo a área de atuação a Educação. De acordo com a Agência Brasil (2020), "o trabalho em casa foi estratégia adotada por 46% das empresas durante a pandemia", e completa que "no setor de comércio e serviços, 57,5% dos empregados passaram para o teletrabalho, nas pequenas empresas o percentual ficou em 52%". A partir de então que a adoção do Regime Remoto ou Híbrido, na pesquisa, totalizou 43,75% (quarenta e três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) apresentando resultado regional levemente inferior ao apresentado pelos números nacionais, segundo o Gráfico 01.

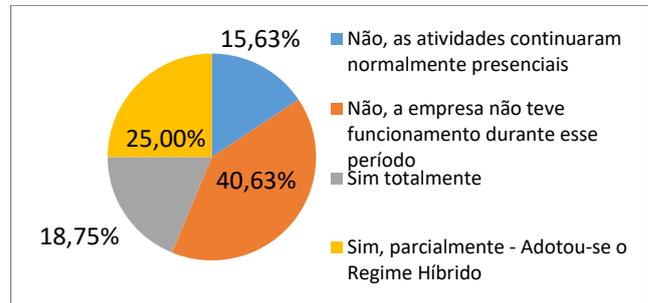


Gráfico 01: Adoção do Regime Híbrido no Período da Pandemia referente aos Participantes da Pesquisa.

Fonte: Próprio Autor.

A pesquisa revelou uma série de insights significativos em relação à adoção do trabalho remoto e do regime híbrido durante a pandemia de COVID-19. Os principais benefícios relatados em relação ao trabalho remoto incluíram a redução do tempo de deslocamento, horários de trabalho mais flexíveis, maior tempo disponível para passar com a família, liberdade na execução das tarefas e um aumento na produtividade. No entanto, também foram identificados alguns desafios, como distrações pessoais (principalmente relacionadas às redes sociais e celulares), falta de comunicação adequada com equipes e colegas de trabalho, ruídos no ambiente doméstico, presença de outros membros da família no mesmo espaço de trabalho e dificuldades no acesso aos sistemas da empresa.

Em relação à redução salarial durante a pandemia, entre os seis estudantes que participaram da pesquisa, quatro não experimentaram redução salarial, enquanto dois tiveram seus salários reduzidos.

Quando se tratou do desempenho dos colaboradores durante a pandemia, três dos seis estudantes relataram um aumento no desempenho, dois mantiveram o mesmo nível de desempenho e um afirmou que seu desempenho piorou.

Quanto à infraestrutura fornecida pelas empresas para o trabalho remoto, quatro dos seis estudantes responderam que receberam toda a estrutura necessária, enquanto dois relataram que não receberam estrutura suficiente para realizar suas atividades remotamente. Em relação à ajuda de custo por parte das empresas, três dos seis estudantes afirmaram que não receberam ajuda de custo, enquanto os outros três receberam apoio para a compra de equipamentos.

Quando questionados sobre as expectativas em relação ao trabalho remoto durante a pandemia,

quatro dos seis estudantes responderam que suas expectativas foram totalmente atendidas, dois disseram que foram parcialmente atendidas e dois não tinham certeza se suas expectativas foram alcançadas. De acordo com uma pesquisa citada da Agência Brasil (2020), 50% das empresas relataram que a experiência com o teletrabalho superou suas expectativas, enquanto 44% consideraram que o resultado ficou dentro do esperado. Isso sugere que as expectativas foram amplamente atendidas tanto pelos colaboradores quanto pelas empresas.

Em relação à adoção do regime híbrido durante a pandemia, dos oito estudantes envolvidos na pesquisa, três afirmaram que o regime híbrido adotado foi parcial, com um ou dois dias de trabalho remoto, enquanto dois relataram que foi parcial, com três ou quatro dias de trabalho remoto. Um estudante não adotou o regime híbrido, um voltou ao trabalho presencial após a pandemia e um continuou trabalhando presencialmente com designações esporádicas de trabalho remoto. De acordo com o Monitor Mercantil (2022), 56% das organizações operam com o formato híbrido.

Os principais benefícios relatados em relação ao regime híbrido incluíram a redução do tempo de deslocamento, horários de trabalho mais flexíveis, mais tempo disponível para a família, aumento da produtividade, a capacidade de se dedicar a projetos pessoais, maior liberdade na execução das tarefas e privacidade. Os problemas enfrentados no regime híbrido incluíram a falta de motivação, preocupações e ansiedade, a presença de outros membros da família no mesmo ambiente, a necessidade de manipular documentos físicos, dificuldades no acesso aos sistemas da empresa, distrações pessoais (principalmente relacionadas às redes sociais e celulares) e a falta de estrutura adequada.

Em relação à redução salarial durante o período da pandemia para aqueles que adotaram o modelo híbrido, sete dos oito estudantes não sofreram redução salarial.

Quanto à assistência oferecida pelas empresas para a adoção do regime híbrido, os resultados indicaram que muitas empresas não estavam totalmente preparadas em termos de infraestrutura física. Cerca de 38% dos participantes tiveram que adquirir periféricos por conta própria, e apenas 25% tinham estrutura física pronta para a transição imediata. Isso sugere que a maioria das empresas não estava pronta para a implementação do regime

híbrido e não ofereceu apoio financeiro aos colaboradores na região de Assis.

Quando se trata das expectativas em relação ao regime híbrido, a pesquisa indicou que o trabalho híbrido é uma tendência forte e que muitos colaboradores desejam adotá-lo. Aproximadamente 53% dos pesquisados preferiram a adoção do regime híbrido ou totalmente remoto, em comparação com 43% que preferiram o trabalho presencial integral. Isso está em consonância com um estudo citado pelo Consultor Jurídico (2022), que indicou que 57% dos profissionais em várias áreas têm a intenção de adotar o trabalho híbrido. Esses dados sugerem que a mudança para o regime híbrido é uma tendência real, tanto do ponto de vista dos colaboradores quanto das organizações.

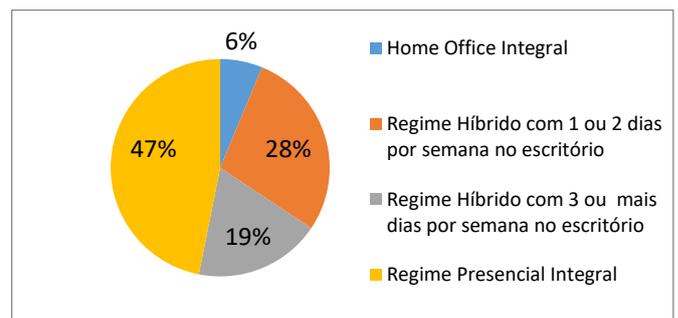


Gráfico 02: Desejo do colaborador para adoção de Regime de Trabalho após a Pandemia, de acordo com os Participantes da Pesquisa.

Fonte: Próprio Autor.

Por fim se nota com as estratégias válidas para adoção por parte da empresa após Pandemia, a partir de dados coletados na pesquisa que a comunicação online foi o quesito mais citado entre os pesquisados, com 28,13% (vinte e três inteiros e treze centésimos por cento), seguido pelas plataformas de gerenciamento de tarefas e equipes, com 23,44% (vinte e três inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento) e o ponto eletrônico, com 20,31% (vinte inteiros e trinta e um centésimos por cento). Isso pode ser evidenciado, Terra (2022), em “As empresas estão apostando em equipamentos eletrônicos para aumentar o nível de produtividade e de mobilidade das equipes. A adoção de dispositivos móveis, no entanto, pode ser otimizada para melhores resultados e também maior segurança de dados”.

Os entrevistados desejam que o regime híbrido seja adotado após o período de pandemia e as

reuniões sendo de livre escolha por parte do colaborador, entre remotas ou presenciais.

Considerações Finais

Consequentemente, observou-se que os principais benefícios do trabalho remoto foram à redução do tempo gasto em deslocamento e horários de trabalho mais flexíveis. Por outro lado, os principais desafios foram às distrações pessoais e a falta de comunicação adequada com as equipes. É relevante destacar que os funcionários não tiveram seus salários reduzidos durante a pandemia, e houve um aumento notável na produtividade. Além disso, muitos receberam assistência financeira para adquirir equipamentos necessários para o trabalho remoto. A liderança demonstrou uma adaptação proativa, e as expectativas em relação ao trabalho remoto foram geralmente alcançadas. No que diz respeito à adoção do regime híbrido, este envolveu um ou dois dias de trabalho remoto. Os benefícios incluíram a redução do tempo de deslocamento e mais tempo disponível para a família. Entretanto,

surgiram desafios como a falta de motivação, preocupações e ansiedade, bem como a presença de outros membros da família no mesmo ambiente de trabalho. Da mesma forma que no trabalho remoto, não houve redução salarial durante a pandemia, e a produtividade aumentou. Muitos colaboradores perceberam que a maioria ou todas as suas tarefas poderiam ser realizadas no regime híbrido, embora tenham experimentado um aumento na carga de trabalho, incluindo horas extras. Infelizmente, as empresas não forneceram a infraestrutura física necessária para a transição para o regime híbrido, e a maioria delas não ofereceu assistência financeira para a aquisição de equipamentos. A liderança, por sua vez, ainda precisa se adaptar melhor a esse novo modelo de trabalho. No entanto, as expectativas em relação ao regime híbrido também foram geralmente atingidas. Dessa forma, torna-se evidente que os colaboradores de Assis e região desejam, para o período pós-pandemia, a adoção do regime híbrido. Concluindo, este estudo conseguiu alcançar os objetivos estabelecidos com sucesso.

Referências

- [1] BRASIL. AGÊNCIA BRASIL. **Home Office foi adotado por 46% das empresas durante a pandemia**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-07/home-office-foi-adotado-por-46-das-empresas-durante-pandemia>. Acesso em: 24 mai. 2023.
- [2] BRASIL. LEGISLAÇÃO PRESIDENCIA. **Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DLG&numero=6&ano=2020&ato=b1fAzZU5EMZpWT794#:~:text=MPV%20986%2C%20DE%2029%2F06,enfrentamento%20%C3%A0%20pandemia%20de%20coronav%C3%ADrus>. Acesso em: 23 set. 2022.
- [3] COSTA, Danielle; ALMEIDA, Bruna. **O trabalho híbrido na Administração Pública: produtividade e inovação em tempos de pandemia**. Faculdade Laboro, MA, v. 1, n. 1, p. 1-4, mar. 2022. Disponível em: <http://repositorio.laboro.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/259>. Acesso em: 19 out. 2022.
- [4] CONSULTOR JURÍDICO. **58% dos profissionais do país consideram adotar trabalho híbrido ou remoto**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mar-24/58-profissionais-pais-consideram-trabalho-hibrido-ou-remoto>. Acesso em: 30 mai. 2023.
- [5] MONITOR MERCANTIL. **Para brasileiro, trabalho híbrido é tão importante quanto salário**. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/para-brasileiro-trabalho-hibrido-e-tao-importante-quanto-salario/>. Acesso em: 25 mai. 2023.
- [6] POSSÍDIO, Cyntia; MARTINEZ, Luciano. **O trabalho nos tempos do Coronavírus**. Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9786555591279. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555591279/>. Acesso em: 19 out. 2022.

COMPLIANCE TRABALHISTA

Luiz Antonio Ramalho Zanoti¹; André Luiz Depes Zanoti²

1. Graduado em Letras, Direito, Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, Mestre pela Unimar em Direito/Empreendimentos Econômicos/Desenvolvimento e Mudança Social, Professor de Direito do Trabalho e de Comércio Exterior na FEMA/IMESA: zanoti.7@gmail.com; 2. Graduado em Contabilidade e Administração de Folha de Pagamentos pela New BrunswickCommunityCollege / NBCC Canadá, Mestre em Direito, pelo Centro Universitário Eurípides de Marília / UNIVEM), Especialista em Política e Estratégia pela Universidade de São Paulo / USP), Especialista em Direitos Especiais pelo Centro Universitário Eurípides de Marília / UNIVEM), graduado em Direito pela Universidade de Marília / UNIMAR). Concluiu o ensino-médio na Fox Lane High School / Bedford/New York. É Professor na FATEC - Faculdade de Tecnologia - nos Campi de Ourinhos/SP e Assis/SP- onde leciona as disciplinas de Direito para os cursos de Jogos Eletrônicos, Tecnologia em Agronegócio, Análise e Desenvolvimento de Sistema, Gestão Comercial e EaD. É Assistente Administrativo do Reitor do programa de Doutorado e Mestrado em Psicologia da Universidade de Yorkville no Canadá. Atua principalmente nos seguintes temas: Crítica aos Fundamentos da dogmática jurídica, principiologia do Direito e construção do saber jurídico. Possui formação em Programação Neurolinguística, pelo Southern Institute of Neurolinguistic da California e em Empreendedorismo – EMPRETEC/SEBRAE e ministra cursos, palestras e treinamentos a pessoas físicas e jurídicas. Criador da Incubadora de Startups Fomenta Vale. andrezanoti@gmail.com

Definição de compliance

A palavra ‘compliance’ deriva do verbo inglês *to comply*, que significa, em tradução livre, observar, se submeter, agir de conformidade com algo: no caso presente, com as leis trabalhistas em vigor.¹ O termo traz em seu bojo o compromisso das organizações de cumprir rigorosamente as leis contidas no ordenamento jurídico do país, visando a promover internamente um ambiente orientado por princípios éticos e de valorização da integridade corporativa.

O compliance está presente nas mais variadas áreas das empresas: Empresarial, Trabalhista, Tributário, Fiscal, Ambiental, Criminal, Responsabilidade Social e Administração Pública. No presente caso nós nos limitaremos a tão somente ao ‘Compliance Trabalhista’.

Compliance trabalhista

Constitui-se numa política de governança corporativa, constituída por um conjunto harmônico de procedimentos sistematicamente organizados e perenes, o qual tem por escopo implantar e cumprir regras procedimentais embasadas em princípios legais, com o objetivo de fortalecer o relacionamento com os seus empregados, no que concerne ao pleno cumprimento das obrigações trabalhistas.

A implantação do compliance requer um diálogo transparente e permanente entre a cúpula da empresa e o seu Departamento de Recursos Humanos, de forma a enfatizar a política interna de retenção de valores pessoais, minimizar a ocorrência de doenças e acidentes do trabalho, criar um ambiente saudável e estimulante para os obreiros, reduzir a ocorrência de reclamações trabalhistas e do nível do passivo trabalhista e, se possível, anular a possibilidade de pagamentos de sentenças judiciais trabalhistas.

Tal política tem, como pano de fundo, o nítido interesse de realizar uma gestão preventiva de forma a minimizar riscos no seu mais amplo espectro, bem como se projetar no mercado forjando a imagem de empresa ética e socialmente responsável. Com isso, a empresa evita práticas ilegais, multas, litígios e danos ao seu conceito perante os seus *stakeholders*, que são grupos de pessoas ou organizações as quais têm ou potencialmente poderão ter algum interesse direto ou indireto sobre as ações desenvolvidas pela empresa, dentre os quais se destacam os investidores, os acionistas, os fornecedores, os clientes, o Estado, os próprios empregados e a comunidade em geral. E a empresa está permanentemente sendo acompanhada por esses agentes influenciadores, ainda que de forma silenciosa e a distância, os quais captam sinais positivos e

¹ <https://pt.bab.la/dicionario/ingles-portugues/com>.

negativos advindos da política organizacional emanados das decisões da governança corporativa.

É de competência do Departamento Jurídico da empresa elaborar contratos de trabalho com observância rigorosa dos princípios fundamentais do Direito do Trabalho, para evitar que pactos leoninos, que hoje trazem benefícios financeiros para a empresa, sejam, no futuro, revertidos e/ou anulados pela Justiça do Trabalho. Valer lembrar que o empregado pode pleitear direitos trabalhistas relativos aos últimos cinco anos de trabalho, a contar da data da propositura da ação, cálculos estes atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais até a data do efetivo desembolso, a teor do artigo 11, da CLT.

Art. 11. A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

Vê-se, pois, que o empregado dispõe de um universo temporal muito considerável para reunir os valores relativos aos direitos trabalhistas que ele julga possuir, fato este que invariavelmente resulta em condenações financeiras em níveis muito expressivos pela Justiça do Trabalho, o que pode causar transtornos apreciáveis no fluxo de caixa das empresas.

O compliance trabalhista ganha corpo a cada ano dentre as principais organizações empresariais do país. A título ilustrativo, aqui a esta a relação das empresas ganhadoras do VII Prêmio Compliance ESG Brasil – 2022, conforme divulgação da Ambipar Group:²

Categoria Energia

1º ThyssenKrupp – Ibitiré / MG

2º Mercedes Benz – Juiz de Fora / MG

3º SPDM – Hospital Geral Pirajussara – Taboão da Serra / SP

Categoria Saúde e Segurança Ocupacional

1º Tarkett – Jacareí / SP

2º Alcoa – Juruti / PA

3º Unilever – Indaiatuba / SP

Categoria Segurança de Alimentos e Qualidade

1º Coca-Cola Andina – Ribeirão Preto

2º Leão Alimentos – Fazenda Rio Grande / PR

3º Novozymes – Unid. Enzimas e Leveduras – Araucária / PR

Categoria Meio Ambiente

1º Cenibra – Celulose Nipo Brasileira – Belo Oriente / MG

2º Mondelez – Curitiba / PR

3º Kanjiko – Salto / SP

Categoria Gestão Integrada

1º Flextronics – Sorocaba / SP

2º Bayer S.A. – São José dos Campos / SP

3º Sabic – Campinas / SP

Destaque do Ano – Case ESG Porto Sudeste – Itaguaí / RJ

Por uma questão de limitação do espaço, nós descrevemos apenas as três empresas primeiras colocadas em cada categoria, muito embora tenham sido premiadas as dez que mais se destacaram em cada uma delas.

Vantagens proporcionadas pela assunção do compliance trabalhista pelas empresas

A adoção do compliance trabalhista resulta em maior motivação dos trabalhadores, vez que estes percebem que estão em curso, dentro da empresa, políticas genuínas de valorização da dignidade da pessoa humana, com ênfase nas melhores práticas de liderança de pessoas. Com isso, impedem-se os abusos de poder, os assédios moral e sexual e os preconceitos de toda natureza, a ponto de criar um clima muito saudável no ambiente de trabalho. E a empresa ganha naturalmente maior comprometimento do empregado em relação aos seus objetivos maiores. É, portanto, um jogo de ganha-ganha!

O clima organizacional onde os trabalhadores laboram felizes e a direção da empresa, através do Departamento de Recursos Humanos, está atenta para prontamente corrigir

² <https://www.premiocompliancebrasil.com.br/ultimas-edicoes/vencedores-2022/>

desvios e rever diretrizes internas, é um ambiente ideal para que se reduzam o absenteísmo, as doenças e acidentes de trabalho, fenômenos estes que, quando ocorrem, além de produzirem tragédia pessoal, também impactam o caixa da empresa que é obrigada a suportar os custos resultantes dos afastamentos por licença médica nos primeiros quinze dias, além dos transtornos intangíveis que a ausência física do empregado produz na logística organizacional.

Num ambiente de trabalho onde há um clima genuíno de mútuo respeito e consideração entre empregador e empregados, surge naturalmente a figura do *employer branding*, que consiste numa forma automática e silenciosa de reter talentos pela empresa, a ponto de inibir que eles (empregados) troquem a empresa verdadeiramente responsável, na qual trabalham, por outra – que pode ser até mesmo uma concorrente direita - na qual eles não têm certeza alguma sobre as condições ambientais de labor. De outra face, a empresa reconhecida como fomentadora de uma cultura organizacional na qual há predominância do *employer branding* passa a se constituir no sonho de trabalho dos trabalhadores.

Por todos esses fatos, o Departamento de Recursos Humanos é, provavelmente, o setor mais importante na estrutura organizacional da empresa que decide adotar o compliance trabalhista, eis que a ele cabe a incumbência de selecionar e admitir empregados, treinar gestores, determinar estilos de liderança a serem seguidos, disseminar as melhores práticas de gestão pessoal, criar e prestigiar o uso de canais de denúncias, identificar zonas de riscos e tomar

imediatas providências para sanar irregularidades. Claro está que todas essas ações necessitam do amplo respaldo da direção da empresa.

Considerações finais

A adoção do compliance em seara trabalhista é uma decisão que certamente impacta positivamente o relacionamento profissional entre empregador e empregados.

É uma ferramenta de gestão operacional indispensável para quem pretende atingir um nível elevado de governança corporativa. Aliás, é possível afirmar que é impossível a existência desta sem a adoção do compliance trabalhista.

Nenhum ser humano tem prazer de vender a sua força de trabalho para um empregador incessível ao fato de que as necessidades dele, empregado, não se resumem tão somente ao recebimento de salário. Como todo ser humano, ele necessita de que a sua dignidade seja valorizada, por meio de ações concretas que, além do pagamento do salário, objetivem criar um ambiente saudável de trabalho. E isso somente se consegue quando o empregado tem a segurança de que o empregador cumpre com fidelidade as suas obrigações trabalhistas, se preocupa em desenvolver atividades concretas para impedir assédios moral e sexual, abusos de poder gerencial, para combater preconceitos de toda natureza.

Empregador que não estiver consciente disso tem dentro empresa verdadeiras bombas-relógios que fatalmente serão acionadas logo após cada rescisão de contrato de trabalho. E os impactos financeiros no caixa da empresa geralmente não são pequenos.

Referências

- [1] CANDELORO, Ana Paula P. Compliance 360º - Riscos, Estratégias, Conflitos e Vaidades. São Paulo: Trevisan.
[2] <https://www.premiocompliancebrasil.com.br/ultimas-edicoes/vencedores-2022/>
[3] <https://pt.bab.la> > dicionario > ingles-portugues > com

ANÁLISE DE SISTEMAS E CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

MODELAGEM BASEADA EM AGENTES

Gustavo Roldam; Luiz Carlos Begosso
Assis-SP

roldam.gustavo@gmail.com, luiz.begosso@fema.edu.br

Modelos baseados em agentes são modelos de simulação que representam explicitamente agentes individuais, que podem ser humanos, instituições ou organismos com suas características e comportamentos. Estes modelos podem ser representados em plataformas computacionais específicas e consistem em ferramental utilizado em uma ampla gama de campos de pesquisa, incluindo ciências sociais, ciências da saúde, economia, ecologia, educação, ciências básicas e evolução.

Modelos

A elaboração de modelos tem a finalidade de explicar e prever fatos do mundo real. Um modelo consiste numa entidade que é utilizada para representar alguma outra entidade para um propósito específico [1]. De fato, modelos podem ser usados para estudar sistemas que existem apenas em conceito e a simulação é uma abordagem particular para estudar tais modelos, o que configura uma atuação fundamentalmente experimental.

Para a explorar um modelo em particular, utiliza-se de aparato computacional que tenha a condição de gerar estados simulados do cenário ou contexto estudado. Uma plataforma de simulação computacional é uma alternativa que tem condições de reproduzir o ambiente real numa proporção simulada e que pode auxiliar o pesquisador a entender e explicar fenômenos. Dessa forma, um simulador pode conter uma linguagem de programação que trata de combinações complexas e apresenta uma interface gráfica para exibir os resultados encontrados. Assim, pode-se definir agente como sendo um elemento computacional capaz de perceber seu ambiente, por meio de sensores e de agir sobre esse ambiente por meio de atuadores [2].

Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo utilizar de modelos baseados em agentes e para atender esta meta e a plataforma NetLogo foi a selecionada.

O NetLogo é um ambiente de simulação genérico que foi projetado para atuar em

qualquer domínio de aplicação. A plataforma NetLogo oferece uma ampla gama de funcionalidades e operadores genéricos aos seus usuários. Além disso, ela é compatível com as linguagens de programação Python e R [3].

Objetivos

No contexto desse trabalho, foi conduzido um estudo exploratório que investigou o papel dos modelos baseados em agentes e utilizou-se a plataforma NetLogo para modelar os agentes estudados.

Especificamente, esta pesquisa teve como objetivo aplicar e analisar algoritmos de classificação de dados, como Bubble, Counting, Heap, Insertion, Quick, Selection e Shell Sort, para identificar o algoritmo que possui as melhores características de eficiência e robustez.

Metodologia

Inicialmente conduziu-se uma pesquisa sobre a plataforma NetLogo e a modelagem baseada em agentes. Esse processo envolveu a exploração de artigos científicos que tratavam sobre o conceito de agentes e da linguagem NetLogo que permitiu um melhor entendimento dos métodos para as respectivas modelagens. Estudou-se as bibliotecas do NetLogo que permitem a monitoração do uso da unidade central de processamento (UCP), tempo de execução de funções e consumo de memória. Neste projeto, empregou-se o uso de duas bibliotecas: a "MGR", responsável por registrar os consumos de memória e UCP, e a "Profiler", utilizada para armazenar os dados gerais de consumo, sendo empregada, neste caso, para registrar o tempo de duração de um método de ordenação de dados. Em seguida, estudou-se algoritmos de ordenação e manipulação de dados que são responsáveis por classificar os elementos de uma estrutura numa certa ordem: crescente ou decrescente. Os algoritmos aqui estudados foram: Bubble Sort, Counting Sort, Heap Sort, Insertion Sort, Quick Sort, Selection Sort e Shell Sort. Cada um desses algoritmos apresenta técnica específica para organizar e

classificar os dados. Após o entendimento sobre o funcionamento dos algoritmos, eles foram implementados em C++ com o objetivo de interpretar e ajustar o correto funcionamento para a linguagem NetLogo. Por fim, cada um dos métodos de classificação foi implementado no NetLogo e testes individuais foram realizados para obter as informações de eficiência e robustez dos algoritmos.

Resultados

Após a finalização da implementação dos algoritmos no NetLogo, iniciaram-se os procedimentos de teste que abrangeram avaliações de velocidade, consumo de UCP e utilização de memória. Esta fase visava à análise do desempenho e da eficiência dos algoritmos em diversos cenários com valores diferentes. Todos os sete algoritmos foram submetidos a uma população de 1.000, 10.000 e 100.000 agentes que estavam organizados sob três aspectos: em ordem crescente, decrescente e de forma aleatória. Neste ponto, é importante destacar que cada agente representava um número e eles foram inicialmente organizados de acordo com os três aspectos citados.

Depois que os dados dos experimentos foram coletados, observou-se que o algoritmo de classificação Counting Sort obteve o melhor desempenho segundo os critérios estabelecidos, pois ele apresentou pontos positivos em tempo de processamento (velocidade), consumo de UCP e de memória. Na outra extremidade, apareceu o algoritmo Shell Sort que apresentou a menor otimização em todos os aspectos quando comparado aos demais.

Referências

- [1] WHITE, K. Preston; INGALLS, Ricki G. The basics of simulation. In: 2017 WINTER SIMULATION CONFERENCE, 2017, Proceedings of the 2017 WSC '17 - IEEE, 34, dec, 3 – 6, 2017, p. 1 – 15.
- [2] RUSSEL, S; NORVIG, P. Artificial Intelligence: A Modern Approach. New York: Prentice Hall, USA, 2003.
- [3] GAUDOU, B.; LANG, C.; MARILLEAU, N.; SAVIN, G.; COYREHOURCQ, S. R.; NICOD, J. M. Netlogo, an open simulation environment. In: BANOS, Arnaud; LANG, Christophe; MARILLEAU, Nicolas. Agent-based Spatial Simulation with NetLogo, Elsevier, 2017, Volume 2, p. 1-36.

Conclusões

O presente trabalho objetivou realizar uma pesquisa sobre Agentes e algoritmos de ordenação e manipulação de dados. Estes algoritmos, que utilizam de diferentes técnicas de ordenação, têm por finalidade classificar os elementos de uma estrutura de dados em ordem crescente ou decrescente. Existe uma vasta aplicação de algoritmos de classificação na área de TI e estudá-los sob a luz de seus desempenhos foi a justificativa para a condução deste trabalho. Foram estudados e implementados, no NetLogo, sete algoritmos de classificação de dados. O produto da pesquisa consistiu em determinar qual dos algoritmos estudados foi o mais otimizado segundo critérios definidos ao longo da pesquisa. Os estudos indicaram que o algoritmo mais apropriado, com base nos testes e critérios de pontuação estabelecidos para comparação foi o Counting Sort.

Como trabalhos futuros, planeja-se ampliar a comparação com outros algoritmos de ordenação, como o Merge Sort, por exemplo, a fim de obter uma compreensão mais completa das diferenças de desempenho entre eles. Além disso, poderiam ser incorporados critérios adicionais de avaliação dos códigos, como a inclusão de um contador de trocas de elementos na estrutura de dados, proporcionando uma análise mais detalhada do comportamento de cada algoritmo. Essas expansões podem oferecer para pesquisas subseqüentes uma compreensão maior sobre os algoritmos de ordenação e sua aplicação em simulações baseadas em agentes.

DATA SCIENCE E BUSINESS INTELLIGENCE NA GESTÃO ORGANIZACIONAL COM O APOIO DA FERRAMENTA POWER BI

Leonardo Marzola Correia; Alex Sandro Romeo de Souza Poletto
Assis-SP
Leonardo.correia12356@gmail.com, alex.poletto@fema.edu.br

A integração estratégica de Data Science e Business Intelligence (BI) na gestão organizacional desempenha um papel crucial no cenário empresarial atual, onde a quantidade de dados disponíveis é vasta e complexa.

Com a evolução da tecnologia e o crescimento exponencial de criação de dados na internet, o Data Science (DS) vem como uma disciplina de mineração de informações para nortear empresas e instituições quanto às suas tomadas de decisões [1]. O DS transforma, por meio de cálculos matemáticos e estatísticos, os dados em *insights*, produtos e decisões valiosas [2]. Diante disso, Data Science envolve, em seu escopo, os componentes chamados de 5 Ps da Ciência de Dados, sendo eles: Propósitos, Pessoas, Processos, Plataformas e Programabilidade [1].

Um outro conceito bastante utilizado na análise de dados é o Business Intelligence (BI). Esse conceito, na década de 1970, teve surgidas as suas primeiras formas de manipulação de dados e gerava, dos sistemas de informação da época, relatórios periódicos e estruturados somente de eventos passados, sendo aplicados apenas para estatísticas [3]. Atualmente, os conceitos de BI, nos sistemas de informações, proporcionam diferentes aplicações, como análise multidimensional, análise exploratória de dados, análise de séries temporais, modelos de aprendizagem indutivos para a mineração de dados e modelos de otimização [3].

Neste contexto, a ferramenta Power BI, desenvolvida pela Microsoft, se destaca como uma solução poderosa para a análise e aproveitamento desses dados em benefício das organizações, é uma disciplina que utiliza técnicas avançadas de análise de dados para extrair informações valiosas a partir de conjuntos de dados complexos e muitas vezes volumosos[4].



Imagem 01: Análise de dados de casos de COVID-19 em Santa Catarina.

Fonte: <https://www.leansolutions.com.br/blog/power-bi-covid/>

Isso envolve diversas etapas, como a coleta de dados brutos de várias fontes, a limpeza e a transformação desses dados em formatos adequados para análise, e a aplicação de algoritmos de aprendizado de máquina e análises estatísticas para revelar padrões, tendências e insights ocultos[4]. O objetivo final é traduzir dados em informações acionáveis que podem direcionar as decisões estratégicas de uma organização[4].

Em contraste, a Business Intelligence (BI) concentra na apresentação de dados de uma forma que os utilizadores empresariais possam aceder e compreender[8]. Uma camada que transforma dados brutos e análises avançadas de ciência de dados em informações acionáveis[8]. Power BI é uma ferramenta incrível que permite criar painéis interativos, relatórios personalizados e gráficos dinâmicos que fornecem uma imagem clara das principais métricas da sua organização[5].

Essa capacidade de visualizar dados torna o BI uma parte importante na tomada de decisões informadas[5]. A combinação de ciência de dados e BI é sinérgica[9]. Os insights gerados por meio da ciência de dados são facilmente integrados ao seu ambiente de BI usando o Power BI[6]. Isto significa que a análise avançada não é isolada, mas integrada nas operações diárias de uma empresa, tornando-a mais flexível e estratégica[6]. Essas integrações permitem que as organizações tomem decisões

mais precisas e informadas enquanto monitoram o desempenho em tempo real e ajustam as estratégias conforme necessário[6].

Níveis de Maturidade Analítica

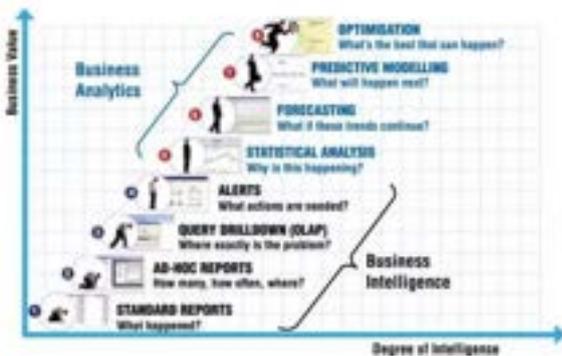


Imagem 02: Processo para realização de uma Análise de Dados.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=57DxJ0laWoY>

As aplicações desta abordagem são numerosas. Por exemplo, as empresas podem utilizar análises preditivas para prever tendências de mercado, identificar oportunidades de vendas cruzadas e otimizar a gestão de inventário[7]. A análise de dados também pode ser usada para compreender o comportamento do cliente, personalizar experiências e aumentar a fidelidade[7]. O BI também permite que as organizações monitorem o desempenho das suas atividades em tempo real, sendo importante tomar medidas imediatas quando necessário[7].

O Power BI também fornece uma plataforma de colaboração que permite que várias equipes da sua organização acessem, compartilhem e colaborem em análises e relatórios[8]. Isso promove a comunicação eficaz e a tomada de decisões baseada em dados em toda a empresa[8]. O uso bem-sucedido da ciência de dados e do BI com o suporte do Power BI não se limita às grandes empresas[8]. Mesmo as pequenas e médias empresas podem beneficiar desta integração, à medida que as ferramentas e tecnologias se tornam mais acessíveis e fáceis de utilizar ao longo do tempo[8]. Em outras palavras, combinar ciência de dados e business intelligence com Power BI é uma estratégia poderosa para melhorar a governança organizacional. Ele permite que as empresas transformem dados brutos em insights valiosos e impulsionem estratégias de negócios baseadas

em evidências[7]. Isto não só melhora a eficácia e a eficiência operacionais, mas também proporciona uma vantagem competitiva sustentável num mundo empresarial cada vez mais orientado por dados[7]. As organizações que adotam essa abordagem estão bem-posicionadas para ter sucesso em um ambiente de negócios em constante mudança e se destacarem em seu setor. Benefícios da ciência de dados para as empresas. As empresas obtêm uma grande quantidade de dados sobre seus usuários e clientes no mundo atual, orientado por dados[10]. O Big Data pode fornecer às empresas uma riqueza de informações perspicazes que as ajudam a otimizar suas operações de maneira mais eficaz[10]. Mas para esta questão é necessário mais do que simplesmente receber os dados, e é aí que entra a ciência de dados[10]. As organizações dependem da ciência de dados e dos cientistas de dados porque podem analisar dados e oferecer informações valiosas que beneficiarão as empresas e suas operações[10].

Portanto, investir em ciência de dados e business intelligence com o apoio do Power BI é uma decisão estratégica inteligente que pode contribuir para o seu sucesso no longo prazo[9].

--Como o projeto pode ajudar a empresa--

Otimização de Recursos e Custos: Outro problema comum entre as empresas é a alocação eficiente de recursos, resultando em desperdício de tempo e dinheiro. A análise avançada e a visualização de dados fornecidas pelo Power BI podem ajudar as empresas a identificar áreas onde os recursos estão mal alocados ou são ineficientes. Por exemplo, um supermercado pode utilizar dados do Power BI para analisar o desempenho de diferentes agências, identificar agências com custos operacionais mais elevados em relação às vendas e tomar medidas para otimizar a eficiência, como reduzir os custos de energia ou de mão-de-obra. Isso ajuda você a economizar recursos valiosos e aumentar os lucros.

Referências

- [1] FILATRO, Andrea Cristina. **Data science da educação**. Editora Saraiva, 2020. *E-book*. ISBN 9786587958446. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587958446/>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- [2] FOREMAN, John W. **Data Smart: usando Data Science para transformar informação em insight**. Editora Alta Books, 2016. *E-book*. ISBN 9788555084330. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788555084330/>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- [3] MACEDO, Ricardo Tombesi.; DIAS, Jabson Cavalcante; MARTINS, Júlio Serafim; *et al.* **Projeto e Implementação de Sistemas de Apoio à Decisão**. Grupo A, 2021. *E-book*. ISBN 9786556900025. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556900025/>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- [4] GRUS, Joel. **Data Science do Zero**. Editora Alta Books, 2021. *E-book*. ISBN 9788550816463. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550816463/>. Acesso em: 08 dez. 2022.
- [5] SHARDA, Ramesh; DELEN, Dursun; TURBAN, Efraim. **Business Intelligence e Análise de Dados para Gestão do Negócio**. Grupo A, 2019. *E-book*. ISBN 9788582605202. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605202/>. Acesso em: 08 dez. 2022.
- [6] FERREIRA, Maria Cecília. **Power BI 2019 – Aprenda de Forma rápida**. Editora Saraiva, 2020. *E-book*. ISBN 9788536533872. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536533872/>. Acesso em: 08 dez. 2022.
- [7] "Data Mining: Practical Machine Learning Tools and Techniques" de Ian H. Witten, Eibe Frank e Mark A. Hall
- [8] "Big Data: A Revolution That Will Transform How We Live, Work, and Think" de Viktor Mayer-Schönberger e Kenneth Cukier
- [9] "Data Mining: Practical Machine Learning Tools and Techniques" de Ian H. Witten, Eibe Frank e Mark A. Hall
- [10] "Hadoop: The Definitive Guide" de Tom White

PERÍCIA FORENSE DIGITAL EM ARQUIVOS COMPUTACIONAIS: UM ESTUDO DE CASO

Eduardo Augusto Castilho

Assis-SP

eduardoaugustocastilho@gmail.com

Este projeto de pesquisa explora a aplicação da perícia forense digital na análise de arquivos computacionais, abordando desafios, técnicas e ferramentas relevantes em casos específicos. A revisão da literatura destaca a importância da autenticidade das evidências digitais, considerando técnicas como criptografia e proteção de dados. A metodologia, do tipo descritiva, tendo como principal abordagem o estudo de caso, realizará análise de documentos e entrevistas, objetivando identificar tendências e padrões. Os resultados esperados contribuirão para o avanço da perícia forense digital, oferecendo orientações práticas para aprimorar técnicas e abordagens em investigações envolvendo arquivos complexos e técnicas de ocultação.

Introdução

A perícia forense digital assume um papel essencial na investigação de crimes cibernéticos, onde arquivos computacionais se tornaram cruciais como evidências. No entanto, a crescente complexidade dos sistemas digitais e métodos atuais avançados, utilizados por cyber criminosos apresentam desafios significativos (Casey, 2018). Nesse contexto dinâmico e em constante evolução, a recuperação e análise de arquivos computacionais emergem como uma área crítica e desafiadora dentro da perícia forense digital.

Diante desse cenário, uma lacuna notável se apresenta no âmbito da recuperação eficiente e precisa de arquivos computacionais, um processo fundamental para estabelecer a autenticidade e a integridade das evidências digitais. A crescente diversidade de formatos de arquivos, técnicas de ocultação de informações e sistemas de armazenamento complexos cria obstáculos consideráveis para os peritos forenses.

Esta pesquisa se propõe a preencher essa lacuna, direcionando seu foco específico para a

análise da aplicação da perícia forense digital na recuperação de arquivos computacionais em um estudo de caso concreto. Nosso objetivo é compreender os desafios singulares que os peritos enfrentam ao lidar com a multiplicidade de formatos, métodos de criptografia e técnicas de esteganografia, bem como investigar as abordagens e ferramentas mais eficazes para superar essas dificuldades. Ao se aprofundar nesse aspecto particular da perícia forense digital, visamos contribuir não apenas para o avanço técnico, mas também para o desenvolvimento de práticas sólidas e orientações práticas que possam aprimorar a recuperação e análise de arquivos computacionais em investigações forenses.

Objetivos

Objetivo Geral

Aplicar e analisar os resultados da perícia forense digital na análise de arquivos computacionais em um estudo de caso, compreendendo desafios, técnicas e abordagens empregadas.

Objetivos Específicos

Identificar desafios enfrentados pelos peritos, como a criptografia e proteção de dados, na análise de arquivos computacionais.

Investigar as abordagens utilizadas para coletar e analisar evidências digitais em casos específicos.

Avaliar a eficácia de ferramentas como o sistema IPED¹ (Indexador e Processador de Evidências Digitais) na análise de arquivos durante investigações.

Analisar os resultados da aplicação da perícia forense digital em um estudo de caso real.

Propor recomendações concretas para aprimorar práticas e técnicas de perícia forense digital, especialmente em cenários desafiadores.

¹ <https://academiadeforensedigital.com.br/sistema-iped-forense/> - Consultado em 12 de agosto de 2023.

Metodologia

A pesquisa empregará uma abordagem qualitativa e descritiva para atingir seus objetivos. Está sendo realizada uma revisão bibliográfica abrangente, examinando fontes acadêmicas e publicações científicas relevantes sobre perícia forense digital e análise de arquivos computacionais. A coleta de dados será conduzida por meio do método de simulação em ambiente controlado com uso de máquinas virtuais e ferramentas especializadas, permitindo a extração e registro de informações pertinentes. Os resultados obtidos serão analisados minuciosamente para identificar desafios, técnicas e abordagens. A pesquisa incluirá uma avaliação comparativa das ferramentas, destacando o sistema IPED e outras soluções amplamente adotadas na área de investigação digital. Com base nas análises, serão propostas orientações práticas para aprimorar as técnicas de perícia forense digital, especialmente em cenários que envolvam arquivos computacionais e técnicas de ocultação.

Desenvolvimento

A seção de desenvolvimento deste estudo destaca a aplicação prática da perícia forense digital, abordando a análise de arquivos computacionais por meio de uma abordagem multidimensional. Para alcançar uma compreensão abrangente dos desafios e eficácia das técnicas empregadas, esta seção é estruturada em três etapas distintas: revisão da literatura, estudo comparativo de ferramentas e aplicação prática.

A base sólida desta pesquisa é construída através de uma revisão abrangente da literatura relevante relacionada à análise forense digital de arquivos computacionais. Isso envolve a exploração de fontes acadêmicas e publicações científicas que abordam a evolução das técnicas forenses, os desafios emergentes e as soluções propostas. A revisão bibliográfica destaca a crescente importância da autenticidade das evidências digitais, que se torna ainda mais crítica no contexto de sistemas complexos e métodos sofisticados empregados por cyber criminosos (Casey, 2018).

Um aspecto central deste desenvolvimento é a condução de um estudo comparativo detalhado das ferramentas utilizadas na perícia forense digital. Nesse sentido, as ferramentas selecionadas para avaliação são o sistema IPED, o EnCase² e o FTK³. Cada uma dessas ferramentas desempenha um papel fundamental na análise forense digital, mas apresenta características distintas que influenciam sua eficácia em diferentes cenários.

Sistema IPED (Indexador e Processador de Evidências Digitais): O sistema IPED é amplamente reconhecido por sua capacidade de processar grandes volumes de dados de forma eficiente, permitindo que os peritos identifiquem informações relevantes para investigações. A interface intuitiva do IPED oferece uma maneira simplificada de gerenciar e analisar evidências digitais (Matos, 2023).

FTK (Forensic Toolkit) e EnCase: O FTK e o EnCase são ferramentas conhecidas por suas capacidades abrangentes na aquisição, processamento e análise de dados digitais. O FTK é valorizado por sua interface amigável e recursos de análise avançados, enquanto o EnCase se destaca pela capacidade de adquirir dados em várias plataformas e sistemas operacionais. Ambas as ferramentas oferecem opções poderosas para investigações forenses. A etapa final do desenvolvimento consiste na aplicação prática das ferramentas e técnicas estudadas. Essa aplicação ocorre por meio da simulação de ambientes controlados usando máquinas virtuais e a utilização das ferramentas IPED, FTK e EnCase. Os resultados obtidos serão analisados em profundidade, identificando desafios e tendências emergentes. Além disso, a análise resultará na proposição de orientações práticas para aprimorar as técnicas de perícia forense digital em casos reais, especialmente aqueles que envolvem situações complexas e desafiadoras.

Resultados Preliminares

Os resultados preliminares revelaram desafios centrais na perícia forense digital ao analisar arquivos computacionais. A revisão bibliográfica enfatizou a criptografia e o gerenciamento de grandes volumes de dados

² <https://www.opentext.com/products/encase-forensic> - Consultado em 12 de agosto de 2023.

³ <https://l3software.com.br/produto/forensic-toolkit-ftk/> - Consultado em 12 de agosto de 2023.

como desafios cruciais. A análise das ferramentas especializadas, incluindo o IPED, indicou variações na eficácia da recuperação de dados.

Durante o estudo de caso prático, observou-se a complexidade das técnicas de ocultação de

informações usadas por criminosos. Isso ressaltou a importância das competências avançadas dos peritos. No entanto, a análise continua buscando obter uma compreensão mais profunda dos resultados e suas implicações.

Referências

[1] CASEY, Eoghan. **Digital Evidence and Computer Crime**: Forensic Science, Computers, and the Internet. 3ª ed. San Diego: Academic Press, 2018.

[2] MATOS, M. **Sistema IPED**: Conheça as principais funcionalidades do software utilizado na investigação da Operação Lava Jato. Disponível em: <https://diariodegoias.com.br/sistema-iped-conheca-as-principais-funcionalidades-do-software-utilizado-na-investigacao-da-operacao-lava-jato/72904/>. Acesso em: 09 Ago 2023.

[3] **O que é a Perícia Criminal?** Disponível em: <https://apcf.org.br/pericia-criminal/o-que-e-a-pericia-criminal/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

DIFERENÇA DE GÊNEROS NA ÁREA DE TI: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO E ESCOLHAS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE TI, POR ALUNAS DO ENSINO MÉDIO

Giovanna Vilela de Oliveira, Diomara Martins Reigato Barros
Assis-SP

giovannavileladeoliveira@gmail.com, diomara.barros@fema.edu.br

Este trabalho tem o fito de entender os fatores que levam ao baixo índice de mulheres ingressantes na área da tecnologia, seja por questões socioeconômicas, discriminatórias, de cunho meramente pessoal, ou nenhuma das opções, e propor ações nas escolas de ensino médio para mudar esta realidade.

Visto que, a área de Tecnologia da Informação encontra-se em um momento de grande fomentação, há uma grande demanda por mão de obra especializada que, em conjunto com a ampliação das relações de trabalho, devido ao advento do trabalho remoto e híbrido, trouxe um aquecimento para o mercado de trabalho, seja pelo maior interesse nos cursos em específico, ou pelos profissionais que buscam uma migração de carreira para a área de TI.

Contudo, a realidade dos cursos superiores desta área é que há uma predominância de seu corpo discente em figuras do sexo masculino. Essa e outras discrepâncias quanto a diversidade do ambiente universitário refletem de maneira significativa no mercado de trabalho, que causam a falta de oportunidades para as mulheres, o que entra em total contradição com a alta demanda de mão de obra que o setor da tecnologia apresenta.

Objetivos

Tem como objetivo primário encontrar dados que demonstrem os motivos que levam ao baixo ingresso do gênero feminino nos cursos de graduação da área de TI e objetivo secundário realizar pesquisas com alunas do ensino médio das cidades de Assis e região, analisar os resultados obtidos e delimitar as possíveis causas da problemática e propor ações nas escolas de ensino médio.

Revisão da literatura

De acordo com um artigo, publicado em WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT), nos primeiros cursos de graduação em Ciências da Computação no Brasil era comum haver um grande número de estudantes mulheres, na

maioria das vezes matriculadas em cursos de Licenciatura em Matemática e posteriormente transferidas à computação. Entretanto, a partir dos anos 1980, contexto em que se popularizou o computador pessoal criado pela International Business Machines (IBM) e quando houve progressiva valorização de carreiras e salários nas áreas de informática e tecnologia, uma grande inversão nas relações de gênero destes campos profissionais transcorreu em todo o mundo [1].

Tal acontecimento reflete a situação atual do mercado de trabalho, cujo, segundo a Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais, estima-se a criação de mais 800 mil novos postos de trabalho em cinco anos, e um déficit de 532 mil pessoas na área [2]. O déficit entre a demanda e a oferta é gritante e a tendência é que durante alguns anos esse problema demore a ser solucionado.

Contudo, quando analisamos o cenário brasileiro, principalmente o universitário, é notável que a diferença entre os gêneros que adentram a área é alarmante. Esse paradigma não se limita ao contexto dos cursos superiores, nos cursos profissionalizantes e no próprio mercado de trabalho tecnológico em questão, nota-se que há pouca diversidade, seja ela de gênero, sexual ou racial.

Em um estudo realizado por uma parceria da PretaLab e ThoughtWorks, estima-se que, na maioria dos casos, as mulheres representam no máximo 20% das equipes de trabalho em tecnologia. Esse número é ainda mais alarmante quando falamos em mulheres mães nas equipes, em 62,1% dos casos não há mulheres mães nas equipes [3].

Desta feita, há de se arguir quais fatores externos exercem influência sobre o cenário em questão. Além da análise de como é construída a base de ensino de informática nas escolas de ensino médio, alvos desta pesquisa, também não se pode abster-se de fatores alheios a própria educação, como a imposição do patriarcado em

nossa sociedade e a própria situação socioeconômica do público alvo deste trabalho.

Metodologia

Trata-se de pesquisa de campo, de caráter exploratório, com delineamento transversal e abordagem qualitativa, através de levantamento de dados e pesquisas, com base em população/amostra, análise dos dados e apresentação dos resultados. As amostras foram colhidas através de formulário online (Google Forms).

O cenário de estudo são escolas da rede Estadual de Educação, com foco no ensino médio, sendo elas E.E. Dr. Clybas Pinto Ferraz; E.E. Carlos Alberto de Oliveira; e E.E. Prof. Ernani Rodrigues, que foram selecionadas por conveniência devido o número significativo de alunas do sexo feminino regularmente matriculadas. As alunas foram incluídas no estudo por meio de convite realizado nas salas de aula, onde foi explicado o teor da pesquisa e suas

motivações, também, foi realizada a devida coleta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para maiores de 18 anos, assim como o Termo de Assentimento (TA) para menores de 18 anos e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Responsável Legal.

Conclusão

A pesquisa foi aplicada nas três escolas, onde obteve-se 19 respostas no E.E. Dr. Clybas Pinto Ferraz; 38 respostas no E.E. Carlos Alberto de Oliveira; e 12 respostas no E.E. Prof. Ernani Rodrigues, no total foram 69 respostas e no momento atual a pesquisa está em fase de análise dos dados.

Através do estudo, será possível traçar metas para que os cursos de Graduação da área de Computação possam atingir números mais expressivos no tocante ao público feminino, dessa forma, ampliando seu mercado e atuando de forma mais inclusiva com o nicho feminino.

Referências

- [1] LOUZADA, Natália; SANTANA, Thalia; ASSIS, Ianka; BRAGA, Ramayane; BRAGA, Adriano. Agindo sobre a diferença: atividades de empoderamento feminino em prol da permanência de mulheres em cursos de Tecnologia da Informação. In: **Women In Information Technology (WIT)**, 13, 2019, Belém. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2019. p. 69-78. ISSN 2763-8626. DOI <https://doi.org/10.5753/wit.2019.6714>.
- [2] Sobram vagas no setor de tecnologia no brasil por falta de profissionais qualificados. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/09/29/sobram-vagas-no-setor-de-tecnologia-no-brasil-por-falta-de-profissionais-qualificados.ghtml>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- [3] REPORT 2022. **PRETALAB**, 2022. Disponível em <https://www.pretalab.com/report-2022>. Acesso em: 01 nov. 2022.

PESQUISA EXPLORATÓRIA EM ALGORITMOS DE RECOMENDAÇÃO NO CONTEXTO DE SERVIÇOS DE PLATAFORMA SAAS

Rubens da Cunha Junior ; Guilherme de Cleve Farto
rubens.cjnr@gmail.com; guilherme.farto@gmail.com
Assis/SP

Contextualização

Desde o surgimento da Internet e de sua popularização ao longo dos últimos anos, é possível notar que o crescente volume de dados em nosso cotidiano torna desafiador até mesmo o ato de escolher um filme ou vídeo de entretenimento em nosso dia a dia. Para empresas, orientar produtos e serviços para clientes é fundamental, pois garante uma boa experiência de usuário e, que seus produtos e serviços sejam notados pelos perfis de consumidores mais adequados.

Nos últimos anos, ocorreu uma grande explosão de volume de dados devido à crescente conectividade em torno do mundo, grande parte relacionada às redes sociais e, com isso, torna-se necessário explorar estratégias de marketing mais direcionadas e eficazes.

A Inteligência Artificial (IA) e o Aprendizado de Máquina (*Machine Learning*) desempenham um papel crucial nesse processo de marketing digital. Em 2018, segundo Forbes (2023), atingiu 59% das soluções baseadas em IA, sendo que, em comparação ao ano de 2015, sua adoção era de apenas 17%, resultando em um aumento de 300% em apenas três anos. Além disso, *Big Data* gera quantidades massivas de dados com um aumento significativo a cada ano seguinte.

Neste cenário, os Sistemas de Recomendação aparecem como uma importante solução no aproveitamento da imensa quantidade de dados para fornecer recomendações (ou sugestões) mais precisas a seus clientes. Contudo, sua implementação pode ser desafiadora e custosa para a maior parte das empresas que não possuem grandes recursos e até mesmo especialistas em IA disponíveis.

Esta Pesquisa de Iniciação Científica (PIC) visa explorar Algoritmos de Recomendação e experimentar sua aplicação na criação de uma arquitetura de software baseada em *Software as a Service* (SaaS) para simplificar e facilitar sua adoção por empresas e organizações com baixos recursos destinados ao setor.

Objetivo Geral

Investigar, a partir de estudos teóricos, o contexto de Algoritmos de Recomendação na forma de um estudo exploratório, aprofundando uma revisão de literatura acerca das principais referências e contribuições em Aprendizado de Máquina.

Objetivos Específicos

Para a condução desta pesquisa científica, os seguintes objetivos específicos foram definidos:

Realizar uma revisão da literatura nas principais referências e trabalhos na área;

Estudar acerca de técnicas e tecnologias para o desenvolvimento de Sistemas de Recomendação;

Implementar protótipo (prova de conceito) de sistema de recomendação com Python e bibliotecas relacionadas (scikit-surprise);

Estudar acerca de arquitetura de software baseada em Software As A Service (SaaS);

Documentar os resultados obtidos, assim como as implementações realizadas;

Metodologia

A metodologia deste estudo foi conduzida por meio de uma revisão exploratória da literatura, abordando as principais referências em Algoritmos de Recomendação e Aprendizado de Máquina de forma a compreender os conceitos teóricos dos temas envolvidos neste projeto.

Com base nos conceitos adquiridos, pode-se atuar na implementação prática de um protótipo de software, desenvolvido na plataforma Python juntamente com a biblioteca Sklearn-Surprise (<https://surprise.readthedocs.io>).

A análise e interpretação dos resultados da pesquisa, em andamento, serão documentadas em projetos e materiais de referência compartilhados na plataforma GitHub. Desta forma, outros pesquisadores de cursos de tecnologia podem consultar tanto os resultados promovidos pela revisão da literatura, como, principalmente, pela implementação e avaliação prática do uso de Algoritmos de Recomendação.

Sistemas de Recomendação

O crescimento exponencial das informações e avanços tecnológicos têm facilitado a pesquisa e navegação em dados, mas também criado desafios na busca por informações relevantes. Pesquisas de Tversky e Kahneman (1974) sobre como as pessoas tomam decisões sob incerteza se tornaram referência, destacando vieses sistemáticos que afetam as decisões.

Na década de 1990, o primeiro sistema de recomendação, RINGO, surgiu, recomendando músicas com base em informações fornecidas pelo usuário (SHARDANAND; MAES, 1995). Desde então, os sistemas de recomendação evoluíram consideravelmente. Hoje, experiências comuns incluem ver anúncios de produtos relacionados após pesquisar um item online.

Na Netflix, o Sistema de Recomendação desempenha um papel vital, representando 80% do consumo de conteúdo e economizando bilhões ao evitar o cancelamento de assinaturas (NETFLIX, 2023). É possível mencionar três abordagens principais referentes ao Sistema de Recomendação:

1. *Recomendação Baseada em Conteúdo*: utiliza-se uma função para calcular a utilidade de um item para um determinado usuário com base em características semelhantes:

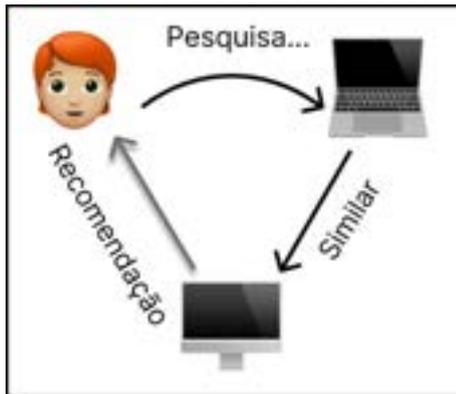


Figura 1. Recomendação Baseada em Conteúdo
Fonte: Autor

2. *Recomendação Colaborativa*: usuários são agrupados com base em interesses semelhantes, por exemplo, se dois usuários têm interesses em comum, o sistema pode recomendar itens com base nas escolhas do usuário semelhante:



Figura 2. Filtragem Colaborativa
Fonte: Autor

3. *Recomendação Híbrida*: abordagem que combina duas ou mais técnicas de recomendação para tirar vantagem dos pontos positivos de ambas. Pode ser implementada de diversas maneiras como, por exemplo, por estratégias de ponderação, de combinação sequencial ou de comutação, para atender às necessidades dos usuários de uma forma eficaz e com uma boa experiência de usuário.

Casos de Uso e Exemplos

Netflix utiliza um sistema de recomendação híbrido, pois a recomendação é criada desde o momento inicial de habilitação da conta do usuário, podendo incorporar dados acerca de títulos, gêneros, seleção de filmes e/ou séries, entre outras configurações que possibilitam uma modelagem inicial do perfil do usuário. Por meio de algoritmos complexos, a listagem recomendada para o usuário é atualizada, principalmente com base nas diversas interações com a plataforma como, por exemplo, horário mais comum de acesso, tipos de aparelhos e dispositivos de consumo, duração do tempo, títulos, gêneros, categorias, atores e demais.

Instagram e Facebook, as duas maiores redes sociais existentes atualmente, da empresa Meta Platforms, também utilizam de sistemas de recomendação. Baseiam-se em algoritmos que consultam o que cada usuário pesquisou, reagiu, interagiu com publicações, stories, vídeos e mais, gerando assim um código (ou identificador) onde busca interações semelhantes ao que o consumidor costuma se relacionar. Por ser uma rede social aberta, tende-se a ter conteúdos não recomendados, por isto, possuem algoritmos que verificam se há alguma violação nas diretrizes da comunidade como violência, incentivos a suicídio,

nudez e/ou atividades sexuais, tornando a recomendação mais limpa e segura.

Segundo pesquisa da Ilumeo (2023) apontam que cerca de 80% que realizam uma compra online tem a disposição de receber uma ajuda da IA para assim tomar uma decisão, o que indica a importância da recomendação em plataformas de e-commerces e varejos em geral.

Plataforma Python e Sklearn-Surprise

Python é uma plataforma e linguagem de programação de alto nível, conhecida por ter uma sintaxe simples e versátil. Python é amplamente adotado no desenvolvimento de software, principalmente por algumas características que a destacam (PYTHON, 2023): (i) plataforma de código fonte aberto e com comunidade ativa/colaborativa; (ii) facilidade para estudo por pessoas em nível introdutório; (iii) aplicabilidade de conceitos de Programação Orientada a Objetos (POO); (iv) extensibilidade para construção de novos recursos e componentes; (v) vasto conjunto de bibliotecas e pacotes disponíveis.

Junto à plataforma Python, há *frameworks* e bibliotecas que podem ser integrados ao desenvolvimento de uma aplicação com Aprendizado de Máquina, por exemplo. Uma delas é a biblioteca Sklearn-Surprise.

Surprise (<https://surprise.readthedocs.io>) foi a biblioteca escolhida para esta pesquisa, pois fornece recursos e funcionalidades específicas para o desenvolvimento de aplicações que se baseiam em Sistemas de Recomendação. É amplamente utilizada para desenvolvimento de soluções de recomendação como, por exemplo, indicações de filmes, músicas e/ou de produtos com base nas preferências do usuário e em avaliações anteriores. Desta forma, facilita a modelagem e o desenvolvimento de aplicações baseadas em Sistemas de Recomendação (MAVUDURU, 2023; SURPRISE, 2023).

Proposta e Desenvolvimento do Projeto

A presente seção descreve a proposta e o desenvolvimento da aplicação prática do projeto de pesquisa. Conforme descrito nos objetivos, este trabalho permitiu estudar e aprofundar na implementação de um software baseado em

Sistemas de Recomendação, destacando-se a plataforma Python e a biblioteca Sklearn-Surprise.

Para o desenvolvimento do caso de uso proposto, adotou-se uma base de dados (em Inglês, *dataset*) da MovieLens (<https://movielens.org/>), que é uma plataforma online de avaliação e recomendação de filmes criada em 1997 e administrada pelo GroupLens, um laboratório de pesquisa da Universidade de Minnesota, a fim de coletar dados de classificação de filmes.

A plataforma MovieLens disponibiliza um *dataset* com 100 mil avaliações (*ratings*) de usuários sobre filmes. Pode-se utilizar tal conjunto de dados para treinar sistemas de recomendação.

A implementação realizada, com Python e Sklearn-Surprise, possibilitou experimentar e aplicar, na prática, recursos para: (i) carregar o conjunto de dados da MovieLens; (ii) separar o *dataset* em conjuntos de treino e teste, estratégia esta adotada em Aprendizado de Máquina para garantir maior qualidade no processo de construção do modelo preditivo; (iii) escolher o algoritmo de recomendação que, neste trabalho, foi o Singular Value Decomposition (SVD), amplamente adotado para sistemas de recomendação; (iv) realizar o treinamento do modelo de Aprendizado de Máquina; (v) testar a acurácia no conjunto de dados de teste; e, por fim: (vi) realizar previsões acerca de novas recomendações com base em dados de usuário e filme, retornando assim uma previsão de possível nota/avaliação para tal conjunto (usuário e filme);

Importante mencionar que o projeto de pesquisa avança em novas etapas do cronograma. Sistemas de recomendação representam a inovação tecnológica que tornou nossas experiências digitais serem ainda mais personalizadas, eficientes e agradáveis. Não apenas facilitam a descoberta de conteúdo e produtos relevantes, assim como também impulsionam o marketing digital, aumentam a retenção de usuários e melhoram a satisfação geral do cliente. À medida que tais sistemas continuam a evoluir e se aprimorar, espera-se que eles desempenhem um papel cada vez mais vital em nosso dia a dia, moldando o futuro da interação humana com a tecnologia.

Referências

- [1] FORBES. **Big Data Analytics Adoption Soared In The Enterprise In 2018**. Disponível em <https://www.forbes.com/sites/louiscolombus/2018/12/23/big-data-analytics-adoption-soared-in-the-enterprise-in-2018/?sh=14548922332f>. Acesso em: 21 set. 2023.
- [2] ILUMEO. **Inteligência Artificial na hora da compra é preferência entre brasileiros**. Disponível em <https://exame.com/tecnologia/inteligencia-artificial-na-hora-da-compra-e-preferencia-entre-brasileiros>. Acesso em: 21 set. 2023.
- [3] MAVUDURU, Amol. **How you can build simple recommender systems with Surprise**. Disponível em <https://towardsdatascience.com/how-you-can-build-simple-recommender-systems-with-surprise-b0d32a8e4802>. Acesso em: 21 set. 2023.
- [4] NETFLIX. **How Netflix's Recommendations System Works**. Disponível em <https://help.netflix.com/en/node/100639>. Acesso em: 21 set. 2023.
- [5] PYTHON. **What is Python? Executive Summary**. Disponível em <https://www.python.org/doc/essays/blurb/>. Acesso em: 21 set. 2023.
- [6] SHARDANAND, U.; MAES, P. **Social Information Filtering: Algorithms for Automating "Word of Mouth"**. Proceedings of ACM CHI'95 Conference on Human Factors in Computing Systems. New York: ACM Press, 210–217, 1995.
- [7] SURPRISE. **Surprise - A Python scikit for recommender systems**. Disponível em <https://surpriselib.com/>. Acesso em: 21 set. 2023.
- [8] TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. **Judgment under uncertainty: heuristics and biases**. Science, Vol. 185, 1124-1131, 1974.

O USO DE DART E FLUTTER PARA DESENVOLVIMENTO DE JOGOS EM APLICATIVOS MÓVEIS

Matheus de Oliveira Rodrigues Saleh; Gabriel Eduardo de Souza; Luiz Ricardo Begosso
Assis-SP
matheusxmg2@gmail.com, gabrielsouza@gmail.com, begosso@fema.edu.br

A doação de sangue é um ato humanitário crucial que salva vidas e garante a saúde de milhões de pessoas em todo o mundo. No entanto, o processo de doação ainda enfrenta problemas, como desinformação e falta de orientação. A desinformação que nós vivenciamos a respeito da doação faz com que muitas pessoas tenham medo de doar sangue [1].

As inovações em gamificação tem o potencial de fornecer ambientes de aprendizagem seguros para praticar habilidades cruciais de tomada de decisão [2]. Portanto a exploração de pesquisa em gamificação pode trazer bons resultados na doação de sangue. Dentro desse contexto este projeto tem o potencial de afetar positivamente a comunidade local e servir como exemplo para projetos semelhantes em outras áreas, combinando desenvolvimento mobile e gamificação com o propósito humanitário da doação de sangue. Este projeto tem o objetivo de desenvolver um aplicativo móvel para dispositivos Android, com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre o processo de doação de sangue, registrar e armazenar as doações de cada indivíduo e analisar como esses dados podem ser utilizados para a gamificação.

Tecnologias Utilizadas

Para o desenvolvimento deste projeto, foram utilizadas as tecnologias Dart, Flutter, Firebase e Visual Studio Code.

O Dart é uma linguagem de programação orientada a objetos, usada para o desenvolvimento de aplicativos desktop, mobile e para o back-end, com o objetivo de substituir o Javascript como principal linguagem embutida nos navegadores [3]. O Flutter é um framework de código aberto, que é usado para criar aplicativos nativos para dispositivos móveis, web e desktop a partir de um único código-fonte. Um dos principais motivos da escolha do Flutter para o desenvolvimento do projeto é o seu melhor desempenho devido ao fato de seu código ser compilado para a linguagem base do dispositivo.

O Firebase é uma plataforma de desenvolvimento móvel e web que traz aos desenvolvedores uma série de ferramentas e serviços para auxiliar no desenvolvimento de aplicativos, tais como armazenamento em nuvem, autenticação, análise de usuários e muito mais. Ao usar o Firebase, os desenvolvedores podem se concentrar na criação da aplicação em si e focar menos na parte de configuração e manutenção de servidores.

Implementação do Aplicativo

O aplicativo foi desenvolvido com uma série de funcionalidades divididas em uma tela de menu conforme descrito a seguir.

Para acessar a aplicação, o usuário passará por uma tela de Login, onde foi utilizado para autenticação o serviço de autenticação do Firebase, no qual o usuário acessará sua conta através de seu e-mail e senha, conforme ilustrado na Figura 1.

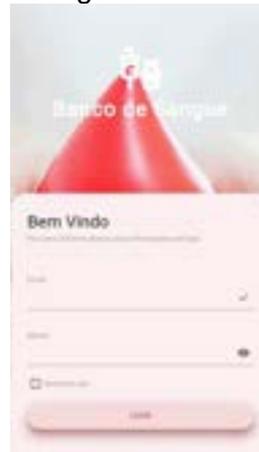


Figura 1: Tela de login

Ao acessar a aplicação, o usuário tem acesso a um menu inicial com diversas opções, conforme ilustrado na Figura 2.

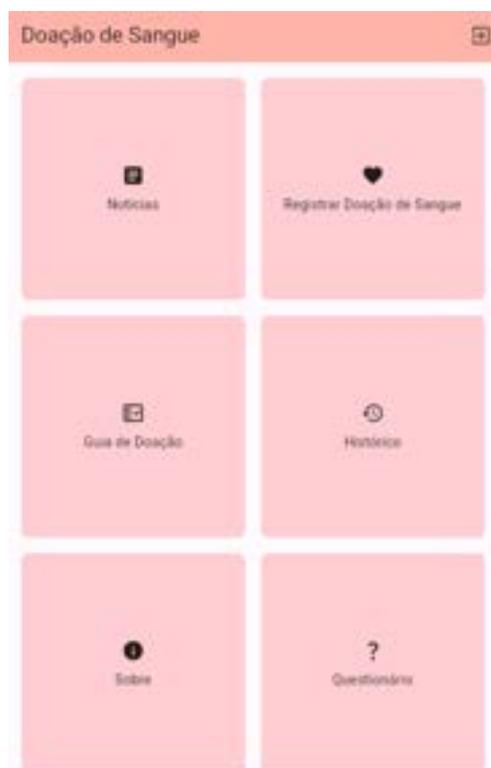


Figura 2: Tela do Menu Inicial da Aplicação

O Menu inicial da aplicação possui 6 opções: “Notícias”, “Registrar Doação de Sangue”, “Guia de Doação”, “Histórico”, “Sobre” e “Questionário”.

A opção “Notícias” levará o usuário para uma tela onde serão exibidas as notícias publicadas pelo banco de sangue local em um possível sistema administrativo, armazenadas no banco de dados do aplicativo.

A opção “Registrar Doação de Sangue” levará o usuário para uma tela onde ele poderá registrar uma doação de sangue, que ficará registrada no banco de dados do aplicativo.

A opção “Guia de Doação” exibirá uma tela que levará a um outro menu que conterá informações relacionadas aos procedimentos que devem ser realizados antes, durante e após o processo de doação de sangue.

Referências

- [1] ROCHA, Lucas. **Desinformação prejudica doação de sangue**; entenda. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/desinformacao-prejudica-doacao-de-sangue-entenda>. Acesso em: 04 ago. 2023.
- [2] WHITE, E. J.; LEWIS, J. H.; MCCOY, L. Gaming science innovations to integrate health systems science into medical education and practice. *Advances in Medical Education and Practice*, v. 9, p. 407–414, 31 maio 2018.
- [3] ANDRADE, K. **Introdução a linguagem de programação Dart**. Disponível em: <https://medium.com/flutter-comunidade-br/introdu%C3%A7%C3%A3o-a-linguagem-de-programa%C3%A7%C3%A3o-dart-b098e4e2a41e>. Acesso em: 07 ago. 2023.
- [4] SOUZA RIBEIRO, A. L. **O que é Firebase? Para que serve, principais características e um Guia dessa ferramenta Google**. Disponível em: <https://www.alura.com.br/artigos/firebase>. Acesso em: 17 set. 2023.

A opção “Histórico” apresentará uma tela onde ficarão armazenadas todas as doações do usuário, bem como a data e hora em que estas doações foram realizadas.

A opção “Sobre” apresentará as informações relacionadas ao aplicativo, como sua versão, dados dos seus desenvolvedores e o local onde foi desenvolvido.

A opção “Questionário” apresentará uma tela onde o usuário poderá acessar um questionário e responderá algumas perguntas a respeito do processo de doação de sangue, e ao final receberá uma pontuação de acordo com a quantidade de acertos, visando aplicar os conceitos de gamificação na aplicação.

Conclusões

O Dart e o Flutter mostraram-se como excelentes opções para desenvolver aplicações móveis e embora estas ferramentas ofereçam muitas vantagens, é importante levar em conta os desafios que podem ser encontrados durante o desenvolvimento.

Ficou claro ao longo deste estudo que a doação de sangue desempenha um papel crucial na salvação de vidas, e através do desenvolvimento do aplicativo móvel, foi possível criar uma forma de esclarecer dúvidas dos usuários e incorporar elementos de gamificação para tornar essa experiência mais envolvente.

Como trabalhos futuros, sugerimos o desenvolvimento de um ambiente administrativo, para permitir ao usuário administrador comunicar-se com os doadores de forma mais eficiente, por meio de postagem de notícias que poderão ser lidas no aplicativo mobile do usuário. O método utilizado para desenvolver este sistema será através da criação de uma API que será consumida tanto no sistema administrativo quanto no aplicativo, possibilitando uma integração simplificada e uma melhor interoperabilidade.

O DESAFIO DA GESTÃO EFICIENTE PARA UMA UNIDADE HOSPITALAR: PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM SOFTWARE VOLTADO AOS PRINCÍPIOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Bruno Oliveira Alves; Daniele Alves Camargo Vêncio; Gabriel Maziero Geraldi; Luiz Ricardo Begosso; Márcia V. S. Carbone; Victor Tirolli da Silva
Assis-SP

brunooliveira150@hotmail.com; danicamargovencio@gmail.com; gabrielmazierogeraldi@gmail.com; begosso@fema.edu.br; marciacarbone20@gmail.com; victor.tirolli@gmail.com

A Associação Hospital Beneficente de Maracaí é uma unidade de saúde localizada na cidade de Maracaí - SP, que se mantém, exclusivamente, com doações e subvenções de órgãos federais, estaduais e municipais, realizando atendimentos de urgência e emergência em seu Pronto Socorro, além de atuar em internações e cirurgias para os pacientes do município e da região. O hospital necessita de diversas melhorias em seus processos administrativos, além do desenvolvimento de um *software* para auxiliar no aprimoramento dos serviços prestados à população. Atualmente, a instituição utiliza um *software* para informatizar os dados dos cadastros de pacientes, médicos e medicamentos do almoxarifado farmacêutico. Entretanto, inúmeras deficiências são observadas tanto no *software* utilizado quanto nos processos administrativos dessa instituição prestadora de serviços de saúde. Embora se trate de uma organização beneficente, o Hospital de Maracaí, por muitas vezes, tem sido concebido como uma instituição pública, o que não deixa de ser razoável, vez que ela sobrevive de recursos oriundos da máquina pública. Nesse sentido, cumpre ressaltar que o desenvolvimento regional, os avanços técnico-científicos e tecnológicos, a globalização, são, de fato, desafios que demandam, das instituições públicas, novas respostas no que se refere à melhoria dos serviços prestados à sociedade. O modelo burocrático de organização já não atende plenamente às expectativas do século XXI, uma vez que a era da modernidade exige, realmente, mais agilidade e comprometimento, ou seja, uma prestação de serviços baseada em processos tecnológicos (NOGUEIRA, 2001) [1].

Resultados e discussões

Tendo em vista a dificuldade com o software adquirido, os gestores do referido hospital entraram em contato com o Centro de Pesquisas em Informática – CEPEIN, da Fundação

Educacional do Município de Assis – FEMA, para a viabilização de uma ferramenta tecnológica que lhes servisse nesse sentido. O presente estudo apresenta, assim, um software, praticamente pronto, para ser instalado na instituição de saúde. Além desse software, foram realizadas pesquisas no que tange à área de gestão, a fim de oferecer ao hospital um material robusto no que tange às mais modernas ferramentas de gestão. Um dos alunos envolvidos no Projeto desenvolveu o software, ao passo que os demais trabalharam nas questões administrativas: a história da Santa Casa de Maracaí; planejamento estratégico para a instituição; aplicação da análise SWOT; endomarketing; e clima organizacional. De um modo geral, os resultados que ora apresentamos são parciais. A elaboração do software, como se verá a seguir, está bem adiantada. O desenvolvimento do software para o Hospital Beneficente de Maracaí envolveu a utilização das tecnologias Java Spring Boot para o backend e Angular para o frontend. Essas tecnologias foram escolhidas devido à sua robustez, flexibilidade e capacidade de atender às necessidades específicas do projeto. Java Spring Boot (Backend): O Java Spring Boot é um framework amplamente utilizado para o desenvolvimento de aplicativos Java web e API RESTful. Ele oferece uma estrutura sólida para a criação de serviços web escaláveis, seguros e eficientes. As principais características do Spring Boot incluem injeção de dependência, segurança integrada, suporte a bancos de dados e a capacidade de criar APIs REST de forma rápida e eficiente. Angular (Frontend): O Angular é um framework JavaScript popular para o desenvolvimento de interfaces de usuário interativas e dinâmicas. Ele permite a criação de páginas da web responsivas e de alto desempenho, com componentes reutilizáveis e um sistema de gerenciamento de estado eficaz. O Angular é conhecido por sua arquitetura orientada a componentes e integração fácil com APIs

RESTful. A respeito das funcionalidades do Software, pode-se dizer que o software em desenvolvimento para o Hospital Beneficente de Maracá terá as seguintes funcionalidades: (1) Tela de Cadastro de Usuários: Esta funcionalidade permitirá que o administrador do sistema cadastre novos usuários, atribuindo-lhes cargos apropriados, como médico, enfermeiro ou funcionário administrativo. O sistema garantirá que os dados sejam inseridos corretamente e impedirá a duplicação de documentos [2]; [3]; [4]; [5].



Figura 1: Cadastro de usuários

Autenticação de Usuários. Os usuários poderão fazer login no sistema usando suas credenciais. O sistema verificará se as credenciais são válidas antes de conceder acesso.



Figura 2: Tela de Login

Gerenciamento de Pacientes. Esta funcionalidade permitirá o registro de informações detalhadas sobre os pacientes, incluindo dados pessoais e clínicos relevantes. Os funcionários poderão adicionar, atualizar e agendar consultas para os pacientes.



Figura 3: Cadastro de Pacientes

Gerenciamento de Médicos. O sistema permitirá o registro de informações sobre os médicos, incluindo especialidade e detalhes de contato. O administrador poderá adicionar, atualizar e remover médicos.



Figura 4: Cadastro de Médicos

Gerenciamento de Medicamentos e Estoque. Será possível cadastrar medicamentos, atualizar informações sobre eles e controlar o estoque. O sistema também registrará a dispensação de medicamentos por usuário. Ao ser identificada a retirada de estoque, será criado um registro na tabela de dispensação.

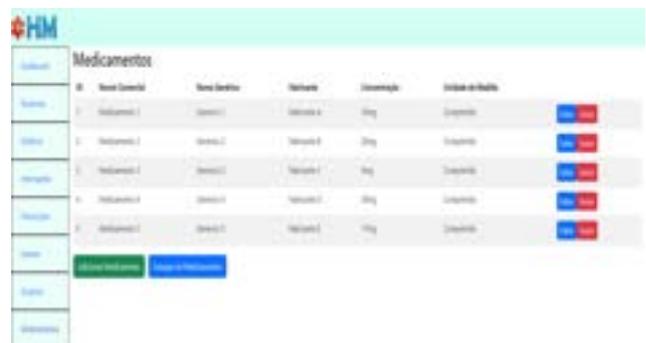


Figura 5: Cadastro de Medicamentos

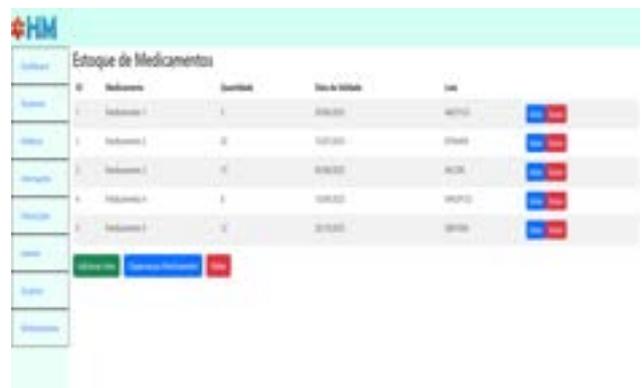


Figura 6: Estoque de Medicamentos

ID	Nome do Medicamento	Quantidade	Unidade	Data	Status
1	Paracetamol	1	Comprimido	2023-10-09	Erro
2	Paracetamol	1	Comprimido	2023-10-09	Erro
3	Paracetamol	1	Comprimido	2023-10-09	Erro

Figura 7: Dispensação de Medicamento

Gerenciamento de Triagem e Internação: Os funcionários poderão realizar triagens de pacientes, alocar leitos e gerenciar internações. Os médicos também poderão visualizar e atualizar informações sobre os pacientes internados.

ID	Nome do Paciente	Data de Admissão	Diagnóstico	Leito	Médico	Status	Ações
1	João Silva	2023-10-09	Infecção	101	Dr. Silva	Erro	Ações
2	Maria Costa	2023-10-09	Infecção	102	Dr. Costa	Erro	Ações
3	Carlos Souza	2023-10-09	Infecção	103	Dr. Souza	Erro	Ações

Figura 8: Tela de internações

Essas funcionalidades serão desenvolvidas de forma a atender às necessidades específicas do Hospital Beneficente de Maracá, proporcionando uma solução personalizada, econômica e segura para a gestão hospitalar. A utilização das tecnologias Java Spring Boot e Angular garantirá a eficiência e escalabilidade do sistema, além de uma interface de usuário moderna e amigável. Diversas iniciativas para a informatização de todos os dados hospitalares têm sido conduzidas na maioria dos países desenvolvidos. Conforme NIH (2023) [5], o Departamento Nacional de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos criou o programa "All of Us", que tem o objetivo de coletar dados de saúde de milhões de cidadãos norte-americanos, incluindo imagens de exames médicos, dados sociais, comportamentais e ambientais, para acelerar as pesquisas que conduzirão a melhoria da saúde da população. De acordo com Medina-Perea (2023) [4], em outro exemplo, o governo do Reino Unido criou um plano para coletar anonimamente os dados dos 61 milhões de usuários do Sistema Nacional de

Saúde, com o objetivo de torná-los acessíveis por acadêmicos e pelo setor de saúde para uso em futuras pesquisas e planejamento do setor de saúde. A coleta de dados de forma anônima adotada nestes dois exemplos é fundamental para atender aos preceitos da legislação europeia sobre privacidade e proteção de dados pessoais, GDPR (2023) [3]. No Brasil, esta legislação também está em vigor desde 2020, sob a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, LGPD (2023) [6], e deve ser atendida, especialmente na área de saúde, que lida com muitas informações consideradas sensíveis.

Comumente também as ferramentas gerenciais são inseridas em negócios (atividades econômicas) com o objetivo de gerar lucro. Porém, as organizações sem fins lucrativos, como é o caso em questão, também são consideradas negócios, mas que não possuem como objetivo específico a geração de lucro e sim estão focadas, por exemplo, em melhorar a eficiência operacional ou entregar serviços de valor para os cidadãos (VERAS, 2014) [7]. Contudo todos os negócios, por conta de sua variedade de formas e tipos, precisam ser planejados ou modelados de acordo com os interesses de quem os utiliza. Assim, toda organização, independentemente de sua natureza, possui, de maneira formal ou não, um modelo de negócio. Ele consiste em uma explicação de como a empresa funciona e agrega valores (DORNELAS, 2018) [8]. Em essência, o termo "modelo de negócio" expressa o esforço de entender como as empresas atingirão seu propósito; qual será ou é seu modelo de receita; e como as várias áreas e processos do negócio se relacionam para atingir o objetivo de fazer com que a organização funcione, gerando valor aos clientes (FREITAS *et al*, 2022) [9]. Nesse sentido, o Planejamento Estratégico é uma ferramenta gerencial que auxilia as organizações a obterem melhorias organizacionais e estratégicas para atingir seus objetivos, com atividades planejadas e metas estabelecidas, proporcionando assim processos gerenciais mais eficazes com maior qualidade dos serviços oferecidos alinhados aos interesses da sociedade. Considerada uma ferramenta tradicional da Administração, o Planejamento Estratégico, quando implantado nas organizações sem fins lucrativos, como as Santas Casas, tem o objetivo de auxiliar os gestores a uma visão sistêmica sobre todas as áreas do complexo hospitalar (SILVA, 2019) [10].

Há que se ressaltar, ainda, o quão relevante é, dentro da concepção dos princípios norteadores do Planejamento Estratégico, a comunicação empresarial. Nassar e Figueiredo (2017) [11], chamam a atenção para esse tema de forma bem descontraída: “Nenem Prancha, criatura imortal citada pelo jornalista João Saldanha, dizia que o pênalti é tão importante que deveria ser batido pelo presidente do clube. A comparação é válida: a comunicação empresarial é, hoje, tão fundamental que deveria envolver diretamente os presidentes das empresas”. Isso significa dizer que a comunicação empresarial é, na verdade, a confluência de todas as atividades comunicativas de uma organização. Trata-se, sim, de um conceito

multidisciplinar, uma vez que envolve as áreas da psicologia, relações públicas, jornalismo, propaganda, pesquisa e marketing, dentre outras. Todas essas frentes de conhecimento estão implicadas em cada ato comunicativo realizado pelos sujeitos que interagem com uma determinada empresa, tanto a sociedade como um todo, como os clientes, consumidores e colaboradores. Noutros termos, é fundamental, quando se pensa em implantação de Planejamento Estratégico, refletir sobre a relevância de um processo comunicacional que minimize ruídos, isto é, tudo o que pode atrapalhar a informação clara e objetiva.

Referências

- [1] NOGUEIRA, M. F. M. A Gestão da comunicação interna das instituições públicas: um recurso esquecido. **Comunicação & Informação**, v. 4, n. 1/2, p. 121-131, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/24024>. Acessado: em 24 de janeiro de 2023.
- [2] DASH, S; SHAKYAWAR, S.K.; SHARMA, M; KAUSHIK, S. **Big data in healthcare: management, analysis and future prospects**. Journal of Big Data (6), 54 (2019), Ed Springer Nature. doi.org/10.1186/s40537-019-0217-0. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s40537-019-0217-0>. Acessado em: 10 jan. 2023.
- [3] GDPR. **General Data Protection Regulation**. (2016). Disponível em: <https://gdpr-info.eu/>. Acessado em: 20 de janeiro de 2023.
- [4] MEDINA-PEREA, I. NHS Data Gathering. **The conversation**. June 15, 2021 Disponível em <https://theconversation.com/nhs-data-gathering-government-plans-to-collect-and-share-health-records-are-hugely-concerning-heres-why-162699>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.
- [5] NIH. **All of Us Research Program**. January, 2023. Disponível em <https://allofus.nih.gov/>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.
- [6] BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**. Brasília, DF: **Diário Oficial da União, 2018**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acessado em 15 de janeiro de 2023.
- [7] VERAS, M. **Gerenciamento de Projetos**: Project Model Canvas (PMC) Rio de Janeiro, Brasport, 2014.
- [8] DORNELAS, J.; BIM, A.; FREITAS, G.; USHIKUBO, R. **Plano de Negócios com o modelo Canvas** – guia prático de avaliação de ideias de negócios a partir de exemplos. Rio de Janeiro: LTC, 2018.
- [9] FREITAS, C. C. G.; VENCIO, D. A. C.; FREITAS, F. P. M. Canvas da Tecnologia Social: metodologia para criação de projetos. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 12, p. e509111234797-e509111234797, 2022. Disponível: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/34797>. Acessado em: 21 de janeiro de 2023.
- [10] SILVA, T. da. **O processo de implantação do planejamento estratégico em uma Santa Casa do interior paulista: análise sob a perspectiva da pesquisa-ação**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organização de Saúde) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo – USP. Ribeirão Preto - SP, p. 82, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17157/tde-12072019-104251/pt-br.php>. Acessado em: 16 de janeiro de 2023.
- [11] FIGUEIREDO, R., NASSAR, P. **O que é comunicação empresarial**. Brasil: Brasiliense, 2017. (e-book).

DIREITO

A INFÂNCIA PEDE SOCORRO:**REFLEXÕES SOCIOJURÍDICAS E SANITÁRIAS SOBRE O TEMA DO MENOR
ABANDONADO A PARTIR DAS OBRAS *CAPITÃES DA AREIA* E *CIDADE DE DEUS***

Amália Mello S e Silva; Caroline Lourenço de Almeida; Daniel Rodrigues Faustino; Elizete Mello da Silva; Márcia V. S. Carbone; Maria Julia de A J S Pereira; Marina Carbone; Thomás Funari M e Silva
Assis-SP

e-mail autor 01 amaliavello94@gmail.com; e-mail autor 02 caroline.almeida@fema.edu.br; e-mail autor 03 daniel Faustino427@outlook.com; e-mail autor 04 dedemelo2502@gmail.com; e-mail autor 05 marciacarbone20@gmail.com; e-mail autor 06 mariajulijeronymo99@gmail.com; e-mail autor 07 maacarbone16@gmail.com; e-mail autor 08 mendesthomas31@gmail.com

Esta pesquisa nasceu a partir da leitura de duas obras singulares da literatura brasileira: *Capitães da Areia* (1937), de Jorge Amado e *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins. A escolha desses romances se pautou pelo fato de abordarem uma temática similar e não menos importante do ponto de vista investigativo: a criança abandonada à própria sorte e alvo das mais espúrias condições, a drogadição, inclusive. O intervalo de 60 anos entre a publicação da primeira e da segunda obra, para o estudioso do Direito, é de extrema relevância: a história narrada pelo baiano Jorge Amado tem, como pano de fundo, o então vigente Código do Menor. Já, em *Cidade de Deus*, o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente está em pleno vigor. Naturalmente, que houve uma evolução na concepção da criança e do adolescente, sobretudo daquele que comete infrações e é usuário de entorpecentes. Se até pouco tempo essas crianças eram consideradas contraventoras, hoje há uma postura diferente em relação a elas: a dependência química é doença; mais do que isso: é um problema de saúde pública. Justamente aí é que se justifica o caráter multidisciplinar deste projeto: temos aqui estudantes dos cursos de Direito e de Medicina, da Fema. Os professores, por sua vez, têm formações igualmente bem diversificadas: História, Direito, Letras e Enfermagem. No entanto, apesar de todo esse empenho legal e uma concepção mais moderna de dependência química como questão mesmo de saúde pública, as páginas dos noticiários estão repletas de casos que configuram o descaso em relação à dignidade dos jovens e crianças, sobretudo quando se trata daqueles em situação de vulnerabilidade social.

Resultados e discussões

Como não poderia ser diferente, os componentes desta equipe multidisciplinar se

debruçaram sobre as duas obras literárias em questão e as leram, identificando semelhanças e diferenças entre elas. O diálogo entre direito e literatura, bem como os desdobramentos desse entrelaçamento, é algo bastante salutar às investigações jurídicas. Em seu artigo “Direito à Literatura”, Antonio Candido (2011) [1] salienta o fato de haver uma aparente desconexão entre “direitos humanos” e “literatura”. É fato também que o olhar crítico do sociólogo chega a vislumbrar certa falta de esperança para com o mundo atual, no qual é gritante a desigual distribuição de renda e, por conseguinte, o aumento da miséria e das injustiças sociais. Ora, por conseguinte, instituído assim o caos na sociedade moderna, onde, na mesma proporção em que a ciência aumenta, cresce também a miséria, não há muito como falar na concretização dos direitos humanos. Absolutamente. Mas o que tem a ver com isso a arte da palavra (ou literatura)? Como se trata mesmo de “aparente” falta de vínculo entre literatura e direitos humanos, a arte da palavra relaciona-se (e muito) à instituição dos chamados direitos humanos, sim. Ocorre que, como nos afirma Candido, “pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo” (2011, p.23). Noutras palavras, quando consideramos, por exemplo, o texto constitucional [2], que trata das garantias individuais, sobretudo em seu artigo 5º, temos que “todos são iguais perante a lei”, sem qualquer tipo de acepção, seja quanto ao credo religioso, à orientação sexual (por extensão), à raça, ao sexo e ao gênero e, inclusive, iguais no que diz respeito ao acesso à cultura, à literatura.

Essa mesma Constituição, promulgada em 1988 e vigente em nossos dias, é também designada Constituição Cidadã, por conceber o brasileiro (ou o estrangeiro naturalizado) como

alguém digno do termo “cidadão”, isto é, sujeito de direitos e deveres. O texto constitucional, ao longo do seu artigo 5º, expõe os direitos fundamentais de todo cidadão brasileiro: educação de qualidade, moradia, saúde, dentre tantos outros.

O direito à leitura de obras da literatura é, por extensão, na visão de Antonio Candido (2011), o exercício dos direitos humanos. Mais ainda: o direito à leitura e à leitura de literatura é uma ação de enfrentamento ao *status quo* do analfabetismo funcional. Uma vez entendido que o acesso à literatura é, por extensão, o acesso a um direito constitucional, um direito a que fazem jus todos os cidadãos brasileiros, há que se conceber a obra literária como um reflexo da realidade em que ela foi produzida, haja vista ser ela verossímil.

Cidade de Deus [3], a exemplo de *Capitães da Areia* [4], é obra de grande apelo popular. O fato é que, por meio da violência desmesurada da personagem principal, a obra de Paulo Lins caiu no gosto popular, dando voz ao fenômeno da “dialética da marginalidade”. “Na saga do crime organizado, descrita com mão firme por Paulo Lins no romance [...], a brutalidade da violência de Zé Pequeno esclarece que a caracterização da cultura brasileira contemporânea exige novos modelos de análise, capazes de estimular uma outra leitura do filme”. (ROCHA, 2004) [5]

Ao traçar o período histórico entre a publicação das duas obras, pode-se notar, por exemplo, que as diretrizes para a criação do Código de Menores do Brasil [6], de 1927, não tutelaram as crianças da época, as quais não receberam, por parte dessa legislação, nenhuma forma de direito, garantia ou proteção, a começar pela maneira como eram tratados. A essa época, era nítida, no texto jurídico, a concepção de que, crianças quanto mais pobres, mais marginais, tendo, então, que se sujeitar ao tratamento do controle policial, de forma a serem recolhidas e utilizadas para o trabalho. Neste contexto, afirma Custódio (2009 apud ANDRADE, 2018, p. 01) [7] que “a consequência disso ficou a cargo do direito penal, para solucionar essa problemática sobreposta, pelo discurso de que se as crianças eram o futuro do país, elas deveriam ser corrigidas a fim de se tornarem adultos bons e honestos”. A sina da pobreza pressupunha a marginalidade, o que indica tratar-se de problema estrutural.

Já a Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente [8], surgiu em um dos momentos

democráticos de elaboração do artigo 227 da Constituição Federal/1988. Esse artigo constitucional, por sua vez, estabelece novos paradigmas para a proteção da criança e do adolescente, que atualmente são sujeitos de direitos, pessoas em fase peculiar de desenvolvimento, destinatários de prioridade jurídica.

No entanto, a omissão estatal ainda perpetua numa condição social que desfavorece a juventude pobre, gerando impactos na Segurança e na Saúde Pública. Esse estudo utilizou as referidas literaturas para uma analogia com a atual sociedade, no que tange aos desvios e vulnerabilidades na infância e juventude, retratando a realidade social e jurídica e presentes em pleno século XXI quando abordamos a violência, as drogas e a delinquência juvenil.

Embora as questões relacionadas às drogas já tenham sido concebidas, não apenas como problema de segurança pública, mas também e, especialmente, de saúde coletiva, pelo seu caráter pandêmico e da vulnerabilidade de jovens, as políticas de Estado relacionadas às drogas ainda permanecem confinadas aos estreitos e violentos espaços policiais, carcerários e manicomiais. A abordagem aos usuários ainda se dá pela lógica do controle e da punição. (MARTINS et al 2021, p. 02) [9]

Até a promulgação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, havia no Brasil os Códigos de Menores: um, de 1927; outro, de 1979. Na verdade, ambos códigos concebiam as crianças como objetos de preocupação do Estado: “No Código de 1927, por exemplo, a doutrina menorista focava apenas em menores de idade vulneráveis economicamente e os considerava como “delinquentes”. Já no Código de 1979, mesmo sendo um avanço, estipulava a doutrina irregular, em que considerava apenas as crianças e adolescentes em situação irregular como objeto de proteção, mas não sujeitos de direito. Isso só ressalta a grandeza do legado trazido pelo ECA: a concepção da criança e adolescente como sujeitos de direito” [10].

Censurado pelo governo de Getúlio Vargas, *Capitães da Areia* (1937) é um romance com estilo jornalístico, com nítida verve de denúncia social: relata o cotidiano de um grupo de quase 50 crianças de rua, num trapiche abandonado na praia. São crianças esquecidas pela sociedade sotero-politana da década de 30. Os principais

personagens da obra são o grupo de crianças e adolescentes. Esses jovens, contudo, precisam sobreviver e, por isso, cometem furtos, mas também sonham e têm esperança em um mundo melhor, como qualquer outra criança. É o que notamos na fala de um deles: “O que ele queria era felicidade, era alegria, era fugir de toda aquela miséria, de toda aquela desgraça que os cercava e os estrangulava. Havia, é verdade, a grande liberdade das ruas. Mas havia também o abandono de qualquer carinho, a falta de todas as palavras boas” [2]. Justamente por conta dessas contravenções cometidas pelos capitães da areia é que, à luz do Código de Menores vigente à época, essas crianças são consideradas delinquentes, razão pela qual muitas sofrem violência por parte da polícia, como é o caso de Sem Pernas.

Com relação a *Cidade de Deus* (1997), a obra do carioca Paulo Lins mostra as transformações no conjunto habitacional de mesmo nome, que cresce de forma desordenada, em meio à violência e ao tráfico de drogas. A violência e a criminalidade fazem parte do cotidiano dos moradores da Cidade de Deus, e uma disputa para o controle do poder do tráfico é determinante para os assaltos e guerras. O enredo de *Cidade de Deus* transcorre nos anos noventa e 2000, razão pela qual podemos afirmar que os Códigos de Menores já haviam sido revogados. O ECA é a legislação vigente a essa época.

A criança e o adolescente em situação de rua estão expostos a circunstâncias que atentam contra a própria dignidade humana. Isso se deve ao fato de que crianças desassistidas, sem um lar, não deixam de ser crianças, ou seja, encontram-se em pleno desenvolvimento físico e intelectual, e, como tal, precisam se alimentar, aprendem a sobreviver nas ruas e a fazer coisas proibidas por lei, como furtar, prostituir-se e traficar drogas. Cenas tristes assim aparecem nas duas obras elencadas aqui. Como a literatura é uma representação da realidade, entende-se que as obras literárias norteadoras deste estudo são, de fato, relevantes no sentido de estimular inúmeras reflexões e análises sobre o universo da criança vulnerável.

Além da reflexão jurídico-constitucional, é necessário repensar também a situação dessa criança do ponto de vista de políticas públicas de saúde, assim como preconizam a Carta Magna, bem como inúmeros documentos do SUS –

Sistema Único de Saúde. O próprio Ministério da Saúde, em sintonia com a Constituição vigente, chama a atenção para os três princípios norteadores das práticas dentro do SUS. O primeiro deles é a *universalidade*, o que significa que todos têm direito à saúde. Em seu artigo 196, a Constituição Federal determina que a saúde é direito de todos e dever do Estado; é universal, não excludente, cuja finalidade é para garantir políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença. Em seguida, há o princípio da *equidade* ou a propriedade de adaptar-se às oportunidades, deixando-as justas. Isso implica solidariedade, generosidade e convivência entre as diferenças. Esse princípio busca tratar desigualmente o desigual, atentar para as necessidades coletivas e individuais, procurando investir onde a iniquidade é maior. Identificando o espaço da diferença, objetiva considerar, de maneira peculiar, pessoas diferentes para que tenham direitos iguais. O terceiro princípio é a *integralidade*. Noutras palavras, significa dizer que todos os serviços de saúde devem funcionar em rede, dispensando cuidado integral à vida. Há que se ter um olhar tanto para a doença quanto para o meio em que se vive, vez que saúde é um todo implicado em aspectos sociais, econômicos e até espirituais [11].

Da leitura tanto de *Capitães da Areia*, cuja legislação relativa à infância era o Código de Menores de 1927, quanto de *Cidade de Deus*, em que o ECA já está vigente, podemos depreender situações emblemáticas em relação às crianças em situação de vulnerabilidade, sobretudo quanto à relação dessas crianças com os policiais. Passaram-se 60 anos entre a publicação de uma obra e de outra, mas a prática de muitos profissionais da segurança pública, em relação aos menores abandonados, ainda é a reprimir, bater, machucar, usar de toda forma de violência, quando deveriam ser parceiros, acolhedores. Ora, a violência gera violência. Isso fica muito explícito em *Cidade de Deus*, em que se retrata o dia a dia de jovens que não nasceram maus, mas que tiveram que se tornar vilões para poder sobreviver no caos de uma comunidade sitiada pelo tráfico. Inevitável pensar em crianças e jovens em situação de rua e não os conceber como verdadeiros sequelados de guerra pela vida, tanto física como emocionalmente.

A interpretação dessas obras literárias possibilita também estabelecer um paralelo com o que ocorre, atualmente, na Cracolândia, em pleno

centro histórico da cidade de São Paulo, o centro financeiro do Brasil... A marginalização social, vulnerabilidade e desafios enfrentados pelos jovens, também estão presentes nas leituras propostas. A questão do uso de entorpecentes e/ou substâncias proibidas, seja álcool ou drogas aparecem nessas obras. As crianças de Capitães da Areia se envolvem com o álcool e outros comportamentos autodestrutivos. Os jovens de Cidade de Deus se tornam dependentes de drogas ou traficantes.

A questão-problema é a forma como muitos agentes públicos concebem o usuário de bebidas

ou drogas. Observam-no como mais um infrator, quando toda a literatura médica chama a atenção para o fato de que se trata de uma doença. E dependência química doença, essas pessoas precisam de tratamento e não de cadeia, como defendia o Código de Menores de 1927. O ECA tem sido, sim, um grande avanço no que diz respeito à tutela que o Estado deve prestar à criança e ao adolescente. Mas ainda há muito por fazer, principalmente no que diz respeito à criação de políticas públicas de educação em saúde, que priorizem a dignidade da pessoa humana [12].

Referências

- [1] CANDIDO, A. **O direito à literatura**. In: Vários escritos. 5 ed. São Paulo: Ouro sobre Azul Editora, 2011.
- [2] BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 1988.
- [3] LINS, P. **Cidade de Deus**. 2 ed. São Paulo: Tusquets, 2018.
- [4] AMADO, J. **Capitães da Areia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- [5] ROCHA, J. C. de C. Dialética da marginalidade - caracterização da cultura brasileira contemporânea. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, domingo, 29 de fevereiro de 2004. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2902200404.htm>. Acessado em 20 de dezembro de 2022.
- [6] BRASIL. **Decreto nº 17.943-a, de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Código de menores: dpl 5083, de 01/12/1926. Rio de Janeiro-RJ: Diário Oficial da União, 1927. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acessado em: 13 de janeiro de 2023.
- [7] ANDRADE, Franklyn Emmanuel Pontes de. Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. In.: **Revista JusBrasil**, 20 maio de 2018. Disponível em:
- [8] BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acessado em: 20 de janeiro de 2023.
- [9] MARTINS, M. E. R.; BUCHELE, F.; BOLSONI, C. C. Uma revisão bibliográfica sobre as estratégias de construção da autonomia nos serviços públicos brasileiros de atenção em saúde a usuários de drogas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. e00358820, 2021. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2021.v37n8/e00358820/pt/>. Acessado em: 27 de janeiro de 2023.
- [10] SANTA CATARINA. Ministério Público. **O que mudou depois da criação do Estatuto da Criança e Adolescente?** (2018). Disponível em: [O que mudou depois da criação do Estatuto da Criança e Adolescente?](#). Acessado em: 16 de setembro de 2023.
- [11] BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde: estrutura, princípios e como funciona**. Disponível em: [Sistema Único de Saúde - SUS — Ministério da Saúde \(www.gov.br\)](#). Acessado em: 20 de setembro de 2023.
- [12] MACHADO, A. R.; MIRANDA, P. S. C. Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 14, n. 3, p. 801–821, jul. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000300007>. Acessado em 15 de agosto de 2023.

ASSÉDIO MORAL NAS EMPRESAS

Cintia Karla Flores da Silveira; Luiz Antonio Ramalho Zanoti
cintiakflores@hotmail.com; zanoti.7@gmail.com

Princípio da dignidade da pessoa humana

O princípio da dignidade da pessoa humana é um conceito filosófico e abstrato que determina o valor intrínseco da moralidade, espiritualidade e honra de todo o ser humano.

Segundo Habermas (1994, p. 216), a base do Estado Democrático de Direito recebe grande influência do pensamento Iluminista dos séculos XVII e XVIII, tendo impactado nas constituições de países que passaram pela revolução burguesa como França e Estados Unidos.

Dessa forma, a utilização do termo “princípio da dignidade da pessoa humana” enfatiza a visualização do sujeito humano, como indivíduo pleno e digno de ter sua autodeterminação contemplada e protegida.

Se o ser humano é a fonte de todos os valores que a humanidade perpetua, então não há nada mais importante e valioso para se proteger do que a dignidade do indivíduo. É a partir desse pensamento que o princípio da dignidade humana atua no ordenamento jurídico.

O assédio moral nas relações de trabalho

O assédio nasce como algo inofensivo, no primeiro momento, os ofendidos nem sempre se mostram ofendidos, e acabam levando muitas vezes na brincadeira. Em seguida estes ataques se multiplicam e a vítima começa a se sentir acuada, inferiorizada, submetida às manobras hostis e degradantes durante período maior.

Por abusividade de conduta dolosa, entende-se como sendo aquela que extrapola os poderes de chefia, visando a exclusivamente denegrir o trabalhador na sua esfera pessoal. Essa conduta dolosa é capaz de constranger a vítima, explicitando sentimentos de humilhação.

Sobre este elemento, Silva (2004, p. 102) destaca a relevância jurídica representada pela conduta em razão da "ilícita finalidade de discriminar, marginalizar ou, de qualquer outro modo, prejudicar o trabalhador".

Há a necessidade de que esta conduta seja prolongada e reiterada no tempo, e não será um ato isolado ou esporádico que terá o condão de

trazer lesões psíquicas decorrentes do assédio moral à vítima.

A propósito disso, Hirigoyen (2002, p. 75) alerta, contudo, que "a vitimização excessiva termina por prejudicar a causa que se quer defender". E complementa: "se, com ou sem razão, enxergamos o assédio moral a todo o instante, o conceito corre o risco de perder a credibilidade". Sempre se faz necessário averiguar a questão relativa aos aspectos probatórios.

O art. 5º, incisos V e X, da Constituição Federal, prevê o direito a indenização por dano material e moral decorrente da violação da imagem, bem como da intimidade, da vida privada e da honra, consagrando ao ofendido a reparação em virtude dos prejuízos sofridos.

Os exemplos mais comuns de assédio moral no ambiente de trabalho são: retirar autonomia da vítima; não lhe transmitir mais as informações úteis para a realização de tarefas; contestar sistematicamente todas as suas decisões; criticar seu trabalho de forma injusta ou exagerada; privá-la de acesso aos instrumentos de trabalho; retirar o trabalho que normalmente lhe compete; atribuir-lhe proposital e sistematicamente tarefas inferiores ou superiores às suas competências, dar-lhe deliberadamente instruções impossíveis de executar; fazer brincadeiras vexatórias, lançar apelidos humilhantes ou insinuações de cunho sexual, que a depender do caso, podem também ser enquadradas como o crime de assédio sexual; tratar as vítimas por estereótipos (muito comum em casos de homofobia, racismo e sexismo); fazer indiretas e/ou insinuações constrangedoras; impor brincadeiras ou “castigos” aos trabalhadores que não cumpriram a meta; criar um ambiente hostil visando a demissão do trabalhador para deixar de pagar a integralidade das verbas rescisórias; excluir um trabalhador da convivência e atividades praticadas pelos demais; perseguir e chamar a atenção de um trabalhador de forma ríspida e desrespeitosa na frente dos outros colegas de trabalho, provocando constrangimento; usar características físicas da pessoa como forma de envergonhá-la; exigir mudanças estéticas

desproporcionais, invadindo a esfera privada do trabalhador (ex: exigindo que a mulher use maquiagem, ou até que mulheres negras alisem o cabelo, o que pode eventualmente ser enquadrado como racismo), dentre outras.

Diferenças entre assédio moral e atos de gestão

O Governo Federal desenvolveu com o apoio da Secretaria Geral a Cartilha de prevenção e Combate ao Assédio Moral, contribuindo para a construção contínua de um ambiente de trabalho digno.³

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) também possuem inúmeras ações de conscientização sobre o tema, com objetivo é capacitar continuamente magistrados e servidores que atuam na Justiça do Trabalho.⁴

Os materiais acima mencionados trazem exemplos práticos de situações nas quais se configura assédio moral e suas consequências, além de identificar alguns atos de gestão que não devem ser confundidos com assédio moral.

Exigir que o trabalho seja cumprido com eficiência e estimular o cumprimento de metas não é assédio moral. Toda atividade apresenta certo grau de imposição a partir da definição de tarefas e de resultados a serem alcançados. No cotidiano do ambiente de trabalho, é natural existir cobranças, críticas e avaliações sobre o trabalho e o comportamento profissional dos colaboradores. Por isso, eventuais reclamações por tarefa não cumprida ou realizada com displicência não configuram assédio moral.

Há que se destacar, também, que dependendo do tipo de atividade desenvolvida, pode haver naturalmente períodos de maior volume de trabalho. A realização de serviço extraordinário é possível, se dentro dos limites da legislação e por necessidade de serviço. A sobrecarga de trabalho só pode ser vista como assédio moral se usada para desqualificar especificamente um indivíduo ou se usada como forma de punição.

As organizações cada vez mais se utilizam de mecanismos tecnológicos de controle, como é o caso do ponto eletrônico. Essas ferramentas não

podem ser consideradas como intimidação, uma vez que servem para o controle da frequência e da assiduidade dos empregados.

Consequências do assédio moral no ambiente de trabalho

O assédio moral afeta não somente a saúde física e mental da vítima, mas também infla os custos operacionais da empresa, vez que produz reflexos negativos na produtividade do empregado e gera o absenteísmo amparado por atestados médicos. Sobrecarrega também a Previdência Social, vez que esta é acionada para acolher a vítima e proporcionar-lhe pensão por doença enquanto estiver afastado do trabalho.

Todavia, o alto preço em decorrência do assédio moral é suportado pelo indivíduo assediado. Segundo Freitas (2007) e Rodrigues (2013), a vida psicossocial da vítima sofre sensível abalo de forma a afetar a sua personalidade, identidade e autoestima, cujas efeitos podem impactar as esferas psíquica, social, profissional, familiar e afetiva do indivíduo. As consequências sofridas pela vítima podem começar como algo simples e sem importância e terminar com comportamentos aterrorizantes.

Segundo dados de pesquisas europeias e brasileiras, realizadas por Freitas (2007) e Bradaschia (2007), os dados apresentam informações assustadoras relacionadas a problemas ligados à depressão, aos pensamentos autodestrutivos e às tentativas de suicídio. São comuns também as seguintes consequências: Dores generalizadas, palpitações, distúrbios digestivos, dores de cabeça, hipertensão arterial, alteração do sono, irritabilidade, crises de choro, abandono de relações pessoais, problemas familiares, isolamento, depressão, síndrome do pânico, estresse, esgotamento físico e emocional, perda de produtividade e até mesmo o suicídio. Bradaschia (2007) ensina que, embora esses problemas apresentados sejam suficientemente graves, é possível afirmar que não são os únicos. Há outros efeitos que acometem a saúde física das vítimas, em razão de que a maioria das pesquisas encontradas agrupa as manifestações físicas sob o nome de doenças psicossomáticas.

³ <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2022/fevereiro/lancamento-de-cartilha-de-prevencao-e-combate-ao-assediomoral/cartilhasdoassediomoral.pdf>

⁴ <https://www.tst.jus.br/documents/10157/55951/Cartilha+ass%C3%A9dio+moral/573490e3-a2dd-a598-d2a7-6d492e4b2457>

Os sintomas apresentados pelas vítimas de assédio moral são graves e variam de acordo com a intensidade e a duração da agressão. Alerta Hirigoyen (2017) “embora haja tamanha amplitude, não se pode banalizar o assédio, fadando-o a ser uma fatalidade à sociedade, pois ele é derivado de um modelo de gestão organizacional fundamentado em ações permissivas e alheias aos preceitos éticos”.

De acordo com Freitas (2007), o assédio moral no âmbito empresarial é uma silenciosa fonte de danos para as empresas. Os fatores abaixo são ressaltados dentre as consequências mais comuns dentro das organizações: redução da produtividade, aumento na rotatividade de pessoal, custos com reposição de pessoal, aumento de erros e acidentes, absenteísmo, aposentadoria prematura, clima desfavorável para o trabalho, exposição negativa da marca junto aos clientes e consumidores, passivos trabalhistas decorrentes de indenizações, multas administrativas por manifestações de discriminação, licenças médicas e demissões.

No que tange às ações judiciais, a empresa pode sofrer com os custos por ser condenada em ação de rescisão indireta de contrato de trabalho, com supedâneo no art. 483, da CLT, por falta grave do empregador. Neste sentido, ressalta Alkimin (2008, p. 49):

O assédio moral se traduz em prática degradante e humilhante, atingindo a dignidade humana da pessoa do trabalhador; igualmente, impede um ambiente do trabalho sadio e equilibrado (CF, art. 225) e é capaz de tornar insuportável a continuidade da relação de emprego, em razão da grave violação pelo empregador ou pelo preposto deste das obrigações contratuais trabalhistas. Sob o prisma das obrigações contratuais, todas as atitudes, gestos, comportamentos, palavras caracterizadoras do assédio moral se enquadram nas hipóteses tipificadas no art. 483 da CLT, consubstanciando grave violação patronal das obrigações legais e contratuais, além de violar o dever geral de respeito à dignidade e intimidade do trabalhador, legitimando a despedida indireta por justa causa ou falta grave do empregador.

As pesquisadoras Freitas, 2014; Matos, 2016; Amaral Mendes, 2017 destacam que na última década, as empresas sentiram mais fortemente o impacto dos custos judiciais decorrentes de indenizações trabalhistas, visto que o assédio moral ganhou grande visibilidade no cenário

jurídico, em razão dos julgados de muitas ações trabalhistas que ganharam espaço na mídia.

Como se isso não bastasse, Hirigoyen (2010) enfatiza que o assédio moral gera um clima de aflição, medo e fragilidade que acaba se estendendo a toda a sociedade, uma vez que as constantes mudanças e reestruturações das empresas podem levar as pessoas a perderem a confiança em si mesmas e a adotarem uma postura de descrédito com relação ao mundo do trabalho, por se julgarem não capacitadas para enfrentar todas essas mudanças.

Considerações finais

O assédio moral, embora existente há muito tempo, nos últimos anos vem ganhando contornos mais nítidos no mundo do trabalho, potencializado pelo modo atual de produção capitalista, a globalização, e todos os males que suscitam, a exemplo da exacerbada competitividade entre as empresas e os trabalhadores, a incessante e desumana busca pelo lucro, a redução dos postos de trabalho, o aumento de oferta de mão-de-obra, a valorização do individualismo, o desprezo ao trabalho em grupo e a inversão da escala hierárquica de valores humanos, tudo em prol da produção e do capitalismo.

Os efeitos do assédio moral não recaem apenas sobre a vítima, mas também sobre o ambiente de trabalho, ferindo o direito fundamental ao labor seguro e saudável. Repercute em toda a sociedade, sobrecarrega o sistema de saúde e previdenciário. Os efeitos são maiores quando o agente é impune, gerando nos assediados um sentimento de impotência, além das consequências físicas e psicológicas que se mantêm mesmo após a rescisão do contrato de trabalho.

As empresas, os sindicatos e o Estado têm demonstrado crescente interesse por meio de leis específicas, acompanhamento interno nas empresas através de áreas de Recursos Humanos, mas as providências e as resoluções ainda se concentram muito no relato da vítima e na comprovação das testemunhas, tendo esta segunda, grande valor como prova em uma ação judicial.

Alguns Municípios e Estados brasileiros já possuem legislação a respeito do assédio moral, outros têm projetos de leis e, em nível nacional,

há projeto de lei objetivando modificações em alguns dispositivos do Código Penal.

Por último, com apoio das empresas, sindicatos, e intervenção do Ministério Público do Trabalho e até mesmo da própria vítima, é possível conscientizar a sociedade sobre esse terror psicológico que é o assédio moral.

De todo o exposto, inúmeros passos dados já contribuíram para a maior eficácia do tema, contudo, o caminho a ser seguido é ainda longo e árduo para que sejam concebidas normas que, quando impostas, sejam de fato mais eficazes.

Referências Bibliográficas

- [1] ALKMIN, Maria Aparecida. **Assédio Moral na Relação de Trabalho**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.
- [2] BRADASCHIA, Carisa Almeida. **Assédio Moral no Trabalho**: a sistematização dos estudos sobre um campo em construção. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo: 2007.
- [3] BRASIL. **Fundacentro**. Disponível em: <http://www.gov.br/fundacentro/pt-br>
- [4] FREITAS, Maria Ester de; HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida. **Assédio Moral no Trabalho**. 1. ed. Adaptação T. S. Elliot. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- [5] HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio Moral**: A violência perversa no cotidiano. 19. ed. Tradução de Maria Helena Kunher: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
- [6] RODRIGUES, Miriam. **As Múltiplas Faces do Assédio Moral**: no ensino superior privado na perspectiva de professores dos cursos de administração de empresas na cidade de São Paulo. 2013. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo: 2013.
- [7] SILVA, Luiz Pinho Pedreira de. **A Reparação do Dano Moral no Direito do Trabalho**. 1. ed. São Paulo: LTr, 2004.
- [8] Cartilha CNJ. **Assédio Moral, Sexual e Discriminação**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/cartilha-assediomoral-aprovada.pdf>
- [9] Cartilha TST. **Prevenção ao Assédio Moral**. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/10157/55951/Cartilha+ass%C3%A9dio+moral/573490e3-a2dd-a598-d2a7-6d492e4b2457>.

SÍNDROME DO ESGOTAMENTO PROFISSIONAL: ASPECTOS JURÍDICOS E SUAS IMPLICAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO

Juliana Rodrigues Lilischkies; Luiz Antonio Ramalho Zanoti
julilischkies@gmail.com; zanoti.7@gmail.com

Síndrome de Burnout no ambiente de trabalho

Não é segredo que o mercado de trabalho tem exigido cada vez mais dos candidatos que nele desejam ingressar. Além disso, tem imposto essa exigência de forma estrondosa àqueles que dele já participam. Como resultado, observa-se um adoecimento crescente nos indivíduos inseridos no atual mercado de trabalho, seja por depressão, ansiedade ou outras doenças.

Entretanto, traz-se o destaque à Síndrome de *Burnout* ou Síndrome do Esgotamento Profissional, doença que se relaciona diretamente com o labor. Conforme Lilischkies (2018, p. 58), se trata de uma doença resultante da soma de injúrias ocorridas no ambiente de trabalho, cujo efeito acumulativo leva o funcionário a um quadro de sensações, que englobam sentimentos “de desesperança, de impotência, de incapacidade, de desvalia, de enfraquecimento, de medo do local de trabalho, e de fuga do local de trabalho”.

Inicialmente estudada na década de 1970, o psicólogo Herbert Freudenberger (1926-1999) caracterizou o esgotamento profissional como sendo um estado que envolve um intenso cansaço emocional, sensação de despersonalização e uma baixa realização pessoal (FREUDENBERGER, 1974 apud PARDINI, 2023).

Pardini (2023) indica que as categorias de profissionais que estão mais propensas a desenvolver a síndrome são: assistentes sociais, advogados, bombeiros, carcereiros, executivos, médicos, enfermeiros, professores, psicólogos, entre outros. Verifica-se, pelas categorias apontadas, que são profissões de risco e contato direto com o público, podendo concluir-se que a interação entre prestador de serviço e receptor destes serviços, quando não ocorre reiteradamente de forma harmoniosa, pode causar sérios danos ao empregado.

Lilischkies (2018, p. 29) também destaca que o esgotamento profissional é uma doença que necessita de tratamento multidisciplinar, isto é,

realizado por profissionais da saúde de diversas especialidades, uma vez que os sintomas podem afetar qualquer parte do corpo. Isso dá pelo fato de que a síndrome do Esgotamento Profissional é caracterizada como uma doença psicossomática.

Inserção no cadastro internacional de doenças como “doença ocupacional”

A Síndrome de *Burnout* foi reconhecida em 2022 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um fenômeno ocupacional, e incluída na 11ª edição da Classificação Internacional de Doenças (CID-11); antes sob o código Z73, agora com o código QD85 (CAVALLINI, 2022). A inclusão da síndrome como uma doença ocupacional, isto é, doença resultante do ambiente de trabalho, ressalta a importância de sua prevenção e tratamento para a saúde do trabalhador, trazendo um significado mais concreto à doença.

As pesquisas realizadas apontam que ao trabalhador acometido pelo *burnout* serão aplicados os mesmos benefícios previdenciários e trabalhistas que são aplicados a outras doenças consideradas ocupacionais pela legislação, como a lesão por esforço repetitivo - LER. Entre os direitos aplicáveis, destaca-se o afastamento remunerado e a assistência médica.

Anteriormente à nova classificação, por não ser considerada ainda como uma doença ocupacional, embora conhecida no âmbito trabalhista, o *burnout* poderia ser considerado um problema do próprio preposto, que não soube administrar seus problemas, deixando-os interferir em seu trabalho, isentando o empregador de qualquer responsabilidade que se pudesse aplicar.

Dessa forma, a definição de *burnout* como doença ocupacional trouxe um equilíbrio na balança empregado-empregador, fazendo com que a enfermidade não seja considerada somente responsabilidade do empregador, mas uma combinação de fatores. O empregador é incluído nesses fatores, sendo um passo importante para a proteção da saúde e dos

direitos dos trabalhadores, devendo ser acompanhada por ações concretas para prevenção e tratamento. A abordagem multidisciplinar e a conscientização sobre o impacto do *burnout* na saúde e na produtividade dos trabalhadores são fundamentais para o enfrentamento desse problema ocupacional.

O esgotamento profissional e o mercado de trabalho

Pelo mundo todo, conforme o mercado de trabalho foi aumentando, foi necessária a interferência do Estado para que o trabalhador pudesse ser protegido de condições de trabalho semelhantes às ocorridas na época da Revolução Industrial, bem como de abusos por parte dos empregadores. Sendo assim, a maneira de intervir encontrada pelo Estado foi a elaboração de leis, visando a não só proteger os trabalhadores contra trabalhos desumanos, mas garantir direitos a eles, e que tais direitos fossem respeitados, protegendo-os econômica e juridicamente.

No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT estabelece a regulamentação das relações de trabalho no país, para proteger o trabalhador. No entanto, a legislação trabalhista brasileira não contempla especificamente a Síndrome de *Burnout*, deixando uma lacuna na proteção ao empregado que sofre com a doença. Ainda assim, há diversos dispositivos legais na CLT que podem ser aplicados aos casos de *burnout*, garantindo ao trabalhador alguns direitos e proteções.

A CLT determina que o empregador tem a obrigação de garantir um ambiente de trabalho saudável e seguro para seus funcionários, com medidas que previnam danos físicos e psicológicos. Assim, o empregador deve fornecer equipamentos de segurança adequados e tomar medidas preventivas para evitar a exposição dos trabalhadores a riscos psicossociais, como o estresse. A CLT também prevê a obrigatoriedade de pausas durante a jornada de trabalho, para que o trabalhador possa descansar e recuperar as energias.

Além disso, a legislação trabalhista brasileira estabelece o direito do trabalhador a um ambiente de trabalho que não comprometa sua saúde física e mental, conforme disposto no artigo 483, da CLT. Caso o empregador descumpra essa norma, o trabalhador pode

recorrer à Justiça do Trabalho e requerer a rescisão indireta do contrato de trabalho, além de indenização por danos morais e materiais.

Por fim, é importante mencionar que, apesar de não haver uma regulamentação específica para a Síndrome de *Burnout* na CLT, a Justiça do Trabalho vem reconhecendo os direitos dos trabalhadores afetados pela doença. Dessa forma, é possível garantir a proteção e os direitos dos trabalhadores com *burnout* por meio de uma interpretação ampla e contextualizada da legislação trabalhista brasileira.

A responsabilidade civil do empregador

A Síndrome do Esgotamento Profissional é uma doença que afeta muitos trabalhadores, trazendo prejuízos para a empresa e, principalmente, para a saúde do trabalhador. Nesse sentido, o empregador tem grande responsabilidade de prevenir e tratar as doenças de seus empregados.

A responsabilidade civil é a obrigação do empregador de reparar os danos morais e/ou patrimoniais ao empregado, em virtude de ação própria ou cometida por terceiro sob seu comando.

Entendido o conceito, destaca-se que o Código Civil traz duas modalidades de responsabilidade civil. A primeira delas é a objetiva, indicada no artigo 927, sendo o tipo de responsabilidade que não depende da prova do dolo ou culpa do agente da ação danosa, desde que o dano seja reconhecido e conectado a umnexo causal. A segunda modalidade é a subjetiva, cujo texto legal encontra-se no artigo 186, do mesmo Código, que além de reconhecer o dano e ligá-lo aonexo causal, também depende da existência do dolo ou culpa do agente do dano (ALELUIA, 2015 apud BARREIROS; SANTOS; SOUZA, 2021).

Um ambiente de trabalho pode acarretar danos aos empregados de várias formas: pressão, falta de reconhecimento, metas irrealistas, entre outros exemplos. O trabalhador acometido pelo *burnout*, como mencionado previamente, é atingido por uma imensa falta de vontade de trabalhar, quadros depressivos e problemas físicos (dores musculares, gastrites, úlceras, enxaquecas, hematomas). Na maioria das vezes, o empregador pode ser responsabilizado, na esfera trabalhista e civil, por

não proporcionar um ambiente de trabalho adequado.

Soares (2022) elenca uma variedade de requisitos a serem avaliados, características de um ambiente apropriado, e atitudes a serem tomadas para tal.

Inicialmente, trata do conceito de ambiente de trabalho saudável, sendo este uma comunidade, construída diariamente com esforço da equipe, colaboração, dedicação, e especialmente, a confiança dos trabalhadores em construir tal ambiente. Não menos importante, o papel da liderança é essencial para tal construção.

Destaca-se também que um ambiente de trabalho saudável é resultado da combinação entre dois elementos: o clima organizacional, que se refere ao comportamento dos funcionários, e a cultura organizacional da empresa. Esta abrange a missão, os valores, práticas e as ações que direcionam a organização a atingir seus objetivos.

Para facilitar o trabalho do empregador em avaliar o ambiente que proporciona, Soares (2022) especifica que o aspecto físico, emocional e ambiental da organização são itens a serem avaliados. Para estarem de acordo, é preciso que o empregador empregue seus esforços em oferecer ao funcionário bons materiais de trabalho, como equipamentos adequados à função do trabalhador, equipamentos ergonômicos para evitar danos físicos, especialmente àqueles que trabalham por muitas horas sentados, e mais importante, incentivar a conexão entre os funcionários, o respeito, valorizar seus serviços, reconhecer seus esforços e oferecer alternativas para lidar com o estresse.

Um empregado motivado, incentivado e reconhecido é menos propenso a desenvolver *burnout*, exatamente pelo fato de que todas essas medidas tomadas pelo empregador auxiliam no dia a dia, que já é abarrotado de prazos, metas, resultados a atingir. A falta de reconhecimento, motivação e incentivo a esse trabalhador pode trazer a ele imensos transtornos em níveis inimagináveis, acarretando prejuízo também para a empresa. Cada preposto é uma peça chave do processo da organização. A quebra de uma peça pode causar o abalo da máquina como um todo e os danos podem ser irreparáveis.

Sendo assim, é importante destacar que o empregador tem a responsabilidade de proporcionar um ambiente de trabalho saudável e

seguro, capaz de prevenir o surgimento de doenças ocupacionais, como a Síndrome de *Burnout*, muito complexa e cuja prevenção e tratamento exigem ações integradas entre empregador, trabalhador, médicos e psicólogos. É necessário que as empresas estejam atentas aos sintomas da doença e adotem medidas efetivas para garantir a saúde mental e qualidade de vida de seus funcionários.

Considerações finais

Diante da relevância da Síndrome de *Burnout* no âmbito trabalhista, é necessário que as empresas e empregadores adotem medidas preventivas e de tratamento para garantir a plenitude da saúde física e mental dos trabalhadores. Tal síndrome é uma doença ocupacional que pode levar à queda de produtividade, aumento do absenteísmo e afastamento do trabalhador, impactando diretamente na relação trabalhista entre empregador e empregado.

A Síndrome de *Burnout* pode ser agravada por questões trabalhistas, como excesso de jornada e pressão por metas. Portanto, é importante que as empresas promovam um ambiente de trabalho saudável e seguro, garantindo que os direitos trabalhistas sejam respeitados, e reconhecendo a doença como uma questão séria e relevante, a fim de evitar o desenvolvimento da síndrome.

Além disso, é fundamental que o empregador adote medidas de prevenção e ofereça tratamento adequado aos trabalhadores que desenvolverem a síndrome, garantindo seus direitos e protegendo sua saúde.

Por outro lado, é necessário que os empregados também sejam conscientes quanto à importância de cuidar de sua saúde mental e reconhecerem os sinais de esgotamento emocional e despersonalização, buscando ajuda quando necessário.

Por fim, a Síndrome de *Burnout* pode ter consequências jurídicas no âmbito trabalhista, e o trabalhador que desenvolver tal condição pode buscar reparação de danos junto à Justiça do Trabalho, caso fique comprovado que a empresa não adotou medidas para prevenir a doença ou que agravou a situação do empregado. Portanto, é fundamental que as empresas estejam atentas à prevenção e tratamento da Síndrome de

Burnout para garantir um ambiente de trabalho saudável e seguro para todos os trabalhadores.

Referências

- [1] BARREIROS, Jaqueline Pereira; SANTOS, Natália Ferreira dos; SOUZA, Cleidilene Freire. **Da Síndrome de *Burnout* nas relações de trabalho**. 2021. 15 f. Artigo (Bacharelado em Direito) - Faculdade Presidente Antonio Carlos, Teófilo Otoni, 2021.
- [2] LILISCHKIES, Juliana Rodrigues. **Os efeitos da Síndrome de *Burnout* no cotidiano do profissional de Secretariado Executivo e da organização**. 2018. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Secretariado Executivo) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.
- [3] PARDINI, Hermes. Síndrome de *Burnout*: saiba como evitar. *In*: PARDINI, Hermes. **Blog Hermes Pardini**. Belo Horizonte, 23 maio 2023. Disponível em: <https://www.hermespardini.com.br/blog/?p=1391>. Acesso em: 9 jul. 2023.
- [4] SOARES, Bruno. Ambiente de trabalho saudável: 8 dicas para criar e manter um ambiente de trabalho saudável. *In*: TOTVS. **Feedz**. [S. l.], 24 jun. 2022. Disponível em: <https://www.feedz.com.br/blog/ambiente-de-trabalho-saudavel/>. Acesso em: 6 jul. 2023.

A DISCRIMINAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Rafaela Ananias Godinho; Luiz Antonio Ramalho Zanoti
rafaanagodinho.22@gmail.com; zanoti.7@gmail.com

O papel da mulher no mercado de trabalho

Em dias atuais, muitas mulheres que engravidam e que estão no mercado de trabalho, passam por algumas dificuldades, como comentários pejorativos, demissões desnecessárias ao término da licença maternidade. Até mesmo no começo da gravidez já são sentidos tais tratamentos discriminatórios, como é o caso da troca de função, o que ocasiona a diminuição do salário.

A desigualdade salarial ainda se faz presente mesmo nos dias de hoje. Mulheres com currículos semelhantes aos dos homens, com a mesma experiência e realizando trabalho com a mesma perfeição técnicas, ganham menos que eles.

A diferença no pagamento existe por vários motivos. Entre eles está o machismo e o sexismo de uma cultura entranhada de que meninos são criados para trabalhar fora e meninas devem cuidar da casa e dos filhos. Outro exemplo disso ocorre quando uma mulher tem a função de chefia dentro de uma empresa e sofre preconceito de um homem subalterno, que não aceita ser orientado ou ser liderado por ela.

Segundo Campos (2022), a mulher foi inserida no mercado de trabalho desde meados de 1930, com a Revolução Industrial. Na época, o público feminino não era bem visto no contexto laboral, e com isso muitas mulheres, principalmente as indígenas e negras, sofriam preconceitos e passavam por dificuldades.

De acordo com Probst (2021), um papel fundamental que as mulheres assumiram na época da I e II guerras mundiais, foi exercer as posições até então ocupadas por seus maridos, ficando elas responsabilizadas pelo trabalho e por cuidar dos negócios da família, enquanto eles estavam em frentes de batalhas.

A propósito disso, Camargo relata sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho e os motivos:

Nas últimas décadas do século XX, presenciamos um dos fatos mais marcantes na sociedade brasileira, que foi a inserção, cada vez mais crescente, da mulher no campo do trabalho,

fato este explicado pela combinação de fatores econômicos, culturais e sociais. Em razão do avanço e crescimento da industrialização no Brasil, ocorreram a transformação da estrutura produtiva, o contínuo processo de urbanização e a redução das taxas de fecundidade nas famílias, proporcionando a inclusão das mulheres no mercado de trabalho (CAMARGO, 2023).

Segundo Wentzel (2017), a OIT (Organização Internacional do Trabalho) fez uma estimativa em 2017 e constatou que o Brasil poderia expandir sua economia em até R\$ 382 bilhões ao longo de oito anos, se aumentasse a inserção das mulheres no mercado de trabalho em um quarto até 2025.

Segundo o Portal Sólides (2020), no contexto profissional, o papel feminino tem sido essencial principalmente para o crescimento de grandes empresas. Mulheres são consideradas mais resilientes, conseguem realizar multitarefas e têm disposição para ouvir mais; são comprometidas com o que fazem; têm mais facilidade para trabalhar em equipe; são muito participativas e criativas, requisitos esses muito úteis na evolução de empresas.

A discriminação da mulher no mundo do trabalho

O ato de discriminar é impedir uma pessoa de exercer seus direitos como ser humano. É ter preconceito contra certas categorias raciais e sociais como religião, opção sexual, raça, nível social, situação econômica e gênero.

De acordo com a Convenção número 111^o da OIT (1958), artigo 1^o, discriminação é toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão (OIT, 1958).

Segundo o site das Nações Unidas Brasil (2020), a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento elaborado por representantes de diferentes origens culturais e também jurídicas de todas as regiões em redor do mundo. Ela foi criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, em 10 de

dezembro de 1948. Este documento estabelece a proteção universal dos direitos humanos, inclusive cita sobre a discriminação.

Segundo o artigo 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos “Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”.

De acordo com Camatta (2023), a pesquisa International Women's Day, realizada pela Ipsos em 32 países, aponta que dois em cada dez brasileiros presenciaram discriminações contra mulheres no ambiente de trabalho. No Brasil a média desse levantamento é de 23%, sendo que a global é de 20%.

A Constituição Federal garante a proteção da mulher para ter acesso ao mercado e estabelece incentivos específicos para a proteção feminina no contexto laboral. Este Princípio está indicado no inciso XX, do artigo 7º.

O Princípio da Proteção ao mercado de trabalho da mulher, segundo Leite (2022, p.197), “Visa, sobretudo, corrigir as injustiças históricas e as discriminações que sofrem as mulheres no mercado de trabalho em relação aos homens”.

A CLT se posiciona em relação às distorções que dificultam o acesso da mulher ao mercado de trabalho:

Artigo. 373-A. Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, é vedado:

I - Publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir;

II - Recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível;

III - considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional;

IV - Exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego;

V - Impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas

privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez;

VI - Proceder o empregador ou preposto a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias (BRASIL, 1943).

Assédios sexual e moral

O assédio sexual é um ato criminoso. O artigo 216 – A, do Código Penal, define esse crime como constrangimento a vítima com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, onde o agente pode estar na condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo e função, a pena desse ato é de detenção de um a dois anos.

Segundo Filippe (2022), uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), 72% das mulheres já enfrentaram assédio no local de trabalho, da mesma forma que 77% já presenciaram cenas de assédio com outras mulheres no local de trabalho.

De acordo com a Cartilha de Prevenção ao assédio Moral “Pare e Repare por um Ambiente de Trabalho mais positivo”, lançada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), existem vários tipos de assédio moral, entre eles estão:

Assédio moral vertical: Ocorre entre pessoas de nível hierárquico diferentes, chefes e subordinados;

Assédio moral horizontal: Ocorre entre pessoas que pertencem ao mesmo nível de hierarquia. É um comportamento instigado pelo clima de competição exagerado entre colegas de trabalho. O assediador promove liderança negativa perante os que fazem intimidação ao colega, conduta que se aproxima do bullying, por ter como alvo vítimas vulneráveis;

Assédio moral Misto: Consiste na acumulação do assédio moral vertical e do horizontal. A pessoa é assediada por superiores hierárquicos e também por colegas de trabalho. Em geral, a iniciativa da agressão começa sempre com um autor, fazendo com que os demais acabem seguindo o mesmo comportamento (CARTILHA PARE E REPREPARE POR UM AMBIENTE DE TRABALHO + POSITIVO, p. 8 e 9, 2019).

Pamplona e Santos expõem:

O assédio moral laboral, conforme conceituado, é a tortura psicológica perpetrada por um conjunto de ações ou omissões, abusivas e intencionais, praticadas por meio de palavras, gestos e atitudes, de forma reiterada e prolongada, que atingem a dignidade, a

integridade física e mental, além de outros direitos fundamentais do trabalhador, comprometendo o exercício do labor e, até mesmo, a convivência social e familiar (PAMPLONA E SANTOS, p. 53, 2020).

Modesto (2022) acentua que no ano de 2021 foram registrados mais de 52 mil casos de assédio moral e mais de 3 mil casos de assédio sexual no Brasil. Calcini e Moraes (2021) complementam que as mulheres estão mais vulneráveis a sofrer assédio moral no ambiente de trabalho. Alguns desses atos consistem no impedimento da gestante de comparecer a consultas médicas, desvalorização de suas opiniões técnicas nas áreas de conhecimento que atuam, ofender de alguma forma a mulher na frente de homens, desrespeitar e humilhar a mulher em razão do sexo e exigir que a mulher não engravide são algumas formas de assédio moral que podem acontecer no contexto laboral. Rocha (2022) alerta que mulheres vítimas de assédio moral e sexual muitas vezes se calam quando sofrem esse tipo de conduta, pois sentem medo de que suas denúncias não causem efeito algum, além de terem receio de serem desligadas da empresa ou local onde laboram.

Desigualdade salarial

A desigualdade salarial é um dos assuntos que faz parte da luta de mulheres pela igualdade de direitos. Quando há uma mulher ganhando menos que um homem, realizando a mesma função de trabalho, com a mesma carga horária e com a mesma formação acadêmica, há a desigualdade de remuneração salarial.

No dia 8 de março de 2023, o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, formalizou um Projeto de Lei que proíbe a desigualdade salarial entre homens e mulheres com a mesma função profissional. A lei estabelece, como penalização, multa de 10 vezes o maior salário pago pela empresa ou comércio que realizar esse tipo de desigualdade. Além dessa multa, a empregada poderá

ingressar com ação de indenização por danos morais para requerer seus direitos,

O artigo 461, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelece a igualdade salarial: “Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade”.

A propósito disso, Pinheiro e Vaeza apontam estimativas sobre a desigualdade entre os salários dos homens e das mulheres:

As mulheres ganham cerca de 20% menos do que os homens por hora trabalhada em todo o mundo, enquanto na América Latina e no Caribe esse número é de 17%. E essa desigualdade ocorre apesar de terem a mesma idade, escolaridade, presença de filhos em casa e tipo de emprego. Com a chegada da pandemia de COVID-19, as desigualdades de gênero no trabalho são mais evidentes (PINHEIRO E VAEZA, 2020).

Considerações finais

As discriminações trabalhistas envolvendo a mulher ainda são muito presentes no meio laboral. São alarmantes os dados aqui apresentados, no que concerne ao imenso preconceito que cerca a mulher no ambiente laboral.

É inadmissível que a mulher continue a receber salário significativamente menor em relação ao do homem, ainda que ambos tenham o mesmo currículo, o mesmo grau de experiência e executem seus trabalhos com a mesma perfeição técnica.

É inaceitável que a mulher seja preterida nos exames de seleção para contratação de empregados, simplesmente porque são mulheres e engravidam. Essa prática é a principal razão de níveis elevadíssimos de desemprego entre as mulheres, comparados com os dos homens.

Há necessidade de serem colocadas em prática as leis que hoje nós já dispomos para punir as empresas que insistem em manter uma política de trabalho que marginalize a mulher.

Referências bibliográficas

- [1] LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 14. ed, São Paulo: Saraiva, 2022.
- [2] PAMPLONA, Rodolfo; SANTOS, Claiz Maria Pereira Gunça. **Assédio Moral Organizacional**. São Paulo: Saraiva, 2020.
- [3] CALCINI, Ricardo; MORAES, Leandro Bocchi. Assédio moral contra as mulheres no meio ambiente de trabalho. (Acesso em 09/08/2023, às 14hs e 04 min). Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2021-ago-05/pratica-trabalhista-assedio-moral-mulheres-meio-ambiente-trabalho>.

[4] CAMPOS, Kiko. Mulher no mercado de trabalho: evolução, importância e desafios a superar. (Acesso em 08/08/2023, às 22hs e 35 min). Disponível em:

<https://pt.linkedin.com/pulse/mulher-mercado-de-trabalho-evolu%C3%A7%C3%A3o-import%C3%A2ncia-e-desafios-campos?trk=pulse-article>.

[4] CAMATTA, Bianca. 23% dos brasileiros presenciaram discriminações contra mulheres no ambiente de trabalho no último ano. (Acesso em 08/08/2023, às 23hs e 42 min). Disponível em:

<https://revistapegn.globo.com/mulheres-empendedoras/noticia/2023/03/23percent-dos-brasileiros-presenciaram-discriminacoes-contras-mulheres-no-ambiente-de-trabalho-no-ultimo-ano.ghtml>.

[5] FILIPPE, Marina. 72% das mulheres sofreram assédio no trabalho, aponta pesquisa da Aberje. (Acesso em 08/08/2023, às 23hs e 33min). Disponível em:

<https://exame.com/esg/72-das-mulheres-sofreram-assedio-no-trabalho-aponta-pesquisa-da-aberje/>.

[6] MODESTO, Celina. Em 2021, a Justiça do Trabalho registrou mais de 52 mil casos de assédio moral no Brasil. (Acesso em 08/08/2023, às 16hs e 45 min). Disponível em:

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/em-2021-justica-do-trabalho-registrou-mais-de-52-mil-casos-de-assedio-moral-no-brasil>.

[7] PINHEIRO, Vinícius; VAEZA, María Noel. Um novo normal com igualdade salarial entre homens e mulheres. Nações Unidas Brasil. 22 de setembro de 2020. (Acesso em: 17/06/2023). Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/92017-artigo-um-novo-normal-com-igualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres>.

[8] ROCHA, Rosely. Saiba o que fazer caso sofra assédio moral ou sexual no trabalho. (Acesso em 09/08/2023, às 14hs e 09 min). Disponível em:

<https://www.cut.org.br/noticias/saiba-o-que-fazer-caso-sofra-assedio-moral-ou-sexual-no-trabalho-d004>.

[9] WENTZEL, Marina. Maior participação feminina traria R\$382 bilhões à economia brasileira até 2025, diz OIT. (Acesso em 08/08/2023, às 21hs e 09 min). Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40281756>.

DISCURSOS, CORPOS E VIOLÊNCIA: UMA QUESTÃO DE DIREITO

Alma Rosany Oliveira Dahlem
Assis-SP
dahlem.alma@gmail.com

Este texto representa breve pesquisa para conclusão de Direito na qual se pretende analisar, através do discurso e da representação, a contribuição da mulher à construção da sociedade contemporânea, materialmente, mais violenta. À condução dessa análise, buscou-se recorte teórico com cientistas, escritores e pensadores dos séculos XX e XXI. Essa opção não é desprovida de intenção, uma vez que o surgimento da linguística, das ciências sociais e o impacto dos estudos culturais trazem luz à importância do discurso como fundador de estruturas sociais. Além disso, inúmeras profissões têm na palavra sua ferramenta de trabalho como a do advogado que, através do discurso, empresta voz àqueles que não a têm.

Assim, a primeira parte deste estudo traz a contribuição inestimável do filósofo do Saber, Michel Foucault, com vistas a observar a construção discursiva da mulher da segunda metade do século XX. Pensadores como Ferdinand de Saussure, Roger Chartier, Raymond Williams, Pierre Bourdieu, Márcia Tiburi, Peter Burke, Michel Maffesoli, Pe. Julio Lancellotti, entre outros, também contribuem ao diálogo transdisciplinar que se pretende fomentar quanto à representatividade da mulher hoje.

A seguir, apresentam-se pesquisas a respeito da atuação da mulher nestes últimos cinquenta anos. A estrutura social se modifica desde a chegada dos métodos contraceptivos no país, pois a mulher estuda e trabalha mais do que o homem. Também se elencam números, que se constituem em análise material, sobre a violência contra corpos femininos. A partir desse paralelo, pretende-se construir o perfil da nova mulher que se representa como fruto de uma sociedade transfigurada, ativamente, pela sua participação em estruturas socioeconômicas.

O terceiro momento tece um diálogo entre os discursos do ordenamento jurídico brasileiro sobre o divórcio, a importante Lei Maria da Penha, o direito canônico e um histórico dos fatos para declaração de nulidade matrimonial. Nesse recorte, observam-se as subjetivações de cada

discurso em caso real. Logo, pressupõe-se revelar as marcas representativas do saber-poder de corpos femininos, uma vez que elas participam de estruturas sociais atualmente.

Parafraseando Foucault, pretende-se tornar visível o que é visível no discurso e nas estruturas sociais. Trazer à academia, espaço propício ao diálogo científico, aquilo que pode tentar explicar as causas da violência contra a mulher. Tudo isso a partir do terreno abstrato e movido da cultura discursiva que talvez encontre muitas resistências. Entretanto, considera-se importante trazer à pauta o discurso e a representação femininos nas estruturas sociais que, realmente, rompem muitas barreiras culturais. Além disso, a nova identidade feminina, a nova mulher não representa uma refém nem uma heroína. Essa nova pessoa emerge há pouco mais de meio século, consolida-se e ajuda a semear uma sociedade que ainda carece bastante de pacificação.

Sobremaneira, convida-se a academia ao debate sobre discurso e representação delas como fomentadoras de uma sociedade que, materialmente, apresenta-se mais violenta. Ao constatar que hoje elas participam mais da construção social e, logo, têm parcela de responsabilidade tanto nas causas quanto nas consequências das estruturas estruturantes em que consolidam sua atuação social. Portanto, debruça-se sobre a importância da construção de diálogo de advogada para advogada, de mãe para mãe, de mulher para mulher.

Referências

- [1] BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- [2] CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. 2. Ed. 4 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- [3] FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves – 4.ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- [4] FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes... et al. J. - Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.
- [5] FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio, 2. ed. - São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- [6] FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Introdução e revisão técnica Roberto Machado, 13. ed. São Paulo: Paz e terra, 2021.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM E O DIREITO DO TRABALHO

Fabício Antônio Paiva Cruz; Luiz Antonio Ramalho Zanoti
fabre_cruz@hotmail.com; zanoti.7@gmail.com

Aspectos gerais sobre a Lei da Arbitragem

A Lei de Arbitragem entrou em vigor em 23 de novembro de 1996, decorrente do Projeto de Lei do Senado Federal n.78, de 1992, o qual tem como autor o então Senador Marco Maciel. Em 2015, a Lei de Arbitragem passou por uma reforma, recebendo acréscimos a partir da aprovação da Lei 13.129/15.

Esta lei é um diploma dinâmico, ágil e atual, e surge como ponto de partida para a prática da arbitragem no Brasil. Ademais, a prática de arbitragem traz bons exemplos e justiça, sigilo, celeridade e economia para as partes.

No que tange ao uso da arbitragem para resolver questões trabalhistas, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 explicita, no artigo 114, § 1º, a possibilidade de recorrer-se ao juízo arbitral para solucionar dissídios trabalhistas coletivos, mantendo-se, porém, omissa quanto aos dissídios trabalhistas individuais.

Havia controvérsia sobre a possibilidade de cabimento da arbitragem para pôr fim a esses últimos. Neste contexto, surgiu a Lei nº 13.467/2017, a qual acrescentou novos dispositivos ao instituto da arbitragem. Um deles é o artigo 507-A, que permite a instituição de cláusula compromissória de arbitragem nos contratos individuais de trabalho.

A Constituição Federal apresenta uma abordagem sutil à disciplina arbitral, prevendo apenas no § 1º, do art. 114, que “frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros”. Delgado (2008, p. 230) considera que “a Carta Magna de 1988, no seu preâmbulo, faz, em nível de princípio fundamental, homenagem à solução dos conflitos por meio de arbitragem, ao pregar a forma pacífica de serem resolvidos, quer na ordem interna, quer na ordem internacional.

Atualmente, há dispositivos legais prevendo a arbitragem em muitos diplomas, como a Lei dos Juizados Especiais Cíveis, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei das Sociedades Anônimas, a Lei de Licitações e Contratos, a Lei de

Concessões, a Lei de Parcerias Público – Privadas, a Nova Leis dos Portos, a Consolidação das Leis do Trabalho (após a Reforma Trabalhista de 2017), entre outras, bem como outras convenções internacionais que foram internalizadas (Fichtner, 2019, p. 28).

Diante de todo esse histórico, pode-se dizer, com segurança, que o Brasil evoluiu muito nos últimos 20 anos em matéria de arbitragem, o que vem sendo acompanhado pela doutrina, pela jurisprudência dos tribunais superiores e, de modo geral, por toda a sociedade.

A profundidade, extensão e solidez da evolução do instituto no Brasil vêm sendo acompanhadas com vivo interesse pela comunidade jurídica internacional e têm contribuído sobremaneira para a integração do País no conjunto de nações que adotam a arbitragem como importante fator de pacificação de conflitos nacionais e internacionais.

Princípios que regem a arbitragem

O primeiro pressuposto a ser sublinhado em relação à arbitragem é o da autonomia da vontade das partes. Recai aos litigantes a definição pela arbitragem ou não. Isso impõe profunda diferença quando comparado o instituto ao processo judicial. Neste, as partes, quando invocadas para se defender, não podem simplesmente se furtar a comparecer ou a apresentar defesa de outra forma, sob pena de revelia (GUILHERME, 2022, p. 67).

O segundo princípio trata do contraditório e da ampla defesa garantem que ninguém terá contra si a prolação de uma sentença sem que previamente se tenha a possibilidade da instauração de um processo com igualdade de possibilidades e participação e de defesa (Guilherme, 2022, p. 67).

Trazendo para a seara da arbitragem, Carmona (2009, p. 31) afirma:

Caberá, então, às partes ou ao árbitro estabelecer (ou adotar) um procedimento que possa garantir plenamente a recíproca manifestação dos contendentes a respeito das provas e das razões do adversário, o que

significa, também, esclarecer formas efetivas de comunicação dos atos procedimentais e concessão de tempo razoável para as respectivas manifestações.

Vê-se, pois, que a arbitragem privilegia o princípio do contraditório e da ampla defesa, uma das pedras angulares da Constituição Federal.

O terceiro princípio enfatiza a igualdade das partes. Por esse pressuposto, o árbitro ou o tribunal arbitral não podem dar tratamento diferente às partes ao longo do procedimento, sob pena de nulidade do laudo arbitral (GUILHERME, 2022, p. 67).

Imparcialidade do árbitro

A Academia Brasileira de Direito Processual Civil, em seu trabalho sobre o procedimento arbitral, fez considerações relevantes sobre a questão da imparcialidade do árbitro, avançando sobre a ausência, porém, de uma neutralidade dele, árbitro.

Árbitro neutro é árbitro passivo, que não se interessa nem se esforça por dar a solução mais adequada ao litígio posto a sua apreciação. Não é isso que se quer, evidentemente. Não se pretende que o árbitro seja sujeito passivo, que espera contemplativo, pelas provas e elementos trazidos pelas partes, sem poderes para buscar a melhor solução à controvérsia. A lei, a propósito, dota claramente o árbitro de poderes instrutórios de ofício (art.22), o qual pode, então, buscar mesmo ausente requerimento específico das partes, as provas que entender necessárias ao desenvolvimento e sua função (Carmona, 2009, p. 37).

O que a lei ressalva ao tratar da imparcialidade do árbitro, é que ele deve se manter equidistante das pretensões das partes, mas sem manter qualquer tipo de comportamento que de alguma forma sugira a passividade em seu comportamento.

Do livre convencimento do árbitro

A tônica que serve como sustentáculo dos mais elementares é o do convencimento motivado. Dá-se porque não cabe ao árbitro a liberdade total irrestrita para formar a sua convicção independentemente de justificação. O que se espera é que o árbitro estruture as suas convicções alicerçadas sempre nos expedientes existentes nos autos do procedimento, com a posterior justificativa de suas posições (GUILHERME, 2022, p. 67).

Note-se, portanto, que ainda que o árbitro goze de prerrogativas para o seu convencimento, devem eles – árbitro e seu convencimento – serem pautados por preceitos racionais.

Da obrigatoriedade da convenção (*pacta sunt servanda*)

O ato negocial, por seu uma norma jurídica, constituindo lei entre as partes, é intangível, a menos que ambas as partes o rescindam voluntariamente ou haja a escusa por caso fortuito ou força maior, de tal sorte que não se poderá alterar seu conteúdo, nem mesmo juridicamente. Entretanto, tem-se admitido que a força vinculante dos contratos seja contida pelo magistrado em certas circunstâncias excepcionais ou extraordinárias que impossibilitem a previsão de excessiva onerosidade no cumprimento da prestação (GUILHERME 2022, p. 68).

Da confidencialidade

A arbitragem não está sujeita ao princípio da publicidade, como os processos em geral que correm na Justiça Comum. Graças a isto, muitas empresas sentem-se mais confortáveis em se utilizar do instituto, não mais temendo que problemas que as envolvam em relação a seus acionistas ou sócios ou mesmo a contratos que celebrou possam influenciar negativamente sua imagem no mercado ou o valor de suas ações. Nesse sentido, têm-se alguns regulamentos de arbitragem que tratam diretamente deste princípio, como no caso do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, o Regulamento de Arbitragem Arbitration Association (AAA) e o Regulamento de Arbitragem da FIESP (GUILHERME, 2022, p. 68).

Natureza jurisdicional ou jurisdicionalista

É possível dizer que a arbitragem é substituta da jurisdição, isto é, a função que tem o Poder Judiciário (CRETELLA, 2004, p.15). Os árbitros realizam tarefas idênticas às do magistrado, dentre elas, resolução de litígios.

Em contrapartida, os jurisdicionalistas se agarram na ideia de que o árbitro também pratica atos de jurisdição, aplicando a norma ao caso concreto e proferindo laudo arbitral, a qual é tida como título executivo judicial. O que lhe falta, na verdade, é o aspecto “coerção”, sendo que

possui, da mesma forma, impedimentos e suspeições como os juízes togados, incorrendo nas mesmas responsabilidades, direitos e deveres (SANTOS, 2010, p. 24).

Cláusula compromissória de arbitragem e o Direito do Trabalho

A cláusula arbitral é a convenção através da qual as partes, em um contrato, comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios eventualmente derivados do contrato. É, pois, cláusula compromisso, necessariamente escrita.

A cláusula compromissória é autônoma em relação ao contrato, de modo que mesmo ocorrendo nulidade ou outros vícios não implicam, necessariamente, nulidade da cláusula compromissória. Ela transfere algo para o futuro. Se houver divergência. É o pacto adjeto em contratos internacionais, civis e mercantis, principalmente os de sociedade, ou em negócios unilaterais, em que se estabelece que, na eventualidade de uma possível e futura divergência entre os interessados na execução do negócio, estes deverão lançar mão do juízo arbitral em detrimento da utilização do Poder Judiciário (SANTOS, 1968, p. 65).

Pela cláusula compromissória, portanto, submetem-se ao julgamento do árbitro eventuais conflitos futuros, que podem nascer do cumprimento ou da interpretação das relações jurídicas estabelecidas por contrato.

Compromisso arbitral

O compromisso arbitral é a convenção bilateral pela qual as partes renunciam à jurisdição estatal e se obrigam a se submeter à decisão se árbitros por elas indicados. É o instrumento de que se valem os interessados para, de comum acordo, atribuírem a terceiro (árbitro) a solução de pendência entre eles existentes (MARCATO, 1995, p. 219).

Assim como ocorre na cláusula compromissória, no compromisso arbitral as partes também devem executar a delimitação da posta em discussão e para decisão, sob pena de nulidade, devendo assim ser fixados os exatos limites de atuação dos árbitros.

O árbitro

O árbitro “[...] é a pessoa física indicada pelas partes – ou por delegação delas – para

solucionar uma controvérsia que envolva direito disponível, de natureza patrimonial. Isto é, aquele que irá direcioná-las na solvência do litígio (CARMONA, 2004, p. 200).

Assim, “qualquer pessoa poderá ser árbitra, independentemente de sua nacionalidade ou conhecimento. Aguardam as partes, então, que o árbitro lhes dê provimento justo, de forma que essa decisão – laudo arbitral – seja feita nos moldes da sentença estatal (MUNIZ, 2006, p. 103).

Dessa forma, por tratar-se de pessoa eleita pelas próprias partes litigantes, o árbitro deverá dar a elas o que pretendiam quando buscaram na arbitragem, ou seja, o seu norte resolutivo, não podendo, no entanto, distanciar-se do justo, do equidoso, do probo, além da imparcialidade (CARMONA, 2004, p. 201).

Considerações finais

Tratando-se o litígio de natureza trabalhista, duas situações fáticas deverão ser distinguidas, quais sejam, aquelas que envolvem relações individuais e as coletivas. No tocante a esta última, não pairam maiores dúvidas, em face do texto expresso da Constituição Federal que admite às partes litigantes a eleição de árbitros, quando frustrada a tentativa de negociação coletiva. Nesses casos, portanto, a regra é a busca da solução do conflito por intermédio da jurisdição pública com competência em matéria de trabalho e, “recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente” (§ 2º, art. 114).

Resta analisarmos a hipótese de conflito trabalhista de caráter individual, notadamente sob o prisma da disponibilidade ou indisponibilidade do respectivo direito, partindo-se da premissa de que os direitos decorrentes de relações laborais são indisponíveis, irrenunciáveis. No tocante aos contratos de trabalho individuais a resolução de conflitos deles decorrentes por intermédio da arbitragem é perfeitamente legal, além de ser forma de solução rápida e confidencial.

Referências bibliográficas

- [1] CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- [2] CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo: um comentário à Lei no 9.307/96**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- [3] DELGADO, José Augusto. **Arbitragem no Brasil, evolução histórica e conceitual. Arbitragem no Brasil: aspectos jurídicos relevantes**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- [4] FICHTNER, José Antônio; MANNHEIMER, Sergio Nelson; MONTEIRO, André Luís. **Teoria geral da arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- [5] GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Arbitragem**. São Paulo: Quartier Latin, 2003.
- [6] GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de arbitragem e mediação: conciliação e negociação**. 6. ed., São Paulo: Saraiva Jur, 2022.
- [7] JOSÉ, Cretella Neto. **Curso de Arbitragem: arbitragem comercial, arbitragem internacional, Lei brasileira de arbitragem, Instituições internacionais de arbitragem, Convenções Internacionais sobre arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- [8] MARCATO, Antônio Carlos. **Procedimentos especiais**. São Paulo: Malheiros, 1995.
- [9] SANTOS, Luciano Alves Rodrigues dos. **A arbitragem no ordenamento jurídico brasileiro**. 1. ed. São Paulo, 2010.
- [10] SANTOS, Marcelo O. F. Figueiredo. **O comércio exterior e a arbitragem**. São Paulo. Resenha Tributária, 1986.

O PACTO ANTENUPCIAL COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO DO PATRIMÔNIO EMPRESARIAL

Neide Hissami Nagamatsu; Luiz Antonio Ramalho Zanoti
neide_n@hotmail.com; zanoti.7@gmail.com

Conceito

Pacto antenupcial é uma forma de prevenção de litígios relacionados com patrimônio da empresa, na ocorrência do divórcio. Analisa os conceitos e os princípios atinentes ao casamento, ao regime de bens, à empresa e o pacto antenupcial. Detalha as restrições, os requisitos de validade e eficácia do pacto antenupcial. Analisa os julgamentos do Tribunal Superior concernentes aos litígios sobre pacto antenupcial para confirmar ou refutar a sua validade e a proteção do patrimônio da empresa.

A ruptura do casamento e suas consequências matrimoniais

O casamento e a empresa são fatos presentes na vida cotidiana das pessoas e previstos como institutos jurídicos na legislação brasileira.

Normalmente, as pessoas, quando estão prestes a contrair matrimônio, estão com carga emocional muito elevada, acreditando passar o resto da vida unidas, e excluem do planejamento o futuro de suas relações e de seu patrimônio pessoal e empresarial. Ou seja, não consideram relevantes as hipóteses da dissolução matrimonial e os possíveis impactos. E mesmo após contrair matrimônio, as pessoas dificilmente resgatam o assunto para reflexão e revisão sobre o patrimônio.

A ruptura do casamento geralmente traz desgastes e muitas vezes geram impactos além da relação afetiva do casal. Mesmo que os contraentes não tenham patrimônio empresarial ao casar, é possível constituir-lo no curso do casamento, e a ocorrência de divórcio pode gerar impactos negativos não somente para a empresa, sócio ou acionista, mas também para a cadeia social envolvida, sejam empregados, investidores, fornecedores, consumidores.

A hipótese é que o pacto antenupcial previsto no Código Civil permite a afastabilidade da comunicabilidade de bens, e a sua efetivação seria o instrumento jurídico para prevenir os

impactos no patrimônio empresarial na hipótese de ocorrer o divórcio.

Casamento

A proteção à família tem como base o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, que representa um princípio maior através do qual se irradiam todos os demais: liberdade, autonomia privada, cidadania, igualdade, solidariedade (DIAS, 2021, p. 65).

A lei não define o que é casamento e a sua natureza jurídica, mas o art. 1.511, do Código Civil, prevê o efeito do casamento e a igualdade de direitos e deveres dos contraentes. E essa igualdade é estendida à união estável, reconhecida como entidade familiar (Constituição Federal, art. 226, § 3º).

Objetivando banir discriminações de qualquer ordem, a Constituição Federal deferiu atenção especial à liberdade no âmbito familiar, de modo que todos têm a liberdade de escolher o seu par ou pares, sendo assegurado o direito de constituir uma relação conjugal, uma união estável hétero ou homossexual ou ainda poliafetiva (DIAS, 2021, p. 66-67).

Podemos entender que o casamento constitui um negócio jurídico especial, com regras próprias de constituição sendo possível juridicamente aplicar as regras referentes à teoria geral do negócio jurídico previstas Código Civil e princípios específicos que não existem no campo contratual como o princípio da monogamia, da liberdade de escolha, da comunhão plena de vida, da igualdade entre os cônjuges (TARTUCE, 2021, p. 1.741).

O Código Civil regulamenta os requisitos, a celebração e eficácia do casamento e a sua dissolução, descreve os direitos e deveres dos cônjuges e disciplina diversos regimes de bens, inclusive as questões patrimoniais que decorrem da anulação e da dissolução do vínculo conjugal. E a dissolução conjugal pode-se realizar pela nulidade ou anulação do casamento, morte do cônjuge, divórcio.

Segundo irmãos Figueiredo (apud. Dias, 2021, p.465-466), o casamento dispõe de várias

eficácias: a) eficácia social que altera o estado civil das pessoas; b) eficácia pessoal na qual os cônjuges passam a ter deveres como a de mútua assistência, respeito mútuo e sustento, guarda e educação dos filhos; c) eficácia patrimonial que é o estatuto patrimonial da sociedade conjugal, objeto deste estudo.

O patrimônio é o conjunto formado por bens, direitos e obrigações de um indivíduo. Pelo princípio da comunicabilidade do patrimônio que rege o regime de bens, o casamento gera a comunhão de vidas, os cônjuges têm o dever de mútua assistência e ambos são responsáveis pelos encargos da família (DIAS, 2021, p. 681).

Para o regime de comunhão parcial de bens a regra é a comunicabilidade dos bens comuns e dos frutos, independentemente se estes são dos bens particulares ou comuns, se percebidos durante o casamento, ou pendentes ao tempo de cessar a comunhão (Código Civil, art. 1.660, V). E para o regime de comunhão universal, são comunicáveis os frutos dos bens incomunicáveis percebidos ou vencidos na constância do casamento (Código Civil, art. 1.669). Quanto às dívidas contraídas, qualquer regime de bens que tenham elegido, os cônjuges respondem solidariamente, pois são responsáveis pelos débitos destinados à manutenção da família (Código Civil, art. 1.643 e 1.644).

A convivência familiar iniciada pelo casamento ou pela união estável enseja o entrelaçamento de vidas e de patrimônio, sendo indispensável que, antes das núpcias ou da união, fiquem definidas as questões referentes a bens e responsabilidades de cada um, porque os bens existentes antes da convivência ou adquiridos durante este período terão reflexos de ordem econômica quando da dissolução (DIAS, 2021, p. 675).

Os quatro regimes previstos no Código Civil são: Comunhão parcial, Comunhão universal, Participação final nos aquestos, Separação de bens.

O regime de bens pode ser classificado em (PEREIRA, 2021, p. 227-229):

Regime obrigatório: O regime de separação de bens é obrigatório em algumas situações previstas no Código Civil.

Regime supletivo: Também denominado regime legal, é o regime de comunhão parcial de bens e se aplica nos casos de ausência ou nulidade de pacto antenupcial.

Regime convencional: Se faz por convenção ao estabelecer um regime de bens diferente do supletivo. É aplicável também para as uniões estáveis.

A única forma de dissolução voluntária do casamento é o divórcio: rompe a sociedade conjugal e extingue o vínculo matrimonial (Constituição Federal, art. 226, § 6º).

Segundo Dias (2021, p. 551), a separação de fato é o que realmente põe um ponto final no casamento, sendo o divórcio apenas uma chancela judicial. O fim da vida em comum leva à cessação do regime de bens porque não há mais o ânimo socioafetivo que era motivada pela comunicação patrimonial. Assim, faz-se a verificação dos bens para efeitos de partilha à data em que cessou a convivência.

O divórcio pode ser realizado de forma extrajudicial ou judicial, e as cláusulas pessoais e econômicas são discutidas e estabelecidas (PEREIRA, 2021, p. 389).

Pacto antenupcial

O regime de bens tem relação direta com a patrimonialidade, e a comunicabilidade tem reflexos no patrimônio dos cônjuges, seja pessoal ou empresarial. Para afastar a comunicabilidade do patrimônio, é necessária expressa manifestação das partes, antes do casamento, mediante pacto antenupcial ou no contrato de convivência, contendo cláusula de incomunicabilidade. É possível o afastamento alterando o regime de bens na vigência do casamento, por vontade dos cônjuges e manifestada em juízo (DIAS, 2021, p. 681).

Segundo Tartuce (2020, p. 1.813), o pacto antenupcial é um contrato especial para regulamentar as questões patrimoniais do casamento, sendo possível aplicar os princípios da função social do contrato e da boa-fé objetiva (Código Civil, art. 421 e 422).

Além de regras econômicas e patrimoniais, pode-se estabelecer aspectos extrapatrimoniais de cunho interpessoal ou de responsabilidade paterno-filiais (PEREIRA, 2021, p. 229), porém, Tartuce (2020, p.1.815) destaca que “desde que estas não violem os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade entre os cônjuges e da solidariedade familiar”.

Os noivos podem, antes do casamento, estipular o que quiserem sobre o regime de bens durante o processo de habilitação (Código Civil,

art. 1.639). Caso a escolha do regime não seja a comunhão parcial, faz-se através do pacto antenupcial por escritura pública (Código Civil, art. 1.640, parágrafo único). Mas, esta liberdade de estipulação é relativa porque em determinadas situações a lei impõe o regime obrigatório da separação de bens.

Pode-se escolher entre os quatro regimes de bens previstos legalmente ou fundir um regime com outros ou criar novas modalidades. É possível, por exemplo, optar pela comunhão parcial de bens e excluir a comunicabilidade de determinado patrimônio e/ou quotas sociais (PEREIRA, 2021, p. 227).

No pacto antenupcial é possível exercer livremente a autonomia privada, porém, a autonomia não é absoluta, sendo proibido: afrontar disposição absoluta de lei (Código Civil, art. 1.655), dispor sobre direito sucessório (Código Civil, art. 426), e sobre alimentos (Código Civil, art. 1.707).

O pacto antenupcial deve ser feito por meio de uma escritura pública em Cartório de Notas. Caso contrário, será nulo (Código Civil, art. 1.653) por desrespeitar a forma e a solenidade (Código Civil, art. 166, IV e V). Deve ser levado ao Cartório de Registro Civil, no qual, uma vez celebrado o casamento, irá constar o assento no livro de registro (Código Civil, art. 1.536, VII).

A eficácia do pacto está sujeita a condição suspensiva: o casamento (Código Civil, art. 1.639, § 1º e 1.653). Não ocorrendo o casamento, o pacto continua válido, porém ineficaz. A ineficácia limita-se apenas aos efeitos de ordem patrimonial do casamento. A eficácia do regime de bens perdura até que o casamento venha a ser dissolvido, ou seja, a separação de fato, pois se extingue a colaboração recíproca (DIAS, 2021, p. 694-695).

Dias (2021, p. 295 e 296) entende que se o pacto for seguido de união estável, deve prevalecer o regime pactuado, considerando que a manifestação da vontade formalizada por escritura pública tem eficácia imediata nas circunstâncias do pacto antenupcial seguido de união estável ou a união estável se transformar em casamento.

Para produzir efeitos perante terceiros, é necessário que o pacto seja registrado no Cartório Civil do domicílio conjugal (Lei de Registros Públicos, art. 244) e no Cartório do Registro de Imóveis (Lei de Registros Públicos,

art. 167, I, 12) do domicílio dos cônjuges (Código Civil, art. 1.657). Todos os bens imóveis particulares do casal e aqueles que forem adquiridos durante o casamento devem ser averbados no registro (Lei de Registros Públicos, art. 167, II, 1). Também deverá ser levado a assento no Cartório de Títulos e Documentos (Lei de Registros Públicos, art. 127).

Os pactos e declarações antenupciais do empresário, o título de doação, herança, ou legado, de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade (Código Civil, art. 979), sentença de divórcio (Código Civil, art. 980), além de arquivados e averbados no Registro Civil, deverão ser registrados no Registro Público de Empresas Mercantis para que terceiros tenham conhecimento.

Decisões jurisprudenciais

Em função da comunicabilidade de bens e frutos, a dissolução conjugal pode afetar diretamente a empresa e/ou titular societário nas situações que elencamos concisamente a seguir, as quais foram abordadas nos estudos sobre regime de bens e sobre empresa:

Meação total do patrimônio da empresa e particular do empresário individual;

Liquidação das quotas sociais através da apuração de haveres para calcular o valor da meação devido ao ex-cônjuge, e no caso de sociedade simples pura pode acarretar a dissolução total da sociedade;

Meação das ações, possibilitando o ex-cônjuge do acionista tornar-se acionista;

Meação da valorização das quotas sociais e ações, particulares ou comuns;

Meação dos dividendos distribuídos de ações, particulares ou comuns;

Meação do estabelecimento empresarial;

Meação com eventual necessidade de alienação da participação societária, e se sociedade de pessoas, a impossibilidade da alienação sem a anuência dos sócios;

Enfraquecimento ou perda do poder de decisão do quotista titular com maior participação do capital social em caso de necessidade de alienação da participação societária para indenizar o ex-cônjuge;

Enfraquecimento ou perda do poder de decisão do acionista detentor de ação ordinária e com maior participação do capital social, com a meação.

Como consequências destas situações, a participação societária pode ser executada pelos credores em função dos ativos e passivos compartilhados, os empregados podem perder empregos, a empresa pode perder negócios e clientes, e até mesmo ocorrer a total dissolução da empresa.

Ademais, há possibilidade de desgastes emocional e financeiro ocasionados por longas e onerosas batalhas judiciais com a corrosão de parte significativa do patrimônio existente.

Entendemos que o patrimônio pessoal e da empresa podem ser resguardados ao estipular o regime de separação de bens através de pacto antenupcial com o estabelecimento de cláusulas específicas para afastar a comunicabilidade dos bens e dos frutos, e a título de exemplos podemos citar, o não compartilhamento da participação societária, nem do lucro nem da valorização da empresa.

Considerações finais

O pacto antenupcial constitui-se numa alternativa ao regime de comunhão parcial de bens, permitindo aos futuros cônjuges ou conviventes, ou mesmo para aqueles que já estabeleceram a relação, a escolha de regime de

bens mais adequado à patrimonialidade e à realidade do momento.

Podemos reconhecer que, regra geral, o pacto antenupcial estipulando o regime de separação convencional afasta a comunicabilidade de bens, e, assim, evita eventuais contendas relativas ao patrimônio empresarial.

Entretanto, há situações como a sociedade de fato, nas quais há posições divergentes do STJ quanto à comunicabilidade dos bens. Com o advento da Constituição Federal decorre a constitucionalização do Direito Civil, e os princípios constitucionais são filtros axiológicos na interpretação de normas, consagrando valores como a dignidade humana, a boa-fé objetiva e a solidariedade nas relações familiares. Este é, a nosso ver, o que diferencia as decisões judiciais, havendo interpretações cujos princípios constitucionais sobrepõem às normas civis.

O pacto antenupcial com cláusulas de incomunicabilidade de bens e frutos se mostra mais adequado como medida preventiva do patrimônio.

Consideramos relevante o planejamento patrimonial do casamento ou da união estável, desde que exercido com respeito à dignidade da pessoa humana, ética, mútua assistência e respeito, solidariedade e boa-fé.

Referências bibliográficas

- [1] DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 14. ed. Salvador: Juspodvm, 2021.
- [2] PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das Famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- [3] RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial esquematizado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016.
- [4] TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 10. ed. São Paulo: Forense, 2020.

ARBITRAGEM COMO MEIO EXTRAJUDICIAL DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Ana Carolina de Oliveira; Luiz Antonio Ramalho Zanoti
anacarolina210802@gmail.com; zanoti.7@gmail.com

A arbitragem no Brasil

A Constituição Federal assegura a todos, no seu art. 5º, inciso LXXVIII, o princípio da razoável duração do processo legal, considerando que um indivíduo ao ajuizar uma ação tem pressa em obter a decisão final.

Em contrapartida, o direito como um todo, está arquitetado para que a paz seja estabelecida entre os indivíduos de forma harmônica e que os conflitos sejam dirimidos. Desta forma, surge a judicialização dos conflitos, onde o Estado, com seu poder jurisdicional, atua para promover a justiça e entregar a quem de direito aquilo que se almeja da forma mais justa possível. Entretanto, essa agilidade pretendida pelas partes é sensivelmente prejudicada pelo gigantesco volume de processos que tramita nos diversos tribunais do país.

A Arbitragem (Lei 9.307/1996) é uma forma alternativa extrajudicial para solucionar os conflitos, pois imprime velocidade para se obter a decisão final, além de ser um processo sigiloso e mais econômico.

Conceito de arbitragem e sua evolução histórica

A arbitragem é um método informal e simplificado de solução de conflitos, por meio do qual processa-se o julgamento de um litígio realizado por um árbitro escolhido pelas partes.

É um meio alternativo, extrajudicial e voluntário de solução de conflitos, que pode ser utilizado por pessoas físicas ou jurídicas.

O procedimento da arbitragem é conduzido de forma bem semelhante à de um processo judicial, uma vez que preza por princípios basilares, como é o caso do direito à ampla defesa e ao contraditório. Com efeito, o árbitro, escolhido de comum acordo pelas partes, colhe todas as provas e, ao final, lavra o Laudo Arbitral, o qual tem efeitos semelhantes ao de uma sentença judicial. Difere desta, contudo, porque dele não cabe apelação ou recurso.

Mesmo na antiguidade a arbitragem se revelava como meio eficaz para buscar soluções

extrajudiciais para conflitos interpessoais. A propósito, Santos ensina:

Desde os tempos mais remotos as civilizações têm buscado soluções amigáveis para conflitos emergidos das relações entre pessoas. Surgido o conflito, buscavam as partes a intervenção de pessoas de sua confiança para solucioná-lo, especialmente sacerdotes e anciões, que atuavam como árbitro da questão. (SANTOS, 2010, p. 10)

No Brasil, a arbitragem está prevista no ordenamento jurídico a partir da Lei n. 9.307/96.

Cláusula compromissória arbitral

A Lei nº 9.307/96 dispõe sobre o conceito da cláusula compromissória arbitral, tendo em vista que a mesma é a forma de constituição da arbitragem. Vejamos o que dispõe o art. 3º, desta Lei: “As partes interessadas podem submeter a solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral.”

A cláusula compromissória é um instrumento aceito previamente pelas partes com o intuito de estabelecer regras para solucionar extrajudicialmente eventuais conflitos no futuro, decorrentes de contrato celebrado por elas. Ou seja, com a adesão a ela, fica previamente estipulado entre as partes que na eventualidade de surgirem conflitos contratuais no futuro, o meio para solução dos mesmos será obrigatoriamente via arbitragem. É isto o que estabelece o art. 4º., da Lei de Arbitragem:

Art. 4º. A cláusula compromissória é a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato.

§ 1º A cláusula compromissória deve ser estipulada por escrito, podendo estar inserta no próprio contrato ou em documento apartado que a ele se refira.

Compromisso arbitral

O compromisso arbitral é a convenção através da qual as partes submetem um litígio à arbitragem de uma ou mais pessoas. Ele oferece

as partes a possibilidade de celebrarem a arbitragem mesmo após a celebração do contrato objeto do litígio. Destarte, o compromisso arbitral dá condição para que também o conflito já existente seja apreciado pela arbitragem.

O árbitro

O árbitro escolhido de comum acordo pelas partes para julgar o mérito em questão deve possuir o perfil da neutralidade/imparcialidade para com os agentes envolvidos, como ensina Salles:

[...] neutralidade exige que o juiz não tenha nenhum tipo de relacionamento com as partes, bem como que essas não exerçam nenhum tipo de controle ou influência sobre ele. Tal exigência tem como objetivo afastar graves ameaças à imparcialidade, como, por exemplo, o suborno e estreitos laços de parentesco entre juízes e litigantes. (SALLES; LORENCINI; SILVA, 2020, p. 336)

A instituição de fato da arbitragem se dá a partir do momento que o árbitro aceita a responsabilidade que lhe foi outorgada pelas partes para julgar o conflito:

Art. 19. Considera-se instituída a arbitragem quando aceita a nomeação pelo árbitro, se for único, ou por todos, se forem vários.

§ 1º Instituída a arbitragem e entendendo o árbitro ou o tribunal arbitral que há necessidade de explicitar questão disposta na convenção de arbitragem, será elaborado, juntamente com as partes, adendo firmado por todos, que passará a fazer parte integrante da convenção de arbitragem.

A sentença arbitral

A sentença arbitral deve ser proferida no prazo máximo de 180 dias, revelando, assim, o maior dos benefícios da arbitragem: a celeridade.

A sentença arbitral deve preencher as seguintes exigências

Art. 26. São requisitos obrigatórios da sentença arbitral:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes e um resumo do litígio;

II - os fundamentos da decisão, onde serão analisadas as questões de fato e de direito, mencionando-se, expressamente, se os árbitros julgaram por equidade;

III - o dispositivo, em que os árbitros resolverão as questões que lhes forem submetidas e

estabelecerão o prazo para o cumprimento da decisão, se for o caso; e

IV - a data e o lugar em que foi proferida.

Parágrafo único. A sentença arbitral será assinada pelo árbitro ou por todos os árbitros. Caberá ao presidente do tribunal arbitral, na hipótese de um ou alguns dos árbitros não poder ou não querer assinar a sentença, certificar tal fato.

A sentença arbitral é irrecorrível no que diz respeito ao mérito da causa, mas as partes terão o prazo de cinco dias para apresentar alegações no que concerne a eventual erro material, obscuridade, contradição ou omissão. Além disso, a mesma produz os mesmos efeitos da sentença proferida pelo Poder Judiciário.

A arbitragem no Direito do Trabalho

A partir da Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), que alterou a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, abriu-se perspectiva para a ampliação da área de atuação da Arbitragem em seara do Direito do Trabalho:

Art. 507-A. Nos contratos individuais de trabalho cuja remuneração seja superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, poderá ser pactuada cláusula compromissória de arbitragem, desde que por iniciativa do empregado ou mediante a sua concordância expressa, nos termos previstos na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Desta forma, o empregado que receba mensalmente salário superior a duas vezes ao maior valor pago pela Previdência Social poderá se valer da arbitragem para solucionar impasses jurídicos sobre direitos trabalhistas que ele julga possuir.

Vantagens de se utilizar do instituto da arbitragem

É inegável que a arbitragem traz enormes benefícios para as partes que a escolheram como forma extrajudicial para solução de conflitos reinante entre elas. O processo da arbitragem é sigiloso, ao contrário das ações que transitam pela justiça comum. Isso permite que as partes preservem a sua privacidade no tocante aos fatos ventilados no âmbito da arbitragem, os quais não interessam a terceiros. A arbitragem é célere, pois pode-se ter um laudo arbitral terminativo ao final de 180 dias, ao passo que qualquer ação judicial pode-se estender por

muitos anos a fio. Além disso, do Laudo Arbitral não se permite a interposição de recurso ou apelação.

Considerações finais

A arbitragem é um instrumento de grande valor para fazer frente a um Poder Judiciário lento, paquidérmico, abarrotado cada vez mais de milhões de processos.

É um Instituto jurídico muito antigo no mundo, mas que no Brasil vem ganhando muitos adeptos ao longo das últimas décadas, tendo em vista os enormes benefícios que ele proporciona, tanto no sentido de dar maior celeridade na solução

final dos conflitos, como também pelo fato de que preserva o aspecto sigiloso de tudo quanto é discutido no âmbito do processo. Esses são fatores de real valia para todos, especialmente para as empresas, as quais não podem investir tempo infindável para acompanhar a evolução de processos que tramitam na justiça comum, bem como jamais desejariam que a intimidade de cada um deles fosse disponibilizada para todos habitantes do universo.

Há forte convicção de que nas próximas décadas a arbitragem terá um crescimento muito significativo por todas estas razões positivas aqui elencadas.

Referências bibliográficas

[1] SANTOS, Luciano Alves Rodrigues. **A arbitragem no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. 1. ed., São Paulo: Biblioteca 24X7, 2010.

[2] SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem: Curso de métodos adequados de solução de controvérsias**. 3. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2020.

UMA ANÁLISE ACERCA DO TERMO BANALIDADE DO MAL, DE HANNAH ARENDT E SUA PRESENÇA NA POLÍTICA BRASILEIRA

Leticia Renata Ramos Gomes

Assis-SP

leh_renata_ramos@icloud.com

Atualmente, o cenário político brasileiro se encontra danificado, isso por conta da relativização da ética na política, o que nos leva ao maior dos problemas que o país enfrenta, a corrupção, está já enraizada dentro das instituições públicas e privadas, praticadas pelo que deveria ser a representação da sociedade, os políticos. Esses que são eleitos pela população para agirem conforme o interesse público e que corrompidos agem por interesse próprios, desviando quantidades exorbitantes de capital público para seu próprio enriquecimento. A filósofa alemã judia Hannah Arendt após seus estudos e análise do julgamento de Eichmann, ex-nazista, deu origem ao termo Banalidade do Mal, que é a relativização do mal que se causa, é a recusa do seu caráter prejudicial, é a incapacidade de pensar sobre o ato que pratica e seus efeitos, o agir conforme se é mandado ou por mero hábito instaurado no meio em que se encontra, é a falta de alteridade, de se colocar no lugar do outro como realmente deveria. E é assim que a corrupção e outras ameaças ao Estado Democrático de Direito ainda vem tomando espaço nas instituições do Brasil. Com a banalização do mal na política brasileira a população se vê desamparada, não há confiança em relação aos políticos e aos elegeram, na grande maioria, não se escolhe pelo melhor, pelo que irá ser a diferença na massa corrompida pelos hábitos corruptos, e sim pelo que parece ser a opção menos prejudicial ao interesse público. Ademais, a impunidade que se nota em relação aos representantes, isso porque a rede de ligações entre os que devem julgar e o autor da infração são mais profundos do que parecem a olhos nus, levando assim, a um maior descrédito de que é possível haver mudança no que deveria ser a representação da população pelas lutas de seus direitos fundamentais. Visto que o mal se encontra onde o bem e o olhar para o próximo deveria ser imbatível, o trabalho de solução se torna mais desafiador, mas não impossível. A responsabilização jurídica e política é elemento primordial para desmantelar

a estrutura corrupta que molda as instituições brasileiras, retornando assim, o caráter ético dos governantes e representantes do povo corrompido muitas vezes pelo meio que atua. 11 A fiscalização sobre o exercício político deve ser feita de forma mais sagaz, por agentes imparciais, assim como, pela sociedade em geral, que precisa dar mais atenção as questões políticas, observando as ações e o histórico de seus candidatos, procurando entender melhor o que é a política como um todo e as suas engrenagens, entrando assim, a educação de qualidade que deve ser oferecida pelo governo à população, a fim de os conscientizarem sobre seus deveres e direitos políticos. Desse modo, o trabalho procurou expor como o combate a banalidade do mal é uma luta constante no Estado Democrático de Direito no Brasil, que desde a sua descoberta até a contemporaneidade, encontra desafios para afastar as ameaças aos Direitos Fundamentais, a igualdade, a liberdade, ao interesse e ao bem comum, através da pesquisa bibliográfica. Assim, no segundo capítulo abordamos a vida e obra da filósofa e autora Hannah Arendt, desde o seu nascimento até sua morte, mostrando como se originou e a importância do termo Banalidade do Mal para o mundo e para as relações sociais, principalmente no âmbito público-político. Já no terceiro capítulo demos ênfase ao mal político no Brasil, traçando uma linha histórica de como a corrupção se faz presente nas relações políticas nacionais desde a sua descoberta, expondo alguns dos casos de maior publicidade e consequências do país, como também, a forma com que a corrupção acontece e seus efeitos para a sociedade brasileira. No quarto capítulo, expomos o que deveria ser um Estado Democrático de Direito e em como a banalização do mal causa grandes ameaças a ele, através das praticas corruptas, do discurso de ódio e da divulgação de Fake News que corroboram a crise ética que o Brasil vem enfrentando, enfraquecendo assim a confiança na Democracia e nos seus

representantes, assim como, as consequências que essas ações ou omissões geram para o bom funcionamento de um Estado que visa o bem comum. Por fim, concluímos como a banalização do mal enfraquece o Estado Democrático de Direito, minando a confiança da população nas instituições públicas que gera um desfalque na participação ativa dos cidadãos na vida política

do país. Sendo assim, evidenciamos que o investimento na educação é essencial para retomar a conscientização da população sobre seus deveres e direitos, a fim de reascender o interesse na participação ativa na luta pelo Estado Democrático, desejada no próprio corpo do texto.

Referências

- [1] ARENDT, Hannah. **Eichmman em Jerusalém: Um relato sobre a Banalidade do Mal**. Tradução: José Rubens Siqueira. ed. 28. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- [2] ARENDT, Hannah. **Nós, os refugiados**. Tradução: Ricardo Santos. ed. 1. Covilhã: Universidade Beira Mar, 2013.
- [3] ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. ed. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- [4] ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. Tradução: Antônio Abranches e Cesar Augusto R. de Almeida. ed. 4. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- [5] BIASON, Rita de C. A corrupção na História do Brasil: sentidos e significados. **Revista da CGU**, [S. l.], v. 11, n. 19, p. 9, 2019. Disponível em: Acesso em: 14 de jul. 2023
- [6] BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.
- [7] CARNEIRO, Alexandre de F.; GONÇALVES, Francisco N.; RODRIGUES, Sidney.; SILVEIRA, Francisco E.; GASPAR, Aline P. Prevenção e combate à corrupção, transparência e acesso à informação: A percepção dos conselheiros gestores de educação da cidade de Vilhena. **Revista Iberoamericana de Estudios Municipales**, [S. l.], n. 15, p. 65–92, 2017. Disponível em: <https://revistas.uautonoma.cl/index.php/riem/article/view/341>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- [8] CARVALHAES, F. F. de; SILVA, R. B.; LIMA, A. B. Banalização do Mal na Contemporaneidade e os Efeitos Necropolíticos na Sociedade Brasileira. **Revista Subjetividades**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. Publicado online: 23/12/2020, 2020. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/e10750> . Acesso em: 18 jul. 2023. Centro de estudos Hannah Arendt. Entrevista: O que fica á a língua materna. Youtube, 8 de jul. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/PG8BYww9IBQ>
- [9] CORREIA, Andyara Letícia de Sales. O Mal Político: Uma análise do relato Arendtiano acerca da banalidade do mal. **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 07; nº. 02, 2016, p. 170-182. 53
- [10] HERBELEIN, Ann. **Arendt: Entre o amor e o mal: uma biografia**. Tradução: Kristin Lie Garrabo. ed. 1. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2021
- [11] Ministério Público Federal. **Caso Lava Jato: Entenda o caso**. Disponível em Acesso em: 14 de jul. 2023.
- [12] NANAKA, Humberto Massahiro, **O STF e o caso “Mensalão”: Hibridismo, expertise e política**, 2017. p. 223. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Universidade de São Carlos, São Paulo, 2017.
- [13] RIBEIRO, Renato Janine. **A democracia**. Ed. 1. São Paulo. Publifolha, 2001.
- [14] SILVA, Luciano Tertuliano d., **O controle do comportamento ético no poder e fortalecimento democrático-representativo**, 2021. p. 295. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Direito – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NA INDÚSTRIA DA MODA

Nicolý Aguiar Garcia
Assis-SP
nicolyagui@gmail.com

Apesar da evolução histórica, social e econômica contemporânea o trabalho escravo ainda é a realidade de muitas pessoas no Brasil e no mundo. Segundo um estudo de dados realizado pela "Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam que existem, no mínimo, 20,9 milhões de pessoas escravizadas, enquanto um levantamento

Em face dessa vulnerabilidade social, o desemprego e a precarização do trabalho são vertentes de uma parte quantitativa da população mais pobre que automaticamente interfere na vulnerabilidade econômica criando uma submissão a certas experiências e condições de desrespeito aos trabalhadores, o que reflexamente viola direitos básicos de cidadania. (KOWARICK, 2009).

Entretanto, além do desemprego, a imigração de pessoas vinda de países em desenvolvimento, emergentes e de extrema pobreza é um dos fatores que contribui para o trabalho análogo escravo por razões dessa vulnerabilidade pois a saída de seu país de origem em parte, se dá por questões de miséria e com a finalidade de obterem melhores condições de vida. Dessa forma, acabam se submetendo há trabalhar muitas horas a troco de salários desprezíveis e condições de trabalho degradantes (GOUVEIA 2018).

Nesse panorama o trabalho escravo análogo vem se evidenciando na indústria da moda nos últimos anos, principalmente com a tendência "fast fashion" (moda rápida), pertencente ao nicho da indústria têxtil, um setor que vem se destacando na atualidade impulsionado pelo consumo principalmente através das mídias sociais.

As empresas que trabalham com esse tipo de tendência inspiram suas coleções de roupas em coleções de grifes renomadas, de modo a observar o que está sendo mais tendencioso e cobiçado pelo grande público. Dessa forma, renovando constantemente as peças comercializadas no varejo da moda assim, levando para todos designe de peças atuais e renomadas a preços acessíveis para consumo.

promovido pela ONG estadunidense "Free the Slaves" estima um total de 27 milhões de pessoas que trabalham em condições análogas à escravidão no mundo. De acordo com o coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT Luís Antônio Machado um dos principais fatores que contribuem para essa causa é a pobreza e vulnerabilidade social.

A fabricação das peças é realizada de forma rápida e barata através de uma produção terceirizada na qual exige cada vez mais trabalhadores para alcançar a alta demanda de produção (HADDAD, 2018).

Entretanto, para reduzir os custos trabalhistas e tributários essas empresas costumam terceirizar a fabricação dessas peças de modo a contratarem oficinas de confecções em países ainda em desenvolvimento que possuem leis trabalhistas mais frágeis e com um menor teor de cumprimento. (NEVES, 2020)

Assim, aproveitando da vulnerabilidade social e econômica de uma parcela de pessoas que ali residem no qual necessitam de trabalho e renda para atender suas necessidades básicas, porém, a verdadeira empresa responsável pela criação das coleções e do setor administrativo permanecem no país de origem, geralmente desenvolvidos.

No entanto, de forma a ser um segmento de relevância na economia mundial e ser um setor de mercado com grande visibilidade a preocupação somente com os lucros desencadeia a precarização do trabalho, o que é uma consequência do processo produtivo rápido e barato

A vista disso, vem ocasionando frequentes condições abusivas nas jornadas de trabalho excessivas dos trabalhadores, ambiente insalubre nas fabricas de confecções e condições precárias que infringem a dignidade humana e violam toda e qualquer proteção dos direitos humanos e das leis brasileiras, impulsionando a ocorrência do trabalho escravo análogo na sociedade. (AGUIAR 2021).

Referências

- [1] AGUIAR, Wesley Henrique de Melo. Valor liberdade do trabalhador e o trabalho análogo ao de escravo. Ed: Dialética, 2021.
- [2] BERNARDES, Alyssia. ROCHA, Beatriz. BEATO, Bruna. LANG, Giulia. MOREIRA, João Vitor. MARSAN, Júlia. D'ORAZIO, Raffaella. Fast fashion por que os preços são tão baixos? Acesso: 11 jan. 2023. Disponível em: <https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/arte-e-cultura/moda/fast-fashion-por-que-os-precos-sao-tao-baixos/>
- [3] BRASIL, Reporter. Maioria das vítimas de trabalho escravo são nordestinas, aponta OIT. Acesso: 11 jan. 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2011/10/maioria-das-vitimas-de-trabalho-escravo-sao-nordestinas-aponta-oit/#:~:text=Segundo%20Machado%2C%20a%20vulnerabilidade%20social,um%20catalisador%20desse%20problema%20social.>
- [4] ERTHAL, Alice. Resenha do documentário “The True Cost”. Acesso: 11 jan. 2023. Disponível em: <http://rede.coppead.ufrj.br/?p=292>
- [5] GOUVEIA, Ana Carolina. **O Trabalho Escravo na Indústria Têxtil e Sustentabilidade**. Monografia, 2018. (Curso superior de Tecnologia e Produção Têxtil) Faculdade de Tecnologia de Americana.
- [6] HADDAD, Carlos H. B. GOMES, Tatiana Avelar Pinto. Escritos Sobre o Trabalho Escravo Contemporâneo: O trabalho escravo na indústria da moda: a responsabilidade jurídica a partir da perspectiva da cadeia de produção da “fast fashion”. Ed: Initia Via, 2018, 306 p.
- [7] KOWARICK, Lucio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo. Ed:34, 2009.
- [8] NEVES, Luiza. A exploração da mão de obra no fast fashion sob a ótica da teoria do sistema mundo. Monografia, 2020. (Curso superior de Relações Internacionais) Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito e Relações Internacionais.
- [9] PORFIRIO, Francisco. Trabalho escravo contemporâneo. Acesso: 11 jan. 2023. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/escravidao-nos-dias-de-hoje.htm>

A LUTA DA MULHER PELOS SEUS DIREITOS NO MERCADO DE TRABALHO

Luiza Barbosa Pimentel

Assis - SP

luizabpimetelfema@gmail.com

Essa pesquisa tem por objetivo examinar a luta da mulher pelos seus direitos no mercado de trabalho. Apesar de grandes conquistas, ainda há muita discriminação sobre a mulher nesse âmbito. Nesse contexto trataremos assunto sobre a desigualdade de gênero, desvalorização salarial e a mulher chefiando seus lares.

A desigualdade de gênero está muito ligada com a misoginia e o racismo, incluindo principalmente as mulheres negras que sofrem tendo assim pouca voz e representatividade na sociedade (MOUTINHO, 2014)

Essa discriminação vem de muito tempo atrás, em uma sociedade que tem a origem estruturada no machismo. Desde então predominava uma pressão para as mulheres gerarem filhos homens, pois representava uma família de certa forma mais forte nos padrões patriarcais.

A mulher era vista como incapaz perante o seu parceiro. Mas há estudos que algumas mulheres já lideravam seus lares. O que mudou pensamentos sobre a mulher na pré-história. (SANTOS; LOPES; SILVA; SCHOTTEN, 2022)

Mas no âmbito atual as mulheres mesmo conquistando os seus espaços na sociedade, acaba ainda sofrendo assédio moral e sexual no

meio de trabalho, afinal ela ainda é vista como um objeto sexual algo que se tornou cultural sendo mais difícil se libertar desse imaginário da sociedade. (ZORZO; SOLDATTI; SOLDATTI, 2020)

Tornando assim uma desigualdade também salarial, mulheres são coagidas pelo machismo dificultando alcançar cargos mais altos. Certamente ocorrendo uma desigualdade econômica, mesmo tendo a mesma formação, idade e cargos iguais ao homem, as mulheres acabam ganhando menos. (ALVARENGA, 2022)

Sem contar a responsabilidade que a mulher tem com o lar e ainda existe uma grande porcentagem das mulheres que são as únicas provedoras da sua família. Muitas vezes tendo que deixar de lado o dar a atenção para seus filhos para poder focar em trazer um alimento para a mesa de suas casas, em ocasiões deixadas pelos seus parceiros, se vendo sozinhas são obrigadas a dar conta de tudo. (LIMA, 2022)

São chamadas de famílias monoparentais, mulheres que são colocadas a frente se suas vontades, esquecendo que mesmo mães e provedoras do lar são mulheres a cima de tudo. (BABIUK, 2015)

Referências

- [1] ALVARENGA, Darlan. **Mulheres ganham em média 20,5% menos que homens no Brasil**. Disponível em: <https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/mulheres-ganham-em-media-205percent-menos-que-homens-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 19 set. 2023.
- [2] BABIUK, Graciele Aves. **Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e serviço social**. Disponível em: https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_269.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.
- [3] LIMA, Everton. **Mulheres no mercado de trabalho: avanços e desafios**. FIOCRUZ, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/mulheres-no-mercado-de-trabalho-avancos-edesafios#:~:text=Em%20pleno%202022%2C%20conseguir%20a,da%20pandemia%20de%20Covid%20D19>. Acesso em: 19 set. 2023.
- [4] MOUTINHO, Laura. **Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CYYsFmdHWTGNcBqYQKQ9Rw/#>. Acesso em: 19 de setemb. 2023.
- [5] SANTOS, Bruna Maria Pereira; LOPES, Suellen Aparecida; SILVA, Stephani Almeida da; SCHOTTEN, Paulo César. **Mulher no mercado de trabalho de trabalho: uma perspectiva teórica e histórica**. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/5416/1/MULHERES%20NO%20MERCADO%20DE%20TRABALHO%20UMA%20PERSPECTIVA%20TE%20C%20RICA%20E%20HIST%20C%20RICA.pdf>. Acesso em: 19 de setemb. 2023.
- [6] ZORZO, A.; SOLDATTI, H.; SOLDATTI, A. J. **Assédio moral e sexual no ambiente de trabalho**. Revista Tecnológica Fatec Americana, v. 8 n. 1, 2020. ISSN 2112-7019. saopaulo.sp.gov.br, 2020. Disponível em: http://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/6717?locale=pt_BR. Acesso em: 19 set. 2023.

O SISTEMA PATRIARCAL E A INFLUÊNCIA NO FEMINICÍDIO

Andreia Cristina Camargo Holzhausen

Assis - SP

E-mail: andreiac.camargo@hotmail.com

As Leis no Brasil são claras quando se tratam de crimes contra a mulher? Como identificamos um agressor/ criminoso se a própria vítima muitas vezes o protege? São perguntas as quais tentamos analisar baseado em artigos, livros e relatos de casos que ocorrem a todo tempo. Mesmo com as leis punitivas, elas não conseguem efetivamente parar o criminoso, que muitas vezes e na maioria delas volta após ser punido e comete o mesmo tipo de crime. A defesa maior está nas mãos de mulheres que precisam se libertar de um sistema que as coloca em desvantagem. O sistema patriarcal tem influência forte no comportamento da mulher, portanto é necessário se criar um sistema tão forte quanto que possa fazer com as mulheres se sintam fortes para combater a qualquer custo de formas corretas esse tipo de tratamento. Existem estudos que relacionam o feminicídio tido como homicídio qualificado como crime proveniente da sociedade patriarcal. Nosso objetivo é mapear os casos de feminicídio e detectar os passos que antecedem os crimes passionais. Muitas mulheres relatam durante uma vida toda, que são humilhadas, ameaçadas, e colocadas em situações de descaso por seus companheiros. A maioria das mulheres vítimas desse sistema, é ou foi criada em famílias patriarcais, onde suas avós e mães aprenderam a obedecer, e a não questionar os homens da família, gerando assim uma continuidade de criação onde o masculino é superior, a ordem é aceita e quem determina o certo ou errado são eles. Em trabalho anterior, vimos como o sistema patriarcal é antigo e se estende até os dias de hoje, de forma disfarçada e aceita, sem que demos conta que vivemos nele. Dentro dos lares e de empresas, predominam sempre o masculino, como ordem de comando, poucas as mulheres que lideram ou governam, que cuidam e tem forças nos tempos atuais, que ferem o sistema machista.

Esta pesquisa é baseada em revisão bibliográfica que permitirá compreender os conceitos utilizados pelas autoras. Através de leitura de bibliografias citadas, tentamos analisar

o contexto do tema, chegar o mais próximo possível de um mapeamento que possa cruzar a responsabilidade do sistema patriarcal e o crime de feminicídio. Através de pesquisas, documentários, coletamos dados para fundamentar o assunto abordado.

Vale lembrar que a motivação para a violência contra a mulher tem sempre o mesmo cerne: a desigualdade de gênero. Essa desigualdade baseia-se na crença de que as mulheres são subalternas ao homem e que suas vontades são menos relevantes. Um dos fatores que apontam umas das principais causas da violência é o fator de rompimento do relacionamento indesejado pela mulher, que resulta com frequência em morte ou ameaça pelo parceiro que não aceita o fim da relação.

O objetivo principal desta pesquisa é entender a relação Sistema patriarcal e a influência dele nos casos de feminicídio. O quanto o sistema colabora para que o homem se sinta no direito de tirar uma vida de sua companheira, e o quanto a mulher se conforma e não consegue enxergar o quanto está exposta e submetida a esse tipo de crime. Relatamos alguns fatores que fazem com que o sistema patriarcal persista e transcenda ao desfecho de um crime, hoje com grande incidência, e muitas vezes ignorado pela sociedade e pelas autoridades. Quando ouvimos falar em um caso passional, um feminicídio, onde um homem matou a esposa por ciúme, ou porque ela simplesmente não o obedeceu, tentamos achar desculpas para que a mulher saia com a culpa, muitas autoridades que atendem nas delegacias por exemplo, acabam que colocando a mulher como geradora do fato trágico. O problema é grande, maior que possamos imaginar. Quando se mata uma mulher, o marido, namorado, na maioria das vezes é o agente que cometeu o crime, e justifica o fato como defesa, honra, provocação. Talvez não nos atentamos ao fato, e não se é questionado, o quanto dessa relação já estava sendo tóxica, agressiva, sustentada por medo e agressões. Vemos os fatos em si, mais não se é analisado a vida

regressa dos envolvidos, simplesmente houve um crime passional, femicídio, marido que matou a esposa, ou a namorada. O quanto essas mulheres e por quanto tempo, estavam sendo ameaçadas, pressionadas, obrigadas a estarem em uma relação doente, pedindo socorro, talvez si, mas a quem? A família que muitas vezes se opõe a não intervir na relação do casal? A matriarcas criadas que criaram homens em sistema patriarcal, onde o homem pode tudo e sempre tem razão.

Analisamos os casos, século 21, mulheres que sustentam suas casas, criam seus filhos, geram recursos, e muitas delas ainda carregam a dor de ter um companheiro, pai ou irmão que as destroem física e moralmente. O fim dessa história, a abordagem clara do assunto que as coloca em risco, sem medo, falar sobre o feminicídio e que sim ele é um fruto do machismo, de um sistema que foi criado pelos homens para controlar suas famílias sobre o medo, sobre o olhar da ignorância.

Sob o contexto que abordamos podemos ressaltar que as novas gerações que estão sendo criadas por mulheres que viveram sob o sistema patriarcal, estão tendo acessos a informações e a fatos que as levam a serem mais resistentes a esse sistema, mais a passos lentos, ainda não podemos deixar de relatar que muitas ainda irão deixar de existir por mãos opressoras de assassinos disfarçados de protetores. Ainda assim que exista a relação patriarcal e feminicídio, temos que entender como esse processo se dá sob o olhar da mulher que não consegue se soltar desse padrão, e não enxerga o risco que a coloca em perigo, dia a dia.

Estatísticas apontam como estamos em relação a casos de agressões no Brasil, porém os números ainda não são tanto reais como pensamos. Segundo estatísticas do IBGE, que desde de 1.970 analisa dados fundamentais para analisar a condição de vida nas mulheres no Brasil. Muitos indicadores sobre a questão da violência contra a mulher, encontram dificuldades devido a subnotificação de casos de violência sexual sofrida, e pela ausência de pesquisas sobre a violência doméstica. Encontra

se também a questão da raça e cor, quando comparamos a estatística de homicídio tem peso significativo. No domicílio as taxas para as mulheres pardas e negras são 34,8% maior que para as mulheres brancas, fora do domicílio era 121,7% maior. Número expressivo porém ainda estimasse que pode ser maior, se todos os casos ocorridos fossem registrados nas Delegacias especializadas em Defesa da Mulher – DDA. Os assassinatos de mulheres, de modo geral cresceram. Foram 3.930 casos em 2022, representando um aumento de 3% em comparação ao ano anterior. Esse número leva em consideração os casos de feminicídio e também os casos de homicídios dolosos, independente da discriminação sobre a condição de mulher. O estudo também mostra que a proporção de feminicídio cresce em relação ao número total de mulheres assassinadas. Exemplo em 2017 foram registrados 22,9 % de casos e em 2022 foram registrados 35,9%, um dos fatores que colaboram para aumentar esses números foi a aplicação da Lei do Feminicídio, ou seja, os homicídios comuns e sem qualificadores, sem classificação específica contra a mulher, passaram a ser registrados de forma correta, como FEMINICÍDIO. Dentro do sistema jurídico, como é analisado os casos de feminicídio, ao que são relatados e como são coletadas as informações para que se tenha fundamentado uma lei que pune o criminoso opressor. A punição é justa e suficiente? O opressor que agride antes de matar, que ofende e oprime qual o crime e como se detecta para a punição? São om essas perguntas que gostaríamos de defender nosso ponto de vista sobre o tema. O que as mulheres de hoje, estão fazendo para se defender se vivemos ainda em uma sociedade machista, quais suas chances de defesa quando chegam agredidas as delegacias. Qual a sua força de palavra e muitas vezes de ferimentos, a protegem do agressor.

Referências

[1] ELUF, Luiza Nagib, **A paixão no banco dos réus**, casos passionais e Feminicídio – de Pontes Vergueiro a Eliza Matsunaga – 10ed. São Paulo, Saraivajur, 2021.

- [2] Freitas, Wagner Cinelli de Paula. **Metendo a Colher**: Coletânea de artigos e outros textos sobre violência contra a mulher/ Wagner Cinelli de Paula Freitas. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Gryohus Editora, 2022
- [3] Lerner, Gerda, 1920-2013. **A criação da consciência feminista**: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal/ Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera – São Paulo. – Editora Cultrix, 2022.
- [4] CAPEZ, Fernando. **Legislação Penal Especial**. 17. Ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- [5] DELMANTO, C. Código Penal comentado: acompanhado de comentários, jurisprudências, súmulas em matéria penal e legislação complementar. 8. Ed. Ver., atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
- [6] SANTOS, Lígia Pereira dos. **Mulher e violência: histórias do corpo negado**. Campina Grande: EDUEP, 2008.

A INEFICÁCIA DA EXTREMA REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL

Felipe Eduardo Coutinho Damasceno; Elizete Mello da Silva
Assis-SP

felipeeccoutinhod@gmail.com; dedemello04@gmail.com

Desde seu primórdio, as leis constituem um papel importante na sociedade, derivando a partir do Código de Hamurabi, qual previa uma forma antiquada e radical de justiça, até os dias atuais, onde as mesmas analisam o direito de toda coletividade que convive sobre sua vigência, até mesmo os de quem as infringiu. Com o avanço social, houve a necessidade de alterar o aplicado em épocas passadas, tendo as normas, vivenciado diversas formas e preceitos, se adequando ao momento histórico tido no momento de sua elaboração.

Sua evolução sempre dependeu dos princípios societários, os quais deram suporte para sua ampla aplicação no meio em que estava inserida. Com tantos padrões, Monstequieu definiu a lei como “a força que constitui as relações necessárias que derivam da natureza das coisas”, colocando a relação entre seres, como necessária para sua existência. (SEVEGNANI, 2018).

Analisando o presente pensamento, se tem em destaque que, a convivência humana, é o elemento principal para que os códigos regulamentadores surjam em nossa sociedade. No entanto, pretendendo o vivenciado cotidianamente, é necessário observar como seu componente principal tem afetado negativamente o seu efeito em nosso cerne social.

Atualmente, no Brasil, tem-se aproximadamente um milhão de leis em vigor, criadas de forma assombrosa, que possuem objetivo de submeter nossa população a obrigações e sanções previstas nas mesmas, elucidando a melhor maneira de se conviver em sociedade, prevendo penitências a situações que as contrarie ou prejudique nosso corpo social.

No entanto, o mesmo é feito sem a inclusão de valores morais superiores em nossa cultura, esperando de forma mística, a obediência destes códigos, dispondo apenas da exemplaridade da população sem devida presença dos bons costumes, deixando a responsabilidade moral diária sob as costas de um estatuto legal, expectando que somente sua existência cumpra de forma ampla, os deveres estabelecidos.

Isto resulta na frequente banalização dos códigos vigentes em nosso país, tendo em vista que a população, sem esperança e inserida numa cultura de desonestidade, entenda-os como um instrumento que pode ser facilmente ludibriado, fazendo com que sua existência seja ineficaz para conter as diversificadas situações ocorrem todos os dias, sendo incapaz de atingir os que vivem sob suas sanções, visto que se há pouca afeição ao respeito destes instrumentos jurídicos.

Tal padrão de comportamento vivenciado em nosso país tem como essência o seu passado, sabendo que, desde seu princípio, o Brasil tem sido palco de situações desonestas que enraizam a falta de responsabilidade moral de seus cidadãos. Durante os séculos XVIII e XIX, os portugueses usavam nossas terras como ambiente de contrabando, escondendo ouro em pó, pedras preciosas e moedas falsas no interior de imagens de madeira, dando origem a diversas fortunas através de tal comportamento indecoroso. (RODRIGUES, 2020).

A aludida situação se deu no início de nossa nação, mas serviu de grande influência pelo o modo no qual, os detentores de poder, ou até mesmo os cidadãos, vivem nos dias de hoje, tendo em fulcro que, a banalização do previsto em nossos códigos é frequente, pretendendo que se há a extrema valorização do desejo privado, qual faz os indivíduos encontrarem formas de adversar a lei pelo seu benefício próprio. (JANINE RIBEIRO, 2001).

De acordo com o psicólogo norte-americano Abraham Maslow, há uma divisão hierárquica das necessidades humanas, qual o indivíduo somente será capaz de obedecer a aspirações superiores caso suas primordialidades sejam atendidas. De acordo com a ilustração feita por Maslow, em forma de pirâmide, o suprimento dos anseios básicos é imprescindível para que o ser humano seja capaz de se abrir para propósitos diversos dos individuais. Deste modo, sendo estes devidamente supridos, sua existência estará garantida. Entretanto, caso seus anseios não sejam atendidos, o sujeito se sente estagnado na busca de sua satisfação pessoal, não sendo capaz de se

portar de acordo com o corpo social no qual está inserido, inevitavelmente repercutindo em suas ações. (COSTA, 2016).

Como já sabido, nosso país possui um dos maiores índices de desigualdade. Segundo relatório divulgado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) o Brasil ficou em sétimo lugar entre os locais com mais desigualdade do mundo. (CONFLUENTES, 2023)

Em concordância com o escritor Frédéric Bastiat, está adversidade social não ocorre somente monetariamente, mas também no acesso ao direito da população, pois existem indivíduos que desvirtuam o instrumento legal para priorizar interesses seus interesses pessoais, impedindo que a lei supra os resultados que a população anseia. (COSTA, 2020)

Conforme previsto por Thomas Hobbes, o ser humano pode adversar qualquer coisa para obter reconhecimento, poder ou até mesmo satisfação pessoal sobre alguma situação, devendo se destacar sua citação retirada da obra intitulada “Excesso de Leis e sua Inefetividade Social” de Karina Freitas Costa:

Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória. A primeira leva os homens a

atacar os outros tendo em vista o lucro; a segunda, a segurança; e a terceira, a reputação. Os primeiros usam a violência para se tornarem senhores das pessoas, mulheres, filhos e rebanhos dos outros homens; os segundos, para defenderem-nos; e os terceiros, por ninharias, como uma palavra, um sorriso, uma opinião diferente, e qualquer outro sinal de desprezo, quer seja diretamente dirigido às suas pessoas, quer indiretamente aos seus parentes, amigos, nação, profissão ou ao seu nome (HOBBES, 2003, cap. XIII, p. 108)

Dessa forma, havendo a presença de grande desigualdade social juntamente com o anseio de poder, os dispositivos legais se tornam insuficientes para impedir as perversões vivenciadas cotidianamente, sendo produzidos de maneira equivocada, não priorizando sua eficácia ou impacto, afastando o propósito da própria lei. (COSTA, 2020).

Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar o motivo pelo qual a extrema regulamentação brasileira é ineficaz, demonstrando que os fatores sociais enraizados em nossa população possuem influência em sua banalização e desobediência, mesmo com a criação de inúmeros textos regulamentadores.

Referências

- [1] SEVEGNANI, Ana Luísa. Montesquieu (ordem natural das coisas). As concepções de Estado e de Governo na obra “O espírito da Lei”, de Montesquieu. **Jus.com.br**, [S. l.], p. 1-2, 27 dez. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/71074/as-concepcoes-de-estado-e-de-governo-na-obra-o-espírito-da-leis-de-montesquieu>. Acesso em: 1 ago. 2023.
- [2] COSTA, Karina Freitas. Excesso de leis e sua inefetividade social. **Excesso de leis e sua inefetividade social**, [S. l.], p. 1-41, 12 out. 2016. Disponível em: <https://ri.unipac.br/repositorio/wp-content/uploads/tainacan-items/282/128198/KARINA-FREITAS-COSTA-EXCESSO-DE-LEIS-E-SUA-INEFETIVIDADE-SOCIAL-DIREITO-2016.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023. – KARINA FREITAS
- [3] CONFLUENTES, Confluentes. Entenda por que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo e como podemos combater a desigualdade social. **Confluentes**, [S. l.], p. 1-2, 10 maio 2023. Disponível em: <https://confluentes.org.br/2023/06/01/entenda-por-que-o-brasil-e-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo-e-como-podemos-combater-a-desigualdade-social/#:~:text=Segundo%20relat%C3%B3rio%20divulgado%20pelo%20Pnud,%20DAfricana%2C%20Lesoto%20e%20Mo%C3%A7ambique>. Acesso em: 5 ago. 2023.
- [4] COSTA, Vanessa Rayelli Moura. O excesso de leis no Brasil e o fenômeno da existência, validade e eficácia. **Revista Caderno Virtual**, [S. l.], p. 1-30, 28 dez. 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/5128/2008>. Acesso em: 30 mar. 2023. Vanessa Costa.
- [5] RODRIGUES, Sérgio. Santo do pau oco: além do contrabando. ‘Santo do pau oco’: além do contrabando, 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/sobre-palavras/8216-santo-do-pau-oco-alem-do-contrabando/#:~:text=A%20express%C3%A3o%20significa%2C%20como%20se,na%20apar%C3%A2ncia%2C%20hip%C3%B3crita%20dissimulado>. Acesso em: 11 dez. 2022. (RODRIGUES, 2020).
- [6] JANINE RIBEIRO, Renato. A República. 1. ed. Local: PubliFolha, 2001. 2-29 p. v. 1. (Janine Ribeiro, 2001).

DIREITO DA ENERGIA: UMA ANÁLISE DA PEC 44/2017 À LUZ DA LEGISLAÇÃO ATUAL E ENTENDIMENTOS DO STJ

Carlos Henrique Prado Constantino; Jesualdo Eduardo de Almeida Junior
Assis-SP
rique67079@gmail.com, jesualdo@jesualdojunior.com.br

A Constituição Federal de 1988, traz em seu artigo 1º, os fundamentos do Estado Democrático de Direito, no qual elenca em seu inciso III, de forma expressa, “a dignidade da pessoa humana”. Neste sentido, o legislador inseriu em nossa carta magna um conjunto razoável de direitos de segunda dimensão que orbitam o inciso citado, tornando princípios basilares a proteção à vida, expressa pelo caput do art. 5º, o direito à integridade física, psíquica e moral, vedação às penas de morte, perpétuas ou cruéis. A união de todos esses direitos citados, compõem aquilo que o Poder Judiciário entende como “o mínimo existencial”, onde as demandas associadas ao acesso de energia elétrica têm sido inseridas pelas cortes superiores (PEC 44/2017 fls.2). É nesse contexto que a PEC 44/2017 trouxe como proposta a inserção do texto “..., o acesso à energia elétrica, mediante pagamento de preço justo pelo consumo [...]” no artigo 6º da Constituição Federal. Uma vez que ocorresse a sua aprovação, teríamos então início de conflitos jurídicos e discussões, que refletiriam nos tribunais superiores do país, envolvendo pouco exploradas normas e princípios que compõe o Direito da Energia brasileiro em face dos Direitos Sociais da Constituição Federal.

Sobre estes pontos é que pretendemos avançar, por meio de uma pesquisa documental, ao examinar os dispositivos legais nacionais, os entendimentos mais recentes dos tribunais, e os impactos destes entendimentos no acesso amplo à energia.

Problematização

Ao olhar para o macrocosmo dos direitos constitucionais e energéticos do Brasil, seria possível observar as condições e contradições encontradas para a efetivação da emenda constitucional 44/2017. Entendemos que tal reflexão deva ser levada adiante, por meio do exame científico proporcionado pela pesquisa documental.

Objetivos

Pretendeu-se um exame dos possíveis impactos jurídicos do Projeto de Emenda Constitucional 44/2017, a partir da análise dos dispositivos legais nacionais e os entendimentos mais recentes dos tribunais relacionados ao Direito da Energia em face dos Direitos Sociais.

Metodologia

A metodologia envolveu uma pesquisa documental de caráter exploratório, nos moldes preconizados por Gil (2008), sobre os textos legais selecionados.

Os documentos que compõem a pesquisa documental encontram-se na legislação federal em vigência, além de dispositivos constitucionais e entendimentos pacificados nos tribunais, notadamente no STJ. Tratam-se de fontes abertas, irrestritas e disponíveis online nos repositórios digitais, não implicando em autorizações ou custos adicionais à instituição de ensino.

Foram designadas neste recorte investigativo conforme sua relevância e pertinência ao eixo temático proposto.

Resultados e Conclusões

O Direito da Energia evoluiu ao longo do tempo, estabelecendo princípios específicos como segurança no abastecimento, eficiência energética, não-retrocesso tecnológico, liberdade energética e acesso universal à rede de distribuição. Embora esses princípios tenham sido incorporados ao âmbito jurídico, é surpreendente que o acesso à energia ainda não seja reconhecido como um direito social na Constituição. A Lei de Greve, Lei no 7.783/1989, equipara o fornecimento de energia elétrica a serviços essenciais. No entanto, a energia ainda carece de um reconhecimento constitucional explícito como um direito social específico. Essa lacuna constitucional é extremamente significativa considerando que o acesso à energia é essencial.

A Proposta de Emenda Constitucional 44/2017 foi apresentada, visando a inclusão do acesso à

energia como direito social, alterando a redação do artigo 6º da Constituição Federal. Nesta mesma esteira, a alteração proposta concretizaria o sentido majoritário dos julgados que consideram o acesso à energia elétrica como um fator indispensável para garantir a dignidade da pessoa humana, ao tratar tanto do fornecimento quanto da suspensão do fornecimento de energia elétrica.

Conforme entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o princípio da dignidade da pessoa humana estabelece que, se necessário, o serviço deve ser fornecido aos pobres, humildes e desempregados sem exigência de pagamento (RIO GRANDE DO SUL, 2008b). Em outras palavras, o TJ/RS afirma que a concessão do serviço não exime o Poder Público, que, de forma interpretativa, seria o responsável constitucional em fornecer gratuitamente o serviço àqueles que não o podem custear.

Nesse caso, o concessionário teria o direito de cobrar do Poder Público concedente o valor do serviço prestado àqueles que não podem pagar (RIO GRANDE DO SUL, 2008b, p. 01). Observamos então que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é enfatizar a

necessidade de considerar a dignidade da pessoa humana em primeiro plano e a garantir o mínimo existencial ao tratar do fornecimento de energia elétrica, especialmente para os mais vulneráveis, qualificando a necessidade de sua inclusão, com urgência, no rol dos direitos sociais, conforme a proposição da PEC apresentada.

A inclusão do acesso à energia na Constituição Federal serviria, de início, como base legal para ações judiciais, contribuindo assim para a criação de um ambiente jurídico favorável ao poder público para investimentos em energias renováveis, assim como aos cidadãos recorrerem aos tribunais para exigir a implementação de medidas que garantam seu acesso à energia, fortalecendo a proteção legal e permitindo que as pessoas busquem remédios mais efetivos em caso de violação desse direito.

Não obstante o caráter jurídico, ao garantir que o acesso à energia seja protegido legalmente, as instituições podem incentivar o desenvolvimento de fontes de energia limpa, promover a segurança energética e impulsionar a transição para um sistema energético mais sustentável.

Referências

- [1] ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.
- [2] ÁLVARES, Walter Tolentino. **Curso de direito da energia**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- [3] BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: O princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- [4] BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.
- [5] BITENCOURT NETO, Eurico. **O direito ao mínimo para uma existência digna**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.
- [6] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.
- Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoacompilado.htm. Acesso em: 05 dez. 2021.
- [7] _____. **Lei 7.783**, de 28 de junho de 1989. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7783.htm>. Acesso em 05 de dezembro 2021.
- [8] _____. **Lei 10.810** de 27 de setembro de 2021. Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20192022/2021/Decreto/D10810.htm. Acesso em 05 de dezembro 2021.
- [9] _____. **Projeto de Emenda Constitucional nº 44**, de 6 de dezembro de 2017. Altera o art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil para que o acesso à energia elétrica seja direito social. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7325298&ts=1630421486419&disposition=inline>. Acesso em 03 de dezembro 2021.
- [10] _____. **Tribunal de Justiça do Amapá** - AGV: 213108 AP, Relator: Desembargador MELLO CASTRO, Data de Julgamento: 19/08/2008, Câmara Única, Data de Publicação: DOE 4359, página (s) 15 de 17/10/2008). Disponível em <https://tjap.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/3630213/agravo-agv-213108>. Acesso em 05 de dezembro 2021.
- [11] _____. **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**. Embargos Infringentes Desacolhidos. Embargos Infringentes nº 70022234595. Embargante: Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica. Embargado: Rosana Silva Figueira. Relator: Des. Adão Sérgio do Nascimento Cassiano, mar. 2008b. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br>. Acesso em 25 ago. 2012.
- [12] CAVALCANTI, Themistocles Brandão. Introdução. In: MENDONÇA, Manoel Ignácio Carvalho de. **Rios e águas correntes em suas relações jurídicas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1939.

[13] GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

[14] VIEIRA, Oscar. **Direitos Fundamentais: uma leitura da jurisprudência do STF**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2006.

O RESGATE DA DEMOCRACIA DIRETA PELOS MEIOS TECNOLÓGICOS

Ana Carolina de Oliveira Andrade; Luciano Tertuliano da Silva
Assis-SP
acarololiandrade@hotmail.com; luctertuliano@hotmail.com

O presente trabalho aborda a evolução da democracia, começando na Grécia Antiga, em Atenas, onde surgiu a democracia direta. Os cidadãos se reuniam em praça pública para tomar decisões políticas. No entanto, esse modelo tinha limitações, excluindo mulheres, negros e outros grupos que não consideravam aptos. Atualmente, nas democracias contemporâneas, a representação é comum, mas ainda existem mecanismos para a participação direta, como o voto universal e instrumentos como plebiscitos, referendos e iniciativas populares.

A democracia representativa evoluiu ao longo do tempo, com críticas sobre a falta de representatividade real. Surgiu, então, a ideia de democracia semidireta, que combina a representação com instrumentos diretos para a vontade do povo. No Brasil, há dispositivos constitucionais para a democracia direta, como plebiscitos, referendos e iniciativa popular, além de mecanismos de democracia participativa, como os conselhos gestores e conferências.

A inclusão digital se tornou crucial na sociedade atual, e as tecnologias de informação e comunicação (TIC's) têm o potencial de reconfigurar a democracia. Isso inclui a possibilidade de votação online, o que poderia aumentar a participação cívica. Todavia, desafios de segurança também estão presentes.

Diversos experimentos de governo eletrônico foram realizados em todo o mundo, envolvendo inclusão digital, transparência e participação online. As mídias sociais desempenham um papel importante na teledemocracia, permitindo o acesso dos cidadãos aos candidatos e às decisões políticas.

A pesquisa versa na busca de responder se as TIC's representam um risco à democracia ou se serão um aliado frente as dificuldades enfrentadas, considerando seu potencial para a inclusão e participação nas decisões do Estado.

A comunicação é uma habilidade inata do ser humano, que evoluiu ao longo da história, desde os desenhos nas cavernas até as tecnologias digitais. A revolução digital atual expandiu ainda mais as formas de comunicação, proporcionando alcance e opções de leitura sem precedentes.

A sociedade informacional, impulsionada pela revolução tecnológica, trouxe mudanças significativas, incluindo imediatismo e velocidade na disseminação de informações. As tecnologias de informação e comunicação (TIC's) possibilitam a comunicação global e descentralizada, transformando a interação e o acesso ao conhecimento.

A relação entre democracia direta e tecnologia da informação recebe várias denominações, como E-democracy e ciberdemocracia. Contudo, muitas vezes, a literatura se concentra demais na tecnologia em si, negligenciando questões políticas e constitucionais.

As TIC's empoderam os cidadãos, possibilitando maior participação democrática e deliberativa. A democracia virtual permite que qualquer cidadão participe ativamente na formulação e discussão de políticas. As mídias digitais desempenham um papel fundamental na revitalização da comunicação política, permitindo debates mais críticos e a criação de espaços para a prática da cidadania. Não obstante, há desafios, como a exclusão digital, sobrecarga de informações e filtros-bolha.

A democracia virtual oferece oportunidades para inovações institucionais e o uso de mecanismos de participação, como plebiscitos e referendos, mas a tecnologia também apresenta riscos, incluindo questões de segurança e privacidade.

Em resumo, as tecnologias da informação têm o potencial de fortalecer a democracia, proporcionando maior acesso à informação e engajamento cívico, porém também apresentam desafios que devem ser abordados para garantir uma participação democrática eficaz.

Este estudo destaca o papel do avanço tecnológico na democracia, apontando que, apesar dos riscos de agravar crises, a tecnologia tem o potencial de impulsionar a democracia, especialmente quando se trata do acesso à informação e ao controle social. As tecnologias de informação e comunicação desempenham um papel crucial no acesso ao conhecimento e na disseminação de conteúdo para o exercício da participação cidadã.

A transformação social exige reformas democráticas para manter a eficiência econômica e atender às demandas de igualdade e liberdade dos cidadãos. A crise de representatividade na democracia

destaca a importância da inovação tecnológica como uma ferramenta para revitalizar as instituições e reconectar governantes e governados.

Mesmo que a teledemocracia atual seja vista com ceticismo, a democratização do acesso à tecnologia e a inclusão digital têm o potencial de transformar a cidadania online. A internet pode servir como espaço para desafiar o poder hegemônico e promover o bem comum, desde que novas lideranças digitais surjam.

Várias vantagens são atribuídas à implantação da democracia e do governo eletrônico, incluindo eficácia, eficiência, transparência, comodidade, pluralismo, participação, cultura participativa e inclusão. Além disso, a E-democracy promove a estruturação da participação política dos cidadãos, permitindo que grupos se conectem, compartilhem informações, deliberem e participem politicamente, independentemente da distância física.

Desta forma, a tecnologia desempenha um papel importante na revitalização da democracia e na promoção da participação cidadã, com potencial para superar desafios e promover a inclusão política e social.

Referências

- [1] AIETA, Vânia Siciliano. E-democracy: A democracia direta e a política do futuro. *Revista Justiça Eleitoral em Debate* - v. 10. n. 1., 2018.
- [2] AVRITZER, L; NAVARRO, Z. (Org.). *A inovação democrática no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2003. Acesso em 11 abr. 2023
- [3] BEÇAK, Rubens; ROZATTI, Victor. Instrumentos para a implementação da democracia participativa e o papel das tecnologias da informação e da comunicação. *Revista Interdisciplinar do Direito - Faculdade de Direito de Valença*, v. 8, n. 01, p. 51-64, 2022. Acesso em: 10 jan. 2023.
- [4] BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. 6ª ed. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- [5] BONAVIDES, Paulo. *Teoria constitucional da Democracia Participativa (Por um Direito Constitucional de luta e resistência, por uma Nova Hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade)*. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.
- [6] BORBA, Julian. *A democracia direta na era digital, 2007 - TRES*. Disponível em: <https://apps.tre-sc.jus.br/site/institucional/catalogo-de-publicacoes/artigos-doutrinarios-publicados-na-resenha-eleitoral/resenhas/v-14-2007/doutrina/a-democracia-direta-na-era-digital/index.html>. Acesso em: 11 abr. 2023.
- [7] BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Brasília: Senado Federal, 2006.
- [8] CASARA, Rubens, R.R. *Estado Pós-Democrático. Neo-obscurantismo e Gestão dos Indesejáveis*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2017. Acesso em: 6 jan. 2023.
- [9] COLEMAN, Stephen; BLUMLER, Jay G. *The Internet and Democratic Citizenship: Theory, Practice and Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- [10] COMPARATO, Fábio Konder. Para que o povo tenha enfim a palavra! In *Revista de direito UFPR*. N. 50. Curitiba: 2009, p.18.

- [11] CRUZ, Paulo Márcio. Ensaio sobre a necessidade de uma teoria para a superação democrática do estado constitucional moderno. 2006. Disponível em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/421>. Acesso em: 25 mai. 2023.
- [12] DICTSON, D; RAY, D. A moderna revolução democrática: uma pesquisa objetiva sobre as eleições via Internet. In: [1] [1] [13] EISENBERG, J.; CEPIK, M. Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- [14] EISENBERG, J.; CEPIK, M. Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- [15] ESTEVE, Jordi Barrati; RIVIERA, Rosa Maria Fernandez. Derecho de sufragio y participación ciudadana a través de las nuevas tecnologías. Navarra: Instituto Derecho Parlamentario, Thomson Reuters, 2011, p. 233.
- [16] FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 34. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 2008., p. 85. Cf. também, do mesmo autor, Aspectos do Direito Constitucional Contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 30.
- [17] FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 34. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 2008., p. 97.
- [18] FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso (cit.). p. 98
- [19] FISHKIN, J. S. Possibilidades democráticas virtuais: perspectivas da democracia via Internet. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- [20] FLORES, Rodolfo Romero; VALDÉZ, Julio Alejandro Téllez. Voto electrónico, derecho y otras implicaciones. Mexico: Unam, 2010. p. 11.
- [21] FREY, K. Governança eletrônica: experiências de cidades europeias e algumas lições para países em desenvolvimento. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- [22] GREGORI, Matheus Silva de; HOCH, Patrícia Adiani. A Tecnologia em Favor da Democracia e do Meio Ambiente: O Direito à Informação como Primeira Condição para tal Possibilidade. Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias, 21 out. 2016.
- [23] HÄBERLE, Peter. Dignidade humana e a democracia pluralista – seu nexó interno. In: SARLET, Ingo Wolfgang (coord.). Direitos fundamentais, informática e comunicação: algumas proposições. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2007. p. 21.
- [24] JAQUES, Abner da Silva; SILVEIRA, Vladimir Oliveira da. TELEDEMOCRACIA E CIDADANIA NA ERA DAS TECNOLOGIAS: Revista Em Tempo, v. 19, n. 1, 2020. Acesso em: 10 jan. 2023. 13
- [25] J. ROMAGNOLI, A.; DE MELO, M. B. OS PROBLEMAS DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: A crise do representado. Revista Húmus, [S. l.], v. 1, n. 3, 2013. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1623>. Acesso em: 27 nov. 2022.
- [26] NETO, Tarcísio Vieira de Carvalho. Democracia digital. In: PEREIRA, Erick Wilson (Org.). Reforma política-Brasil República: em homenagem ao Ministro Celso de Mello. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2017, p. 181. Acesso em 11 abr. 2023.
- [27] PERES, Fabiola de Carvalho Leite. Democracia no século XXI: A internet como ferramenta a serviço do cidadão e do Estado. Dito Efeito, v. 10, n. 16, p. 1–1, 9 set. 2019. Professor da UFSC fala da democracia direta na era digital. Disponível em: Tre-sc.jus.br. Acesso em: 6 jan. 2023.
- [28] SCHUMPETER, Joseph A. apud LAVALLE, Adrián G., HOUTZAGER, Peter P., CASTELLO, Graziela. Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil. In: Lua Nova: revista de cultura e política. O futuro da representação. (n. 67, 2006)., São Paulo: CEDEC, 2006., p. 59
- [29] SIGNIFICADOS, Democracia Representativa: entenda o que é e principais características, Significados. Acesso em: 6 jan. 2023.
- [30] STIPP, Luna. #DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: PARA UMA EDUCAÇÃO DE USO DA TECNOLOGIA EM MASSA. Humanidades & Inovação, v. 9, n. 8, p. 90–101, 2022. Acesso em: 10 jan. 2023.
- [31] THE, Around, DataReportal – Global Digital Insights, DataReportal – Global Digital Insights. Acesso em: 5 jan. 2023.

PUBLICIDADE E PROPAGANDA

CAMPANHA PUBLICITÁRIA DE INAUGURAÇÃO: CINE FEMA PIRACAIA

Henrique Gabriel Quevedo de Souza; Leonardo Henrique dos Santos Batista
Assis-SP
rickqvdo@gmail.com, leobatista2001@gmail.com

Este trabalho é uma campanha fictícia de lançamento para divulgação da inauguração oficial do Cine Fema Piracaia, um cinema localizado na cidade de Assis no interior de São Paulo.

Anteriormente conhecido como Cinema Municipal "Piracaia" de Assis, este espaço faz parte da história da cidade e por muito tempo foi uma das principais fontes de acesso a filmes em Assis. No entanto, o cinema passou por um período em que ficou em desuso e, com o tempo, tanto o prédio quanto os equipamentos se deterioraram.

Recentemente, o cinema foi concedido à Fema (Fundação Educacional do Município de Assis) e passou por um amplo processo de restauração e modernização de infraestrutura, garantindo a preservação de sua importância cultural para a região.

O objetivo da campanha é fazer com que o público note que o cinema está sob nova direção, e que quando estiver em pleno funcionamento será uma ótima opção de lazer, entretenimento e cultura para as pessoas da cidade e da região, exibindo filmes com alta qualidade de som e imagem e a preços acessíveis.

Introdução

A presente campanha de lançamento tem como propósito apresentar a tão aguardada inauguração do Cine Fema Piracaia, que ressurge para reviver sua grandiosa história e mergulhar no futuro do entretenimento cinematográfico. Situado na cidade de Assis, interior de São Paulo, o Cine Fema Piracaia representa não somente um complexo cinematográfico revitalizado, mas também uma significativa conexão com a memória coletiva da região.

O histórico Cinema Municipal "Piracaia" de Assis, desempenhou um papel fundamental para cinéfilos e amantes da sétima arte. Entretanto, devido ao desgaste natural ao longo dos anos e à falta de manutenção, tanto a estrutura física quanto os equipamentos de projeção caíram no esquecimento, deixando um vazio perceptível na experiência cultural local.

Esta pausa na trajetória do cinema também atestou a profunda relação emocional entre o público e o espaço, pois mesmo em seu estado de decadência, o "Piracaia" ainda ressoava nas lembranças dos moradores da cidade.

A virada de página se deu quando o cinema foi cedido à Fema (Fundação Educacional do Município de Assis), instituição que abraçou com determinação a responsabilidade de restaurar e modernizar o cinema, com o intuito de devolver à população um patrimônio cultural e um centro de entretenimento dignos de orgulho. O extenso processo de renovação, além de revitalizar a infraestrutura, assegurou que o Cine Fema Piracaia retivesse sua posição como um marco histórico e cultural do Vale do Paranapanema.

É importante destacar que o Cine Fema Piracaia não se limita a ser apenas uma relíquia do passado; ele emerge como uma das maiores salas de cinema da região do Oeste Paulista, resistindo como um dos raros cinemas de rua que permanecem ativos no cenário nacional. Com a constante evolução de novas tecnologias e plataformas de streaming, o Cine Fema Piracaia permanece como um elo tangível com a era dourada do cinema e uma janela para a nostalgia de tempos passados.

A abordagem comunicativa desta campanha de inauguração não é meramente informativa, mas sim afetiva e envolvente. Por meio de referências cinematográficas icônicas, a estratégia visa acender os sentimentos de saudosismo e afinidade nos espectadores, incentivando uma conexão emocional duradoura. A comunicação não apenas ressalta os aspectos técnicos do cinema, como a qualidade de som e imagem e os preços acessíveis, mas também resgata o espírito cativante que as salas de cinema proporcionam, como locais de encontro, imaginação e emoção compartilhada.

Consumidor

O público-alvo desta campanha será o adulto de 30 a 45 anos, pois a campanha tem o foco em causar um sentimento de nostalgia nas pessoas desta faixa etária, que ao longo de suas vidas já assistiram diversos filmes, têm conhecimento cultural e carregam consigo a cultura e a memória da sensação de como é assistir um filme, principalmente se for no cinema.

A intenção é que este público, ao ser despertado pela nostalgia, leve também a sua família ao Cine Fema Piracaia.

Objetivo de comunicação

A comunicação desta campanha de inauguração tem como objetivo estabelecer uma conexão emocional com o público, utilizando referências clássicas e icônicas da história do cinema para despertar a sensação de nostalgia e familiaridade nos espectadores.

Busca estabelecer uma comunicação eficaz, onde as pessoas possam encontrar informações relevantes sobre o cinema e suas atrações ao longo do tempo e apresentar constantemente conteúdos de entretenimento para cativar e fidelizar o público.

Por meio dessa estratégia, o Cine Fema Piracaia busca gerar empatia e interesse, criando uma imagem positiva na mente do consumidor. Além disso, a intenção é estimular a lembrança de momentos

marcantes que já foram vividos através de filmes, e criar novas conexões com aqueles que estão se interessando pelo mundo cinematográfico.

Planejamento de campanha

O planejamento de campanha publicitária é uma das etapas mais cruciais no processo de desenvolvimento de estratégias de marketing e comunicação, para que a iniciativa promocional seja bem-sucedida é necessário definir o curso de ação, os objetivos e os recursos necessários para atingir o público-alvo de forma eficaz. Nesta era digital e altamente competitiva, o planejamento de campanhas publicitárias tornou-se ainda mais complexo e estratégico, exigindo uma compreensão profunda do mercado, do comportamento do consumidor e de suas tendências.

Para Sant'Anna et al. (2016, p. 106), "O planejamento deve ser o pivô que centraliza, coordena e integra todos os fatores necessários à realização dos objetivos mercadológicos e de propaganda. Ele deve incluir avaliação e ajustes constantes."

Tipo de campanha

Será uma campanha de lançamento, neste caso, o objetivo é divulgar a inauguração do espaço do cinema que está com uma nova gestão e também um novo nome para transmitir a ideia de que o cinema é totalmente novo e diferente. Este tipo de campanha tem como foco a promoção de um produto inédito ou reestruturado, além disso, corresponde ao estágio inicial da divulgação publicitária (SANT'ANNA et al., 2016).

Briefing de criação

A ideia a ser transmitida é a de que o cinema é um refúgio mágico que nos transporta para outros mundos e nos faz viver experiências diversas. É uma porta de entrada para histórias extraordinárias, lugares exóticos e tempos distantes. Dentro das telas, podemos nos conectar

com personagens cativantes, sentir uma gama de emoções e abrir nossas mentes para possibilidades que jamais imaginamos. O cinema é um meio de entretenimento especial e aclamado, que nos convida a refletir, se envolver e se apaixonar por narrativas fascinantes. É um convite para deixar a realidade de lado e mergulhar na magia que só o cinema pode proporcionar.

Objetivo da campanha

O objetivo é gerar expectativa, promover o novo cinema como um destino imperdível, aumentar o conhecimento da marca, conquistar a fidelidade dos clientes, viabilizar para o público a compra de ingressos e estabelecer uma conexão emocional com quem visita o espaço do cinema. A campanha busca destacar os diferenciais do cinema, como a qualidade da sala, a variedade de filmes, o conforto e principalmente as experiências especiais que a magia do cinema permite vivenciar.

Estratégia de campanha

A estratégia para essa campanha de lançamento constituirá das seguintes etapas:

Teaser: A campanha pode começar com um teaser intrigante, divulgando imagens enigmáticas ou trechos de filmes populares, sem revelar explicitamente que é uma campanha de inauguração de um cinema. Isso despertará a curiosidade do público e gerará expectativa em relação ao que está por vir;

Contagem regressiva: Para criar uma contagem regressiva interativa, divulgando diariamente informações sobre o novo cinema, como a tecnologia de projeção, conforto das salas e possíveis parcerias com distribuidoras de filmes. Isso manterá o público engajado e ansioso pelo dia da inauguração;

Parcerias Comerciais: Estabelecer parcerias com empresas e influenciadores relevantes na cidade e região. Poderão criar conteúdo relacionado à inauguração

do cinema, compartilhar sua experiência prévia nas instalações e promover sorteios de ingressos. Isso ajudará a ampliar o alcance da campanha e a atrair um público mais diversificado;

Promoções especiais de inauguração: Oferecer promoções especiais, como entrada franca, combos de pipoca e refrigerante e brindes exclusivos para o público presente na estreia do cinema (recordação para guardar 'eu estive lá'). Essas ofertas exclusivas motivarão as pessoas a experimentar o novo cinema e compartilhar sua experiência positiva com amigos e familiares;

Depoimentos: Depoimentos de frequentadores satisfeitos para reforçar a mensagem de qualidade e entretenimento que o cinema proporciona. A ideia seria pegar pessoas da cidade que já estiveram no cinema anos atrás e também pessoas que só tinham visitado outros cinemas e mostrar quais foram as diferenças que notaram, suas mensagens e opiniões;

Parcerias Institucionais: Estabelecer parcerias com empresas e instituições locais, oferecendo benefícios exclusivos para seus colaboradores ou membros, como descontos especiais ou sessões privadas. Isso ajudará a criar um senso de comunidade em torno do cinema e atrair um público fiel. (Sessões exclusivas para rede pública de ensino);

Filme divulgando o Cine Fema Piracaia.

Temática

A temática da campanha se baseia na experiência que assistir um filme no cinema pode proporcionar ao público. O foco é reforçar na mente do público todas as possibilidades de emoções que o cinema oferece.

Detalhamento das peças desenvolvidas

O conceito criativo de desenvolvimento das peças surgiu a partir de referências visuais de plataformas de streamings, por ser diretamente ligado a filmes foi observado elementos imagéticos que se encaixam perfeitamente, mesmo que o

segmento seja diferente em alguns aspectos.

Foi trabalhada uma cor que já é muito presente quando o assunto é cinema, que é o vermelho, representado muitas das vezes pelas cortinas, baldes de pipoca, tapete vermelho, entre outras coisas, como por exemplo, uma cor quente; e para acompanhar e complementar, temos a cor azul escuro, representando o escuro do cinema, a noite e o frio (para contrapor o quente das demais cores), além claro da cor amarela, aplicada de forma estratégica para dar destaque a mensagem principal da peça e que representa a luz em sua maioria dos significados.

Como o Cine Fema Piracaia não possui uma logo ficamos à vontade para aplicar o nome da maneira que achamos que ficaria relevante e se encaixaria na peça.

O fundo da imagem está sendo formado por várias cenas de filmes que fizeram e fazem ainda hoje muito sucesso, além de também possuir imagens de pessoas que estão assistindo a filmes no cinema, trazendo essa proximidade entre todo esse mundo cinematográfico e as pessoas que o apreciam.

A ideia é trazer a lembrança e a forma mais criativa e diferente encontrada foi apresentar em um mundo de vídeo a figura da imagem, que em teoria e tecnicamente falando é o início de tudo, pois uma cena é formada por milhares de imagens que entrega o sentido e o movimento, além de representar é claro, a lembrança, o

'guardar na memória' algo que já aconteceu e que pode ser registrado, só que em algo físico e palpável.

Filmes de cinema, materialmente falando, consistem em uma série de imagens estáticas que são reconhecidas como quadros projetados em uma tela a uma taxa de 24 quadros por segundo. Cada quadro é exibido de maneira estática na tela, sendo constantemente apagado e substituído por um novo quadro subsequente. Essa dinâmica possibilita a experiência do filme como uma imagem contínua, com movimento real. Dois fenômenos perceptivos contribuem para isso: a persistência da visão e o movimento aparente. JESUS e CÉ (2019).

Abaixo encontra-se uma das peças desenvolvidas para a Campanha de Inauguração do Cine Fema Piracaia:



Imagem 01: Imagem conceito (KV) para desenvolvimento de todas as peças
Fonte: Imagem autoria própria (2023)

Referências

- [1] CINE Fema Piracaia. In: POLO AUDIOVISUAL DO VELHO OESTE (Assis-SP). **Cine Fema Piracaia: uma das maiores salas do interior do Brasil**. [S. l.], 1 mar. 2023. Disponível em: <https://www.polodovelhoeste.org/cine-fema-piracaia>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- [2] AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA. Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual. **Mercado Audiovisual Brasileiro - 2002 a 2021**. [S. l.], 23 mai. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/mercado-audiovisual-brasileiro-1/arquivos.pdf/mercadoaudiovisualbr_2020-e-2021-2.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.
- [3] SANT'ANNA, Armando; JUNIOR, Ismael R.; GARCIA, Luiz Fernando D. **Propaganda: Teoria, técnica e prática**. Editora: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522123964. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123964/>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- [4] POLIZEI, Eder. **Plano de Marketing - 2ª edição revista e ampliada**. Editora: Cengage Learning Brasil, 2013. E-book. ISBN 9788522114726. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114726/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

- [5] PAIVA, Edson. **Projeto experimental de propaganda**. Editora: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522125197. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522125197/>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- [6] GRACIOSO, Francisco. **Propaganda institucional**, 2ª edição. Editora: Grupo GEN, 2006. E-book. ISBN 9788522471768. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522471768/>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- [7] JESUS, Adriano M V.; CÉ, Otávia A. **Produção audiovisual**. Editora: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595029996. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029996/>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- [8] MARTINS, Zeca. **Propaganda é isso aí!**. Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502124837. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502124837/>. Acesso em: 19 ago. 2023.

MARKETING DIGITAL: CAMPANHA DE LANÇAMENTO DA MÚSICA "MAYBACH"

Eduardo Morais Fornasier; Hugo Gonçalves Silva
Assis-SP

dudu.fornasier@gmail.com; hugo-g-silva@hotmail.com

Este documento apresenta um breve resumo e alguns dados referentes a campanha de lançamento da música "MAYBACH" dos artistas Young Estima e Morais, nessa campanha foram utilizados métodos de divulgação e uma campanha de Marketing Digital, utilizando Redes Sociais como a principal forma de divulgação.

Um problema enfrentado pelos artistas independentes é a falta de profissionalismo, o que impede muitos deles de alcançarem os resultados esperados em suas obras. Com um trabalho mais profissional e maior investimento, eles podem ter maiores chances de sucesso. A hipótese é que, ao criar uma campanha de marketing digital consistente, é possível trazer uma base sólida para que o artista consiga mais números e tenha uma identidade única, trazendo relevância tanto regional quanto nacional para o artista.

Marketing Digital, o que é?

Marketing Digital é todo o conjunto de informações e ações que podem ser feitas em diversos meios digitais com o objetivo de promover empresas e produtos. Surgido na década de 1990, o Marketing Digital mudou a maneira como as empresas utilizam a tecnologia na promoção de seus negócios. O termo tem se tornado mais popular à medida que as pessoas passaram a utilizar mais dispositivos digitais no processo de consumo, isso falando de maneira geral, como: Roupas, Sapatos. Além disso, inclui diversas frentes de atuação, como Marketing de Conteúdo, Email Marketing, Redes sociais, dentre outras, o que aumenta seu alcance e influência no processo de consumo.

Referências

- [1] SANT'ANNA, Armando. **Propaganda: teoria, técnica e prática**. São Paulo: Cengage Learning, 1989.
- [2] KOTLER, Philip. KARTAJAYA, Hermawan. SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0: Do Tradicional ao Digital**. Tradução de Ivo Korytowski. 1 ed. Editora Sextante, 2017.
- [3] KOTLER, Philip, KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing 12**. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

Marketing musical

O marketing musical é o processo de satisfazer as necessidades dos fãs em relação à sua música, produtos e shows. É também sobre alcançar as pessoas certas e transformá-las em fãs em primeiro lugar. Por meio de uma campanha, você convence seu público a realizar uma ação específica. Essa ação que você está tentando fazer com que seu público execute pode ser algo como: escute minha música, assista meu videoclipe, compre o ingresso para meu show, siga-me no Spotify, pré-save da minha música. Algumas maneiras de realizar a divulgação é por meio de seu perfil nas redes sociais, como Tiktok, Instagram, Facebook e Twitter.

Campanha

Visamos utilizar o Inbound Marketing para criar uma campanha que se concentre em identificar um público nichado que tenha afinidade com um gênero musical específico. A estratégia visa estabelecer um relacionamento duradouro com esse público, promovendo o engajamento antes e após o lançamento do produto musical. A ideia é combinar o marketing digital com o marketing musical, aproveitando meios como marketing de conteúdo, email marketing e redes sociais para ampliar o alcance e influência no processo de consumo. O marketing musical, por sua vez, busca atender às necessidades dos fãs em relação à música, produtos e shows, incentivando ações como ouvir músicas, assistir vídeos clipes, comprar ingressos e seguir o artista nas redes sociais, como TikTok, Instagram, Facebook e Twitter. O objetivo é criar uma união eficaz entre essas duas abordagens para promover o sucesso do artista e seu trabalho.

[4] KOTLER, Philip, KELLER, Kevin Lane. **Marketing Management. 15a edição.** Ed. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2018.

[5] HALLIGAN, Brian. SHAH, Dharmesh. Inbound Marketing: Seja encontrado usando o Google, a Mídia Social e os Blogs. 1 ed. Alta Books, 2010.

[6] PEÇANHA, Vitor. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/marketing-digital/>. Acesso em: 18 mai. 2023.

OS ARQUÉTIPOS NAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS AUDIOVISUAIS

Maria Fernanda dos Santos Nunes
Assis-SP
mfunes2018@gmail.com

Neste projeto de pesquisa destaca-se o tema da presença dos arquétipos como essenciais na construção e estruturação das campanhas publicitárias, por meio do recurso da storytelling, que é construir uma narrativa que promova a identificação do público com o conteúdo da campanha.

A partir dos estudos de Carl Jung, denominou-se doze variações de arquétipos, os quais as marcas pelo mundo todo se utilizam para criar um espaço perceptual único, por meio de imagens, símbolos, sentimentos, construções e associações que relacionam diretamente à marca pelo cliente potencial. Esses arquétipos são resultado de um “inconsciente coletivo”, ou seja, imagens arquetípicas universais, cujas origens podem ser rastreadas desde os primórdios da espécie humana e que de certo modo são comuns a todas as pessoas.

Joseph Campbell, nos seus estudos sobre mitologia, reforça ainda mais o poder dessas associações entre a marca e imagens universais. O autor relata que “O mito é a busca por significados, significado da vida, experiências que nos fazem sentir vivos. Mitos são pistas para as potencialidades espirituais da vida humana, que encontramos dentro de nós”.

Desenvolveu-se neste estudo, como os arquétipos são utilizados em diferentes campanhas publicitárias e em complementaridade, investigar quais temas, tais como: o herói, a grande mãe e o explorador, são abordados e construídos ao longo dos vídeos selecionados para análise.

Coleta de dados

Os dados para este estudo foram baseados nas campanhas publicitárias selecionadas que continham os aspectos arquetípicos.

As campanhas publicitárias audiovisuais estavam disponíveis por meio da plataforma Youtube.

Arquétipo do herói

O Arquétipo do Herói tem por característica o anseio de transformar o mundo, com perfil

esforçado, corajoso, altamente produtivo, ele está pronto para encarar qualquer desafio que surja em seu caminho. A marca escolhida para analisar a presença desse arquétipo em campanhas foi Johnnie Walker. Foi observado que a principal mensagem que desejam passar é o incentivo ao progresso em busca do novo. Trazem em seus anúncios o herói que se encontra em uma nova aventura, em busca de um novo caminho.

Arquétipo da grande mãe

Representa uma das primeiras imagens que formam na mente de um recém-nascido, e essa imagem pode ser poderosa e duradoura. Além disso, a imagem da mãe está presente em muitos mitos e religiões em todo o mundo, o que sugere que é uma imagem universal e profundamente arraigada na psique humana. É um símbolo poderoso e multifacetado que representa a ideia da nutrição, proteção, conforto e cuidado, bem como a ideia de abrigo e segurança.

Foram analisadas peças da marca Pampers, identificada como exemplo que se utiliza do arquétipo de grande mãe para estabelecer um laço emocional junto ao cliente, trazendo em seus anúncios o posicionamento de cuidado, carinho e proteção.

Arquétipo do explorador

A ambição é uma das principais características do Explorador, que preza pela liberdade e acredita que grandes sensações como a felicidade e plenitude na vida pode ser conquistada a partir de novas aventuras, novas experiências, ou até mesmo pequenas quebras na rotina. É aquele que se arrisca em territórios desconhecidos, seja física ou mentalmente, e busca expandir seus horizontes.

Para representar este arquétipo, selecionamos a marca Go Pro, a qual ajuda o mundo a capturar e compartilhar vivências de maneiras envolventes e empolgantes. Este foi o caminho escolhido para que milhões de aventureiros, esportistas, exploradores e

entusiastas amadores tenham a oportunidade de fazer produções cinematográficas e ótimas fotos apenas com uma única e pequena câmera nas mãos. Além de ter sido um produto inovador, explorando um nicho ainda não pensado pelos grandes fabricantes, são os conteúdos compartilhados pelos utilizadores na internet que “espalham” a marca, fazendo assim uma publicidade gratuita e espontânea. Os conteúdos convidam o leitor a se desafiar, fugir do tradicional, se permitindo viver momentos incríveis e desafiadores.

Análise e interpretação

Enfatizamos a importância de criarmos um vínculo emocional entre o consumidor e a marca. Para muitas categorias de produtos em que as

diferenças entre os produtos foram minimizadas, as batalhas mercadológicas realmente importantes estão acontecendo em campo psicológico: cada vez mais as marcas de grande sucesso e que são as primeiras a serem lembradas, são aquelas que controem vínculo emocional com o consumidor.

Portanto um dos caminhos a se seguir para atingir esse objetivo, é o investimento na identificação do arquétipo que se aplica a marca, e assim construir toda a imagem, storytelling dentro de campanhas, posicionar a marca no mercado e na mente do consumidor, transmitir os atributos e os benefícios do produto (tanto físicos, quanto emocionais / psicológicos) e por fim construir e manter a marca forte e duradoura.

Referências

- [1] RANDAZZO, Sal - A Criação De Mitos Na Publicidade. Rio de Janeiro: 1ª edição Rocco. 1 janeiro 1997.
- [2] LAMEU, Marcia - Bill Moyers: O Poder do Mito - A Saga do Herói, por Joseph Campbell, Youtube, 22 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kFzT03JL9X0&list=PLq0mT-KF8MWvkVjEj6mZ-8aE95eidQSGz&index=1>. Acesso em: 05 de mar de 2023
- [3] MITOLOGICO, Café - O Poder do Mito Episódio 03- Os Primeiros Contadores de Histórias, Youtube, 16 de jan. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8HzueORSqUs&list=PLq0mT-KF8MWvkVjEj6mZ-8aE95eidQSGz&index=3>. Acesso em: 05 de mar de 2023
- [4] ACHW - Johnnie Walker - Fish (2003), Youtube, 19 de out. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TvEhOOKV-bw>. Acesso em: 11 de jul de 2023
- [5] ORUI, Heidy - Johnnie Walker traz Alok e Djamilia Ribeiro em campanha inspiradora, Adnews, 15 set. 2021. Disponível em: <https://adnews.com.br/johnnie-walker-traz-alok-e-djamilia-ribeiro-em-campanha-inspiradora/>. Acesso em: 11 de jul de 2023
- [6] BRASIL, Johnnie Walker - Johnnie Walker apresenta Keep Walking com Alok, Youtube, 14 de set. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jApNkyA8Fdc>. Acesso em: 11 jul. 2023
- [7] COSTA, Anísia - Johnnie Walker: a narrativa de progresso na identificação do consumidor com a marca, Portal Intercom, 15 jul. 2019. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0640-1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023
- [8] RAMOS, Ana Júlia - Entenda o conceito de arquétipos de marca e aprenda como criar um negócio de valor – Rockcontent, 27 nov de 2019. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/arquetipo-de-marca/>. Acesso em: 16 de set de 2023
- [9] Jung e o Arquétipo da Mãe, Instituto Esfera - Disponível em: https://www.institutoesfera.org/blog/psicologia-analitica/jung-e-o-arquetipo-da-mae/?gad=1&gclid=CjwKCAjwpJWoBhA8EiwAHZFzfq1z_R7-iLQefHdwdTMHH0j5cSis2ZdXGej7Ly7MjO-YapkUc3x5ExoCkQ8QAvD_BwE. Acesso em: 16 de set de 2023
- [10] Pampers apresenta nova campanha para linha Comfort Sec, Grandes nomes da propaganda, 20 de out de 2020. Disponível em: <https://grandesnombresdapropaganda.com.br/anunciantes/pampers-apresenta-nova-campanha-para-linha-comfort-sec/>. Acesso em: 17 de set de 2023
- [11] Pampers - Mundo das Marcas 10 de mai de 2006. Disponível em: <https://mundodasmarcas.blogspot.com/2006/05/pampers-um-verdadeiro-mimo.html>. Acesso em: 17 de set de 2023
- [12] BRASIL, Publicis - Campanha Pampers - Trocar Virou Uma Bagunça, Youtube, 24 de set de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pluqwFYI0t4>. Acesso em: 17 de set de 2023
- [13] BRASIL, Pampers - #DançandocomPampers - Pampers Confort Sec, Youtube, 20 de out de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RxZS6BdfgxE>. Acesso em: 17 de set de 2023
- [14] Go Pro – Mundo das Marcas. 29 de abr 2014 (atualização – 11 de set de 2023). Disponível em: <https://mundodasmarcas.blogspot.com/2014/10/gopro.html>. Acesso em 17 de set de 2023
- [15] GoProBR - GoPro: O GoPro Million Dollar Challenge está valendo!, Youtube, 26 de jan de 2023. Disponível em: <https://adnews.com.br/gopro-traz-o-million-dollar-challenge-de-volta/>. Acesso em: 17 de set de 2023
- [16] GoProBR - GoPro HERO3: Almost as Epic as the HERO3+, Youtube, 17 de out de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A3PDXmYoF5U>. Acesso em: 17 de set de 2023.

EDUCOMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE NAS MÍDIAS SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PRESENÇA DIGITAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO TWITTER

Julia Faria Misael Vieira; Ana Luisa Antunes Dias

No presente estudo a convergência entre as áreas da comunicação social e da saúde, se apresenta no sentido do emprego dos meios de comunicação como instrumento de promoção da saúde. A fim de contribuir com a reflexão de como as mídias sociais podem atuar de forma positiva na educação para a saúde, esta pesquisa avalia a presença digital do Ministério da Saúde no *Twitter*, em 2023, por meio da análise qualitativa de estudo de caso (Duarte, 2011). Na área da Comunicação, a interface com a Educação ocorre por meio da Educomunicação, conceito entendido por Kaplan (1999) como comunicação educativa, como um campo transdisciplinar de

diálogo, garantidor de oportunidades para reflexões e ações voltadas ao planejamento e implementação de políticas públicas. Sob a perspectiva da demanda da educação permanente na área da saúde, a área da comunicação social tem muito a contribuir com a promoção da saúde considerando que a sociedade contemporânea vive a revolução digital e busca, no cotidiano, o acesso digital da informação. Assim, as mídias sociais podem atuar como importante agente de educação e da promoção da saúde por meio da produção consciente e eficiente da difusão do conhecimento em saúde.

AGÊNCIA GERAÇÃO PROPAGANDA: MAPEAMENTO DAS CAMPANHAS DESENVOLVIDAS ENTRE 2012-2022

Isabela Genoveva Santos Alves; Profa. Me. Gisele Maria Silveira Constantino
Assis-SP
isabeladossantosalves3@gmail.com, gimariaconstantino@gmail.com

Este projeto de pesquisa tem como objetivo primordial realizar um mapeamento do conjunto de campanhas publicitárias concebidas e realizadas pela "Agência Geração Propaganda" ao longo do período de 2012 a 2022, com foco especial nas campanhas relacionadas aos processos seletivos acadêmicos, notadamente vestibulares, por meio de pesquisa documental.

A "Agência Geração Propaganda" desempenha um papel preponderante como laboratório de ensino e extensão, vinculado ao Curso de Publicidade e Propaganda da Fundação Educacional do Município de Assis [FEMA]. Fundada em 2000, esta agência tem conduzido projetos multifacetados abrangendo áreas como Atendimento, Planejamento, Criação, Mídia, Assessoria de Comunicação e Fotografia. Seu objetivo reside na concepção e execução de campanhas de comunicação voltadas para eventos científicos, ações institucionais, parcerias e ações sociais, bem como na criação de conteúdo destinado às mídias online e offline. A agência desempenha ainda um papel de destaque na elaboração das campanhas de vestibular da FEMA, envolvendo atividades como planejamento, criação, estratégias de mídia, entre outras.

O mapeamento proposto possui relevância, uma vez que a "Agência Geração Propaganda" tem desempenhado um papel útil na formação discente e no desenvolvimento de uma cultura publicitária na região. Através de sua atuação, contribui para a preparação de profissionais capacitados para atuar em diversas áreas de comunicação, como agências de publicidade, empresas de marketing digital, departamentos de marketing, produtoras de conteúdo audiovisual e escritórios de design, estabelecendo uma conexão direta entre os alunos e o mercado de trabalho.

Método

O estudo será realizado mediante uma pesquisa documental, que incorporará uma diversidade de fontes documentais e registros abertos e fechados da FEMA, com a finalidade de contribuir para a preservação da memória e a análise histórica das práticas educacionais inseridas no âmbito da Comunicação Social.

Resultados

Em razão do escopo deste resumo, apresenta-se aqui somente uma amostragem dos resultados de campanhas recentes, tomando por exemplo os anos de 2017-2019.

Análise do conteúdo - 2017

A campanha publicitária do ano de 2017 foi concebida sob o lema "Futuro Brilhante" e possui o slogan "Fema, Grande Como Seu Sonho". Essa iniciativa foi planejada com a intenção de transmitir e refletir os sonhos e inspirações dos futuros estudantes, além de estabelecer que a Fema é uma instituição capaz de auxiliá-los na construção do futuro brilhante que sempre almejaram.

A mesma foi planejada para encapsular a essência dos sonhos, aspirações e esperanças dos futuros estudantes, ao mesmo tempo em que reforça a mensagem de que a Fema é a parceira ideal para auxiliá-los nessa jornada de construção de um futuro promissor. O conteúdo da campanha inclui sequências visuais.

Análise visual - 2017

Utilizou uma paleta de cores selecionada e imagens simbólicas para transmitir uma mensagem de esperança, confiança, e realização de sonhos através da educação. Apelou para a conexão entre gerações, a importância das relações interpessoais e a ideia de que o sucesso é alcançado através da colaboração. A chamada para ação final convidou os interessados a se juntarem à

comunidade da FEMA em busca de um futuro brilhante.

ANÁLISE CAMPANHA 2017				
CONCEITO	SLOGAN	KV	ROTEIRO	TRANSCRIÇÃO OFF
<p>A FEMa é o parceiro que garante o futuro brilhante de todos os estudantes que ingressam na instituição. Ela oferece o melhor ensino e a melhor infraestrutura para garantir o sucesso de nossos alunos.</p>	<p>FEMa Garante o Futuro. Seu Sucesso.</p>			<p>Essa campanha mostra, com um olhar otimista, um cenário de um futuro brilhante, com pessoas realizando seus sonhos, em um mundo onde o sucesso é alcançado por quem se dedica e se compromete. É a FEMa que garante o futuro brilhante de todos os estudantes que ingressam na instituição.</p>

Imagem 01: Categorias de análise das campanhas da FEMA – 2017
 Fonte: Fotograma a partir de tela do MS Word.

Análise do conteúdo – 2018

A campanha publicitária de 2018 foi concebida sob o lema "Incentivando Futuros Estudantes a Tomarem a Decisão Certa" e ostenta o slogan "Fema Acelera Você". Essa iniciativa foi planejada com a intenção de transmitir e enfatizar que a tomada de decisão correta é o ponto de partida para o desenvolvimento futuro. A mensagem central é que a jornada começa com uma escolha certa, no caso, na instituição FEMA.

A mensagem final da campanha é impactante e motivadora: "Acelere sua vida. Vestibular 2018 Fema". Essa chamada à ação resume a essência da campanha, incentivando os futuros estudantes a tomarem uma decisão e a embarcarem em uma jornada que levará ao sucesso acadêmico e profissional.

Análise visual – 2018

Possui a paleta de cores composta por tons de azul, laranja e branco. Um elemento-chave é a representação de um relógio, no qual as palavras "Decisão, Conhecimento, Estágio, Emprego, Realização Profissional" aparecem na ordem mencionada. Um ponteiro do relógio percorre essas palavras, destacando cada uma à medida que avança. Esse elemento reforça a progressão gráfica natural que ocorre quando a decisão certa é tomada.

Além disso, a campanha conta com a participação ativa de alunos da Fema. Inicialmente, são apresentações que ilustram suas experiências na faculdade, com destaque para o comprometimento e a dedicação dos

estudantes. Em seguida, a campanha celebra a formatura desses alunos, enfatizando a importância de concluir com sucesso um curso. Por fim, a campanha mostra indivíduos felizes e realizados em suas carreiras profissionais, destacando que o caminho trilhado pela FEMA conduz ao sucesso.

ANÁLISE CAMPANHA 2018				
CONCEITO	SLOGAN	KV	ROTEIRO	TRANSCRIÇÃO OFF
<p>Mostrar que a escolha certa é a escolha que acelera a vida. A FEMa garante o sucesso profissional de todos os estudantes que ingressam na instituição. Ela oferece o melhor ensino e a melhor infraestrutura para garantir o sucesso de nossos alunos.</p>	<p>FEMa Acelera Você</p>			<p>Decisão, Conhecimento, Estágio, Emprego, Realização profissional</p>

Imagem 02: Categorias de análise das campanhas da FEMA – 2018
 Fonte: Fotograma a partir de tela do MS Word.

Análise do conteúdo – 2019

A campanha publicitária do ano de 2019 foi concebida com o tema "A Fema é um agente de transformação para milhares de pessoas" e desenvolveu o slogan "Um mundo de transformações". Esta iniciativa foi meticulosamente planejada com a intenção de comunicar e ilustrar o papel significativo desempenhado pela Fema na promoção de mudanças positivas. A campanha se destaca por apresentar depoimentos de alunos que experimentaram inúmeras oportunidades proporcionadas pela instituição, destacando não apenas o crescimento e amadurecimento pessoal, mas também o desenvolvimento profissional que alcançaram.

Análise visual – 2019

ANÁLISE CAMPANHA 2019				
CONCEITO	SLOGAN	KV	ROTEIRO	TRANSCRIÇÃO OFF
<p>Apresentar a transformação dos estudantes que ingressam na instituição. Ela oferece o melhor ensino e a melhor infraestrutura para garantir o sucesso de nossos alunos.</p>	<p>UM MUNDO DE TRANSFORMAÇÕES</p>			<p>Essa campanha mostra, com um olhar otimista, um cenário de um futuro brilhante, com pessoas realizando seus sonhos, em um mundo onde o sucesso é alcançado por quem se dedica e se compromete. É a FEMa que garante o futuro brilhante de todos os estudantes que ingressam na instituição.</p>

Imagem 03: Categorias de análise das campanhas da FEMA – 2019

Fonte: Fotograma a partir de tela do MS Word.

A campanha utiliza uma paleta de cores, composta por tons de azul, laranja, cinza e branco. Essas cores foram escolhidas estrategicamente para transmitir uma sensação de confiança, inovação e profissionalismo, reforçando a mensagem de transformação e

excelência associada à Fema. Os relatos dos alunos ressaltam a importância da determinação e do esforço pessoal, enfatizando que a Fema se apresenta como um parceiro eficaz nesse processo de crescimento. Além disso, destaque para a facilidade de inserção no mercado de trabalho fornecido pela instituição.

Referências

- [1] PINHO, José Benedito. **Comunicação em marketing**: princípios da comunicação mercadológica. 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- [2] RIBEIRO, Milton. **Planejamento visual gráfico**. Brasília: LGE, 2003.
- [3] SANT'ANNA, Armando; ROCHA JÚNIOR, Ismael; GARCIA, Luiz Fernando Dabul. **Propaganda**: teoria, técnica e prática. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- [4] SAMPAIO, Rafael. **Propaganda de A a Z**: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- [5] STRUNCK, Gilberto. **Como criar identidades visuais para marcas de sucesso**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2001.

CAMPANHA PARA O BAMBATA: FESTIVAL DA CULTURA PRETA

Gabriela Gouvea Romera; Gabriel Henrique Lujaro; Leonardo Henrique de Gouveia; Luana Riveros da Silva

A campanha tem como intuito levar ao conhecimento da comunidade o Bambata, Festival da Cultura Preta, que visa celebrar a cultura através da arte, cultura e entreterimento, conectando a comunidade aos movimentos, levando conhecimento e visibilidade. A campanha será uma ferramenta de comunicação no mês da Consciência Negra, abrindo caminho para a reflexão e quebra de preconceitos, com o objetivo de trabalhar a união dos coletivos e grupos de trabalho, e despertar o interesse da comunidade a pautas e discussões fundamentais para o crescimento do movimento preto, abrindo caminhos para a igualdade racial. O evento contará com movimentos da cultura preta como o Hip Hop e seus elementos (MC, DJ, BREAKING E GRAFFITI), a Capoeira, bandas e o comércio que será fomentado através de uma feira livre, com exposição

Para compreender a relevância técnica, científica e social da proposta de criação para essa campanha do festival, é preciso reconhecer a importância da valorização e reconhecimento da história e cultura preta, com a música, dança, trabalho e movimentos como o Hip Hop e a capoeira. Além disso, a criação de uma

estratégia de comunicação bem elaborada e executada, pode contribuir para o estímulo na participação da comunidade local, fomentando a cultura regional, gerando impactos econômicos e sociais. A proposta é relevante tanto do ponto de vista técnico e científico, como no social, estimulando a formação de identidades locais e inclusão social

A estratégias de campanha será focada na comunicação humanizada, trabalhada através de influenciadores e parceiros. A comunicação também será trabalhada em parceria com coletivos que trabalham em ações diretas, tendo eles o contato com a comunidade, principalmente nas escolas, faculdades, pontos culturais e locais de que prestam serviços de assistência social a comunidade (CRAS). A abordagem OFF também será utilizada como estratégia em pontos específicos da cidade, como escolas, e pontos de concentração de pessoas como Parque Buracão, Ginásios de esportes e faculdades. A parceria com pessoas e influenciadores em nossa região, fará parte da estratégia de divulgação on-line, além de uma parceria com a Rádio FEMA que tem alcance relevante na região.

Referências

[1] PAIVA, Edson. **Projeto experimental de propaganda**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522125197 Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522125197/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

[2] HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

[3] CIRINO, N. N.; CANUTO, K. J. **Festivais de cinema pós-Covid-19: impactos e perspectivas**. Significação: Revista de Cultura Audiovisual, [S. l.], v. 48, n. 56, p. 268-284, 2021. DOI 10.11606/issn.2316-7114.sig.2021.176299. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/176299>. Acesso em: 30 mar. 2023.

[4] MARQUES, Mariana R. **O cinema como ferramenta de impacto social**. Disponível

em: <https://institutedecinema.com.br/mais/conteudo/o-cinema-como-ferramenta-de-impacto-social>. Acesso em 31 mar. 2023.

QUÍMICA INDUSTRIAL

RENDIMENTO DA EXTRAÇÃO AQUOSA DE PECTINA A PARTIR DO BAGAÇO DA MAÇÃ

Leandro de Mello
Assis-SP

lemello21081982@gmail.com

A pectina, é provavelmente a mais complexa macromolécula natural, um heteropolissacarídeo contendo predominantemente resíduos de ácido galacturônico. Este polímero, do grupo das fibras dietéticas, é amplamente utilizado como geleificante e estabilizante na indústria de alimentos. O principal processo industrial para obtenção de pectina está baseado na solubilização da protopectina do bagaço de maçã e casca de frutos cítricos, realizada em condições levemente ácidas sob aquecimento (CANTERI et al., 2012) [1].

A pectina é solúvel em meio aquoso e outros solventes, dissolvendo em torno de 2 a 3% em água quente. As soluções de pectina são muito viscosas sendo esta função do peso molecular, do grau de esterificação, da força iônica, do pH, da concentração e da temperatura. Existe uma dependência entre a composição e as propriedades da pectina com a fonte do processo de extração empregado e tratamentos posteriores à extração (CALLIARI, 2004) [2].

O resíduo, bagaço (casca, polpa, semente) representa em torno de 25% do peso do fruto, e tem como destino final ou aterros sanitários ou é utilizado na suplementação de adubos. Mas estudos estão sendo realizados de modo a aproveitar melhor esse subproduto da indústria para produção de álcool, bebidas alcoólicas, fibras

para enriquecimento de alimentos (SEBRAE, 2019) [3].

Com a industrialização surgiram os resíduos e subprodutos, o bagaço de maçã, dentre os quais, é o mais importante economicamente, apresentando de 30 a 40% da matéria-prima, dependendo do nível de tecnologia empregado. O bagaço contém todas as partes da fruta, por exemplo, sementes, cascas, centro do fruto, polpa com parede celular intacta (FERTONANI, 2006) [4].

São encontrados, dentre os constituintes da maçã, no bagaço açúcares, ácidos orgânicos, compostos fenólicos, constituintes do aroma e fibras incluindo celulosas, hemicelulosas e pectinas. O bagaço de maçã pode ser visto não como um resíduo ou subproduto, mas sim como uma matéria-prima para a extração de pectina (FERTONANI, 2006)⁴.

Estudos recentes têm reportado a extração de pectina de novas matérias-primas sob diferentes condições, com influência sobre a qualidade e sobre o rendimento do produto final, para aumentar sua qualidade reológica. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo realizar a extração aquosa e a determinação de pectina na forma de pectato de cálcio no bagaço de maçã pelo método gravimétrico, de acordo com (CAMPOS, 2012), propondo assim entender o método de extração e sua eficiência.

Referências

- [1] CANTERI, MHG, Moreno L, Wosiacki G, Scheer A de P. **Pectina: da matéria-prima ao produto final**. Polímeros [Internet]. 2012;22(2):149–57. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-14282012005000024>. Acesso em: 21.09.2023.
- [2] CALLIARI, C. M. **Extração térmica, química e enzimática de pectina de bagaço de laranja**. Londrina, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência dos Alimentos) - Universidade Estadual de Londrina - UEL.
- [3] SEBRAE. **O cultivo e o mercado da maçã**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-cultivo-e-o-mercado-da-maca,ea7a9e665b182410VgnVC M100000b272010aRCRD>. Acesso em: 12.09. 2023.
- [4] FERTONANI HCR. **Estabelecimento de um modelo de extração ácida de pectina de bagaço de maçã** [dissertação]. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa;2006. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/694/1/FERTONANIH.pdf>. Acesso em 11.09.2023.
- [5] CAMPOS, R. S. **Extração Aquosa de Pectina a partir de Bagaço de Laranja**, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso – Fundação Educacional Do Município de Assis - FEMa / Instituição Municipal de Ensino de Assis – IMESA – Assis, 2012.

ESTUDO E AVALIAÇÃO DE TERRA DIATOMÁCEA NA FILTRAÇÃO DO MOSTO CERVEJEIRO

Giovana de Oliveira Guadanhim¹; Marcelo Silva Ferreira²
FEMA – Fundação Educacional do Município de Assis
Assis-SP

gioguanhim27@gmail.com¹, quimicomarceloferreira@gmail.com²

A cerveja é uma das bebidas mais consumidas no país atualmente e se trata de um produto de fermentação alcoólica de açúcares provindos dos grãos de malte. Os principais ingredientes para todo o processo são água, malte (grão que participa da fermentação), lúpulo, fermento e grãos não maltados, considerando que, na indústria brasileira, geralmente é usado milho. Cada ingrediente deve ser devidamente analisado para que a qualidade e o sabor da cerveja estejam de acordo com todos os parâmetros especificados. Nesse sentido, é relevante ter em conta que para “determinação de qualquer parâmetro físico-químico existe um protocolo a ser seguido”. Os valores padrões para cerveja são estabelecidos pela ANVISA, por meio do decreto nº 2.314/1997. Esse estudo tem por objetivo, a partir de uma revisão bibliográfica, trazer informações sobre a importância da terra diatomácea dentro da fabricação cervejeira [1].

Um dos processos mais importantes e que é realizado durante todo o processo é a filtração. A filtração retira impurezas que não serão boas no restante do processo ou que podem interferir no resultado final. A primeira filtração separa todo o resíduo insolúvel do mosto, enquanto a segunda filtração é feita para retirada de resíduos de leveduras e outros componentes que podem ser prejudiciais. Existe ainda uma terceira filtração que está dentro do processo de clarificação, capaz de auxiliar na diminuição de cor e turbidez da cerveja. Dentro do processo de produção da cerveja especifica-se a etapa de filtração em terra diatomácea, que ajuda na clarificação e na retirada de impurezas do corpo da cerveja. Como meio filtrante, o trabalho explicita a terra diatomácea [2].

Tratando de maneira mais aprofundada sobre os filtros, por sua vez, parte-se da consideração

de quem devem ser especificados, em primeiro lugar, pelos fatores associados com a suspensão: vazão, temperatura, tipo e concentração dos sólidos, forma das partículas, por exemplo. Também àqueles associados com as características da torta (quantidade, compressibilidade, propriedades físico-químicas...) e com o filtrado (vazão, viscosidade, temperatura...). O filtro de vela, central na argumentação do trabalho, tem sua origem que remonta a fins do século XIX, mas que começa a ter sua adesão pela indústria cervejeira apenas a partir das décadas de 1950 e 60. É um tipo de filtro de pressão, solução mais comum para filtração em médias e grandes produções, dada sua maior eficiência, com pequeno custo do meio filtrante. O meio filtrante mais utilizado é, exatamente, a terra diatomácea. Seu mecanismo de funcionamento engloba a montagem das velas “dentro de um recipiente de pressão cilíndrico que recebe cerveja não filtrada” [3].

A terra diatomácea é proveniente das rochas de diatomito. Para descrever brevemente o agente filtrante, pode-se citar suas propriedades e sua criação, como por exemplo, o fato de a terra diatomácea ser proveniente de rochas de diatomito (“restos microscópicos das carapaças de algas diatomáceas em mares, lagoas e pântanos”). A terra age como um agente filtrante e hoje em dia apresenta um custo benefício muito grande. É este componente que ajuda na turbidez e clarificação da cerveja e é utilizado em grande parte das indústrias no Brasil [4].

De acordo com o estudo dos autores citados, é possível concluir que a terra diatomácea é um filtrante de grande eficácia e de extrema importância na etapa de filtração da cerveja.

Referências

[1] LELIS, Michelly. **Tudo sobre cerveja bebida produzida a partir da fermentação de cereais**. Bares SP, 2021. Disponível em: <https://www.baressp.com.br/noticias/tudo-sobre-cerveja>. Acesso em: 2 set. 2022

[2] REINOLD, Matthias Rembert. **Os meios filtrantes na cervejaria**. Cervesia, s.d. Disponível em: <https://www.cervesia.com.br/artigos-tecnicos/tecnicos/processo-productivo-producao/filtracao/826-os-meios-filtrantes-na-ervejaria.html>. Acesso em: 05 jul. 2023

[3] BREANCINI, Guilherme. **Filtração da cerveja**: descrição, equipamentos e estudos de casos. Orientador: Ubirajara Coutinho Filho. 2018. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Química) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

[4] BRANCO, Pércio de Moraes. **Os Muitos Usos do Diatomito**. CPRM, 2014. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/SGB-Divulga/Canal-Escola/Os-Muitos-Usos-do-Diatomito-1296.html>. Acesso em: 2 set. 2022.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIOXIDANTE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA OBTIDAS A PARTIR DE SÍNTESE VERDE, UTILIZANDO EXTRATO SECO DO FITOTERÁPICO A BASE DE *Avena sativa* L. (NEURAVENA®)

Bianca Silva Bras¹; Mary Leiva de Faria¹; Regildo Márcio Gonçalves da Silva²
Fundação Educacional do Município de Assis¹; Universidade Estadual Paulista²
Assis-SP

bianca.hteb@gmail.com¹; ml.faria@uol.com.br¹; regildo.silva@unesp.br²

Uma classe de medicamento importante para o tratamento de diferentes doenças são os fitoterápicos, os quais são obtidos exclusivamente de matérias-primas vegetais [1]. Estudos têm demonstrado a importância da investigação de novos compostos antioxidantes para o controle e tratamento de enfermidades correlacionadas ao estresse oxidativo causado principalmente por radicais livres. Um antioxidante é qualquer substância que, em baixas concentrações tem o poder de retardar a oxidação de moléculas [2]. Essa propriedade pode ser encontrada em moléculas ativas de origem vegetal, principalmente em plantas consideradas medicinais ou com potencial em produzir compostos ativos de interesse farmacológico, cosmético e/ou nutricional. Neste contexto, o fitoterápico a base de *Avena sativa* L. (Neuravena®) destaca-se por possuir relatos na literatura científica demonstrando a presença de ativos antioxidantes, como a avenantramida-C, passíveis de serem estudados para obtenção de nanopartículas metálicas a partir de síntese verde [3].

O estresse oxidativo ocorre a partir da existência de um desequilíbrio entre compostos oxidantes e antioxidantes, em decorrência da formação em excesso de radicais livres ou em detrimento da velocidade de remoção dos mesmos. Esse processo leva à oxidação de biomoléculas com consequente perda de suas funções biológicas e/ou desequilíbrio homeostático, provocado por dano oxidativo potencial contra células e tecidos [4].

Extensivas pesquisas foram realizadas nas últimas décadas, com ênfase no estudo sobre o efeito de nanopartículas (NPs) em sistemas vivos, incluindo plantas e outros organismos. As NPs são amplamente utilizadas no dia a dia, como na ciência médica, agricultura, meio ambiente e outras áreas sob ciência e tecnologia, devido a propriedades específicas [5]. Métodos para

sintetizar NPs são caros e podem causar consequências negativas para o meio ambiente devido a utilização de substâncias tóxicas e perigosas. Como resultado, tecnologias de síntese verde de nanopartículas foram criadas. Essa alternativa utiliza sistemas biológicos como leveduras, fungos e extratos de plantas, tornando-se uma alternativa mais segura e ecológica às abordagens químicas. Os extratos vegetais são amplamente utilizados por uma variedade de razões, incluindo, distribuição global, diversidade de espécies, manuseio seguro, disponibilidade de uma gama diversificada de metabólitos com alto potencial de redução, baixo desperdício e custos de energia [6]. A nanotecnologia é uma ferramenta confiável e favorável ao meio ambiente para a síntese de nanopartículas. A biossíntese de NPs é um tipo de abordagem onde a reação que ocorre é de redução/oxidação. Os extratos vegetais, com suas propriedades antioxidantes ou redutoras, são geralmente responsáveis pela redução dos compostos metálicos em suas respectivas nanopartículas. A síntese verde fornece avanços sobre produtos químicos e método físico, pois é favorável ao meio ambiente e oferece melhor manipulação. Isso motivou um aumento em pesquisas sobre as rotas sintéticas que permitem melhor controle de forma e tamanho para diversas aplicações nanotecnológicas [7].

Diante do exposto, a obtenção de nanopartículas de prata (AgNPs) por meio de síntese verde é de grande importância, pois além dessas nanopartículas apresentarem possível aplicação na indústria farmacológica, alimentícia e cosmetológica, sabe-se que não existem atualmente dados na literatura sobre síntese verde dessas nanopartículas, utilizando *Avena sativa* L. (Neuravena®) como fitoterápico. Assim, o presente trabalho teve por objetivo obter AgNPs por meio de síntese verde, utilizando *Avena sativa* L. (Neuravena®) como fitoterápico e avaliar a atividade antioxidante por meio do teste in vitro de

sequestro de radical livre estável DPPH destas nanopartículas.

Metodologia

A síntese de AgNPs foi realizada de acordo com a metodologia descrita por Figueiredo et al. (8), onde o AgNO₃ foi utilizado como solução reagente e a solução extratora ESPN (extrato seco padronizado Neuravena) como agente estabilizante e redutor. Foram realizados testes para avaliar a formação de AgNPs, variando as concentrações de ESPN (0,1; 0,5 e 1,0 mg/mL), AgNO₃ (1, 5 e 10 mmol/L), pHs (4, 6, 10 e 13) e temperatura/tempo (30°C por 60 min e 50°C por 30 min). A mistura foi diluída com água ultrapura até um volume final de 20 mL, onde utilizou-se 10 mL de solução de ESPN e 10 mL de solução de AgNO₃ para todas as variações.

Para determinar a atividade antioxidante, a metodologia descrita por Rufino et al. (9) foi utilizada. Para o branco foi adicionado aos tubos de ensaio: 1,25 mL de etanol P.A. e 1 mL de tampão acetato (pH 5,5 e 100mM). Para o controle foi adicionado: 1,25 mL de etanol P.A., 1 mL de tampão acetato e 250 µL de DPPH (500 µM). Para as amostras foram adicionados aos tubos de ensaio: 1,25 mL de etanol P.A., 1 mL de tampão acetato, 250 µL de solução de DPPH (500 µM) e 50 µL de amostra. A solução de DPPH foi pipetada em ambiente de baixa luminosidade. Posteriormente, os tubos foram agitados no vórtex e levados à uma câmara escura para reagir durante o período de 30 minutos. Em seguida as amostras foram submetidas ao espectrofotômetro UV-Vis a um comprimento de onda de 517nm. O espectrofotômetro foi zerado com o branco. O cálculo da atividade antioxidante foi realizado de acordo com a equação:

$$\text{atividade antioxidante (\%)} = \frac{[(A_{\text{controle}} - A_{\text{amostra}})]}{A_{\text{controle}}} \times 100$$

Resultados e Discussão

A síntese de AgNps foi evidenciada pela alteração de cor da solução de tons de amarelo para marrom. O pH foi ajustado em 8 nos estudos da influência da concentração do extrato, da concentração de AgNO₃, da influência do tempo e temperatura, uma vez que, neste pH é favorecida a formação de nanopartículas com uniformidade de tamanhos [10]. As mudanças de coloração

observadas na síntese verde, ocorrem porque a adição da solução de extrato seco padronizado de Neuravena (ESPN) à solução de nitrato de prata e ajuste de pH, fazem com que as nanopartículas geradas se aglomerem se tornem maiores [11].

O fato de a solução aquosa de AgNPs apresentar uma banda de absorção próximo a 400 nm indica a obtenção de nanopartículas metálicas com morfologias esféricas, que possuem plasmon de superfície nessa região do espectro [12]. Embora Velgosová et al. [10] afirmem que o pH 8 favorece a formação de AgNPs com uniformidade de tamanhos, esta condição tomada como padrão pode variar de acordo com o extrato utilizado. Por esta razão realizou-se um estudo de variação de pH para verificar qual o melhor pH para a formação de AgNPs quando se utiliza ESPN. Os resultados dos gráficos de extinção indicaram que a condição ideal para a síntese de verde de AgNPs é AgNO₃ a 10 mmol/L, extrato seco padronizado de Neuravena (ESPN) a 1,0 mg/mL, pH 10 a 30°C durante 60 min. De acordo com Almeida et al. [11], os comprimentos de onda máximos e largura da banda são dependentes do tamanho, da morfologia e da composição dos extratos. As bandas indicam o resultado de uma combinação de absorção e espalhamento de luz devido às interações com o campo de plasmon. Para nanopartículas de prata menores do que cerca de 40 nm de diâmetro, o gráfico irá mostrar uma forte banda localizada na faixa entre 380 a 420 nm. Esta banda foi observada no espectro de extinção de AgNPs quando se utilizou as condições ideais para sua síntese. O gráfico 1 representa o espectro de extinção da condição ideal de síntese de AgNPs obtido para o ESPN, que apresenta um pico de absorvância em 400 nm.

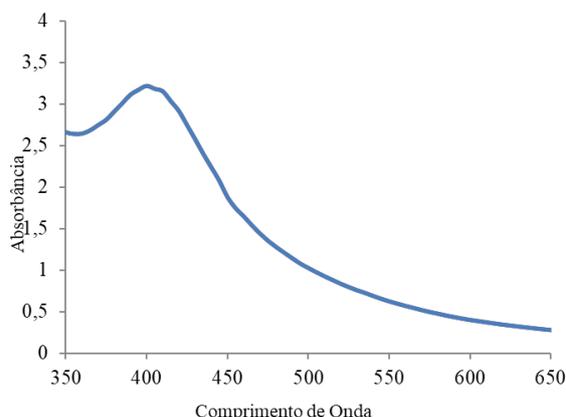


Gráfico 01: Gráfico de Extinção de AgNPs obtidas com o fitoterápico Neuravena® sintetizado na condição ideal.

Fonte: Autor

Em todas as sínteses pôde-se observar nitidamente as bandas de plasmon de superfície (SPR) e seus picos estáveis de máxima absorvância em 380 a 400 nm. Portanto, os resultados obtidos indicam um sinal espectroscópico espontâneo para formação de nanopartículas de 20 nm de diâmetro, demonstrando a redução de prata em AgNPs, o que corrobora a capacidade redutora do extrato seco padronizado do fitoterápico Neuravena® a base de *A. sativa*.

A tabela 1 apresenta os resultados de redução de DPPH pelo ESPN, pelas AgNPs de Neuravena® e pela solução de AgNO₃ sem extrato. Com relação ao ESPN, observa-se uma porcentagem maior de redução para a concentração de 1,0 mg/mL e uma capacidade redutora maior das AgNPs sintetizadas na condição ideal. A solução de AgNO₃ sem extrato não apresentou atividade antioxidante.

Tratamento	Concentração	DPPH (% de redução)
ESPN	0,1 mg/mL	13,34 ± 0,75
	0,5 mg/mL	17,53 ± 2,45
	1,0 mg/mL	21,72 ± 0,34
AgNPs	10 mmol/L (AgNO ₃) + (1,0mg/mL ESPN, pH 10 a 30°, 60 min)	47,67 ± 3,14
AgNO ₃	10 mmol/L	-

Tabela 01: Atividade antioxidante do extrato seco padronizado de Neuravena® (ESPN), AgNPs de Neuravena® e solução de AgNO₃ sem extrato.

Fonte: autor

A maior atividade antioxidante, calculada pela porcentagem de redução de DPPH, apresentada pelo extrato de ESPN foi quando se utilizou 1,0 mg/mL. A atividade antioxidante encontrada foi de

21,72% ± 0,34 no tempo de 30 minutos. Os valores de porcentagem de redução de DPPH encontrados estão dentro do esperado, conforme relato da literatura. Em um estudo os pesquisadores obtiveram uma variação de 8,43 a 24,09% de inibição de DPPH nos 4 cultivares diferentes de *A. sativa* estudados [13].

Os resultados da atividade antioxidante das AgNPs sintetizadas a partir de síntese verde e do ESPN revelaram um aumento na capacidade percentual de eliminação de radicais livres pelas nanopartículas de prata, cerca de 25,9% a mais, em comparação com o extrato sozinho. A maior atividade antioxidante das fito-nanopartículas de prata em comparação ao extrato vegetal sozinho, também foi observada por Fafal *et al.* [14], quando os autores estudaram uma fitossíntese rápida de nanopartículas de prata (AgNPs), usando extrato das partes aéreas de *Asphodelus aestivus* Brot

Conclusão

A metodologia utilizada para obtenção das AgNPs a partir de síntese verde com o ESPN mostrou-se eficiente. Por meio da técnica espectrofotométrica UV-Vis foi possível a confirmação da banda na região de 400 nm, a qual indica a formação de AgNPs, conforme descreve a literatura.

Os resultados indicaram que as AgNPs geradas a partir do ESPN apresentaram maior atividade antioxidante do que o ESPN somente. O resultado da capacidade antioxidante das AgNPs em sua condição ideal foi de 47,67 ± 3,14, um resultado satisfatório, comprovando a potencialidade antioxidante referente as AgNPs geradas a partir do fitoterápico Neuravena®. Como as nanopartículas de prata exibiram altas propriedades antioxidantes, as mesmas podem ser utilizadas no tratamento de doenças causadas por estresse oxidativo e também para o desenvolvimento de antioxidantes mais potentes.

Referências

- [1] FERREIRA, T. S.; MOREIRA, C. Z.; CÁRIA, N. Z.; VICTORIANO, G.; SILVA Jr, W. F.; MAGALHÃES, J.C. Phytotherapy: an introduction to its history, use and application. *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*. v. 16, nº. 2, 2014, p. 290-298.
- [2] DE OLIVEIRA, C. L. S.; VIEL, A. M.; FIGUEIREDO, C. C. M.; DA SILVA, R. M. G. Atividade Antioxidante do Extrato do Fruto de *Plinia Glomerata*. *Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente*, v. 2, nº. 3, 2021, p. 24-24.
- [3] WONG, R. H. X.; HOWE, P. R. C.; COATES, A. M.; BUCLEY, J. D.; BERRY, N. M. O Consumo crônico de um extrato de aveia verde selvagem (Neuravena) melhora a dilatação mediada pelo fluxo braquial e a capacidade de resposta cerebrovascular em adultos mais velhos. *Journal of hypertension*, v. 31, nº. 1, 2013, p. 192-200.
- [4] BARBOSA, K. B. F.; COSTA, N. M. B.; ALFENAS, R. C. G.; DE PAULA, S. O.; MINIM, V. P. R.; BRESSAN, J. Estresse oxidativo: conceito, implicações e fatores modulatórios. *Revista de nutrição*, v. 23, 2010, p. 629-643.

- [5] VISHWAKARMA, K.; SHWETA; UPADHYAY, N.; SINGH, J.; LIU, S.; SINGH, V. P.; PRASAD, S. M.; CHAUHAN, D. K.; TRIPATHI, D. K.; SHARMA, S. Impacto fitotóxico diferencial de nanopartículas de prata mediadas por plantas (AgNPs) e nitrato de prata (AgNO₃) em Brassica sp. **Frontiers in Plant Science**, v. 8, n°. 1501, 2017, p.1-12.
- [6] YAZDANIAN, M. ROSTAMZADEH, P.; RAHBAR, M.; ALAM, M.; ABBASI, K.; TAHMSEBI, E.; TEBYANIYAN, H.; RANJBAR, R.; SEIFALIAN, A. Y. A aplicação potencial de nanopartículas metálicas sintetizadas em verde na odontologia: uma revisão abrangente. **Bioinorganic Chemistry and Applications**, v. 2022, 2022, p. 1-27.
- [7] OJHA, A. K.; ROUT, J.; BEHERA, S.; NAYAK, P. L. Green Synthesis and Characterization of Zero Valent Silver Nanoparticles from the Leaf Extract of Datura Metel. **International Journal of Pharmaceutical Research & Allied Sciences**. v.2, n°.1, 2013, p. 31-35.
- [8] FIGUEIREDO, C. C. M. GOMES, A. da C.; ZIBORDI, L. C.; GRANERO, F. O.; XIMENES, V. F.; PAVAN, N. M.; SILVA, L. P.; SONVESSOD C. da S. M.; JOB, A. E.; NICOLAU-JUNIORE, N. SILVA, R. M G. da. Biossíntese de nanopartículas de prata do suplemento alimentar *Tribulus terrestris* e avaliação da atividade antioxidante e inibição das enzimas colagenase, elastase e tirosinase: Abordagens *in vitro* e *in silico*. **Food and Bioproducts Processing**, v. 138, 2023, p. 150-161.
- [9] RUFINO, M. S. M.; ALVES, R. E.; BRITO, E. S.; PÉREZ-JIMÉNEZ, J.; SAURA-CALIXTO, C. F.; MANCINI-FILHO, J. Bioactive compounds and antioxidant capacities of 18 non-traditional tropical fruits from Brazil. **Food Chem**, v. 121, n°. 4, 2010, p. 996-1002.
- [10] VELGOSOVA, O.; MRAŽÍKOVÁ, A.; MARCINČÁKOVÁ, R. Influence of pH on green synthesis of Ag nanoparticles. **Materials Letters**, v. 180, 2016, p. 336-339.
- [11] ALMEIDA, I. C. B.; PALÁCIO, S. M.; FERREIRA, L. K.; DEON, M. T. M.; CAMPOS, E. A.; KERBER, K. C. Síntese e caracterização de nanopartículas de prata. **XXXVII Congresso Brasileiro de Sistemas Particulados**, v. 2, 2015. p. 2040-2038. São Carlos, 2015.
- [12] LINARDI, L. H.; ZIBORDI, E. R.; LOPES, J. R. Síntese de Nanopartículas de Prata (Npsag) em Solução Aquosa de Biopolímero. **FOCO: Caderno de estudos e pesquisas**, n°. 18, 2022, p. 81-102.
- [13] WERLANG, S.; BRESSIANI, J.; ORO, T.; KLAJN, V.; GUTKOSKI, L. C. Compostos fenólicos e atividade antioxidante de diferentes cultivares de aveia. In: IX Simpósio de Alimentos, 9., 2015, Rio Grande do Sul. **Anais [...]**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2015. p. 1-6.
- [14] FAFAL, T.; TASTAN, P.; TÜZÜN, B. S.; OZYAZICI, M.; KIVCAK, B. Síntese, caracterização e estudos da atividade antioxidante de nanopartículas de prata utilizando *Asphodelus aestivus* Brot. Extrato da parte aérea, **Jornal Sul-Africano de Botânica**, v. 122, 2017, p. 346-353.

APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS (IQA-CETESB) NA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO DO CERVO ASSIS

Matheus Pinheiro Martins¹; Patrícia Cavani Martins de Mello²
Assis-SP

matheuspi.martins@gmail.com, patricia_cavani@hotmail.com

A degradação das águas das nascentes resultante da intervenção humana se intensifica dia após dia, tendo como principais causas: áreas de recargas utilizadas em manejo inadequado pela agropecuária; práticas inadequadas de uso da terra, acarretando erosão dos solos; eliminação da vegetação nativa nas áreas de preservação permanente (APPs) e substituição por culturas agrícolas, pastagens ou por construção de casas, com iminente despejo de efluentes domésticos ou distribuição indevida de resíduos sólidos ou domiciliares nas proximidades ou diretamente nos cursos d'água [1]. A supervisão das águas das nascentes para o abastecimento público é de suma importância, tanto para o controle da qualidade hídrica quanto para a criação de medidas de controle preventivo e corretivo [2]. A avaliação das mudanças ocorridas nos cursos hídricos pode ser realizada pela determinação de Índices de Qualidade da Água (IQAs), tendo como base características físico-químicas e microbiológicas [3]. O IQA – Índice de Qualidade das Águas foi concebido pela CETESB após alguns anos de estudos, baseada numa pesquisa de opinião concomitantemente com especialistas em qualidade de água, que indicaram nove variáveis a serem avaliadas, sendo elas: nitrogênio total, fósforo total, temperatura, oxigênio dissolvido, demanda bioquímica de oxigênio, resíduo seco total, turbidez, pH e coliformes termotolerantes. O presente estudo teve como objetivo avaliar a qualidade da água pelo método do IQA de três pontos da área de manancial da bacia hidrográfica Ribeirão do Cervo. Os resultados médios das coletas realizadas informaram que os três pontos se classificam como bons, de acordo com a escala do IQA segundo a CETESB.

Coleta de Dados

A área de coleta se dará na área de manancial da bacia hidrográfica do Ribeirão do Cervo, sendo os canais fluviais a serem estudados: o

canal principal do Ribeirão do Cervo e seus contribuintes: córrego da Água da Porca e córrego Água do Barro Preto. [4]

As coletas foram realizadas em um intervalo de, em média, 30 dias, evitando-se dias em que havia chuvas recentes. Foram realizadas quatro coletas entre os meses de abril a setembro de 2023.

Foram utilizados, nas campanhas de coleta, equipamentos específicos, seguindo o que é preconizado no Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras: água, sedimento, comunidades aquáticas e efluentes líquidos, da Agência Nacional de Águas.

Resultados e Discussões

É possível observar, com os dados obtidos que, as DBO's dos três pontos ultrapassam o limite deferido pela resolução CONAMA n° 357 de 2005, nas duas primeiras séries de coleta, destacando assim que pode haver uma descarga inadequada de matéria orgânica nos corpos hídricos oriunda de esgotos domésticos e efluentes industriais. A presença de coliformes termotolerantes indica que há microorganismos patogênicos na água. Os valores de nitritos e os fósforos foram baixos, evidenciando que os três pontos de coleta possivelmente não estão contaminados com defensivos agrícolas, detergentes ou tensoativos.

Conclui-se que, após a campanha de coleta, os resultados se classificam como bons de acordo a CETESB, apesar de alguns resultados físico-químicos se encontrarem abaixo do ideal.

PONTO	MÉDIA	IQA
1	53	BOA
2	56	BOA
3	55	BOA

Figura 1: Resultados médios dos três pontos de coleta

Referências

- [1] PINTO, L.V.A., ROMA, T.N., BALIEIRO, K.R.C. Avaliação Qualitativa da Água de Nascentes com Diferentes Usos do Solo em seu Entorno. **Cerne**, v. 18, n. 3, p. 495-505, jul./set.2012.
- [2] BOLLMANN, H. A. (2003). **Avaliação da qualidade das águas em bacias hidrográficas urbanas**. In: Andreoli, C. V. (org.). Mananciais de abastecimento: planejamento e gestão – estudo de caso do Altíssimo Iguaçu. Curitiba, Companhia de Saneamento do Paraná Sanepar; Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, pp. 267-316. [2] IEA.
- [3] CETESB. **Índice de Qualidade das Águas Brutas para Fins de Abastecimento Público**. Disponível em: [https://www.cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/wp-content/uploads/sites/12/2013/11/03.pdf?fbclid=IwAR0iDiKO6rUmnvTnRcX8GHpvg64lXyhCzcwbMIE7KK2LZeepj7XI9EqHBHs#:~:text=O%20IAP%20%C3%A9%20o%20produto,bem%20como%20de%20subst%C3%A2ncias%20t%C3%B3xicas](https://www.cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/wp-content/uploads/sites/12/2013/11/03.pdf?fbclid=IwAR0iDiKO6rUmnvTnRcX8GHpvg64lXyhCzcwbMIE7KK2LZeepj7XI9EqHBHs#:~:text=O%20IAP%20%C3%A9%20o%20produto,bem%20como%20de%20subst%C3%A2ncias%20t%C3%B3xicas.). Acesso em: 25 out. 2022.
- [4] CBH-MP. **Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – 17**. Disponível em: <https://cbhmp.org/ugrhi-17/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

AValiação DA PRESENÇA DE FORMALDEÍDO EM PRODUTOS SANEANTES

Natalia de Almeida Prado; Gilcelena Bruzon
Assis-SP

natalia.prado.98@hotmail.com; gilcebruzon@femanet.com.br

Saneante é o termo utilizado para representar uma variedade de produtos destinados à higienização, desinfecção ou desinfestação de ambientes e são muito comuns no nosso dia a dia. O controle da contaminação microbiana é um aspecto de grande importância, na fabricação destes produtos, a contaminação pode comprometer a qualidade final do produto ou a segurança de uso.

O Formaldeído é conhecido por sua eficácia como conservante e desinfetante, e devido a isto e seu baixo custo, seu uso na maioria das formulações de produtos saneantes acabou se tornando comum, mas segundo a ANVISA, é uma substância extremamente tóxica e seu uso para este fim foi proibido em 2008. Apesar dessa determinação da ANVISA, algumas marcas de produtos continuam utilizando o formaldeído e sua comercialização é comum.

O presente estudo analisou cinco marcas de produtos saneantes destinados à desinfecção de ambiente, conhecidos como “desinfetantes” através do método de espectrofotometria. Foi realizada a curva de calibração do equipamento (Gráfico 1).

Em seguida foi evidenciado a presença de formaldeído através da mudança de coloração do meio (Figura 1), em 4 das 5 amostras, resultando dessa maneira em valores que variam de 4,75 ppm a 7,07 ppm.



Imagem 01: Reação do formaldeído com ácido cromotrópico na presença de sulfato de magnésio.

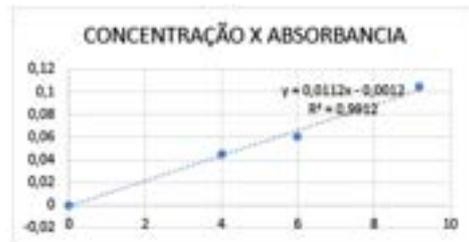


Gráfico 01: Gráfico concentração x absorbância

Lembrando que a legislação brasileira não permite o uso do formaldeído na fabricação de saneantes. Dessa maneira conclui-se que existe uma necessidade de um maior acompanhamento e vigilância acerca dos produtos saneantes, principalmente por se tratar de um produto que está inserido diariamente na rotina da população em geral, aumentando o contato com o formaldeído que possui uma alta toxicidade e causa sintomas prejudiciais de imediato e em longo prazo a saúde humana.

Referências

- [1] BUGNO, Adriana; Buzzo, Adriana Aparecida; Pereira, Tatiana Caldas. **Avaliação da Qualidade Microbiológica de Produtos saneantes Destinados à Limpeza**. Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas. v.39, julho, 2003. p.335-340.
- [2] SIRONI, Paola Barbosa. **Avaliação Microbiológica de Produtos Saneantes Destinados à Limpeza**. 2009. 42p. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Biociências – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. 3.
- [3] ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Orientações para os Consumidores de Saneantes**. Brasília - DF Editora Copyright, 2012.
- [4] INCA Ministério da Saúde. **Formol ou Formaldeído**. Rio de Janeiro. Editora Copyright, 1996-2019.
- [5] LORENZINI, Silvia. **Efeitos Adversos da Exposição ao Formaldeído em Cabeleireiros**. 2012. 64p. Programa de Pós-Graduação – Faculdade de Medicina – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA GOMA XANTANA COMO AGENTE DE VISCOSIDADE EM PRODUTOS SANEANTES

Elisa Rodrigues Acorce; Gilcelene Bruzon

Assis-SP

elisaacorce792@gmail.com, gilcebruzon@hotmail.com

Dentre as desvantagens da utilização de materiais poliméricos, temos a questão do tempo de degradação destes no meio ambiente. Nesse sentido, os polímeros naturais ou também chamados de biopolímeros surgem como uma alternativa sustentável que diminui o impacto ambiental destes compostos, devido suas origens naturais e renováveis, já que são biodegradáveis e apresentam menor toxicidade [1].

A goma xantana é um biopolímero produzido por meio da fermentação das bactérias denominadas *Xanthomonas Campestris* [2].

A xantana é uma goma que desempenha múltiplas funções, atuando como espessante e estabilizante. Quando combinada com outras gomas, ela confere uma textura lisa e cremosa em alimentos líquidos, superando em qualidade superior a carboximetilcelulose e outras gomas. Mesmo em baixas concentrações, mantém sua estabilidade em temperaturas elevadas e microondas. Suas soluções apresentam o comportamento pseudoplástico, uma característica fundamental para realçar o sabor, proporcionar uma sensação agradável na boca e melhorar a estética do produto final [5].

A indústria de saneantes é um ramo da indústria química que está em constante expansão e desenvolvimento[3]. Os saneantes, popularmente conhecidos como produtos de limpeza, apresentam funções como eliminação de sujidades, germes e bactérias, e redução da proliferação de insetos, sendo indispensáveis para a saúde e bem-estar da população [4].

Visto que a goma tem a capacidade de aumentar a viscosidade e melhorar a textura de produtos sem alterar outras propriedades [6], a mesma pode ser utilizada em saneantes.

Levando em consideração que, atualmente, os produtos biodegradáveis e naturais vêm ganhando cada vez mais a preferência dos consumidores, o aumento da procura por agentes de viscosidade no mercado, bem como a necessidade de novas formulações que tragam substitutos aos espessantes comumente usados

na fabricação de saneantes, estimulados pela pandemia do coronavírus [3]. Este trabalho busca avaliar a viscosidade de um produto saneante com a incorporação do biopolímero goma xantana como agente de viscosidade natural, analisando a eficiência do espessante. Ademais, a utilização de goma xantana incentiva a produção nacional da mesma, elevando o potencial pré-existente que o país possui para isso.

Neste trabalho serão analisadas amostras de saneantes a base de goma xantana (objeto principal de estudo), bem como saneantes com espessantes sintéticos e saneantes já conhecidos no mercado local como comparativos (referência).

Para a formulação do saneante a base de goma xantana foram utilizadas as seguintes concentrações do espessante na composição do produto: 0,05%; 0,1%; 0,3%. Também se preparou uma amostra isenta do espessante (s/ goma).

Após as formulações, serão realizadas algumas análises físico-químicas dos produtos (referências ou não), a fim de verificar a qualidade destes. Dentre as avaliações a serem executadas temos: viscosidade, pH e propriedades organolépticas.

A avaliação da viscosidade será por meio de viscosímetro. Para a avaliação do pH será utilizado pHmetro de bancada nas medições. A avaliação organoléptica envolve um parâmetro de aceitação do produto pelo consumidor. Para a análise em questão serão considerados os aspectos sensoriais visuais. As amostras produzidas neste estudo, serão comparadas com as amostras referências (conhecidas e aceitas no mercado).

Resultados Parciais

Foi realizada a formulação do produto (Imagem 1) em três concentrações.



Imagem 01: Produto à base de goma xantana desenvolvido em 3 concentrações.

Fonte: Autor.

Seguindo o aspecto visual da formulação, foi possível perceber que o espessante goma xantana apresentou viscosidade semelhante ao de grandes marcas do mercado. Além disso, a adição da goma ao produto não causou interferência no pH, que apresentou resultados próximos ao neutro.

Formulações e testes serão realizados com os demais saneantes (com espessante sintético e produtos conhecidos) para obter o balanço do estudo.

Referências

- [1] TORDIN, Cristina. **Nanocápsulas feitas de polímeros naturais causam menos impactos ao meio ambiente**. Site Embrapa. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/66985656/nanocapsulas-feitas-de-polimeros-naturais-causam-menos-impactos-ao-meio-ambiente>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- [2] BRANDÃO, Lílian Vasconcellos et al. Produção de goma xantana obtida a partir do caldo de cana. **Food Science and Technology**, v. 28, p. 217-222, 2008.
- [3] LOPES, Jamilly Cavalcante. **Controle de qualidade de detergentes neutros em uma indústria química de saneantes**. 2017.
- [4] MAZZOCHI, João Pedro. **Avaliação da produção de goma xantana por linhagens recombinantes de *Xanthomonas campestris pv. campestris***. 2022.
- [5] **Os tipos de goma e suas aplicações na indústria** – USP (Universidade de São Paulo). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4312112/mod_resource/content/1/Gomas%20in%20Aditivos%20e%20ingredientes.pdf. Acesso em: 21 mai. 2023.
- [6] CASTRO, Laura de. **Estudo comparativo para a produção de goma Xantana**. 2018.

ANÁLISE DO TEOR PROTEICO EM SUPLEMENTOS ALIMENTARES INDICADOS PARA PACIENTES ONCOLÓGICOS

Ana Célia Mendes de Oliveira¹; Sílvia Maria Batista de Souza²

Assis-SP

Ana.celia.k167@gmail.com¹, silvia.souza@fema.edu.br

O câncer é identificado pelo crescimento desordenado de células anormais que invadem tecidos e órgãos [1]. A doença surge a partir de uma única célula que, passando por transformações que envolvem a interação entre fatores genéticos e agentes externos, se desenvolve em etapas distintas, controladas por um gene ou conjunto de genes diferentes. Os agentes externos podem ser: carcinogênicos físicos, químicos ou biológicos que incluem os fatores nutricionais como forma de proliferação celular. Logo, o auxílio de intervenções nutricionais tem um valor significativo quanto ao encolhimento dessa proliferação. [2]

Um dos procedimentos utilizados para tratar e até mesmo curar o câncer, é a quimioterapia que faz uso de medicamentos com agentes quimioterápicos. Esses agentes geram diversos efeitos colaterais, como a desnutrição e perda de massa muscular. As modificações mais comuns nos pacientes estão relacionadas com os substratos de energia, de proteína, de carboidrato e de lipídeos, como: aumento da lipólise, da produção e utilização da glicose, da produção de marcadores inflamatórios, de elevação do gasto energético e da liberação de substâncias catabólicas [3].

O equilíbrio metabólico pode ser atingido através de uma alimentação adequada e por intermédio da ingestão de substâncias e nutrientes ausentes ou carentes no organismo. A ingestão dessas

substâncias pode ser auxiliada por suplementos alimentares para potencializar a nutrição. [4] No contexto dos cuidados paliativos, a suplementação afigura-se como um valioso instrumento para retardar a progressão da caquexia (perda substancial de peso), aumento do bem-estar do paciente e sua sobrevivência [5].

Tendo em vista que a análise nutricional desses alimentos indicados aos pacientes oncológicos é de grande importância no que se refere ao teor proteico, e utilizando o método de Kjeldhal para determinação de nitrogênio total, bem como posterior análise do teor proteico presente em cada amostra.

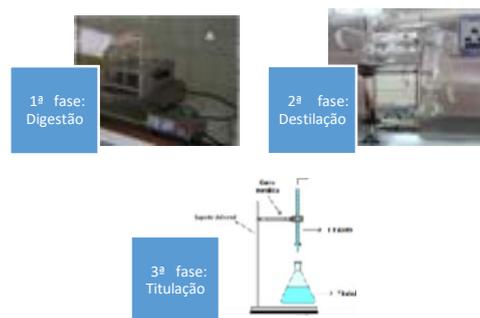


Imagem 01: Método de Kjeldhal.

O objetivo do presente trabalho é realizar um comparativo em quatro amostras desses alimentos ofertados nos mercados de Assis, SP.

Referências

- [1] BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer (INCA). 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/o-que-e-cancer>. CARVALHO, G. d., CAMILO, M. E., & RAVASCO, P. (2011). Qual a relevância da [2] nutrição em oncologia? *Acta Med Port*, 1041-1050.
- [3] TORRES, Tamires Alves; SALOMON, Ana Lúcia Ribeiro. Estado nutricional e consumo alimentar de pacientes em tratamento de câncer, 2019, p.385.
- [4] BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/alimentos/suplementos-alimentares>.
- [5] DUARTE, E., Feijó-Figueiredo, M., Sousa, R., & Pereira-Freire, J. (2020). Assistência nutricional para os cuidados paliativos de pacientes oncológicos: uma revisão integrativa. *Revista de Atenção à Saúde*, 18, 124-132.

AVALIAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA DE ÁGUA SANITÁRIAS DOMICILIARES

João Márcio Vitor Frederico de Sá¹; Sílvia Maria Batista de Souza²

Assis-SP

o.joaomarcio99@gmail.com¹, silvia.souza@fema.edu.br²

Os primeiros vestígios de uma substância semelhante ao sabão foram encontrados em vasos de barro na antiga Babilônia por volta de 2.800 a.C. Os habitantes da época ferviam gordura com cinzas, embora não tenham especificado o uso exato do sabão. Isso evidencia a preocupação com a higiene e limpeza desde os tempos mais antigos da civilização, especialmente em relação a roupas e ambientes diários [1].

A primeira patente relacionada ao uso industrial do cloro foi concedida em 1799, cerca de 25 anos após sua descoberta, focada no processo de alvejamento. Desde meados do século atual, mais de 99% da produção global de cloro é feita por meio do método eletrolítico. Inicialmente usado principalmente para alvejar, o cloro ganhou importância devido à síntese de compostos orgânicos, desempenhando um papel crucial nas etapas intermediárias, embora não esteja presente nos produtos finais de muitos desses compostos [2].

O cloro foi descoberto em 1774 por Carl Wilhelm Scheele, que inicialmente acreditava que fosse um composto com oxigênio. Foi somente em 1810 que Humphry Davy demonstrou que era um novo elemento químico. Em 1823, Labarraque destacou sua capacidade como agente desinfetante, e essa característica foi reafirmada em 1850 por Semmelweis. O cloro, sob CNTP, é um gás de cor amarelo-esverdeada, com um odor irritante às vias respiratórias e olhos. Em concentrações elevadas, pode ser fatal [3].

O cloro é um halogênio, altamente reativo devido à sua configuração eletrônica e busca pela estabilidade do octeto. Compartilha ou adquire elétrons para alcançar essa estabilidade, tornando-se altamente reativo [4].

Agentes antimicrobianos são substâncias que combatem microrganismos, impedindo seu crescimento ou causando sua morte. Não existe um composto ideal que seja eficaz em todas as situações devido à diversidade desses agentes [5]

A água sanitária é um agente alvejante doméstico composto principalmente por hipoclorito de sódio e água, com possíveis outros ingredientes complementares. Claude Louis Berthollet, químico francês, desenvolveu agentes alvejantes líquidos à base de hipoclorito de sódio em 1785, introduzidos ao público como "licor de Javel" pela empresa Javel na França [6].

A água sanitária é conhecida por sua alta capacidade desinfetante devido ao amplo espectro de atividade antimicrobiana e baixo custo. A desinfecção envolve a remoção de sujeira e patógenos, tornando o ambiente seguro. Existem três tipos principais de desinfetantes: hospitalar, alimentício e de uso geral. O desinfetante de uso geral é comumente utilizado em ambientes domésticos, como pisos, piscinas e purificadores de água [7].

O hipoclorito de sódio é essencial na indústria como desinfetante, eliminador de odores e agente alvejante em setores como laticínios, abastecimento de água, tratamento de esgoto e limpeza doméstica. Também foi utilizado para tratar ferimentos na Primeira Guerra Mundial e é eficaz na remoção de manchas e no branqueamento de diversos materiais, frequentemente convertendo cloro em hipoclorito de sódio antes do uso [8].

O setor de saneantes, é composto em sua maioria por pequenas e microempresas, com um aumento significativo de novos empreendedores. No entanto, enfrenta o desafio de lidar com muitas empresas clandestinas que oferecem produtos sem garantia de qualidade, segurança ou consideração ambiental [9]. Quanto ao mercado global de sabão e produtos de limpeza, observou-se um crescimento de US\$ 157,02 bilhões em 2021 para US\$ 172,1 bilhões em 2022, com uma taxa de crescimento anual composta (CAGR) de 9,6%. Projeções indicam que o mercado atingirá US\$ 242,7 bilhões em 2026, com um CAGR de 9% [10].

O projeto tem como objetivo analisar amostras de águas sanitárias em Assis, focando no pH e no teor de cloro ativo, para garantir a

conformidade com as normas da Anvisa. Isso é crucial, pois o pH afeta a eficácia do produto como desinfetante, e níveis inadequados de cloro podem representar riscos à saúde pública. A iniciativa visa proteger os consumidores,

conscientizá-los sobre os riscos de produtos fora das normas e promover um ambiente mais seguro, melhorando a qualidade dos produtos de limpeza no mercado [11].

Referências

- [1] BALDASSO, Erica; PARADELA, André Luis; HUSSAR, Gilberto José; **Reaproveitamento do óleo de fritura na fabricação de sabão**; Engenharia Ambiental – Espírito Santo do Pinhal, 7ª edição. 2010.
- [2] SHREVE, Randolph Norris, BRINK, Joseph Andrew. **Indústrias de processos químicos**. 4ª edição. Guanabara Koogan, 1997.
- [3] LIMA, Ana L. Lorenzen. **Cloro (Cl): propriedades, aplicações, fontes - Mundo Educação**. Disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/quimica/cloro.htm>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.
- [4] LEE, J. D. **Química inorgânica não tão concisa**, 6ª edição. Editora Blucher, 1999.
- [5] PELCZAR, Michael. J; CHAN, E. C. S; Krieg, Noel R. et al. **Microbiologia: Conceitos e Aplicações**. 1, 2. ed. Tradução de Sueli Fumie Yamada, Tania Ueda Nakamura, Benedito Prado Dias Filho. São Paulo: Pearson Makron Books, 1996.
- [6] MAY, Paul. **Molecule of the Month: Sodium Hypochlorite: The chemical name for household bleach**. Disponível em <https://researchinformation.bris.ac.uk/en/publications/molecule-of-the-month-sodium-hypochlorite-the-chemical-name-for-h/publications/>. Acesso em: 23 de agosto de 2023.
- [7] BEYER, David Meigs. **What is a disinfectant or sanitizer?** PennState Extension. Disponível em: <https://extension.psu.edu/what-is-a-disinfectant-or-sanitizer>. Acesso em: 05 de dez. 2022.
- [8] SHREVE, Randolph Norris, BRINK, Joseph Andrew. **Indústrias de processos químicos**. 4ª edição. Guanabara Koogan, 1997.
- [9] CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - IV REGIÃO (CRQ-IV). 2022. **Guia para empresas de saneantes**. Disponível em: https://www.crq4.org.br/sms/files/file/Guia_saneantes_4_edicao.pdf. Acesso em: 13 de outubro de 2022.
- [10]. **Mercado global de sabões e compostos de limpeza atingirá US\$242,7 bilhões em 2026**. ResearchAndMarkets. Disponível em <https://www.researchandmarkets.com/reports/5598257/soap-and-cleaning-compounds-global-market-report>. Acesso em: 05 de dez. 2022.
- [11] ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução da diretoria colegiada - RDC nº110**, de 6 de setembro de 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2016/rdc0110_06_09_2016.pdf. Acesso em: 25 de out. 2022.

CLARIFICAÇÃO DO CALDO DE CANA DE AÇÚCAR PARA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR V.H.P., PELA ADIÇÃO DE POLÍMERO

Kauê Tavares¹, Patrícia Cavani Martins de Mello²
Assis-SP

kaue.tavares.estudante@gmail.com 01, patricia_cavani@hotmail.com 02

O setor sucroenergético é responsável por 2% do produto interno bruto (pib), apresentando para o país uma gama do agronegócio nacional, ainda se destaca por ser o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo com atualmente 367 usinas instaladas, sendo o maior produtor de açúcar em escala global [1].

A produção deste cristal de suma importância envolve etapas que começam ainda na recepção, como a pesagem e amostragem, processo importante para a classificação do produto pela indústria e atribuição de valor para o produtor pela qualidade da cana fornecida [2].

O trabalho abordado se refere a clarificação do caldo que possui vínculo direto com a qualidade deste cristal, suas respectivas etapas como calagem, aquecimento, decantação tendo como ênfase a aplicação com polímero aniônico [3].

Coleta de Dados

Foram preparadas 3 soluções de polímero aniônico com concentrações de 0,02%, 0,05% e 0,10% em água a 30°C sobe agitação em cuba com rotação de 5rpm. Após 50min e abertura da cadeia polimérica, deixou-se em repouso por 30min para a aplicação.

Para iniciar o teste, a amostra de caldo foi coletada e analisada após sair do último aquecedor em 107°C, em relação ao pH e os graus Brix. O caldo foi deixado sobre agitação em 10rpm por 15 segundos para que não haja a queima desta amostra e também simular a etapa de flasheamento, com a eliminação de bolhas de ar.

Foram transferidos em seringas os volumes desejados de cada concentração de polímero nas provetas do sistema Clari-test e em seguida adicionado o caldo até a homogeneização e formação dos flocos, por cerca de trinta segundos. Ao término deste tempo, observou-se a velocidade de decantação e o tamanho dos flocos formados.

AMOSTRA DE CALDO	BRIX	pH	TEMPERATURA
	16,14	7,1	107°C

Tabela 01: Resultado das análises do caldo.
Fonte: Autor.

AMOSTRA	TURBIDEZ (NTU)	TRANSMITÂNCIA	COR ICUMSA (UI)
COMPARATIVO	358,09	0,78	26678,32
0,02%	36,38	9,16	18825,23
0,05%	19,76	41,13	14564,56
0,10%	24,76	36,86	15766,39

Tabela 02: Resultado das Aplicações de polímero aniônico.
Fonte: Autor.

AMOSTRA	TURBIDEZ (NTU)	TRANSMITÂNCIA	COR ICUMSA (UI)
COMPARATIVO	343,48	0,92	2539,45
1 hora	21,23	38,76	15735,98
2 hora	15,74	47,49	12564,58
3 hora	13,5	49,84	9356,71

Tabela 03: Resultado das aplicações de polímero aniônico na planta.
Fonte: Autor.

Observamos um ótimo desempenho da concentração de 0,05% em teste com Clari-test no laboratório, porém sua aplicação na planta industrial apresentou resultados ainda acima do esperado em turbidez, transmitância e cor do caldo clarificado.

O objetivo do trabalho foi alcançado contribuindo para uma melhora significativa no processo de determinação de dosagem e de polímero aniônico para clarificação do caldo.

Referências

- [1] SANTOS, Fernando; BORÉM, Aluizio; CALDAS, Celso. **Cana-de-açúcar**: bioenergia, açúcar e álcool: tecnologias e perspectivas. Viçosa: Editora UFV, 2010.
- [2] LIMA, Roberta. B. **Processos de clarificação de caldo de cana-de-açúcar aplicando elétrons**, Dissertação (Mestrado); Tecnologia Nuclear; Autarquia Associada à Universidade de São Paulo; São Paulo, 2012.
- [3] LIMA, C.F. Utilização de Polímeros no Setor Sucreenergético. Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão de Tecnologia Industrial). Universidade Federal de São Carlos. 2017. Disponível em:
<https://www.mta.ufscar.br/arquivos/publicacoes/sertaozinho-v/camila-franciscooni-lima.pdf> Acesso em 14, abril. 2023.

PRODUÇÃO DE MICROCÁPSULA PARA ENCAPSULAR BETALAINA

Paulo Henriqui Silva Santos; Silvia Maria Batista Souza
Assis-SP
phss25012004@gmail.com, silvia.souza@fema.edu.br

Os corantes artificiais desempenham um papel vital em diversas indústrias, graças à sua eficaz síntese química e à notável estabilidade ambiental que oferecem. Esse fator, por sua vez, contribui significativamente para sua alta viabilidade econômica e praticidade em aplicações industriais. Contudo, é importante mencionar que pesquisas recentes têm suscitado inquietações acerca do potencial acúmulo desses corantes no organismo humano, levantando a possibilidade de que essa acumulação possa estar associada a potenciais danos ao DNA [1].

Por outro lado, os corantes naturais, obtidos a partir de extratos vegetais, destacam-se não apenas por suas propriedades antioxidantes, que são amplamente reconhecidas como benéficas para a saúde, mas também por sua origem sustentável e contribuição para a promoção da biodiversidade [2]. No entanto, eles tendem a ser mais sensíveis à degradação ambiental. Para mitigar essa questão, a técnica de encapsulamento se destaca como uma solução eficaz.

Um exemplo notável desses pigmentos naturais são as betalaínas, encontradas abundantemente na beterraba, e que encontram aplicações em diversas indústrias, incluindo cosméticos e alimentos. Embora as betalaínas ofereçam benefícios à saúde, sua rápida degradação representa um desafio significativo [3].

Uma forma eficaz de evitar a degradação dos compostos bioativos, como as betalaínas, é o microencapsulamento. A técnica de encapsulamento consiste em proteger os

compostos bioativos das transformações do ambiente por meio de algum material, além de possibilitar um controle maior da liberação do composto no meio desejado. Esse processo desempenha um papel fundamental na preservação das propriedades desses compostos, tornando-os mais estáveis e viáveis para diversas aplicações industriais e de saúde [4].

Com o objetivo de prolongar a estabilidade da betalaína, este estudo concentra-se na exploração do uso de microcápsulas para encapsular extratos contendo betalaína. O processo de encapsulamento envolveu a introdução das soluções em um óleo a temperaturas específicas (-9 a 3 graus Celsius para solidificação e 50 a 53 graus Celsius para encapsulamento), seguido pela retirada cuidadosa das microcápsulas do óleo. Posteriormente, elas são peneiradas e colocadas em um dessecador, onde secam adequadamente.

Até o presente momento, os resultados obtidos a partir desses experimentos indicam que o ágar-ágar se destaca como o polímero mais eficaz na formação das microcápsulas. Vale ressaltar que foram realizados testes comparativos com outros polímeros populares, como gelatina e tapioca, que, mesmo sendo testados em diferentes concentrações, não apresentaram bons resultados. Essa comparação ressalta ainda mais a superioridade do ágar-ágar como material de encapsulamento para preservar a estabilidade das betalaínas, enquanto os demais polímeros não demonstraram a mesma eficácia.

Referências

- [1] BRITO, Amanda Kelly de Barros et al. Corantes Artificiais Permitidos no Brasil: Principais Características e Efeitos Toxicológicos. **Ciência e Tecnologia de Alimentos: Pesquisa e Práticas Contemporâneas**, v. 2, 2021, p. 428-444.
- [2] CONSTANT, Patrícia Beltrão Lessa et al. Microencapsulação de pigmento natural de urucum e avaliação de sua estabilidade. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, 2021, p. 50-65.
- [3] GUARNIERI, Camila Antunes Paz et al. **Avaliação da estabilidade química de corantes naturais utilizados na indústria de alimentos: uma revisão**. 2023. Florianópolis, SC. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/249015>. Acesso em: 24 de jul. 2023.
- [4] AZEREDO, HMC de. Encapsulação: aplicação à tecnologia de alimentos. **Alimentos e Nutrição Araraquara**, v. 16, n. 1, pág. 89-97, 2008.

SAÚDE

**ENFERMAGEM
FISIOTERAPIA
MEDICINA**

REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE A RELAÇÃO DO ENFERMEIRO COM AS ANÁLISES CLÍNICAS LABORATORIAIS E OS IMPACTOS PARA OS SERVIÇOS DE SAÚDE E PARA O PACIENTE

Luana Santos Toneli; Rosângela Gonçalves da Silva
Assis-SP

luanasantostoneli@gmail.com, roseziquinelli@gmail.com

As análises clínicas laboratoriais são muito importantes no auxílio ao raciocínio médico a partir da obtenção da história clínica completa e da realização do exame físico do paciente, cabendo a este profissional, solicitar os exames que serão coletados e analisados por profissionais habilitados (GONÇALVES, 2020).

Neste cenário, o enfermeiro também é ator principal, pois realiza a consulta que engloba a coleta de dados subjetivos, abarcando todas as informações trazidas pelo paciente com ênfase nos dados de sua história de saúde, bem como a coleta de dados objetivos efetivada por meio do exame físico completo com ênfase na confrontação das queixas apresentadas com os achados detectados durante este exame.

Os laboratórios de análises clínicas possuem funcionamento setorizados em hematologia, bioquímica, imunologia, bacteriologia, parasitologia e uroanálise, dentre outros e pelos constantes progressos na automação podem atuar de forma inter-relacionada na análise de diferentes amostras biológicas tais como, sangue, urina, fezes, líquor, escarro, fragmentos teciduais, dentre outros, culminando na emissão de laudos que apresentam o estado fisiológico do indivíduo que será interpretado pelo médico, a fim de comprovar, estabelecer ou adicionar um diagnóstico condizente ao histórico clínico do paciente. Neste contexto, atualmente, os exames laboratoriais podem influenciar em aproximadamente 70% das decisões médicas aplicadas pela equipe médica ao paciente (ARAGÃO e ARAUJO, 2019).

A fase pré-analítica é uma das fases mais importantes do processo de análise, englobando desde a recepção do cliente na unidade de atendimento até o transporte do material e a área de processamento da amostra, portanto deve ter uma padronização criteriosamente definida e constantemente

monitorada em razão do impacto significativo sobre a qualidade dos resultados dos exames laboratoriais (SANTOS et al, 2021).

Objetivo e método

Identificar na literatura científica a relação do enfermeiro com as análises clínicas laboratoriais e os impactos causados aos serviços de saúde e paciente. Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo descritivo, bibliográfico analítico, por meio de revisão integrativa da literatura científica.

Para o levantamento dos artigos na literatura, serão realizadas buscas nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line (Medline), além de publicações em plataformas que remetem ao tema e publicações impressas que forem pertinentes. A busca dos artigos, se basearão nos seguintes descritores e suas combinações na língua portuguesa: "Análise clínica laboratorial", "Coleta de material biológico", "Enfermagem" e "Custos com testes laboratoriais". Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos serão: artigos publicados em português; artigos na íntegra, desde que retratem a temática; artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados nos últimos dez anos e em fontes virtuais ou impressas.

Resultados

Após analisar 12 artigos selecionados, observou-se que o tipo de pesquisa predominante foi a categoria "outros" (41%), que engloba portarias, leis e resoluções. Logo em seguida, tem-se a categoria "revisão de literatura" (41%), seguida pela pesquisa de abordagem qualitativa (16%).

No que diz respeito à titulação dos autores, nota-se que 41% deles têm formação em enfermagem, enquanto 33% têm formação em biomedicina, e os restantes 25% pertencem a outras áreas, de acordo com a análise dos artigos.

Discussão

A partir de uma leitura completa dos artigos selecionados, foram identificadas três categorias de análise, a saber: a minimização dos erros pré-analíticos na interpretação de exames laboratoriais, os aspectos legais que sustentam a

solicitação e interpretação de exames, com implicações para enfermeiros, e a busca pela qualidade na assistência de enfermagem, abordando a prevenção de lesões de pele e o desenvolvimento e compartilhamento de conhecimento.

Referências

- ARAGÃO, D. P.; ARAUJO, R. M. L. **Orientação ao paciente antes da realização de exames laboratoriais**. Revista Brasileira de Análises Clínicas. ISSN (online): 2448-3877, 2019. Disponível em: <https://www.rbac.org.br/artigos/orientacao-ao-paciente-antes-da-realizacao-de-exames-laboratoriais/>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.
- GONÇALVES, K. M. **A importância do controle de qualidade no laboratório de análises clínicas: uma revisão bibliográfica**. 2020. p.33. (Graduação em Biomedicina) - Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2020.
- SANTOS, P. R. et al. Impacto nos custos por erros pré-analíticos em laboratório de análises clínicas. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**. v.57, p.1-4, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpm/a/s6bSYDWrPGZWGjw8MqDqG8H/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2023.

A MANIFESTAÇÃO NEUROLÓGICA NO PÓS-COVID-19 E A RECUPERAÇÃO DO PACIENTE NO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE: REVISÃO SISTEMÁTICA E METANÁLISE

Vitória Fernanda Rodrigues; Cássia Regina Saade-Pacheco
Assis-SP

vitoria.nanda@hotmail.com, cassiasaadepacheco@gmail.com

Após a manifestação do SARs-cov2, em meio a milhares de contaminados o tratamento dos sintomas e as consequências da doença emergiram desafios reveladores para os profissionais de saúde, gestores e pesquisadores, diante de diferentes manifestações clínicas. Apesar do expressivo acometimento do sistema respiratório, chama atenção os acometimentos neurológicos do vírus, descritos como neuroinvasivo e neurotóxico [1][2], ao difundir-se pela barreira hematoencefálica e concentrar alta carga viral no sistema nervoso. Envolvendo os diversos estudos e buscas de associações diagnósticas dos transtornos neurológicos, associados ao COVID-19, constatou-se que por meio do líquido cefalorraquidiano é possível reafirmar a doença em caráter sistêmico, além dos achados diagnósticos em exames de imagem que podem revelar anormalidades na perfusão cerebral e no espaço subaracnóideo, evidenciando que há possibilidade de associar a inflamação inicialmente focada no sistema respiratório, com evolução e associação ao sistema nervoso [1].

Além da agressão importante ao sistema respiratório, o sistema nervoso central era um foco da patogênese sistêmica do vírus, com casos capazes de variar de disfunções no olfato e paladar até encefalopatia, meningite, acidente vascular encefálico, síndromes desmielinizantes, como Síndrome de Guillain-Barré, principalmente em situações mais graves de COVID-19 [3][4].

Perante a repercussão da COVID-19 e as consequências à saúde neurológica da população, a pesquisa faz-se necessária a fim de avaliar, enumerar, comparar e concluir as consequências e os desdobramentos ao redor do assunto, com a imensa possibilidade de aprofundamento, aprendizado e síntese de conteúdo sobre o assunto. Por se tratar de um de alta relevância à saúde pública, este trabalho busca estimar a ocorrência de manifestações e complicações neurológicas na população acometida pelo vírus,

bem como analisar o impacto à saúde pública, em busca de compreensão sobre o assunto e manejo.

Coleta de Dados

A busca ocorreu aos pares nas plataformas digitais Pubmed (Medline), Web of Science e BVS, nos idiomas português e inglês, utilizando critérios de elegibilidade seguindo o acrônimo PICO (P: população; I: intervenção/exposição; C: grupo de comparação; O: desfecho – do inglês outcome), com termos do DeCS-MeSH (figura 1).

PORTUGUÊS	Intervenção	Comparação	Outcome - desfecho
População COVID-19 SARS-Cov-2 Adulto Idoso Manifestações Neurológicas	Saúde pública Reabilitação Recuperação neurológica Distúrbio Neurológico Doenças do Sistema Nervoso Serviços de Assistência Domiciliar	Não se aplica	Modelos de Assistência à Saúde Duração da Terapia Resultado do Tratamento Resultado da Reabilitação Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde CIF Custos de Cuidados de Saúde
INGLÊS	Intervention	Comparison	Outcome
Population COVID-19 SARS-Cov-2 Adult Aged Neurologic Manifestation	Public Health Rehabilitation Neurological Rehabilitation Nervous System Nervous System Diseases Home Care Services	Not applicable	Healthcare Models Duration of Therapy Treatment Outcome International Classification of Functioning, Disability and Health CIF Health Care Costs

Figura 1: PICO: critérios de elegibilidade. Termos DeCS-MeSH.

Os artigos selecionados procuraram responder as perguntas: 1. Diante das manifestações neurológicas pós-COVID-19, quais tratamentos são realizados; 2. Como foram tratados os pacientes pós-covid-19 com manifestações neurológicas no serviço público; 3. Qual o impacto, no serviço público de saúde, do tratamento de recuperação de pacientes pós-covid-19 com manifestações neurológicas.

Os critérios de inclusão considerados nesta revisão foram: 1) Estudo: observacional, randomizado, prospectivo, retrospectivo, qualitativo e quantitativo; 2) Estudos que incluíram participantes adultos e idosos (≥ 18 anos) que sofreram Covid-19 confirmado por exame laboratorial; 3) Estudos com afecção neurológica pós Covid-19 com biomarcadores morfológicos e moleculares no diagnóstico por meio de imagem, sangue, líquido cefalorraquidiano, eletroencefalografia e/ou outros exames capazes

de diagnóstico neurológico; 4) Estudos intra e extra-hospitalar que avaliaram pacientes para recuperação funcional neurológica do sistema nervoso central e/ou periférico, de neurônios e nervos que afetam os diversos sistemas. 5) Estudos com atendimentos de recuperação funcional nos serviços de saúde pública. Foram excluídos os artigos de revisão; estudos com animais; estudos de Covid-19 que não

apresentaram metodologia com análises de dados separadamente, quando tratavam de afecção de outros órgãos e sistemas, além do sistema nervoso; e resumos cujo artigos não sejam obtidos na íntegra.

Referências

- [1] AMORIM, T. M. *et al.* Alterações no sistema nervoso central e suas manifestações neuropsiquiátricas em pacientes pós COVID-19. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 30, p. e8310, 2021. Disponível em: DOI <https://doi.org/10.25248/reac.e8310.2021>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- [2] DEVECHI, A. C. R. *et al.* Complicações neurológicas associadas à infecção por COVID-19: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 10, p. 94952-94970, 2021. Disponível em: DOI <https://doi.org/10.34117/bjdv7n10-009>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- [3] GOMES, A. S. *et al.* Associação entre o COVID-19 e manifestações neurológicas. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, p. 88950-88961, 2020. Disponível em: DOI <https://doi.org/10.34117/bjdv6n11-350>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- [4] SILVA, M. R. *et al.* Complicações Neurológicas do SARS-VoV-2. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 10, p. 14810-14829, 2020. Disponível em: DOI <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n5-274>. Acesso em: 25 jan. 2023.

INTERVENÇÕES PARA AMPUTADOS DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES: REVISÃO SISTEMÁTICA COM META-ANÁLISE

Gabriela Ampudia Faria; Andressa Schmidt Arruda; Jéssica Vasconcelos Cláudio; João Vitor Bruzão de Lima; Joyce Kelly Silva Santos; Kamilli Ferri Brancalhão; Tiago Oliveira dos Santos; Jéssica Kirsch Micheletti; Alan José Barbosa Magalhães
Assis-SP
gabrielaampudia1@gmail.com

Introdução

A literatura atual aponta diversas e significativas melhoras quanto aos tratamentos de membros inferiores em questão de marcha, equilíbrio, postura, de modo a evitar quedas durante a realização de suas AVDs. No entanto, há escassez de estudos que sumarizam e qualificam o tipo de evidência sobre qual é o método mais eficaz para tratamento de amputados de membros superiores e inferiores.

Objetivo

Sumarizar os benefícios e malefícios diferentes intervenções não-farmacológicas para adolescentes e adultos com amputação nos membros superiores e inferiores.

Materiais e métodos

A presente revisão sistemática com meta-análise será realizada utilizando o guia disponibilizado pela Cochrane Handbook os Systematic Reviews of Interventions, com registro prévio no International Prospective Register of Systematic Reviews (PROSPERO). Será realizada uma revisão sistemática, utilizando os termos *amputee, exercise, pilates, radial extracorporeal shock wave therapy, biofeedback, manual therapy, physical therapy, physiotherapy*. Serão considerados apenas artigos completos, sem

estabelecer restrições quanto a amostra e ao idioma de publicação, e serão excluídos todos os estudos com um único grupo (crossover) ou que utilizam intervenções farmacológicas. Na meta-análise, cada terapia encontrada será comparada a um grupo controle. No caso de mais de um tipo de modalidade terapêutica encontrada, estas serão comparadas entre si. Em seguida, o guia A Measurement Tool to Assess Systematic Reviews 2.0 (AMSTAR 2.0) será utilizado para checar se a revisão cumpre todos os critérios para sua realização. O Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), será o guia utilizado para redigir o presente estudo. A qualidade da evidência será mensurada utilizando o Grading of Recommendations, Assessment, Development and Evaluations (GRADE). A análise estatística será realizada utilizando o software Review Manager® (RevMan 5.3.5®), da Cochrane®. Os resultados serão agrupados em uma meta-análise, apresentados pela diferença média padrão (DMO), utilizando um intervalo de confiança (IC) de 95%. A qualidade da evidência será mensurada utilizando o Grading of Recommendations, Assessment, Development and Evaluations (GRADE).

Referências

- [1] PEIXOTO, A. M.; ZIMPEL, S. A.; OLIVEIRA, A. C. A. Prevalência de amputações de membros superiores e inferiores no estado de Alagoas atendidos pelo SUS entre 2008 e 2015, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal), v.24, n.4, p. 378 - 384, 2017.
- [2] CARNEIRO, T. K. G.; MONTEIRO, R. L. S. Prevalência de amputações de membros superiores e inferiores no estado de Alagoas atendidos pelo SUS entre 2008 e 2015, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal), v.24, n.4, p. 378-384, 2017.
- [3] HOLZER, L. A.; SEVELDA, F.; FRABERGER, G.; HOLZER, G. Body Image and Self-Esteem in Lower-Limb Amputees, PLOS ONE, v.9, n.3, p.1, 2014.
- [4] KICKINGER, W. Body Image and Self-Esteem in Lower-Limb Amputees, PLOS ONE, v.9, n.3, p.1, 2014.
- [5] GANDRA, A. A cada hora, 3 brasileiros sofrem amputação de pernas ou pés, AGÊNCIA BRASIL- RIO DE JANEIRO, 2022.

- [6] ADEEN, M. H.; COSTA, J. L. C.; GARCIA, A. R. R.; RUBIO, M. B. G.; RUBIO, A. M. G. Programa de ejercicios físicos terapéuticos para pacientes amputados - Podium. *Revista de Ciencia y Tecnología en la Cultura Física*, v. 15, n. 3, 2020.
- [7] SEGAL, A. D.; ORENDURFF, M. S.; KLUTE, G. K.; MCDOWELL, M. L.; PECORARO, J. L.; SHOFER, J.; et al. Kinematic and kinetic comparisons of transfemoral amputee gait using C-Leg and Mauch SNS prosthetic knees, *JRRD - Journal of Rehabilitation Research & Development*, v.43, n.7, p. 857-870,2006.
- [8] SUBTIL, M. M. L.; GOES, D. C.; Luisa, n. 18, 2011.
- [9] BALBI, L. L.; SECCO, M. Z.; PINHEIRO, B. B.; PEREIRA, M. S. C.; BARROS, A. R. B.; FONSECA, M. C. R. Validade de construto do teste de caminhada de 2 minutos para pacientes com amputação de membro inferior protetizados. *Fisioterapia e Pesquisa*, n28, 2021.
- [10] GOMES, T. C.; SOUZA, M. L. O relacionamento interpessoal e a adesão na fisioterapia, *Fisioterapia & Movimento*, v.24, n4, p. 745-753,2011.
- [11] NOLAN, L. A training program to improve hip strength in persons with lower limb amputation, *Journal of Rehabilitation Medicine*, v 44, p 241-248,2012.
- [12] OREKHOV, G.; ROBINSON, A. M.; HAZELWOOD, S. J.; KLISCH, S. M. Biomecânica da articulação do joelho em amputados transtibiais em marcha, ciclismo e treinamento elíptico. *PLoS ONE*, 2012.
- [13] OLIVEIRA, T. P.; LUZ, S. C. T.; SZUCS, A. P.; ANDRADE, M. C.; AVILA, A. O. V.; TONON, J. J.; et al. Análise do impacto mecânico nas próteses de um sujeito bi-amputado durante a marcha, *Fisioterapia e Pesq*
- [14] ANAFOROĞLU, B.; ERBAHÇECİ, F.; ATIF, M.; AKSEKİLİ, E. The effectiveness of a back school program in lowerlimb amputees: a randomized controlled study, *Turkish Journal of Medical Sciences*, v46, n4, 2016.
- [15] DHAWAN, A. S.; MUKHERJEE, B.; PATWARDHAN, S.; AKHLAGHI, N.; DIAO, G.; LEVAY, G.; et al. Controle sonomiográfico proprioceptivo: um novo método para controle intuitivo e proporcional de múltiplos graus de liberdade para indivíduos com perda de membro superior, *Scientific Reports*, v9, n1, p.9499, 2019.
- [16] MAZARI, F. A. K.; MOCKFORD, A. K.; BARNETT, A. B.; et al. Hull early walking aid for rehabilitation of transtibial amputees - randomized controlled trial (HEART), *Journal of vascular surgery*, v52, n6,2010.
- [17] PU, S.; WU, J.; HAN, Q.; ZHANG, X.; LV, Y.; XU, Y.; et al., Ultrasonography-Guided Radiofrequency Ablation for Painful Stump Neuromas to Relieve Postamputation Pain: A Pilot Study. *Journal of Pain Research*, v13, p.3437-3445,2020.
- [18] TREVELYAN, E. G.; TUNNER, W. A.; SUMMERFIELD-MANN, L.; ROBINSON, N. Acupuncture for the treatment of phantom limb syndrome in lower limb amputees: a randomised controlled feasibility study, *Trials*, v17, p.519,2016.
- [19] KAUFMAN, K. R.; WYATT M. P.; SESSOMS, P. H.; GRABINER, M. D. Task-specific Fall Prevention Training Is Effective for Warfighters With Transtibial Amputations. *Clinical Orthopaedics and Related Research*, v472, n10, p.3076-3084, 2014.
- [20] ROTHGANGEL, A.; BRAUN, S.; WINKENS, B.; BEURSKENS, A.; SMEETS, R. Traditional and augmented reality mirror therapy for patients with chronic phantom limb pain (PACT study): results of a three-group, multicentre single-blind randomized controlled trial. *Clinical rehabilitation*, v. 32, n12, p 1591-1608, 2018.
- [21] COCHRANE. *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions*. Cochrane Training. Disponível em: <https://training.cochrane.org/handbook>. Acesso em: 17/12/22.
- [22] SHEA, B.J.; REEVES, B.C.; WELLIS, G.; THUKU, M.; HAMEL, C.; MORAN, J.; MOHER, D.; TUGWELL, P.; WELCH, V.;
- [23] KRISTJANSSON, E.; HENRY DA. AMSTAR 2: a critical appraisal tool for systematic reviews that include randomised or non-randomised studies of healthcare interventions, or both. *BMJ*, v. 21, n. 358, p. j4008, 2017.
- [24] LIBERTI A.; ALTMAN, D.G.; TETZLAFF, J.; MULROW, C.; GOTZSCHE, P.C.; LOANNIDIS, J.P.; CLARKE, M.;
- [25] DEVEREAUX, P.J.; KLEIJNEN, J.; MOHER, D. The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: explanation and elaboration. *Plos Med*, v. 6, n. 7, e1000100, 2009.
- [26] HERBERT, R.; JAMTVEDT, G.; HAGEN, K. B.; MEAD, J. Cap. 1: Evidence-based physiotherapy: what, why and how? Em: *Practical Evidence-Based Physiotherapy (2ª Ed.)*, Churchill Livingstone, p. 1-7, 2011.

A IMPORTÂNCIA DO PARTO HUMANIZADO NA VISÃO DAS PARTURIENTES ATENDIDAS NO SUS

Julia Coco Francischetti; Rosângela Gonçalves da Silva
juufrancoco@gmail.com; roseziquinelli@gmail.com
Assis-SP

Introdução

Falar de parto humanizado é compreender que se trata de um processo de cuidado que se inicia no pré-natal e permanece até o pós-parto, portanto não se resume à ideia de conforto emocional ou físico, ou ainda às técnicas que visam a redução da dor provocada pelo trabalho de parto e ao ato de parir. O parto humanizado direciona os holofotes à mulher, auxiliando-a a sentir-se segura e valorizada desde a concepção até a presença de seu filho nos braços, visando proporcionar sua autonomia com a satisfação de poder exercer seu papel de mulher e de mãe. (MOURA *et al*, 2020).

Objetivo

Foi analisada a percepção das puérperas atendidas no SUS sobre a humanização do parto e as ocorrências que implicam na desumanização.

Metodologia

Foi realizado um estudo de campo de caráter quantiquantitativo, tipo exploratório. A coleta de dados foi feita na Santa Casa de Misericórdia de Palmital-SP, nos meses de maio e junho de 2023, conforme autorização prévia emitida pela Instituição de Saúde e Parecer de Aprovação do projeto pelo CEP – FEMa, registrado pelo número da CAAE 67813023.1.0000.8547.

Após toda tramitação necessária, a pesquisadora foi pessoalmente até o local do estudo, onde realizou a abordagem às parturientes, convidando-as a participarem do estudo, a partir da aceitação, foram esclarecidos os objetivos e

procedimentos do estudo, sendo garantida a participação anônima e na condição de voluntárias. Aquelas que aceitaram o convite, receberam o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Anexo I), atendendo à Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, e foram incluídas no estudo mediante assinatura do documento. Neste momento, ocorreu a aplicação do instrumento (Apêndices I).

Resultados

Ao total foram realizadas entrevistas com 20 puérperas onde 70% dessas participantes relataram que não foram orientadas por nenhum profissional da saúde, durante seu pré-natal, sobre o direito de planejar ou de escolher como ocorreria seu parto e também 85% das entrevistadas relatam que não foram orientadas sobre o significado de parto humanizado e violência obstétrica, durante o pré, peri e pós-natal.

Conclusão

A hipótese levantada para este estudo “As parturientes não são orientadas de maneira esclarecedora sobre o parto humanizado, portanto possuem mais dificuldades em perceber a ocorrência de maus tratos ou violência que desumanizam o parto no cenário obstétrico”, foi corroborada pelos dados levantados em campo e em estudos científicos, confirmando que as puérperas não recebem informações e orientações necessárias, dos profissionais de saúde que as atendem em seu período gestacional, parto e puerpério.

Referências

- [1] MOURA, J. W. S., LEITE, J. C. S., OLIVEIRA, V. R. & SILVA, J. P. X. (2020). Humanização do parto na perspectiva da equipe de enfermagem de um Centro de Parto Normal. **Enfermagem em Foco**. 11(3). Disponível em: 10.21675/2357-707X.2020.v11. n. 3.3256. Acesso em: 05 fev. 2023.
- [2] TRIGUEIRO, Tatiane Herreira *et al*. Experiência de gestantes na consulta de Enfermagem com a construção do plano de parto. **Escola Anna Nery**, v. 26, p. e20210036, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0036>. Acesso em 05 jul. 2023.
- [3] SILVA, E. L. da; ANDRADE, M. E. A. de; CARVALHO, S. S. de L.; LEONHARDT, V.; BEZERRA, M. L. R. Humanized delivery: benefits and barriers to its implementation. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 15, p. e528101523275, 2021. DOI 10.33448/rsd-v10i15.23275. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23275>. Acesso em: 28 ago. 2023.

PREVALÊNCIA DE LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS EM PRATICANTES DE JIU-JITSU DO MUNICÍPIO DE ASSIS

Dannilo Cristhian de Oliveira Cruz e Mariana de Almeida Lourenço
Assis-SP

dannilocruz73@gmail.com e maalmeida1@terra.com.br

Introdução

Praticantes de Jiu-jitsu, por se tratar de uma prática esportiva com grande contato e movimentos vigorosos, são frequentemente acometidos por lesões musculoesqueléticas, sendo as mais frequentes as luxações, entorses, contusões e fraturas, principalmente na região dos joelhos, ombros e tornozelos. Em vista disso torna-se fundamental estudos epidemiológicos que mostrem a prevalência de lesões para que se possa atuar preventivamente.

Em vista disso, o presente trabalho teve como objetivo analisar a prevalência de lesões musculoesqueléticas em praticantes de Jiu-jitsu no município de Assis - SP

Materiais e Métodos

Foi realizado um estudo transversal quantitativo descritivo com praticantes de jiu-jitsu do município de Assis que responderam a um questionário no Google Forms enviado por e-mail (ONLINE) para levantamento e detalhamento sobre a prevalência de lesões ou traumas musculoesqueléticos relacionados à prática da modalidade estudada. Não houve, portanto, nenhum tipo de intervenção nem seguimento com a amostra avaliada.

O recrutamento da amostra foi feito pelo pesquisador, por conveniência, foi enviado o link para preenchimento da pesquisa para os treinadores e responsáveis/líderes de equipe que tiveram acesso e contato por convívio ou conhecimento pessoal com o atleta no município de Assis, independentemente de estarem ou não vinculados a algum órgão, clube ou instituição, e estes encaminharam o link para seus atletas e/ou alunos praticantes de jiu-jitsu moradores de Assis.

Esses praticantes de jiu-jitsu não necessariamente precisavam estar inscritos ou afiliados em algum órgão, clube ou instituição, sendo necessário apenas praticar a modalidade

por pelo menos 1 ano. O formulário eletrônico foi composto de 2 seções, sendo a primeira a apresentação da pesquisa e dos pesquisadores e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde o participante teve a opção de aceitar e seguir para a segunda seção ou não aceitar e não continuar com o preenchimento. A segunda seção (liberada apenas àqueles que aceitaram o TCLE apresentado anteriormente) se tratou de questões de múltipla escolha e abertas de respostas curtas sobre a pesquisa.

A amostra foi composta por 21 praticantes do sexo masculino maiores de 18 anos de jiu-jitsu em nível recreativo ou profissional do município de Assis, desde que tenham tempo de prática de no mínimo 1 ano.

Análise Estatística

Para análise estatística foram utilizados os valores de média e desvio padrão, bem como a frequência em percentual. Para análise da normalidade foi realizado o teste de Shapiro-Wilk. Os dados foram analisados no programa de estatística SPSS (v.20.0).

Resultados

A amostra estudada foi composta por 21 indivíduos, todos do sexo masculino, maiores de 18 anos. Com relação à massa corporal, tivemos a média de 86,95 Kg, estatura média de 1,77m e idade média de 36,23 anos. A maioria dos participantes estava na faixa preta e marrom (57%) e praticava Jiu-jitsu entre 1 e 3 anos (80,9%), com frequência de treino de 2 a 3 vezes por semana na maioria das vezes (66,77%).

Grande parte dos participantes da pesquisa relataram ter algum tipo de dor musculoesquelética (71,4%), porém apenas 4 participantes relataram fazer uso de algum tipo de medicamento (1 para hipotireoidismo e 3 para dores musculoesqueléticas). A maioria dos participantes (61,9%) não praticam Jiu-Jitsu a não ser nos treinos.

A maioria (19 dos 21 dos praticantes) já sofreu alguma lesão na prática do Jiu-Jitsu, totalizando 28 episódios de lesões no último ano entre os que responderam sim. A maior causa de lesão foi por trauma direto (53,1%), seguido de queda ao chão (19%). A grande maioria dos participantes (95%) afirmaram que as lesões ocorreram durante os treinos, sendo apenas 1 caso registrado durante uma competição.

Foi questionado aos participantes quais lesões eles sofreram, consideramos então as lesões como autorrelatadas, não necessariamente diagnosticadas por algum profissional, em vista disso, grande parte dos episódios de lesão não foram nomeadas pelos participantes da pesquisa (28,5%), entre as lesões mais frequentes encontram-se as entorses (32,1%), distensões musculares (14,2%) e contusões (7,1%) e luxações (7,1%)

Com relação à parte do corpo mais acometida por lesões, a maioria dos participantes relatou ter machucado o ombro, a região da coxa, perna e tornozelo.

Com relação à gravidade das lesões, foi questionado aos participantes como eles classificariam a gravidade de suas lesões (não necessariamente com diagnóstico médico), nenhum dos participantes relatou ter sofrido lesões muito graves ou incapacitantes, sendo a maioria considerada moderada (73,6%). O tempo de afastamento da maioria dos participantes foi de 8 a 30 dias, sendo que nenhum dos participantes precisou se afastar definitivamente da prática após alguma lesão.

Foi perguntado se os participantes que sofreram lesões procuraram fisioterapia e apenas a minoria (31,3%) relatou que sim. Entre as condutas fisioterapêuticas mais frequentemente relatadas encontram-se: crioterapia, laser, “choque”, ultrassom, massagens, alongamentos e exercícios.

Referências

- [1] BARRETO, Adonai Pinheiro. Perfil das lesões ortopédicas no brasileiro jiu-jitsu. 42p. Dissertação (pós-graduação) – Pró Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.
- [2] BAFFA, Augusto Prado; DE BARROS JR, Edson Alves. As principais lesões no jiu-jitsu. *Fisioterapia Brasil*, v. 3, n. 6, p. 377-381, 2002.
- [3] FARIA, Ana Marta Pereira Medrado et al. Prevalência de lesões musculoesqueléticas em lutadores de jiu-jitsu: uma revisão sistemática. *Research, Society and Development*, v. 11 n.3, 2022.
- [4] JUNIOR, Jorge Nelson da Silva; KONS, Rafael Lima; DELLAGRANA Rodolfo André; DETANICO, Daniele. Injury prevalence in Brazilian jiu-jitsu athletes: comparison between different competitive levels. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, v. 20, p. 280-289, 2018.

Com relação às consequências, 78,9% relataram não ter ficado com sequelas dessas lesões. Quando questionados sobre o que faziam após a lesão, a maioria dos participantes relatou ter realizado repouso, automedicação e fisioterapia.

Conclusões

Conclui-se com o presente estudo que a incidência de lesões em praticantes de jiu-jitsu no município de Assis é elevada, com mais episódios entre os mais graduados (maioria estava na faixa preta e marrom) e praticava Jiu-jitsu entre 1 e 3 anos, com frequência de treino de 2 a 3 vezes por semana. A grande maioria relatou ter alguma dor musculoesquelética e 90,5% diz ter sofrido alguma lesão durante a prática do jiu-jitsu (28 episódios), sendo a maioria por trauma direto e durante os treinos. O local mais acometido foi o ombro, seguido pelos membros inferiores, e de acordo com o autorrelato, a severidade das lesões foram moderadas, afastando da prática na maioria das vezes por um período de 8 a 30 dias. A conduta mais realizada foi o repouso e a automedicação, sendo que apenas 31% procuraram a fisioterapia, com condutas mais frequentes: crioterapia, laser, “choque”, ultrassom, massagens, alongamentos e exercícios. Com relação às consequências ou sequelas dessas lesões, 78,9% relataram não ter tido nada.

Sugere-se que novos estudos sejam realizados de modo que se avalie e acompanhe os praticantes de jiu-jitsu por um determinado período para se ter a oportunidade de avaliar e até tratar eventuais lesões no momento de sua ocorrência e ações de prevenção específicas sejam fundamentais.

- [5] JÚNIOR, Nelson Silva Rodrigues; SILVA, Nayara Celany Rodrigues. A ocorrência de lesões na prática de Jiu-Jitsu em academias de Floriano-PI. *Journal of Health Sciences*, v. 16, n. 1, 2014.
- [6] LIMA, Vicente Pinheiro; NUNES, Rodolfo de Alkmim Moreira; RIBEIRO, Christian Cândido; ALVES, Lidiane Rosa; CARVALHO, Igor Leandro da Silva; VALE, Rodrigo Gomes de Souza. Prevalência de lesões em praticantes de Jiu-Jitsu: um estudo descritivo. *Revista de Educação Física/Journal of Physical Education*, v. 86, n. 1, 2017.
- [7] MACHADO, Adriano Pinheiro; MACHADO, Guilherme Pinheiro; DE MARCHI, Thiago. The prevalence of injuries in Jiu-Jitsu according to the report of the athletes participating in 2006 World Championships. *ConScientiae Saúde*, v. 11, n. 1, p. 85, 2012.
- [8] NERY, Lucas Chagas et al. Prevalência de lesões musculoesqueléticas em competidores de jiu-jitsu: estudo transversal (dissertação de mestrado). Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- [9] SILVA, Junior Nelson da. Prevalência de Lesões Esportivas em Praticantes de Brazilian Jiu-jitsu da Grande Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Graduação em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

INFLUÊNCIA DO VALGO DINÂMICO DE JOELHO NO DESEMPENHO FÍSICO, DOR E TIPO DE PISADA EM ATLETAS DE FUTEBOL SUB 23

Ana Laura Nogueira Nigro; Leyene Naymara dos Santos Rosa; Gabriel Alferes Garcia; José Aparecido Barboza Junior; Maria Eulália Baleotti e Mariana de Almeida Lourenço

Assis-SP

ananogueiranigro0@gmail.com; leyene.naymara. @gmail.com; gabrielalferesgarcia@gmail.com; barboza.junior1980@gmail.com, mabaleotti@yahoo.com.br e maalmeida1@terra.com.br

Introdução

O futebol é um dos esportes mais populares e praticados no mundo e com alto índice de lesões em membros inferiores. Alterações em quadril, joelho, tornozelo e pé podem ter compensações ascendentes ou descendentes. Quando um atleta tem um quadro de valgo dinâmico, aumentam-se os riscos de lesões.

O pé não conta com estudos robustos, que possam vinculá-lo a esta disfunção, sendo raramente estudado com esse fim. No entanto, ele pode apresentar um arco plantar variável em altura, o que gera uma classificação definida em três formas: normal, pronado (pé plano) ou supinado (pé cavo).

Este trabalho tem como objetivo principal associar a presença de valgismo dinâmico de joelho com alterações no padrão de pisada em atletas de futebol sub 23. Já os objetivos secundários são os de analisar a ocorrência de lesão e dor em membros inferiores de jogadores com valgismo dinâmico de joelho; analisar o desempenho em testes de salto vertical e horizontal em atletas com valgismo dinâmico de joelho.

Espera-se, portanto que os jogadores com presença de valgo dinâmico de joelho, apresentem alterações nos demais testes realizados.

Materiais e Métodos

A amostra da pesquisa foi composta por dados de 46 prontuários de jogadores de futebol profissionais do sexo masculino da categoria sub-23 do município de Assis. Foram incluídos prontuários de atletas do sexo masculino, idade entre 18 e 23 anos na data da coleta, ser jogador profissional há pelo menos 1 ano. Foram excluídos os prontuários de atletas que apresentaram lesão musculoesquelética grave

em membros inferiores nos últimos 3 meses por autorrelato e falta de compreensão para a realização dos testes propostos.

Os dados levantados nos prontuários se referem a testes de desempenho físico realizados por atletas profissionais de futebol da categoria sub-23. Nesses prontuários utilizamos os dados dos seguintes testes: Hop Test e Teste de Salto Vertical.

Foi coletado dados do step down test, que consiste na descida de degrau, que avalia de forma efetiva possíveis alterações biodinâmicas. A alteração funcional mais comumente encontrada durante a aplicação do Step Down é o valgo dinâmico, onde apresenta, portanto, desequilíbrio na cinemática do joelho, onde possivelmente haverá uma fraqueza entre musculaturas estabilizadoras do quadril, pois o mesmo impossibilita os abdutores desta região de gerar torque adequado.

Para avaliar o tipo de pisada, foi utilizado o podoscópio, com a impressão plantar analisada de acordo com a classificação de Villadot (pisada normal, plana ou cava).

Para avaliar o salto horizontal foi utilizado o Hop test, composto por saltos horizontais em 4 etapas: hop test single (salto único unipodal sobre uma linha demarcada no solo para atingir a maior distância frontal); hop test triple (3 saltos unipodais visando a maior distância frontal) e Hop Crossover ou Cruzado (3 saltos unipodais cruzando a faixa demarcada no solo no sentido diagonal) e 6-m Time Hop (o atleta deve correr a distância de 6 metros demarcados na linha no solo com saltos unipodais e cronometrado o tempo). Considera-se a melhor de 3 tentativas.

E por fim o teste de salto vertical, em que o atleta deve manter a planta dos pés em contato com o solo, joelhos flexionados em 90° após saltar. Após três segundos, o indivíduo deve realizar o salto mantendo os joelhos completamente estendidos em uma angulação

de 180° em seguida aterrissar com a ponta dos pés de volta ao solo.

Para obter tais medidas, é realizada a filmagem de três tentativas de salto com uma câmera posicionada e analisada no software de acesso livre KINOVEA (versão 0.9.5), onde se mede a distância (em centímetros) entre o marcador colocado previamente no maléolo lateral e o solo.

Análise Estatística

Para análise dos dados, foi realizada estatística descritiva para medidas de tendência central e dispersão de acordo com a normalidade dos dados verificados pelo Teste de Shapiro-Wilk. Para a comparação entre os grupos foram utilizados o teste T para amostras independentes (para variáveis contínuas) e teste de qui quadrado (para variáveis categóricas), com significância estatística considerada de $p < 0,05$.

Resultados

Os participantes tinham a média de 21,46 ($\pm 1,22$ anos), com estatura média de 1,90 ($\pm 0,11$ metros), peso de 77,45 ($\pm 9,70$ quilogramas) e um IMC de 23,63 ($\pm 2,03$ kg/m²).

A maioria dos atletas não apresentou uma lesão prévia nem dor em membros inferiores no momento da avaliação. E a maioria dos avaliados disseram ter o membro inferior direito como dominante.

Por fim, não foram observadas diferenças estatisticamente significantes quando divididos em grupos de atletas com e sem a valgismo dinâmico de joelho com relação ao desempenho dos testes de salto vertical e horizontal. Também não foram encontradas diferenças significativas dessas variáveis entre os grupos com e sem valgo dinâmico de joelho com relação a presença de dor, lesões prévias e tipos de pisada.

Variáveis	Com valgo dinâmico	Sem valgo dinâmico	p
Pisada			0,723
tpo C2	3	1	
tpo C1	5	4	
tpo N	15	9	
tpo P1	1	2	
tpo P2	1	0	
Dor em MII			0,923
Presente	9	6	
Ausente	16	10	
Lesão prévia em MII			0,790
Presente	12	7	
Ausente	13	9	

Legenda: MII = membros inferiores, C1= pé cavo de primeiro grau, C2 = pé cavo de segundo grau; N = pé normal; P1 = pé plano de primeiro grau; P2 = pé plano de segundo grau. p = significância (qui quadrado)

Tabela 1: Valores descritivos e frequências

Variáveis	Média	DP
Salto vertical (cm)	52,32	$\pm 23,37$
Hop Unipodal (m)	2,24	$\pm 0,42$
Hop Triplo (m)	6,33	$\pm 1,17$
Hop Cruzado (m)	6,00	$\pm 1,30$
Hop 6m (seg)	1,90	$\pm 0,46$
	n	%
Presença de valgo dinâmico	25	54,3
Pisada tipo N	24	58,5
Pisada tipo C1	9	22
Pisada tipo C2	4	9,8
Pisada tipo P1	3	6,5
Pisada tipo P2	1	2,2

Legenda: Cm = Centímetros, M = Metros, DP= desvio padrão, Seg = segundos, C1= pé cavo de primeiro grau, C2 = pé cavo de segundo grau; N = pé normal; P1 = pé plano de primeiro grau; P2 = pé plano de segundo grau.

Tabela 2: diferenças entre os testes de salto entre grupos com e sem valgismo de joelho

Teste	Com valgo dinâmico	Sem valgo dinâmico	t	p
Salto vertical (cm)	57,16 ($\pm 18,26$)	54,05 ($\pm 22,68$)	0,484	0,631
HOP unipodal (m)	2,26 ($\pm 0,51$)	2,31 ($\pm 0,32$)	-0,384	0,703
HOP triplo (m)	6,24 ($\pm 1,39$)	6,74 ($\pm 0,72$)	-1,325	0,193
HOP cruzado (m)	6,04 ($\pm 1,37$)	6,37 ($\pm 0,85$)	-0,849	0,401
HOP 6 m (seg)	1,87 ($\pm 0,50$)	1,89 ($\pm 0,36$)	-0,117	0,908

Legenda: cm = centímetros, m = metros, seg = segundos, t = teste T para amostras independentes, p = significância

Tabela 3: Diferenças do tipo de pisada, dor e lesão prévia entre grupo com e sem valgo dinâmico de joelho

Conclusões

Podemos concluir que a maioria dos atletas não apresentou lesão prévia nem dor em membros inferiores no momento da avaliação. Mesmo a maioria dos atletas apresentando valgo dinâmico, não houve influência deste no

desempenho no teste de salto horizontal e vertical. Não houve também influência do valgismo de joelho no tipo de pisada.

Sugere-se que novos estudos sejam feitos com um N maior e associando outros tipos de testes de desempenho.

Referências

- [1] ACKLAND, T.R.; ELLIOTT, B.C.; BLOOMFIELD, J. Anatomia e Biomecânica Aplicadas no Esporte, 2nd Edition. 2009.
- [2] ALMEIDA, P. S. M. et al., Incidência de Lesão Musculoesquelética em Jogadores de Futebol. Rev Bras Med Esporte, vol. 19, n. 2 – Mar/abr, 2013.
- [3] CHAGAS, H. M.; ROSA, M. Futebol de Campo. In: GRECO, P. J. Iniciação Esportiva Universal: metodologia da iniciação esportiva na escola e no clube. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Escola de Educação Física da UFMG. v. 2, cap. 6, p. 135 – 169, 1998.
- [4] CHAVES, P. J. C., ALVARES, P. D., DIAS, K. DA S., SANTANA, P. V. A., AMORIM, B. H. A., SOUSA, R. C., MARQUES, N. L., VENEROSO, C. E., OLIVEIRA JUNIOR, M. N. S. DE, CABIDO, C. E. T. Correlação entre o desempenho de saltos verticais e sprints em jogadores de futsal da categoria sub 11. Revista Brasileira de Futsal e Futebol. 2020;12(48): 230-240
- [5] DAVIES, W. MYER, G.D., READ, P.J. Is it time we better understood the tests we are using for return to sport decision making following acl reconstruction? a critical review of the hop tests. Sports Medicine. 2020; 50:485-495.
- [6] DISCHIAVI et al. Rethinking dynamic knee Valgus and its relations to knee injury: normal movement requiring control, not avoidance. J Orthop Sports Phys Ther. 2 V.49, n. 4, p. 216-218. 2019.
- [7] GUIMARÃES, D. S. et al. Efeito do uso de palmilhas customizadas com apoio do arco longitudinal e neutralização da articulação subtalar em parâmetros de equilíbrio dinâmico de idosos diabéticos. Motricidade, v. 15, n. 4, p. 13-20, 2019.
- [8] HEWETT et al. The effect of neuromuscular training on the incidence of knee injury in female athletes. A prospective study. Am J Sports Med. V.27, n.6, p.699-706. 1999.
- [9] KLEINPAUL, J. F.; MANN, L.; SANTOS, S.G. Lesões e desvios posturais na prática de futebol em jogadores jovens. Fisioterapia e Pesquisa vol. 17, n. 3, p. 236-277, 2010.
- [10] MAIA MS, Carandina MHF, Santos MB, Cohen M. Associação do valgo dinâmico do joelho no teste de descida de degrau com a amplitude de rotação medial do quadril. Revista Brasileira de Medicina e Esporte. São Paulo, v.18, n.3, p.164-166, jun. 2012.
- [11] MANOLI, A.; GRAHAM, B.G. The subtle cavus, foot “the underpronator”. Foot Ankle Int. 2005;26(3):256-63.
- [12] ORTIZ, A.; MICHEO, W. Biomechanical evaluation of the athlete’s knee: from basic science to clinical application. PM & R: the journal of injury, function, and rehabilitation, v. 3, n. 4, p. 365–371, 2011.

CORRELAÇÃO DOS TESTES DE SALTO VERTICAL E HOP TEST EM ATLETAS DE FUTEBOL SUB 23

Gabriel Alferes Garcia; José Aparecido Barboza Junior; Ana Laura Nogueira Nigro; Leyene Naymara dos Santos Rosa; Maria Eulália Baleotti e Mariana de Almeida Lourenço

Assis-SP

gabrielalferesgarcia@gmail.com; barboza.junior1980@gmail.com; ananogueiranigro@gmail.com; leyene.naymara. @gmail.com; mabaleotti@yahoo.com.br; maalmeida1@terra.com.br

Introdução

O futebol é a modalidade esportiva mais popular do mundo, está entre os esportes com maior crescimento no número de praticantes na população jovem de todo planeta. Em uma partida de futebol, os jogadores são obrigados a realizar muitas atividades, como saltar, chutar, mudar de direção e correr, e todas essas ações dependem da potência muscular dos membros inferiores.

A capacidade de avaliar o desempenho físico tornou-se um componente vital para sistemas de desenvolvimento de jogadores, sendo os testes de salto são de suma importância, com o papel de avaliar o desempenho neuromuscular durante a prática de vários esportes, tais como o futebol.

A medida do desempenho no salto vertical é uma forma bastante comum para a avaliação da força e potência, uma vez que é muito utilizado pelos jogadores no movimento de cabeçadas e também pelo goleiro durante as ações defensivas. Assim, os testes de salto, além de preditores de performance, tornam-se de suma importância, para avaliar o desempenho neuromuscular durante a prática esportiva.

O salto vertical é apontado como uma habilidade motora extremamente importante em mudanças de direção repentinas, por isso é muito utilizado no futebol tanto para avaliação quanto para treinamentos específicos.

O hop teste é caracterizado como um teste de salto unipodal, onde seu propósito é avaliar o desempenho da combinação entre a força muscular, controle neuromuscular.

Espera-se, portanto, que os resultados obtidos em ambos os testes de salto sejam semelhantes e correlacionados, de modo a representar a condição física do atleta.

Os objetivos do presente estudo foram correlacionar os resultados de atletas de futebol sub-23 em diferentes tipos de testes de salto e

estabelecer valores médios do desempenho de atletas de futebol sub-23 nos testes de salto vertical e Hop Test.

Materiais e Métodos

Trata-se de um estudo tipo observacional descritivo transversal que teve como amostra dados de prontuários de atletas profissionais de futebol do sexo masculino da categoria Sub-23 da cidade de Assis, avaliados na Clínica Escola de Fisioterapia da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA), não houve, portanto, nenhum contato ou intervenção direta com os mesmos.

Este estudo teve como amostra 53 prontuários de dados coletados de jogadores de futebol profissionais do sexo masculino da categoria sub-23 do município de Assis, porém 46 destes cumpriram os critérios de inclusão e fizeram parte da análise dos dados.

Foram incluídos prontuários de atletas que cumpriram os seguintes critérios: sexo masculino, idade entre 18 e 23 anos na data da coleta, ser jogador profissional há pelo menos 1 ano. Foram excluídos os prontuários de atletas que constaram: presença de lesão musculoesquelética grave auto-relatada em membros inferiores nos últimos 3 meses e falta de compreensão para a realização dos testes propostos.

Os dados levantados nos prontuários se referem a testes de desempenho físico realizados por atletas profissionais de futebol da categoria sub-23. Nesses prontuários utilizamos os dados dos seguintes testes: Hop Test e Teste de Salto Vertical. Ambos os testes são utilizados para avaliar a força e confiança em membros inferiores.

O hop Test é composto por saltos horizontais em 4 etapas. Etapa 1: o atleta deve realizar um salto único unipodal sobre uma linha demarcada no solo para atingir a maior distância frontal e

aterrissar sob controle. Etapa 2: o atleta realiza 3 saltos unipodais visando a maior distância frontal e no último aterrissa sob controle. Etapa 3: o atleta deve realizar 3 saltos unipodais cruzando a faixa demarcada no solo no sentido diagonal e ao final do terceiro salto será mensurada a distância atingida e. Etapa 4: o atleta deve percorrer a distância de 6 metros demarcados na linha no solo através de saltos unipodais, onde o teste será cronometrado (cronômetro inicia quando o calcanhar do atleta sai do solo no início do teste e para quando o atleta completa a distância de 6 metros). Todas as etapas são realizadas três vezes e o melhor resultado das tentativas será utilizado para fins estatísticos.

O teste de salto vertical é composto por um salto onde cada atleta mantém a planta dos pés em contato com o solo, posição semiagachado, com angulação dos joelhos aproximadamente 90° e com as mãos posicionadas na cintura. Após três segundos nessa posição, o mesmo realiza o salto, mantendo os joelhos completamente estendidos em uma angulação de 180°, em seguida aterrissa da mesma forma em que se inicia o teste, com a ponta dos pés de volta ao solo.

Análise Estatística

Foram realizadas estatísticas descritivas para medidas de tendência central e dispersão de acordo com a normalidade dos dados verificados pelo Teste de Shapiro-Wilk para a caracterização da amostra. Para a correlação entre as variáveis, foram realizados os testes de correlação de Spearman. O nível de significância foi estabelecido em $p < 0,05$ para todos testes. O programa estatístico SPSS (versão 19.0) (SPSS Inc., Chicago, IL, EUA) foi utilizado para as análises

Resultados

Os participantes tinham uma idade média de 21,46 ($\pm 1,22$) anos, estatura média de 1,90 ($\pm 0,11$) metros, peso médio de 77,45 ($\pm 9,70$) quilos e IMC (índice de massa corporal) médio de 23,63 ($\pm 2,03$) Kg/m².

A tabela 1 apresenta os valores referentes ao desempenho dos atletas nos diferentes tipos de salto.

Teste	Média	DP
Salto vertical (Cm)	52,32	$\pm 23,37$
Hop Unipodal (m)	2,24	$\pm 0,42$
Hop Triplo (m)	6,33	$\pm 1,17$
Hop Cruzado (m)	6,00	$\pm 1,30$
Hop 6m (seg)	1,90	$\pm 0,46$

Legenda: Cm = Centímetros, M = Metros, DP= desvio padrão, Seg = segundos

Tabela 1. Valores descritivos dos testes

A tabela 2 mostra os valores referentes à correlação entre os diferentes tipos de salto. O teste que mais se correlacionou apresentando significância estatística com os demais foi o HOP Cruzado: com o HOP Unipodal e Triplo (ambos com $p=0,000$) e com o salto vertical ($p=0,037$). O HOP Triplo apresentou correlação significativa com o HOP Unipodal ($p=0,000$).

Observou-se que o teste de salto vertical apresentou correlação estatisticamente significativa apenas com o HOP Cruzado, refulgando nossa hipótese inicial.

	Salto vertical	HOP unipodal	HOP triplo	HOP cruzado	HOP 6 metros
Salto vertical	-	0,228 (0,127)	0,123 (0,416)	0,313* (0,037)	0,106 (0,509)
HOP unipodal	0,228 (0,127)	-	0,559* (0,000)	0,634* (0,000)	0,126 (0,433)
HOP triplo	0,123 (0,416)	0,559* (0,000)	-	0,767* (0,000)	0,106 (0,511)
HOP cruzado	0,313* (0,037)	0,634* (0,000)	0,767* (0,000)	-	0,016 (0,919)
HOP 6 metros	0,106 (0,509)	0,126 (0,433)	0,106 (0,511)	0,016 (0,919)	-

*correlação de Spearman ($p < 0,05$)

Tabela 2. Correlações encontradas entre os testes.

Conclusões

Concluimos que o hop test cruzado foi o que apresentou maior correlação entre os testes sendo eles: HOP cruzado com salto vertical, HOP cruzado com HOP unipodal, HOP cruzado com HOP triplo.

Observamos que o teste de salto de 6 metros não teve correlação com nenhum dos outros testes avaliados.

Referências

- [1] ARLIANI, G.G.; ALMEIDA, G.P.L.; SANTOS, C.V.; VENTURINI, A.M.; DIEGO, C.A.; MOISES, C. O Efeito do esforço na estabilidade postural em jovens jogadores de futebol. *Acta Ortop Bras.* 2013;21(3):155-8
- [2] BACKES, M.A.C. Avaliação de saltos verticais em jogadoras de futebol profissional: um estudo descritivo. Universidade federal do Rio Grande do Sul, escola de educação física, fisioterapia e dança. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172042/001057111.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 março 2023.
- [3] BEATO, M.; BIANCHI, M.; CORATELLA, G.; MERLINI, M.; DRUST, B. Effects of plyometric and directional training on speed and jump performance in elite youth soccer players. *J Strength Cond Res.* 2018.32(2):289-296.
- [4] BONGIOVANNI T., TRECOCI, A., CAVAGGIONI, L., ROSSI, A., PERRI, E., PASTA G., IAIA, F.M., ALBERTI, G. Importance of anthropometric features to predict physical performance in elite youth soccer: a machine learning approach. *Res Sports Med.* 2021;29(3):213-224.
- [5] CHAVES, P. J. C., ALVARES, P. D., DIAS, K. DA S., SANTANA, P. V. A., AMORIM, B. H. A., SOUSA, R. C., MARQUES, N. L., VENEROSO, C. E., OLIVEIRA JUNIOR, M. N. S. DE, CABIDO, C. E. T. Correlação entre o desempenho de saltos verticais e sprints em jogadores de futsal da categoria sub 11. *Revista Brasileira de Futsal e Futebol.* 2020;12(48): 230-240.
- [6] DAVIES, W. MYER, G.D., READ, P.J. Is it time we better understood the tests we are using for return to sport decision making following acl reconstruction? a critical review of the hop tests. *Sports Medicine.* 2020; 50:485-495.
- [7] LOGERSTEDT, D.; GRINDEM, H.; LYNCH, A.; EITZEN, I.; ENGBRETSSEN, L.; RISBERG, M.A.; AXE, M.J.; SNYDER-MACKLER, L. Single-legged hop tests as predictors of self-reported knee function after anterior cruciate ligament reconstruction: the Delaware-Oslo ACL cohort study. *Am J Sports Med.* 2012;40(10):2348-56.
- [8] SONESSON, S.; HÄGGLUND, M.; KVIST, J.; TORVALDSSON, K.; LINDBLOM, H.; FÄLTSTRÖM, A. Neuromuscular control and hop performance in youth and adult male and female football players. *Phys Ther Sport.* 2022;55:189-195.
- [9] SOUSA, S. Diferenças de desempenho nos saltos verticais entre os atletas de diferentes posições no futebol. In: *Educação física e ciências do esporte: uma abordagem interdisciplinar.* 2021. p. 106-112.

INTERVENÇÕES NÃO-FARMACOLÓGICAS PARA RECUPERAÇÃO MUSCULAR PÓS-EXERCÍCIO EM ATLETAS: REVISÃO SISTEMÁTICA COM META-ANÁLISE

Kamilli Ferri Brancalhão; Joyce Kelly da Silva Santos; Andressa Schmidt Arruda; Gabriela Ampudia Faria; Jéssica Vasconcelos Claudio; João Vitor Bruzão de Lima; Tiago Oliveira dos Santos; Jéssica Kirsch Micheletti; Alan José Barbosa Magalhães

Assis-SP

kamillifb1@gmail.com; joyce.kelly031@icloud.com; ajb_magalhaes@yahoo.com.br

Introdução

Muitos profissionais da saúde buscam métodos não-farmacológicos que possam acelerar a recuperação muscular em atletas de alto rendimento, de modo que este possa praticar sua modalidade esportiva ao longo de uma temporada com a máxima performance possível e com o menor risco de lesão, tanto nos treinos, competições e períodos de recuperação entre as atividades. Entretanto, não há consenso na literatura atual sobre qual é a intervenção não-farmacológica de maior efetividade na recuperação muscular pós-exercício.

Objetivo

Avaliar e comparar diferentes intervenções não-farmacológicas para recuperação muscular pós-exercício de alta performance.

Materiais e métodos

A presente revisão sistemática com meta-análise será realizada utilizando o guia disponibilizado pela Cochrane Handbook os Systematic Reviews of Interventions, com registro prévio no International Prospective Register of

Systematic Reviews (PROSPERO). Será realizada uma revisão sistemática, considerando apenas artigos completos, sem estabelecer restrições quanto a amostra e ao idioma de publicação, e serão excluídos todos os estudos com um único grupo (crossover) ou que utilizam intervenções farmacológicas. Na meta-análise, os diferentes tipos de exercício encontrados serão comparados a um grupo controle cada um e entre si. Em seguida, o guia A MeaSurement Tool to Assess systematic Reviews 2.0 (AMSTAR 2.0) será utilizado para checar se a revisão cumpre todos os critérios para sua realização. O Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), será o guia utilizado para redigir o presente estudo. A qualidade da evidência será mensurada utilizando o Grading of Recommendations, Assessment, Development and Evaluations (GRADE). A análise estatística será realizada utilizando o software Review Manager® (RevMan 5.3.5 ®), da Cochrane®. Os resultados serão agrupados em uma meta-análise, apresentados pela diferença média padrão (DMO), utilizando um intervalo de confiança (IC) de 95%. A qualidade da evidência será mensurada utilizando o Grading of Recommendations, Assessment, Development and Evaluations (GRADE).

Referências

- [1] ABAIDIA, A.E. et al. Recovery From Exercise-Induced Muscle Damage: Cold-Water Immersion Versus Whole-Body Cryotherapy. *Int J Sports Physiol Perform*. V.12. ISSUE 3. P.402-409. Mar 2017.
- [2] AGOSTINETE, R. R.; ROSSI, F. E.; MAGALHAES, A. J. B.; ROCHA, A. P. R.; PARMEZZANI, S. S.; GEROSA-NETO, J.; CHOLEWA, J. M.; LIRA, F. S. Immunometabolic Responses after Short and Moderate Rest Intervals to Strength Exercise with and without Similar Total Volume. *Frontiers in Physiology*, v. 7, p. 444, 2016.
- [3] ARUNDALE AJH, SILVERS-GRANELLI HJ, MYKLEBUST G. ACL injury prevention: Where have we come from and where are we going? *J Orthop Res*, v. 40, n. 1, p. 43-54, 2022
- [4] BABAK, M.F., ZIAALDINI, M.M., REZA, A.H.S. Experience of cold-water immersion on recovery efficiency after soccer match. *Tunis Med*. V.99(2) P.252-258. Feb 2021.
- [5] CASTOLDI, R. C.; COLADELLO, L. F.; KOIKE, T. E.; OZAKI, G. A. T.; MAGALHÃES, A. J. B.; PAPOTI M.; CAMARGO, R. C. T.; CAMARGO FILHO, J. C. S. Effect of body composition on aerobic capacity of animals submitted to swimming exercise. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, v. 18, n. 2, p. 136-42, 2016.
- [6] CLAUDIO, J. V.; MAGALHÃES, A. J. B. Cold water immersion (CWI) for post-exercise hemodynamic outcomes recovery in physically active individuals: a systematic review with meta-analysis. *FISIOTERAPIA E PESQUISA*, 2024.

- [7] CRYSTAL, N.J., TOWNSON, D.H., COOK, S.B. et al. Effect of cryotherapy on muscle recovery and inflammation following a bout of damaging exercise. **Eur J Appl Physiol**. V.113, P.2577–2586. Out 2013.
- [8] GRANT. M.E; STEFFEN. K. PALMER. D.The usage of multidisciplinary physical therapies at the Rio de Janeiro 2016 Olympic Summer Games: an observational study. **Braz J Phys Ther**. V. 25(3); P. 262-270. Maio/Jun, 2021.
- [9] GUILHEM, G. et al. Effects of air-pulsed cryotherapy on neuromuscular recovery subsequent to exercise-induced muscle damage. **Am J Sports Med**. V.41. ASSUE 8. P.1942-51. Aug 2013.
- [10] INGRAM, J. Et al. Effect of water immersion methods on post-exercise recovery from simulated team sport exercise. **J Sci Med Sport**. v.12. ISSUE 3. p.417-21. May 2009.
- [11] MALTA, E.S. et al. The Effects of Regular Cold-Water Immersion Use on Training-Induced Changes in Strength and Endurance Performance: A Systematic Review with Meta-Analysis. **Sports Med**. V.51(1) P.161-174. Jan 2021.
- [12] MATSUMURA. N. et al. The effect of liquid ice after high-intensity exercise on muscle function compared to block ice. **J Exerc Sci Fit**. Volume 20, Issue 1, P. 23-26 Jan 2022.
- [13] MISSAU. E. et al. Cold Water immersion and inflammatory response after resistance exercises. **Ver Bras Med Esporte** – Vo. 24, P. 5. Set/Out 2018.
- [14] NAHON, R. L., SILVA LOPES, J. S., & MONTEIRO DE MAGALHÃES NETO, A. Physical therapy interventions for the treatment of delayed onset muscle soreness (DOMS): Systematic review and meta-analysis. **Physical Therapy in Sport**, v. 52, p. 1–12, 2021.
- [15] PEDERSEN, B. K.; FEBBRAIO, M. A. Muscles, exercise and obesity: skeletal muscle as a secretory organ. **Nature Review Endocrinology**, v. 8, n. 8, p. 457-65, 2012.
- [16] PESENTI, F.B. et al. EFEITO DA IMERSÃO EM ÁGUA FRIA SOBRE DOR, RECRUTAMENTO MUSCULAR E CONTROLE POSTURAL EM ATLETAS. **Rev Bras Med Esporte** – Vol. 26, N 4 – Jul/Ago, 2020.
- [17] SILVA. P. R. G; et al. Effect of cold water immersion on post-exertion recovery in jiu-jitsu. **Rev Bras Med Esporte** – Vol. 24; P. 1 – Jan/Fev - 2018
- [18] VIEIRA, A. Et al. The Effect of Water Temperature during Cold-Water Immersion on Recovery from Exercise-Induced Muscle Damage. **Int J Sports Med**. V. 37 ISSUE 12. p.937-943. Nov 2016.
- [19] WILSON, L.J., COCKBURN, E., PAICE, K. et al. Recovery following a marathon: a comparison of cold water immersion, whole body cryotherapy and a placebo control. **Eur J Appl Physiol**. V.118, P.153–163. Jan 2018.
- [20] YANG. X; XIONGCE. L; ZHONG. G. Correlation between aerobic training and physical endurance in basketball players. **Ver Bras Med Esporte**. V. 29 – 2023.
- [21] YU'AN. S. Characteristics of major sports injuries in high-performance athletes. **Rev Bras Med Esporte** - V. 29; 2023.
- [22] ZHONG. G; XIONGCE. L; YANG. X. Correlation between aerobic training and physical endurance in basketball players. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 29, p, e2022-0342, 2023.

PACIENTES CRÍTICOS NA SALA DE EMERGÊNCIA: UMA ABORDAGEM DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Maisa Rodrigues Misael Vilas Boas; Dra. Rosângela Gonçalves da Silva
Assis-SP
maisavilasboas@hotmail.com; roseziquinelli@gmail.com

Introdução

A assistência de enfermagem é indispensável nos serviços de urgência e emergência, em nível extra ou intra hospitalar, tanto em unidade de pronto atendimento quanto em unidades hospitalares, contudo, é comum que haja confusão acerca de suas atribuições e o conhecimento oferecido pela graduação não é suficiente (SANTANA et al, 2021). Neste cenário, o foco principal da enfermagem está centrado no atendimento capaz de garantir a manutenção das principais funções vitais do indivíduo, visando sempre a proteção da vida, entretanto, é indiscutível que as capacitações e atualizações em urgência e emergência são fundamentais para o sucesso do atendimento, haja vista, o alto número de profissionais do ramo de enfermagem nas mais diversas unidades de saúde e sua atenção direta ao paciente (SILVA et al, 2019).

Objetivos

Identificar as principais dificuldades da equipe de enfermagem no atendimento às urgências e emergências em um hospital de pequeno porte do interior do estado de São Paulo. Estudos dos cálculos de enfermagem.

Metodologia

Tratou-se de um estudo de campo aprovado pelo CEP-FEMA sob número da CAAE:

Referências

- [1] COFEN, Resolução nº 661/2021. Equipe de enfermagem na atividade de Classificação de Risco. Brasília, 2021.
[2] COFEN, Resolução nº 703/2022. Autoriza punção arterial para gasometria pelo enfermeiro. Brasília, 2022.
[3] COFEN, Resolução nº 713/2022. Atuação dos profissionais de enfermagem no atendimento pré-hospitalar (APH). Brasília, 2022.

67833523.0.0000.8547. Foram convidados a participar deste estudo o total de 40 funcionários, sendo eles: enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Durante a aplicação do questionário foram considerados os critérios de inclusão e exclusão. Os dados foram coletados por meio de um questionário elaborado e adaptado conforme as questões citadas na pesquisa, objetivando identificar as principais dificuldades dos profissionais de saúde durante a assistência de enfermagem aos pacientes em situação de urgência/emergência. Os dados coletados foram expressos em gráficos, de modo a possibilitar a comparação entre os estudos selecionados e os dados levantados em campo, logo, a identificação de padrões, diferenças e a sublocação desses tópicos como parte da discussão geral.

Conclusões

Concluimos que os resultados atingidos com a análise dos dados corroboraram a hipótese de que a equipe de enfermagem se depara com dificuldades na assistência a pacientes críticos e necessitam de aprimoramento teórico-prático continuado, considerando que 40% dos enfermeiros e 49% de técnicos e auxiliares referem que estão aptos e preparados em comparação aos demais e 100% dos participantes consideram que o aprimoramento continuado é indispensável.

ANÁLISE DA MORTALIDADE POR CÂNCER DE CÓLON E RETO NO BRASIL (2012-2021)

Maria Vitoria Doná Nunes; Daniel Augusto da Silva
Assis-SP

mavidonan2@gmail.com, daniel.silva@fema.edu.br

O câncer é a segunda principal causa de morte nas américas, é descrito como um tumor maligno um conjunto de mais de 100 doenças com uma característica única, o crescimento desordenado das células, que se segmentam e agrupam formando tumores e, por consequência, invadem tecidos próximos e migram por metástase atingindo outros órgãos.

Exceto o câncer de pele não melanoma, os tipos de cânceres mais frequentes nos homens são o de próstata com 65.840 mil casos, e o de cólon e reto com 20.520 mil casos. E nas mulheres os tipos de cânceres mais frequentes com exceção do câncer de pele não melanoma são o de mama com 66.280 mil casos e o de cólon e reto com 20.470 mil casos.

Existem alguns fatores que influenciam o desenvolvimento de cânceres além da idade, também estão associados históricos familiares de parentes de primeiro grau, terapia de reposição hormonal, exposição à radiação ionizante, multiparidade e densidade mamária aumentado, o consumo de tabaco e de álcool, uma dieta pouco saudável, inatividade física, doenças inflamatórias e doenças hereditárias são os principais fatores de risco para o câncer em todo o mundo.

O câncer de cólon e reto está entre os três mais frequentes no Brasil e no mundo, globalmente é responsável por 1,8 milhões de casos, dentre eles 862 mil mortes registradas, sendo a segunda causa de morte mais comum por câncer.

O consumo de tabaco e de álcool, uma dieta pouco saudável, inatividade física, pólipos, histórico familiar, doenças inflamatórias e doenças hereditárias são os principais fatores de risco para o câncer em todo o mundo.

O câncer de cólon e reto não costuma apresentar muitos sintomas no início, porém é importante se atentar a alguns sinais tais como mudança injustificada de hábito intestinal; diarreia ou prisão de ventre recorrente, sangue nas fezes (pode ser de coloração clara ou escura), evacuações dolorosas, afinamento das fezes, constante flatulência (gases), desconforto gástrico, sensação de constipação intestinal, perda injustificada de peso, cansaço constante. Mas

estes sintomas não são diagnóstico, não significa que está com câncer, outras patologias também interferem, porém deve-se investigar.

Objetivo

Analisar a mortalidade por câncer de cólon e reto no Brasil.

Metodologia

Trata-se de estudo descritivo, retrospectivo, de série histórica, com abordagem quantitativa, de dados secundários obtidos em março de 2023, por meio de consulta ao DATASUS/ SIM.

Foram incluídos os registros de mortes codificadas com C18 Neoplasia maligna do cólon; C19 Neoplasia maligna da junção reto sigmoide, C20 Neoplasia maligna do reto e C21 Neoplasia maligna do ânus e do canal anal.

Os dados foram tabulados em planilhas do software Excel da Microsoft.

Realizou-se análise estatística descritiva, que proporciona compreender as frequências absoluta e relativa, além dos cálculos para taxas de mortalidade, sendo consideradas populações de 100 mil habitantes.

Resultados

No Brasil, entre os anos de 2012 e 2021, 174.065 pessoas morreram por câncer colorretal. A taxa de mortalidade apresentou aumento de 31,2%.

Diferenças regionais são notadas. Em 2021 a taxa foi de 14,2 na Região Sul e 3,9 na Região Norte.

Entre 2012 e 2021 todas as regiões apresentaram aumento na taxa de mortalidade.

A realização da análise das porcentagens de óbitos entre os anos 2012 e 2021, foi evidenciado que as maiores porcentagens foram, o ano de 2021 (10,9%), o sexo feminino (51%), a cor branca (64%), as idades que apresentam maiores porcentagem levando em consideração os dados analisados foram a faixa etária a partir dos 60 anos, tiveram prevalência em todas as regiões com mais de 60% dos casos, o estado civil com maior incidência foram às casadas (45%), com óbitos em

hospitais (86,7%) e de 1 a 3 anos de estudos (22,5%) correspondendo ao ensino fundamental.

Em todas as regiões brasileiras e em todas as Unidades da Federação houve aumento da taxa de mortalidade por câncer de mama considerando os anos de 2011 e 2020.

Considerações Finais

Dentre os aspectos analisados e descritos, há um aumento significativo e crescente nas taxas de mortalidade por câncer de colón e reto no Brasil.

Embora ainda não seja um sistema extremamente preciso, são dados reais. A população está desenvolvendo cada vez mais câncer e vindo a óbito.

Referências

- [1] INCA, Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Estimativa 2020: incidência de câncer no Brasil**. INCA. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/estimativa-2020-incidencia-de-cancer-no-brasil.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.
- [2] INCA, Instituto Nacional De Câncer José Alencar. **Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil**. INCA. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/estimativa-2023.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023.
- [3] MOTA, Aurelina Da Silva; SILVA, Vanessa Ramos. **Câncer do colorretal: uma revisão de literatura acerca do rastreamento, prevenção e controle da doença**. São Lucas Centro Universitário. Disponível em: <http://repositorio.saolucas.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3206/Aurelina%20da%20Silva%20Mota,%20Vanessa%20Ramos%20Silva%20-%20C%C3%A2ncer%20do%20colorretal%20uma%20revis%C3%A3o%20de%20literatura%20acerca%20do%20rastreamento,%20preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20controle%20da%20doen%C3%A7a.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 jul. 2022.

QUALIDADE DE ENSAIOS CLÍNICOS RANDOMIZADOS DE FISIOTERAPIA PARA DOENTES RESPIRATÓRIOS CRÔNICOS AO DECORRER DOS ANOS

Isadora Feitor Speranza, Giovanna Batista de Lima, Estefania Carla Bompani Silva e Souza Fogaça, Enzo Rosseto Santos Campos, João Pedro Carreiro Spanhol, Arthur Carlos Roberto Virgulino, Juliana Souza Uzeloto Assis-SP

isadora.speranza@hotmail.com, limagiovanna175@gmail.com, estefania_carlasouza@hotmail.com, rossenzo.campos17@gmail.com, joacarreirosphanhol@hotmail.com, arthur.crv584@gmail.com, juliana_uzeloto@hotmail.com

Doenças respiratórias crônicas (DRCs) são a quarta causa de morte no mundo. Apesar de incuráveis, intervenções fisioterapêuticas podem trazer benefícios significantes na ventilação pulmonar, capacidade funcional, força muscular global, redução de sintomas como a sensação de falta de ar, cansaço, tosse e consequente melhoria da qualidade de vida. O padrão ouro para atuação na prática clínica em saúde é conhecido como “Prática Baseada em Evidências (PBE)”, formado por três pilares: preferência do paciente, experiência do profissional e evidência científica, sendo este último uma obrigação moral do profissional para tomar as decisões terapêuticas com base nos resultados de pesquisas científicas. A cada ano há um crescimento progressivo de publicações de fisioterapia para DRCs, porém, a qualidade metodológica dessas pesquisas é desconhecida. O objetivo é avaliar a qualidade metodológica de ensaios clínicos randomizados de fisioterapia em DRCs e correlacionar com os anos de publicação.

Coleta de Dados

Foi realizado um estudo de revisão da literatura, baseado na coleta de dados de ensaios clínicos randomizados publicados em revistas científicas, cadastrados na plataforma PEDro (*Physiotherapy Evidence Database*). A busca aconteceu no modo “avançado” e as opções de “topic” e “method” foram preenchidas com “chronic respiratory disease” e “clinical trial”, respectivamente. Para a avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos, a escala PEDro foi utilizada:

- Item 1. Os critérios de elegibilidade foram especificados;
- Item 2. Os sujeitos foram aleatoriamente distribuídos por grupos;

- Item 3. A alocação dos sujeitos foi secreta;
 - Item 4. Inicialmente, os grupos eram semelhantes no que diz respeito aos indicadores de prognóstico mais importantes;
 - Item 5. Todos os sujeitos participaram de forma cega no estudo;
 - Item 6. Todos os terapeutas que administraram a terapia fizeram-no de forma cega;
 - Item 7. Todos os avaliadores que mediram pelo menos um resultado-chave, fizeram-no de forma cega;
 - Item 8. Mensurações de pelo menos um resultado-chave foram obtidas em mais de 85% dos sujeitos inicialmente distribuídos pelos grupos;
 - Item 9. Todos os sujeitos a partir dos quais se apresentaram mensurações de resultados receberam o tratamento ou a condição de controle conforme a alocação ou, quando não foi esse o caso, fez-se a análise dos dados para pelo menos um dos resultados-chave por “intenção de tratamento”;
 - Item 10. Os resultados das comparações estatísticas intergrupos foram descritos para pelo menos um resultado-chave;
 - Item 11. O estudo apresenta tanto medidas de precisão como medidas de variabilidade para pelo menos um resultado-chave.
- O primeiro item da escala não é considerado na pontuação final pois avalia a validade externa do estudo. Desse modo a pontuação máxima da escala PEDro é 10.
- Para investigação da normalidade dos dados foi aplicado o teste de Shapiro Wilk. E o teste de Spearman foi utilizado para investigar correlação entre o ano de publicação e a pontuação pela escala PEDro.

Resultados

Trata-se de resultados parciais de uma pesquisa que está em andamento. Até o momento foram extraídos os dados de 391 artigos científicos (Figura 01).

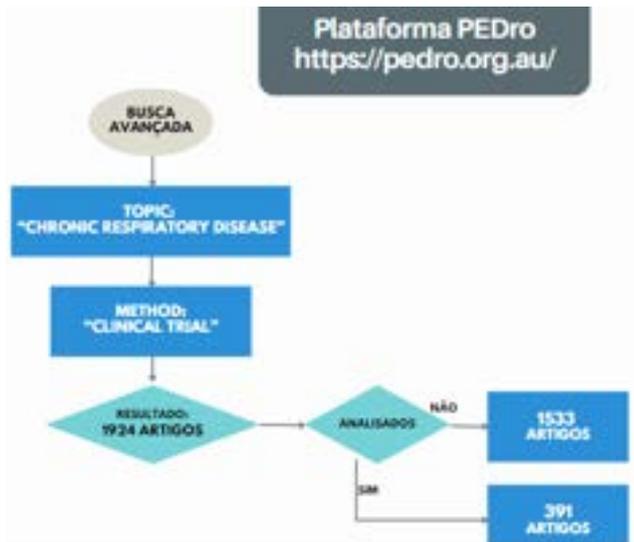


Figura 01: Processo e resultado da busca de artigos na Plataforma PEDro.
Fonte: Autor.

A mediana de pontuação na escala PEDro foi de 7 [7-8].

Na figura a seguir podemos observar que os itens 11 ("medidas de precisão e de variabilidade") e 2 ("alocação randomizada") são mais frequentemente atendidos pelos artigos. Já os itens 5 ("participantes cegos") e 6 ("fisioterapeutas cegos") são raramente identificados nos artigos de fisioterapia em doenças crônicas respiratórias.

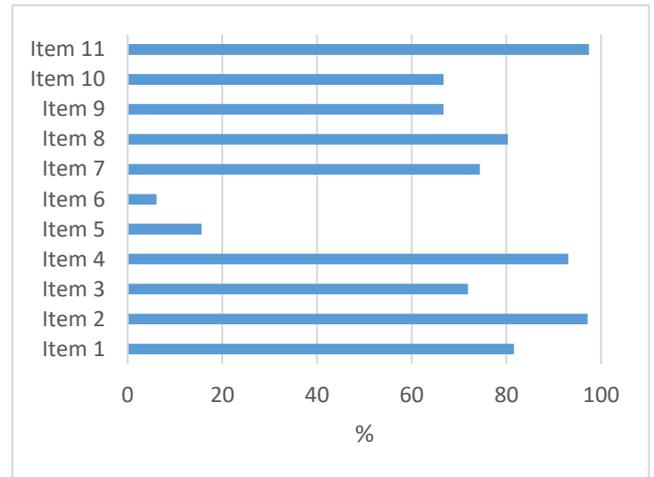


Figura 02: Porcentagem de artigos que preenchem cada item da escala PEDro.
Fonte: Autor.

O ano de publicação variou entre 1985 e 2023, sendo a maior parcela dos artigos publicada no ano de 2021 (13,8%). Apesar do aumento de publicações de fisioterapia em doenças respiratórias crônicas ao decorrer dos anos (Figura 03), houve correlação significativa negativa entre o ano de publicação e a pontuação na escala PEDro ($r=-0,204$; $p<0,001$). Ou seja, a qualidade metodológica dos estudos diminuiu com o passar dos anos.

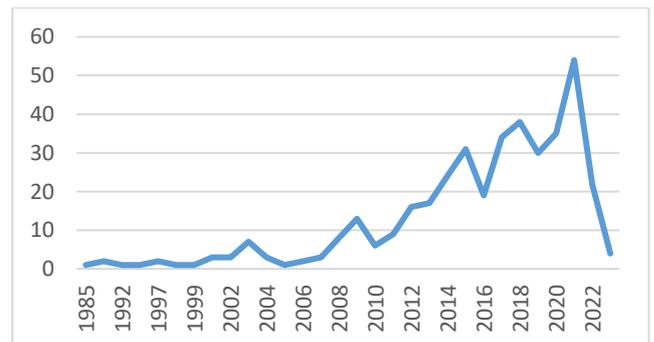


Figura 03: Publicações de fisioterapia em doenças respiratórias crônicas ao decorrer dos anos.
Fonte: Autor.

Conclusões

Até o momento foi possível observar que os resultados parciais demonstram boa qualidade dos artigos de fisioterapia sobre DRCs. Contudo os artigos mais recentes apresentam uma menor qualidade metodológica.

Referências

- [1] Database, Physiotherapy Evidence. 2023a. Disponível em: <https://pedro.org.au/>. Acesso em: 04/02/2023.
- [2] Database, Physiotherapy Evidence. **Who we are**. 2023b. Disponível em: <https://pedro.org.au/portuguese/about/who-we-are/>.
- [3] Doull JA; Hardy M; Clark JH; Herman NB. The effect of irradiation with ultra-violet light on the frequency of attacks of upper respiratory disease (common colds). **Am J Hyg**, 13, p. 460e477, 1931.
- [4] Elkins, M. R.; Moseley, A. M.; Sherrington, C.; Herbert, R. D.; Maher, C. G. Growth in the Physiotherapy Evidence Database (PEDro) and use of the PEDro scale. **Br J Sports Med**, 47, n. 4, p. 188-189, Mar 2013.
- [5] Garrod, R.; Lasserson, T. Role of physiotherapy in the management of chronic lung diseases: an overview of systematic reviews. **Respir Med**, 101, n. 12, p. 2429-2436, Dec 2007.
- [6] Geha, N. N.; Moseley, A. M.; Elkins, M. R.; Chiavegato, L. D.; Shiwa, S. R.; Costa, L. O. The quality and reporting of randomized trials in cardiothoracic physical therapy could be substantially improved. **Respir Care**, 58, n. 11, p. 1899-1906, Nov 2013.
- [7] Gonzalez, G. Z.; Moseley, A. M.; Maher, C. G.; Nascimento, D. P.; Costa, Ldcm; Costa, L. O. Methodologic Quality and Statistical Reporting of Physical Therapy Randomized Controlled Trials Relevant to Musculoskeletal Conditions. **Arch Phys Med Rehabil**, 99, n. 1, p. 129-136, Jan 2018.
- [8] King, S. B., 3rd. Some Thoughts About Randomized Clinical Trials. **Cardiovasc Revasc Med**, 30, p. 91-92, Sep 2021.
- [9] Labaki, W. W.; Han, M. K. Chronic respiratory diseases: a global view. **Lancet Respir Med**, 8, n. 6, p. 531-533, Jun 2020.
- [10] Lorscheitter, J.; Stein, C.; Plentz, R. D. M. Methodological Quality of Randomized Clinical Trials of Respiratory Physiotherapy in Coronary Artery Bypass Grafting Patients in the Intensive Care Unit: a Systematic Review. **Braz J Cardiovasc Surg**, 32, n. 4, p. 318-337, Jul-Aug 2017.
- [11] Maher, C. G.; Moseley, A. M.; Sherrington, C.; Elkins, M. R.; Herbert, R. D. A description of the trials, reviews, and practice guidelines indexed in the PEDro database. **Phys Ther**, 88, n. 9, p. 1068-1077, Sep 2008.
- [12] Moseley, A. M.; Elkins, M. R.; Herbert, R. D.; Maher, C. G.; Sherrington, C. Cochrane reviews used more rigorous methods than non-Cochrane reviews: survey of systematic reviews in physiotherapy. **J Clin Epidemiol**, 62, n. 10, p. 1021-1030, Oct 2009.
- [13] Moseley, A. M.; Elkins, M. R.; Janer-Duncan, L.; Hush, J. M. The Quality of Reports of Randomized Controlled Trials Varies between Subdisciplines of Physiotherapy. **Physiother Can**, 66, n. 1, p. 36-43, Winter 2014.
- [14] Moseley, A. M.; Herbert, R. D.; Sherrington, C.; Maher, C. G. Evidence for physiotherapy practice: a survey of the Physiotherapy Evidence Database (PEDro). **Aust J Physiother**, 48, n. 1, p. 43-49, 2002.
- [15] Moseley, Anne M.; Elkins, Mark R.; Van der Wees, Philip J.; Pinheiro, Marina B. Using research to guide practice: The Physiotherapy Evidence Database (PEDro). **Brazilian Journal of Physical Therapy**, 24, n. 5, p. 384-391, 2020/09/01/ 2020.
- [16] Moseley, Anne M.; Herbert, Robert D.; Maher, Christopher G.; Sherrington, Catherine; Elkins, Mark R. Reported quality of randomized controlled trials of physiotherapy interventions has improved over time. **Journal of Clinical Epidemiology**, 64, n. 6, p. 594-601, 2011/06/01/ 2011.
- [17] Scurlock-Evans, L.; Upton, P.; Upton, D. Evidence-based practice in physiotherapy: a systematic review of barriers, enablers and interventions. **Physiotherapy**, 100, n. 3, p. 208-219, Sep 2014.
- [18] Sherrington, C.; Moseley, A. M.; Herbert, R. D.; Elkins, M. R.; Maher, C. G. Ten years of evidence to guide physiotherapy interventions: Physiotherapy Evidence Database (PEDro). **Br J Sports Med**, 44, n. 12, p. 836-837, Sep 2010.
- [19] Shiwa, S. R.; Moseley, A. M.; Maher, C. G.; Pena Costa, L. O. Language of publication has a small influence on the quality of reports of controlled trials of physiotherapy interventions. **J Clin Epidemiol**, 66, n. 1, p. 78-84, Jan 2013.
- [20] Shiwa, Sílvia Regina; Costa, Leonardo Oliveira Pena; Moser, Auristela Duarte de Lima; Aguiar, Isabella de Carvalho; Oliveira, Luis Vicente Franco de. PEDro: a base de dados de evidências em fisioterapia. **Fisioterapia em Movimento**, 24, 2011.
- [21] WHO. **World Health Organization**. 2023. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/chronic-respiratory-diseases#tab=tab_1. Acesso em: 05/02/2023.

ANÁLISE DA MORTALIDADE POR CÂNCER DE COLO DO ÚTERO NO BRASIL (2011-2020)

Paula Ferreira do Prado¹; Daniel Augusto da Silva²
Assis-SP

pfprado05@outlook.com¹; daniel.silva@fema.edu.br²

O termo câncer é utilizado com a abrangência de mais de 100 doenças malignas, o câncer começa quando as células em certos órgãos ou tecidos do corpo começam a crescer fora de controle, um crescimento diferente do crescimento celular normal, onde com esse crescimento começam a formar novos tumores. Isso acontece quando as células cancerosas entram nas vias de disseminação trans cavitária, linfática e sanguínea do corpo. O câncer que iremos discutir neste artigo é o câncer de colo do útero. Colo do útero é a parte do útero que fica localizada no final da vagina. Em relação aos fatores de risco salientamos a quantidade de parceiros, a falta da higienização íntima, o tabagismo e as situações socioeconômicas. No entanto, o principal fator que ocasiona a neoplasia é a constância infecção pelo Papilomavírus Humano – HPV, esse vírus é sexualmente transmissível, muito frequente na população.

Objetivo

Analisar a mortalidade por câncer de colo do útero no Brasil de 2011 a 2020 através do Data Sus, investigar os números absolutos de mortes por câncer de colo do útero no Brasil, nos anos de 2011 a 2020 e realizar os cálculos de taxa de mortalidade nos anos de 2011 a 2020 no Brasil, nas regiões brasileiras e nas Unidades da Federação.

Metodologia

Retrata-se a um estudo descritivo, retrospectivo, de série histórica, com abordagem quantitativa, baseado em dados secundários sobre a Análise da Taxa de Mortalidade por Câncer de Colo do Útero no Brasil (2011-2020). Esses dados foram disponibilizados pelo DATASUS e da

seleção dos dados sobre mortalidade, levando em conta a 10^a Classificação Internacional de Doenças, as mortes codificadas com C53 – Neoplasia Maligna do Colo do Útero. Os dados foram tabulados em planilhas, no software Excel da Microsoft. Foi realizada análise estatística descritiva, que permitiu, além do cálculo da mortalidade, entender a frequência absoluta e relativa, levando em consideração uma população de 100.000 habitantes.

Resultados

No Brasil 59.010 mulheres morreram por câncer de colo do útero no período de 2011-2020, taxa de mortalidade das mulheres com câncer de colo do útero se manteve de 2011 a 2014 em 2,7/100.000 habitantes, após isso visualizamos uma crescente para 2,8/100.000 habitantes nos anos de 2015 e 2016. E por fim evidenciamos o aumento para 3,1/100.000 habitantes que se estabilizou de 2017 a 2020. Podemos ver que apesar das taxas de mortalidades serem estáveis em geral, há uma grande instabilidade em algumas regiões e unidades federativas, como apresenta as tabelas no decorrer do trabalho.

Com relação ao estado civil o maior índice é de mulheres solteiras com 34,4%, principalmente nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste e a maior incidência está no Amazonas com 50,5%. Já em relação à escolaridade o maior índice é de 1 a 3 anos de estudo com 23,5%, principalmente nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste, com destaque no Rio de Janeiro sendo 29,1%. Os maiores índices por cor e raça são de pardas com 46,5% e de brancas com 41,1%. E sobre a faixa etária os maiores índices são de 50 a 59 anos com 22,0%, 40 a 49 anos com 19,7% e 60 a 69 anos com 19,1%.

Referências

[1] INCA, Instituto Nacional de Câncer José Alencar. **ABC do Câncer: abordagens básicas para o controle do câncer**. Rio de Janeiro: INCA, 2020. Disponível em

https://antigo.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document/livro_abc_6ed_0.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

[2] INCA, Instituto Nacional de Câncer José Alencar. **Parâmetros técnicos para o rastreamento do câncer do colo do útero**. Rio de Janeiro: INCA, 2019. Disponível em:

https://antigo.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//parametros_tecnicos_colo_do_uterio_2019.pdf. Acesso em: 23 out. 2022

[3] TALLON, Blenda; et al. **Tendências da mortalidade por câncer de colo no Brasil em 5 anos (2012-2016)**. Revista Saúde em Debate, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/rtpBHcDBNzw45zrxFNkw3sf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 fev. 2023.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM TEMPOS DE COVID-19

Heloyza de Souza Petenaci; Talita Domingues Caldeirão
Assis-SP

heloyza.ps-31@hotmail.com, talita.obstetrix@hotmail.com

A violência doméstica ocorre em todos os lugares do mundo, inclusive no Brasil e constantemente apresentou altos índices, estampando diariamente a capa de muitos jornais, entretanto o contexto de pandemia da Covid-19 apenas intensificou a violência de gênero ao forçar o confinamento de mulheres com parceiros agressivos [1].

No estado de São Paulo, o número de assassinatos de mulheres aumentou 44,9% em março de 2020, em comparação com o mesmo período do ano passado e mulheres que já viviam em situação de violência doméstica sem lugar seguro, foram obrigadas a permanecer mais tempo no próprio lar junto a seu agressor, muitas vezes em habitações precárias, com os filhos, sem convívio social o que dificulta a denúncia tende em vista a ausência de uma rede de apoio [2].

Objetivos

Compreender o impacto da pandemia de Covid-19 e das necessárias medidas de isolamento social na vida de mulheres em situação de violência doméstica, além de poder comparar os números de ocorrências relacionados à violência doméstica no ano de 2020 entre os meses de janeiro a dezembro nas principais unidades de pronto atendimento e serviços de atendimento à saúde da mulher do estado de São Paulo.

Com estes dados podemos determinar o perfil da violência doméstica nesse período e discutir quais os motivos que acarretaram o aumento da violência doméstica contra a mulher durante a pandemia.

Metodologia

É um estudo do tipo ecológico, transversal, retrospectivo, descritivo, realizado no período de janeiro a dezembro de 2020 no estado de São Paulo e coletados a partir de fonte secundária, pública e oficial: o Portal do Disque 100 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Os dados do disque 100 são de domínio público, disponibilizados anualmente pela ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos O Disque 100 é

um serviço que funciona diariamente, 24 horas por dia e atende a todo o Brasil, recebendo, analisando e encaminhando denúncias de violações de direitos humanos.

Por se tratar de um estudo que não envolve seres humanos, pois utiliza dados secundários públicos, não será necessária a submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, nem utilização de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Em 2020 ouve um total de 14.320 denúncias de violência doméstica no estado de São Paulo. O primeiro semestre teve um total de 7.370 denúncias e o segundo semestre um total de 6.950 denúncias.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública os dados revelam uma queda nos registros de boletins de ocorrência nos primeiros dias de isolamento nos crimes que, em regra, exigem a presença das vítimas. Contudo, os atendimentos de violência doméstica pela Polícia Militar através do 190 cresceram [1].

No isolamento, com maior frequência, as mulheres são vigiadas e impedidas de conversar com familiares e amigos, o que amplia a margem de ação para a manipulação psicológica. A perspectiva da perda de poder masculino fere diretamente a figura do macho provedor, servindo de gatilho para comportamentos violentos assim como o estresse relacionado à incerteza de saúde, ao maior convívio com filhos e moradores da casa, ao desemprego que atingiu muitos brasileiros desde o início da pandemia, o impedimento da socialização e ao aumento do uso de drogas lícitas e ilícitas [3].

Conclusões

Este estudo possibilitou uma caracterização do perfil da violência doméstica, com ênfase nos meses de isolamento social, tendo em vista que essa medida, pode favorecer a ocorrência desse agravo no ambiente familiar, e dificultar a sua notificação, concluímos que o aumento expressivo na ocorrência da violência doméstica no período de isolamento social imposto pelo COVID-19 não está

relacionado à doença, mas a uma estrutura de poder, a qual mantém relações complexas e reflete a interligação de marcadores opressivos, tais como raça, gênero ou cor.

Vítimas de violência doméstica apresentam mais problemas de saúde, conseqüentemente maior a necessidade da utilização dos serviços de saúde, gerando maior custos nos tratamentos, além de apresentar com mais frequência aos postos atendimentos em urgências e emergências [2].

Assim os profissionais de enfermagem devem estar atentos no atendimento às vítimas de violência. O atendimento às mulheres deve ser realizado, dentro de um conceito de compreensão em saúde, que seja benéfico para a construção social. De certa forma, a maneira que o acolhimento é feito potencializa denúncias, retira mulheres de uma condição de vulnerabilidade e efetiva leis de proteção a mulheres.

Referências

- [1] BUENO, Samira; MARTINS Juliana; LIMA Renato Sérgio; et al. Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19. Fórum Brasileiro de Segurança Pública – ed. 2 29 de maio de 2020. Documento eletrônico. Disponível na internet via WWW.URL: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>.
- [2] SOUSA, Ildenir Nascimento; SANTOS, Fernanda Campos dos; ANTONIETTI, Camila Cristine. Fatores desencadeantes da violência contra a mulher na pandemia COVID19: Revisão integrativa. Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível na internet via WWW.URL: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/biblio-1177244>.
- [3] VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: O que isso nos revela. Scielo. Disponível na internet via WWW.URL: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tqcyvQhqQyjtQM3hXRywsTn/?lang=pt>.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: A DOR ALÉM DO PARTO

Geovana da Costa Ribeiro; Talita Domingues Caldeirão
Assis-SP

geovana_cr10@hotmail.com, talita.obstetiz@hotmail.com

O conceito de violência se refere a qualquer ato agressivo que pode se manifestar de forma física, verbal, emocional, sexual, moral e patrimonial, por privação e negligência. Pode ser dirigida, contra si mesmo ou contra outro indivíduo, grupo ou comunidade, possibilitando em lesão, morte, e/ou danos emocionais [1]. A violência de gênero é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, causando morte, dano ou sofrimento de ordem física, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” [2]. O termo “Violência Obstétrica” relaciona-se as práticas potencialmente danosas dentro dos sistemas de saúde e do atendimento ao pré-natal, parto e puerpério, podendo ser cometidos por profissionais de saúde, ou outros profissionais envolvidos na atenção prestada à mulher no ciclo gravídico-puerperal [1]. Este estudo tem como objetivo analisar a percepção das gestantes e puérperas sobre a violência obstétrica, levando em consideração a definição do termo na literatura das ciências da saúde. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, realizada nas principais bases de dados: LILACS e BDEFN Foram selecionados artigos na íntegra e gratuitos, relacionados a temática

Objetivo

Conhecer por meio da revisão de literatura o que tem sido discutido sobre violência obstétrica durante trabalho de parto, parto e pós-parto.

Metodologia

Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa de literatura, baseada no referencial teórico da pesquisa bibliográfica, consistindo no exame da literatura científica para o levantamento e análise do que já se produziu sobre este tema. Para a realização deste estudo foram consideradas as seguintes etapas: seleção do tema e definição da questão norteadora; busca de amostra na literatura; estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; seleção dos artigos; análise dos conteúdos selecionados; interpretação

dos dados coletados e síntese e apresentação dos resultados [3].

Resultados e Conclusões

Todas as 13 publicações selecionadas encontravam-se indexadas na base de dados LILACS e BDEFN, sendo (10) qualitativo, (2) quantitativo e (1) quanti-qualitativo

De acordo com os estudos a violência obstétrica está presente no pré-parto, parto e pós-parto, é definida como qualquer atitude, desrespeitosa e desumana, além de negligência e maus tratos a parturiente e seu recém-nascido.

Ao longo do estudo [4] encontram-se relatos que a violência obstétrica pode ser envolver ações por parte dos serviços de saúde como mau atendimento, uso de frases ofensivas, repreensões, ameaças contra as mulheres e seus bebês no momento do parto, falta de explicação das intervenções e procedimentos realizados, falta de comunicação e elo profissional/paciente.

Um dado relevante é que as vítimas de violência obstétrica também experimentam mais depressão pós-parto e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) quando comparadas às mulheres que não foram vítimas de violência obstétrica [5].

Praticar violência obstétrica e, portanto, deixar as mulheres com experiências negativas de cuidado causa um impacto indireto na satisfação no trabalho para os profissionais de saúde, haja vista o não provimento de cuidados necessários às parturientes [5].

Os resultados evidenciados neste artigo sobre os sentimentos da parturiente acerca da violência obstétrica sofrida em diversos âmbitos do sistema de saúde, ressaltaram o impacto negativo nos aspectos biopsicossociais da mulher, afetando a sexualidade, a autoestima e a saúde mental e física. Além disso, este estudo mostrou que a violência obstétrica se materializou não só em uma pior experiência com o trabalho de parto, mas também com a perda de privacidade e a negligência de direitos, como o direito ao acompanhante.

Referências

- [1] MARQUES, S. B. Violência obstétrica no Brasil: um conceito em construção para a garantia do direito integral à saúde das mulheres. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 97–119, 2020. DOI 10.17566/ciads.v9i1.585. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/585>. Acesso em: 22 out. 2021.
- [2] COMITÊ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER. Instituto para Promoção da Equidade, Assessoria, Pesquisa e Estudos. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, 'Convenção Belém do Pará', São Paulo: KMG, 1996. Deputados. Disponível em: <https://reproductive-health-journal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12978-018-0636-y>.
- [3] Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & contexto enferm. 2008; 17(4):758-764
- [4] Souza, Jéssica & Santos, Leticia & Freitas, Mayara & Virginio, Lidiane & Souza, Flávia & Araujo, Eduardo & Araújo, Hirla. (2021). O papel do enfermeiro no ciclo gravídico-puerperal frente à violência obstétrica: uma revisão integrativa. Revista Eletrônica Acervo Enfermagem. 13. e8188. 10.25248/reaenf.e8188.2021.
- [5] Orpin, J., Puthussery, S., Davidson, R. et al. Women's experiences of disrespect and abuse in maternity care facilities in Benue State, Nigeria. BMC Pregnancy Childbirth 18, 213 (2018). <https://doi.org/10.1186/s12884-018-1847-5>.

VIOÊNCIA SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O CONTEXTO EM MEIO A PANDEMIA DA COVID-19

Caroline Fernandes Ramos; Talita Domingues Caldeirão
Assis-SP
ramoscarolf@hotmail.com, talita.obstetiz@hotmail.com

O isolamento social é a medida sanitária para a prevenção do coronavírus, modificou a vida da criança e adolescente assim como as relações interpessoais, surge a preocupação de que a violência sexual contra criança e adolescentes aumentem e seja subnotificada [1], tendo em vista que o isolamento social imposto pela pandemia pode favorecer a ocorrência, por tanto foi feita análise dos dados relativos à violência sexual entre crianças e adolescentes no ano 2020 no Estado de São Paulo e analisado a prevalência e os fatores associados à violência sexual contra crianças e adolescentes. Este estudo se justifica pela necessidade de se discutir os enfrentamentos sociais que a pandemia tem causado, por meio do levantamento e análise do número de denúncias de violência sexual no período pandêmico, a fim de fomentar estratégias de enfrentamento desse problema em meio ao contexto epidemiológico atual.

Coleta de Dados

É um estudo do tipo ecológico, transversal, retrospectivo, descritivo, realizado no período de janeiro a dezembro de 2020 no estado de São Paulo e coletados a partir de fonte secundária, pública e oficial: o Portal do Disque 100 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Após a análise total de todos os itens informados nas denúncias, foram selecionados os dados referentes ao número de denúncias, perfil das vítimas, perfil dos suspeitos, vínculos entre suspeitos e vítimas, denunciantes, vínculos entre denunciantes e vítimas e local da agressão no período de janeiro a dezembro de 2020.

A população de estudo compreende crianças (< 11 anos) e adolescentes (12-17 anos), de ambos os sexos, vítimas de violência sexual e outras

concomitantes, cujos dados estão compilados no sistema do Portal do Disque 100.

Análises

No ano de 2020, foram registradas 2.991 denúncias de violência sexual infantil no estado de São Paulo, lembrando que o estado decretou quarentena no dia 22 de março, sendo assim as crianças e os adolescentes passaram a ficar em casa.

E se tratando da relação do suspeito com a vítima, é comum que sejam parentes ou outras pessoas próximas que têm livre acesso às crianças, agressor/ suspeito pode ser de diversas faixas sendo 75 % masculino [2] e a maior prevalência da faixa etária foi dos 40 a 44 anos em relação essas faixas etárias os agressores tem condição favorável em relação força física, desenvolvimento da maturação sexual tendo maior vantagem sobre vítima, sendo a maior parte das vítimas, do sexo feminino estando na faixa etária dos 05 aos 17 anos [3].

Conclusões

Este estudo possibilitou uma caracterização do perfil da violência sexual, com ênfase isolamento social devido a pandemia COVID 19, De acordo com dados do Disque 100 mais de 70% dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes acontecem no âmbito familiar, e são praticados por parentes, a educação sexual é importante no que refere a prevenção e combate à violência sexual, sendo uma ferramenta para quebrar o ciclo do abuso e através informação, profissionais da área da saúde são também importantes para identificação das vítimas, e acompanhar essa vítima tanto no acolhimento, e planeja o cuidado individual e coletivo, para garantir integridade física e emocional e qualidade vida dessa criança e adolescentes.

Referências

[1] IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. Atlas da Violência 2019. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível na internet via WWW.URL: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784

[2] BOHNENBERGER, MARINA; BUENO, SAMIRA. Os registros de violência sexual durante a pandemia de covid-19, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/7-os-registros-de-violencia-sexual-durante-a-pandemia-de-covid-19.pdf>.

[3] REINACH, SOFIA. (2021) A violência contra crianças e adolescentes na pandemia: análise do perfil das vítimas. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/13-a-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-na-pandemia-analise-do-perfil-das-vitimas.pdf>. Acesso em 26 de março 2022.

EPISIOTOMIA: REVISÃO DE LITERATURA

Nádia Cristina Barbosa Lino; Talita Domingues Caldeirão
Assis-SP
nadiacrisstyna@gmail.com, talita.obstetriz@hotmail.com

A parturição passou por transformações ao longo dos anos com o avanço no controle de infecções e o advento da analgesia. Essas ações legitimaram o emprego de novas intervenções no parto, fazendo com que deixasse de acontecer em um ambiente domiciliar, passando a ser realizado no hospital, o que culminou no processo de medicalização do nascimento [1].

O modelo atual de atenção ao parto no Brasil é caracterizado pelo alto número de intervenções, como episiotomia, uso de fórceps, manobra de kristeller, entre outros, refletindo em maior número de cesáreas e de morbimortalidade materna e perinatal [2].

Um estudo conduzido [3] demonstrou a ausência de evidências científicas sobre benefícios da episiotomia, entretanto o mesmo estudo descreveu várias complicações, como o aumento de hemorragia pós-parto, prolongamento do uso de sondas urinárias, uso de anestésicos mais potentes, dor no período puerperal, maior tempo de internação, formação de hematomas, infecção pós-natal, uso de antibióticos, incontinência fecal e urinária, formação de fístulas e dispareunia.

Apesar das evidências sobre o uso criterioso da episiotomia, estima-se que a técnica seja aplicada em 62,5% do total de partos nos EUA e cerca de 30% na Europa, enquanto na América Latina ela vem sendo utilizada como intervenção de rotina em toda primípara e em parturientes com episiotomia prévia. No Brasil, os dados são mais alarmantes. A intervenção ainda é realizada rotineiramente em mais de 90% dos partos vaginais ocorridos nas unidades hospitalares do país (GUIMARAES et al 2018).

Diante deste contexto, o problema de pesquisa norteador desta investigação está embasado no seguinte questionamento: Qual o papel do enfermeiro frente as evidências científicas sobre a episiotomia na assistência ao parto? Para responder esta questão, este estudo objetivou conhecer a produção científica da enfermagem, acerca da prática da episiotomia no contexto

nacional, a fim de favorecer conscientização do profissional.

Coleta de Dados

Trata-se de um estudo do tipo revisão de literatura o qual consiste na apresentação de novas informações ao proporcionar conhecimentos atuais sobre o tema explorado ou enfatizar lacunas no corpo de pesquisas e assim instigar pesquisadores a melhorar a base de dados científicos.

Para a construção deste estudo foram consideradas as seguintes etapas: seleção do tema e definição da questão norteadora, busca de amostra na literatura, estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão, classificação dos dados, análise dos conteúdos selecionados, interpretação dos dados coletados e síntese e apresentação dos resultados.

Após a seleção da temática da episiotomia, foi definida a seguinte questão norteadora: “Qual o papel do enfermeiro frente as evidências científicas sobre a episiotomia na assistência ao parto?” O levantamento foi realizado por meio das bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) Literatura Latino-Americana do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF).

A busca inicial possibilitou a seleção de 38 artigos. Após procedeu-se a elaboração de um instrumento de coleta de dados, contendo: a base de dados através da qual o artigo foi selecionado, o título, o ano de publicação, os sujeitos da pesquisa, o tipo de estudo. Após a análise dos dados encontrados, foram selecionados 18 artigos que corroboravam os temas em questão. Foram obedecidos os preceitos da Lei no 9.610/1998, no intuito de preservar e respeitar as ideias, os conceitos e as definições dos autores das produções analisadas, os quais devem ser apresentados fidedignamente, descritos e citados.

Análises

Quanto ao delineamento metodológico, houve predomínio de estudos de natureza quantitativa,

que totalizaram 16 publicações, seguidos por apenas 01 estudos qualitativos e 01 estudos quali-quantitativo. Em relação ao país de publicação, todos os estudos que compuseram a amostra apresentaram autoria e publicação nacional, realizados nos estados de Rio de Janeiro (04), São Paulo (04), Rio Grande do Sul (01), Alagoas (02), Minas Gerais (01), Mato Grosso (02), Goiás (03), Pará (01).

As boas práticas à assistência aos partos são evidenciadas nos estudos através das baixas taxas de adesão de episiotomias, apresentando condição perineal íntegra e/ou lacerações de primeiro e segundo grau, dando ênfase à preservação do assoalho pélvico. Foram observadas altas taxas de episiotomia realizadas por residentes em enfermagem obstétrica com maior prevalência nas primigestas [3].

Em relação ao uso das boas práticas e intervenções no trabalho de parto, a diferença encontrada entre os partos assistidos pelos enfermeiros residentes em obstetrícia daqueles não assistidos por eles sugere que a atuação autônoma da Enfermagem Obstétrica contribui como ator facilitador para gerar experiência agradável em relação ao processo de parturição e redução de intervenções não oportunas, demonstrando o diferencial do cuidado de Enfermagem [4].

É possível afirmar que a Enfermagem Obstétrica vem contribuindo e participando de forma efetiva para a adesão dos princípios atuais

nacionais e internacionais preconizados para atenção humanizada ao parto e nascimento [5].

Conclusões

Sabe-se que no Brasil ainda há uma elevada taxa de realização de episiotomia, ultrapassando as orientações da OMS.

Entretanto o presente estudo evidenciou baixas taxas de episiotomia em partos realizados por Enfermeiros (as) Obstetras. A enfermagem obstétrica vem se consolidando a cada dia, segundo a resolução 524/2016 do conselho federal de enfermagem [6] cabe ao enfermeiro obstetra promover a assistência centrada na mulher cooperando para a evolução fisiológica do parto, adotando práticas baseadas em evidências científicas que colaborem para a preservação da integridade perineal no momento da expulsão do feto. Cabe a este profissional a avaliação da evolução do trabalho de parto, bem como a indicação da realização da episiotomia, episiorrafia e aplicação de anestesia local, quando necessária.

Portanto, este estudo contribuiu para reafirmar a importância da enfermagem obstétrica e do embasamento científico para a condução e a assistência do trabalho de parto e parto. Nesse sentido, faz-se necessário mais estudos que abordem a temática da episiotomia por se tratar de um procedimento que ainda é usado de forma indiscriminada.

Referências

- [1] Guimarães NNA, Silva LSR, Matos DP, Douberin AC. Análise de fatores associados à prática da episiotomia. Rev enferm UFPE on line. [Internet]. 2018 [cited 2022 jan 15];12(4):1046-53. Available from: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i4a231010p1046-1053-2018>.
- [2] Vieira MJO, Santos AAP, Silva JMO, Sanches METL. Assistência de enfermagem obstétrica baseada em boas práticas: do acolhimento ao parto. Rev. Eletr. Enferm. [Internet]. 2016 [cited 2022 jan 15];18:e1166. Available from: <https://doi.org/10.5216/ree.v18.36714>.
- [3] Rocha EPG, Moura NAS, Albuquerque GPM, et al. Tecnologias do cuidado na assistência ao parto normal: práticas de enfermeiros e médicos obstetras. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro. 2021;11:e4218. Disponível em: <http://doi.org/10.19175/recom.v11i0.42>
- [4] Alves, T. C. de M., Coelho, A. S. F., Sousa, M. C. de, Cesar, N. F., Silva, P. S. da, & Pacheco, L. R. (2019). Contribuições da Enfermagem obstétrica para as boas práticas no trabalho de parto e parto vaginal. Enferm. foco (Brasília), 54-60. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1052473>
- [5] Vargens, O. M. da C., Silva, A. C. V. da, & Progianti, J. M. (2017). The contribution of nurse midwives to consolidating humanized childbirth in maternity hospitals in Rio de Janeiro-Brazil. Escola Anna Nery, 21(1), e20170015. <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20170015>
- [6] RESOLUÇÃO COFEN No 672/2021. ([s.d.]). Cofen. Recuperado 29 de setembro de 2023, de https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrEmxrLZBdlyjAWBPTz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzMEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1696060747/RO=10/RU=http%3a%2f%2fwww.cofen.gov.br%2fresolucao-cofen-no-672-2021_89003.html/RK=2/RS=CQ3mnTQdqCrePWQrGryFCSRofy8-

FORTALECIMENTO MUSCULAR NA PREVENÇÃO DE LESÕES NOS MEMBROS SUPERIORES: REVISÃO SISTEMÁTICA COM META-ANÁLISE

Tiago Oliveira dos Santos; Alan José Barbosa Magalhães
Assis-SP

Tiago0oo@outlook.com 01, ajb_magalhaes@yahoo.com.br 02

Introdução

O fortalecimento muscular é uma das principais técnicas quando se pensa em prevenção de lesões, pois a estabilidade articular é aumentada após o aumento do trofismo muscular, proporcionando maior segurança na realização do movimento. Os benefícios desta técnica já são bem estabelecidos, no entanto é observado escassez na literatura quando abordado a respeito de seu efeito preventivo em membros superiores, fazendo com que se torne necessário uma análise de seus efeitos preventivos quando comparado com outras técnicas.

Objetivo

O objetivo do estudo foi avaliar a aplicabilidade e efetividade do fortalecimento muscular na prevenção de lesões nos membros superiores.

Metodologia

O delineamento da presente revisão sistemática com meta-análise será realizado utilizando o guia disponibilizado pela Cochrane Handbook os Systematic Reviews of Interventions. Antes de iniciar a busca nas bases de dados, a presente

revisão sistemática será registrada no International Prospective Register of Systematic Reviews (PROSPERO). O Preferred Reporting items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA), será o guia utilizado para redigir a revisão, no qual são detalhados os itens e processos necessários para produção de uma revisão sistemática com meta-análise de alta qualidade.

Resultados

Cinco estudos foram analisados na qual usavam o treinamento de força como uma das técnicas de prevenção. Três dos estudos mostraram que a implementação do treino de força como uma das técnicas de prevenção foi eficaz na redução da incidência, enquanto dois estudos afirmam que o treino não apresentou resultados significantes para que possa ser usado como uma técnica preventiva. Desta forma o treinamento de força se apresenta com uma intervenção efetiva na prevenção de lesões, mas sendo de suma importância que ele seja associado a uma ou mais técnicas para que seu efeito preventivo possa ser maior.

Referências

- [1] THIGPEN, C.A.; BAILEY, L.B.; KISSENBERTH, M.J.; NOONAN, T. J.; HAWKINS, R. J.; SHANLEY, E. Effectiveness of a Preseason Prevention Program on Arm Injury Risk Factors: An Randomized Control Trial in Adolescent Pitchers. *Orthopaedic Journal of Sports Medicine*, V. 4, n. 3, 2016.
- [2] KISS, G.; KOVÁCSNÉ, V.B.; TÓTH, Á.L.; JEGES, S.; MAKAI, A.; SZILÁGYI, B.; ÁCS, P.; JÁROMI, M. Efficiency examination of a 6-month trunk prevention program among recruitment kayak-canoe athletes: A randomized control trial. *Journal of back and musculoskeletal rehabilitation*, V. 32, n. 3, p. 367-378, 2019.
- [3] BRANDENBURG J.P. The acute effects of prior dynamic resistance exercise using different loads on subsequent upper-body explosive performance in resistance-trained men.

Journal of strength and conditioning research, V.19, n. 2, p. 427-432, 2005.

- [4] BATALHA, N.; PAIXÃO, C.; A.J.; COSTA, M.J.; MULLEN, J.; BARBOSA, T.M. The Effectiveness of a Dry-Land Shoulder Rotators Strength Training Program in Injury Prevention in Competitive Swimmers. *Journal of human kinetics*, V. 71, p. 11-20, 2020.
- [4] SHITARA, H.; YAMAMOTO, A.; SHIMOYAMA, D.; ICHINOSE, T.; SASAKI, T.; HAMANO, N.; UENO, A.; ENDO, F.; OSHIMA, A.; SAKANE, H.; TACIBANA, M.; TOMOMATSU, Y.; TAJIKA, T.; KOBAYASHI, T.; OSAWA, T.; LIZUKA, H.; TAKAGISHI, K. Shoulder Stretching Intervention Reduces the Incidence of Shoulder and Elbow Injuries in High School Baseball Players: a Time-to-Event Analysis. *Scientific reports*, 2017.

IMPACTO DA CESSAÇÃO DO TABAGISMO NA QUALIDADE DE VIDA DO INDIVÍDUO: REVISÃO INTEGRATIVA

Luiza Bertolaccini Scolin; Gerson Luiz Medeiros Bertoche
Assis-SP
luizascolin@gmail.com, gersonbertoche@uol.com.br

O tabagismo é reconhecido de acordo com a revisão da classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde (CID-11) como uma doença crônica causada pela dependência à nicotina, que se integra no grupo “transtornos mentais, comportamentais ou do desenvolvimento”. Foi classificado como uma epidemia desde 2003 pela organização mundial de saúde, e devido a isso foi criada a convenção-quadro da organização mundial da saúde para o controle do tabaco (WHO FCTC) que hoje conta com a adesão de 182 países que cobrem 90% de toda população mundial.

Nos últimos anos, com o desenvolvimento de técnicas específicas, estudos demonstram de forma convincente a influência genômica em todas as etapas de adição ao tabaco em conjunto com as influências do meio ambiente. O cromossomo/região 15q25 (região 25 do braço longo do cromossomo 15) atua no risco de desenvolver dependência a nicotínica, fator que influencia diretamente na parada de fumar.

No Brasil a partir da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 12.6% de sua população adulta é tabagista, contudo, comparando com 1989, 34.8% da população fumava, refletindo queda significativa, mostrando que importantes ações desenvolvidas e implementadas pela política nacional de controle a tabaco surtiram efeitos.

Existem estimativas de que a influência do tabagismo na saúde custe para o mundo cerca de 1.4 trilhões de dólares por ano, 40% desse custo em países em desenvolvimento. Ademais, o Brasil gasta anualmente aproximadamente 152.148 bilhões de reais por ano em doenças causadas pelo tabagismo, sendo que esses custos englobam aqueles relacionados diretamente com saúde, como também à perda da produtividade no trabalho e cuidados familiares.

A qualidade de vida possui muitas definições, mas, no âmbito médico se utiliza como sinônimo para saúde, sendo pesquisada e avaliada das mais

variadas formas pelos pesquisadores a partir de questionários criados com enfoque em analisar amplamente o indivíduo como Short Form Health Survey (SF-36), WHOQOL-100 e WHOQOL Bref que pesquisam a capacidade funcional, limitação por aspectos físicos, dor, estado geral, aspectos psicológicos e relação com o meio ambiente.

Objetivo

O objetivo desse estudo foi descrever mediante a revisão de literatura, o impacto da cessação do tabagismo na qualidade de vida do indivíduo e a análise de quais questionários existentes são mais utilizados para avaliar esse impacto na qualidade de vida do indivíduo.

Metodologia

A literatura foi coletada utilizando a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed e Scielo, selecionando artigos publicados entre janeiro de 2010 a fevereiro de 2023. A busca foi realizada com a utilização das palavras chaves: qualidade de vida, tabagismo, questionário. Os resumos foram analisados utilizando o critério de inclusão: (I) artigos publicados em português ou inglês; (II) relação do tabagismo na qualidade de vida do indivíduo; (III) estudos que avaliaram a qualidade de vida utilizando questionários; (IV) estudos que apresentaram resultado relacionado a qualidade de vida; (V) estudos disponíveis gratuitamente. Todos com esse critério foram analisados em sua totalidade.

Resultados parciais

Os estudos analisam a qualidade de vida a partir da utilização diferentes questionários como, WHOQoL-Bref, WHOLQoL-OLD, Quality of life inventory (QOLI), Single item global health measure (SFI), Short form 36 questionnaire (SF-36). Em complemento, alguns correlacionaram o grau de dependência a nicotina (Fargerstrom Test) e sintomas de depressão e ansiedade (Bech depression inventory (BDI), 4-Item patient health questionnaire for depression anxiety (PHQ-4)), ao consumo do tabaco e qualidade de vida relatada.

Foi possível observar que a qualidade de vida relacionada a saúde apresentou saldo positivo quando relacionada à cessação do tabaco ou à comparação entre a população tabagista. O tempo de cessação também influenciou positivamente na melhora da qualidade de vida, Douglas et al (2018), demonstrou que no primeiro mês de cessação ocorreu a maioria da melhora da qualidade de vida. Na maioria dos estudos foi analisado que a maioria dos participantes eram população feminina, essa que quando comparada a masculina apresentou pior qualidade de vida.

A influência do grau de dependência a nicotina na qualidade de vida sofreu alteração entre os estudos quando em um foi discutido que não existe diferenças significativas quando comparados os graus e a qualidade de vida e em outro comprovou que fumantes com maiores níveis de dependência apresentaram maior medo da morte e de sofrerem dor do que os outros, impactando negativamente em sua qualidade de vida. Foi observado que o tabagismo não influenciou somente na qualidade de vida, mas também quanto ao número de hospitalizações e incidência de doenças agravadas pelo tabaco (diabetes, hipertensão,

doença cardíaca, doença respiratória, úlcera péptica) que podem se correlacionar com aspectos de autonomia, participação social, estresse, ansiedade e depressão.

Os sintomas depressivos, ansiedade e estresse foram prevalentes nas populações tabagista quando comparada a não tabagista ou ex-tabagista. Foi analisado em um estudo que 49,9% da população tabagista apresentava algum grau de sintoma depressivo comparado a 12,1% da não tabagista; já em outro foi possível correlacionar que com cessação os sintomas diminuíram para 50% quando comparados aos participantes que continuaram a fumar. Ademais, existe uma discussão sobre se o tabagismo leva a uma piora da depressão ou a mesma leva a um maior consumo e conseqüentemente a uma piora da qualidade de vida do indivíduo, contudo é comprovado que existe maior prevalência de depressão em indivíduos tabagistas quando comparados aos que nunca fumaram. Mostra-se necessário além das ações antitabagismo o acompanhamento psicológico para melhor qualidade de vida do indivíduo.

Referências

- [1] WORD HEALTH ORGANIZATIONS. TOBACCO, May 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/tobacco>. Acesso em: 17 de setembro de 2023.
- Corrêa da Silva, Luiz Carlos. Tabagismo: Doença que tem tratamento, 1ª edição. Artmed, 2012.
- [2] INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Prevalência do Tabagismo, outubro 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/gestor-e-profissional-de-saude/observatorio-da-politica-nacional-de-controle-do-tabaco/dados-e-numeros-do-tabagismo/prevalencia-do-tabagismo>. Acesso em: 17 de setembro de 2023.
- [3] Palacios A, Pinto M, Barros L, Bardach A, Casarini A, Rodríguez Cairoli F, Espinola N, Balan D, Perelli L, Comolli M, Augustovski F, Alcaraz A, Pichon-Riviere A. Instituto de Efetividade Clínica e Sanitária. A importância de aumentar os impostos do tabaco no Brasil, dez. 2020, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <http://www.iecs.org.ar/tabaco>. Acesso em: 17 de setembro de 2023.
- [4] WORD HEALTH ORGANIZATIONS. TOBACCO. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/tobacco#tab=tab_2. Acesso em: 17 de setembro de 2023.
- [5] PEREIRA, F, É.; TEIXEIRA, S, C.; SANTOS DOS, A. Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/4jdhpVLrvjx7hwshPf8FWPC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 de setembro de 2023.
- [6] Levy DE, Chang Y, Regan S, Tindle HA, Singer DE, Rigotti NA. Improvements in health-related quality of life among smokers who quit after hospitalization. *Prev Med*. 2018; 110:38-46. DOI10.1016/j.ypmed.2018.02.006
- [7] Viana DA, Andrade FCD, Martins LC, Rodrigues LR, Dos Santos Tavares DM. Differences in quality of life among older adults in Brazil according to smoking status and nicotine dependence. *Health Qual Life Outcomes*. 2019;17(1):1. Published 2019 Jan 3. DOI10.1186/s12955-018-1072-y
- [8] Milic M, Gazibara T, Pekmezovic T, et al. Tobacco smoking and health-related quality of life among university students: Mediating effect of depression. *PLoS One*. 2020;15(1):e0227042. Published 2020 Jan 8. DOI10.1371/journal.pone.0227042
- [9] Çakmakçı Karadoğan D, Önal Ö, Say Şahin D, Yazıcı S, Kanbay Y. Evaluation of school teachers' sociodemographic characteristics and quality of life according to their cigarette smoking status: a cross-sectional study from the eastern Black Sea region of Turkey. *Tuberk Toraks*. 2017;65(1):18-24.
- [10] Castro MR, Matsuo T, Nunes SO. Clinical characteristics and quality of life of smokers at a referral center for smoking cessation. *J Bras Pneumol*. 2010;36(1):67-74. DOI10.1590/s1806-37132010000100012
- [11] Piper ME, Kenford S, Fiore MC, Baker TB. Smoking cessation and quality of life: changes in life satisfaction over 3 years following a quit attempt. *Ann Behav Med*. 2012;43(2):262-270. DOI10.1007/s12160-011-9329-2.

EFEITOS DA TERAPIA COM LASER DE BAIXA POTÊNCIA NA CICATRIZAÇÃO DE FERIDAS DE DIFERENTES ETIOLOGIAS: REVISÃO INTEGRATIVA

Isabela Santos Escaramboni; Mariana Rosa da Silva; Mariana Romanholi Palma
Assis-SP

isabela445@gmail.com, marosa02@outlook.com, marianaromanholi@hotmail.com

A pele tem diversas funções importantes, uma delas é a formação de barreira contra microrganismos e defesa contra traumatismos [1] [2]. As lesões afetam a anatomia e função da pele e podem acarretar prejuízos em estruturas mais profundas [3]. As feridas têm diversas etiologias, podem ser resultado de procedimento cirúrgico, pressão, traumas, ou mesmo por processo de doença [1] [2].

As feridas acarretam impacto social e econômico, pois quando são crônicas levam de meses a anos para cicatrizar e podem causar complicações, amputações e em alguns casos evoluir para óbito [4].

O processo de cicatrização possui quatro fases, sendo respectivamente: hemostasia, fase inflamatória, fase proliferativa e fase de reparo [5]. Em situação fisiopatológica estas fases sofrem alterações e comprometem a cicatrização da ferida [4] [1].

Algumas técnicas estão sendo estudadas para contribuir e acelerar o processo cicatricial, entre elas o Laser de Baixa Potência (LBP), ou também chamado de terapia de fotobiomodulação [6]. O LBP é uma estratégia não invasiva e não farmacológica, que atua por meio do estímulo do tecido mediante a amplificação da luz no tecido lesionado [7] e é capaz de gerar mudanças vasculares, melhora do tecido epitelial e contribuir para redução da dor e inflamação [8]. O LBP utiliza a radiação não ionizante como luz, com a finalidade de recuperar o tecido danificado [9].

Ainda que o LBP seja um recurso amplamente utilizado no processo de reparo tecidual, existem dúvidas quanto aos melhores parâmetros, técnicas de aplicação e comprimentos de onda. Desta forma, analisar as evidências existentes, compreender os mecanismos de ação dos lasers vermelho e infravermelho, bem como os parâmetros que oferecem melhores resultados

na cicatrização é fundamental para a aplicabilidade clínica.

Objetivos

Analisar as evidências existentes sobre o efeito da terapia com laser de baixa potência nos comprimentos de onda vermelho e infravermelho no processo de cicatrização de feridas.

Compreender os mecanismos de cicatrização oferecidos pela terapia com laser de baixa potência nos comprimentos de onda vermelho e infravermelho. Identificar quais os parâmetros, comprimentos de onda e periodicidade oferecem os melhores resultados no processo cicatricial.

Metodologia

Trata-se de um estudo quantitativo, realizado a partir da busca de artigos já publicados em bases de dados. Foi realizada busca eletrônica em quatro bases de dados LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), MEDLINE (Literatura Internacional em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Biblioteca Cochrane, para identificar estudos relevantes dos últimos dez anos (janeiro de 2013 a fevereiro de 2023). As buscas foram realizadas em inglês e português, com as seguintes palavras chave: "Low-Level Light Therapy" ("terapia a laser de baixa potência") e "wound healing" ("cicatrização de feridas"). Esses termos, estão cadastrados no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e foram combinados com operadores booleanos (AND/OR), para aumentar a sensibilidade e especificidade da busca.

Foram incluídos artigos que utilizaram laser vermelho ou infravermelho para cicatrização de feridas de diferentes etiologias, em seres humanos. Artigos publicados anteriormente ao ano de 2013 e os que não contemplam a temática foram excluídos.

Com base nos critérios de inclusão, foi realizada uma triagem inicial dos títulos seguida

da análise dos resumos para selecionar possíveis artigos relevantes. Em seguida, foram triados artigos em texto completo para leitura final.

Resultados parciais

Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, com análise de pesquisas relevantes dos últimos dez anos, sobre o uso de terapia com laser de baixa potência no processo de cicatrização de feridas de diferentes etiologias.

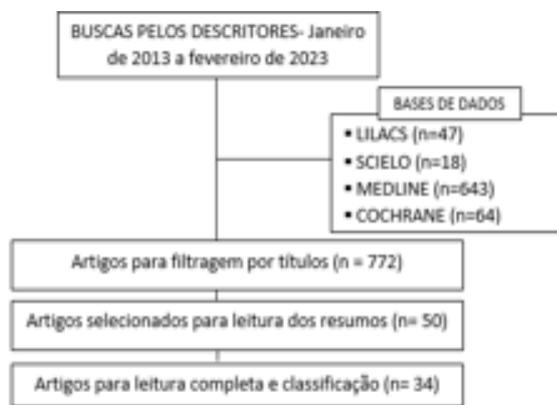


Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos artigos.

Foram selecionados 34 artigos para leitura final e classificação. A Figura 1 apresenta o fluxograma da seleção dos artigos.

Os resultados serão apresentados de maneira descritiva, em textos e tabelas. As tabelas serão compostas com as seguintes informações: autor e ano, tipo de laser e parâmetros, técnica, periodicidade, etiologia da ferida, grupo controle, grupo intervenção e nível de evidência. Os artigos serão classificados em seis níveis, de acordo com a qualidade da evidência, considerando a “Prática Baseada em Evidências”, que dá enfoque nos sistemas de classificação de evidências de forma hierárquica [10]: Nível 1 – evidências que resultam da meta-análise de múltiplos estudos clínicos controlados e randomizados; Nível 2 – evidências por meio de estudo individual com delineamento experimental; Nível 3 – estudo com delineamento quase experimental; Nível 4 – estudos descritivos, (não experimental) ou com abordagem qualitativa; Nível 5 - relatório de casos ou de experiência; Nível 6 - opinião de especialistas.

Referências

- [1] FREITAS, Karina da S.; MINICUCCI, Eliana; LIMA, Talita TO de.; SILVA, KAB da; MENOZZI, BD; SILVA, VFB da; POPIM, RC. Efeitos da fotobiomodulação (laser de baixa intensidade) na cicatrização de feridas: uma revisão integrativa. Pesquisa, Sociedade e 13 Desenvolvimento. v. 10, n. 11, p. e362101119821, 2021. DOI 10.33448/rsdv10i11.19821.
- [2] GOMES, Bruna S.; BOMFIM, Fernando R. C. do; FILHO, Gaspar de J. L. A fotobiomodulação no processo cicatricial da pele - revisão da literatura / Photobiomodulation in wound healing process - literature review. Brazilian Journal of Development. v. 6, n. 9, p. 66814-66826, 2020. DOI 10.34117/bjdv6n9-207.
- [3] VELNAR, T., BAILEY, T., & SMRKOLJ, V. The wound healing process: an overview of the cellular and molecular mechanisms. The Journal of international medical research, v.37(5), p.1528-1542, 2009. <https://doi.org/10.1177/147323000903700531>
- [4] OYEBODE, Olajumoke., HOURELD, Nicolette. N., & ABRAHAMSE, Heidi. (2021). Photobiomodulation in diabetic wound healing: A review of red and near-infrared wavelength applications. Cell biochemistry and function, v.39(5), p.596-612, 2021. DOI 10.1002/cbf.3629
- [5] WILKINSON, Holy N., HARDMAN, Matthew J. Wound healing: cellular mechanisms and pathological outcomes. Open Biology. v.10, n. 9, p.200223. 2020. DOI <https://doi.org/10.1098/rsob.200223>.
- [6] MUSSTAF, Ruwaidah. A., JENKINS, David. F. L., & JHA, Awadhash. N. Assessing the impact of low level laser therapy (LLL) on biological systems: a review. International journal of radiation biology, v.95(2), p.120-143, 2019. <https://doi.org/10.1080/09553002.2019.1524944>
- [7] CARDOSO, Vinicius. S., DE S. L. DA SILVEIRA, Pedro. R., DOS SANTOS, C. M., DA ROCHA, R. B., & HAZIME, F. A. Dose-response and efficacy of low-level laser therapy on diabetic foot ulcers healing: Protocol of a randomized controlled trial. Contemporary clinical trials, v.110, p.106561, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.cct.2021.106561>
- [8] SILVA, Jessica da R.M.; FERNANDES, Mariana. A. de L.; NEIVA, Luciane. M. Análise comparativa dos efeitos do laser de baixa potência na cicatrização de lesões: revisão sistemática. Brazilian Journal of Health Review, v.4, n.3, p. 13949-13960, 2021. DOI10.34119/bjhrv4n3-330.
- [9] LAYANE, Thobekile. S.; JERE, Sandy. W.; HOURELD, Nicolette. N. Sinalização celular e fotobiomodulação no reparo de feridas crônicas. International Journal of Molecular Sciences, v.20, n.20, 2021. DOI 10.3390/ijms222011223.
- [10] SOUZA, Marcela. T., SILVA, Michelly. D., & CARVALHO, Rachel. d. (2010). Integrative review: what is it? How to do it? Einstein (Sao Paulo, Brazil), v.8(1), p.102-106, 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>.

INCIDÊNCIA DO USO DE PSICOTRÓPICOS EM ESTUDANTES DE MEDICINA DE UMA FACULDADE NO INTERIOR DE SÃO PAULO

Giovana Ribeiro de Melo Afonso
Assis-SP
ribeiroafonsogiovana@gmail.com

Introdução

Droga é qualquer substância extrínseca ao organismo que tem a capacidade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, alterando seu funcionamento. As drogas podem ser classificadas como depressoras, estimulantes ou perturbadoras, conforme os efeitos aparentes que causam no sistema nervoso central [1]. As drogas psicotrópicas modificam o funcionamento do cérebro e causam modificações no psiquismo.

O predomínio no uso de drogas entre os jovens no Brasil tem crescido cada vez mais [2,3] e, com o aumento do consumo dessas substâncias, esse consumo é crescente também no meio universitário, sobretudo quanto ao uso de medicamentos psiquiátricos, mesmo sendo a categoria que mais conhece sobre o tema [4]. No mundo todo, os medicamentos destinados ao tratamento de doenças mentais ocupam o 9º lugar dentre os mais vendidos, o que representa cerca de 7% das vendas. Assim, esse tema mostra-se de notável relevância, já que há uma grande quantidade de usuários dessas substâncias que não apresentam recomendação ou receita médica, em especial entre os estudantes. Além disso, ações para a prevenção são mais satisfatórias quando são fundamentadas na realidade do consumo, por isso, mostra-se essencial a realização de pesquisas nas diversas parcelas da sociedade.

Objetivo

Esse estudo buscou quantificar e qualificar a diferença no uso de drogas psicoativas entre os alunos das etapas semestrais do curso de medicina de uma faculdade do interior de São Paulo identificando suas particularidades. Dentre as características pesquisadas estão: quais medicamentos são utilizados, o motivo do consumo, a quantidade e frequência do uso, se já houve consumo antes de entrar no curso, se

há indicação médica. Além disso, buscou-se avaliar demais variáveis e características dos entrevistados.

Metodologia

Tratou-se de um estudo quali-quantitativo do tipo exploratório descritivo com uma população de 506 estudantes ativos no curso de medicina.

O instrumento de coleta foi um formulário feito pela pesquisadora na plataforma Google Forms que foi encaminhado aos estudantes de Medicina da instituição escolhida, através de e-mail com uma carta o convidando a participar da pesquisa, com o termo de consentimento e com um link que dá acesso ao questionário. A análise dos dados ocorrerá por meio da inserção e da análise das respostas no programa MS Excel (Windows®).

Esse questionário levou em média 5 minutos para ser respondido e teve um prazo de uma semana para ser preenchido pelos alunos. Primeiramente, foram expostas informações sobre a pesquisa e um termo de consentimento de uso dos dados do formulário. Em seguida, foram coletadas informações sobre o estudante como nome, gênero, idade, naturalidade, cidade onde reside, estado civil, religião, etapa do curso de medicina, se possui filhos (e se sim, quantos) e se faz algum uso de psicotrópicos. Se a resposta para essa última pergunta fosse “não”, encerrava-se o questionário. Se a resposta fosse “sim”, seguiam-se as questões.

As perguntas seguintes investigaram quais eram os principais psicotrópicos que a pessoa faz uso, se ela tem prescrição médica para eles, há quanto tempo ela faz uso desses medicamentos, qual é a dose utilizada e quais motivos o levaram ao uso desses psicotrópicos.

Por fim, havia a pergunta: “você se sente dependente da medicação?”. Se a resposta dada fosse “não”, encerrava-se o formulário. Caso a resposta fosse “sim”, seguia-se para a última

pergunta, a do “por quê?”, cuja resposta era dissertativa.

Coleta de Dados

A pesquisa estava em fase de coleta de dados no momento da produção desse resumo e com formulário aberto para novas respostas até o dia 25/09/2023. Por isso, os resultados aqui apresentados são apenas parciais, baseados em 99 participantes.

Em relação ao gênero, as respostas foram: 76,8% do gênero feminino, 22,2% masculino e 1% neutro.

Quanto a idade, a média encontrada foi de 23,7 com desvio padrão de 5,7.

A residência atual da maioria é Assis-SP com 69,7% e o estado civil é solteiro com 90,9%. A religião católica foi a mais prevalente (35,4%) e 92,9% dos participantes não têm filhos. O uso de psicotrópicos foi afirmado por 44,4% dos estudantes, dos quais 95,5% alegam ter prescrição médica.

Referências

- [1] NICATRI S. Drogas: classificação e efeitos no organismo. In: SENAD. Prevenção ao uso indevido de drogas. 4ª ed. Brasília: SENAD. 2011; 19-36.
- [2] GALDUROZ, JC, Noto AR, Nappo SA, Carlini EA. Trends in drug use among students in Brazil: analysis of four surveys in 1987, 1989, 1993 and 1997. Braz J Med Biol Res. 2004; 34:523- 31.
- [3] MARQUES, ACPR, CRUZ MS. O adolescente e o uso de drogas. Rev Bras Psiquiatr.2000; 22(Supl. 2):32-6.
- [4] ANDRADE AG, Bassit AZ, Kerr-Corrêa F, Tonhon AA, Boscovitz EP, Cabral M. Fatores de risco associados ao uso de álcool e drogas na vida, entre estudantes de medicina do Estado de São Paulo. Rev Abp- Apal. 1997; 19:117-26).

A principal justificativa para esse consumo foi ansiedade (81,8%), seguida de depressão (45,5%) e insônia (27,3%).

Desses usuários, 55,8% se sentiam dependentes da medicação.

Questões abertas do formulário ainda não foram analisadas e, por isso, não há resultado parcial disponível.

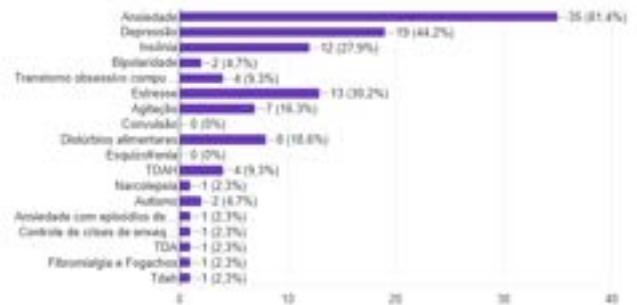


Gráfico 01: motivos alegados para o uso de psicotrópicos. TOC-Transtorno Obsessivo Compulsivo; TDAH-Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade; Ansiedade com episódios depressivos; Controle de crises de enxaqueca; TDA-Transtorno de Déficit de Atenção.

Fonte: próprio autor

COMPORTAMENTO DA MODULAÇÃO AUTÔNOMICA CARDÍACA ENTRE INDIVÍDUOS QUE FORAM OU NÃO ACOMETIDOS PELA COVID-19

Anna Jullya Silva Nascimento; Prof^a. Dr^a. Carolina Takahashi
Assis-SP

annajullyasilvanascimento@gmail.com; carte.takahashi@gmail.com

A COVID-19 é uma infecção causada pelo novo coronavírus, que se originou do SARS-CoV-2 e teve início na China [1]. Após isso, o vírus se disseminou rapidamente para outros países, sendo responsável por matar aproximadamente de 2 milhões de pessoas [2]. A infecção gerou severas complicações no sistema respiratório, por exemplo a dispnéia [3]. Além disso, as sequelas também afetaram outros sistemas, como o neurológico, tegumentar, cardiovascular e muito mais [4].

Apesar dos diversos sistemas serem afetados, todos possuem um ponto em comum, que é eles serem, ao menos em parte, comandados pelo sistema nervoso autônomo. Atualmente, uma das ferramentas mais utilizadas para avaliação do sistema nervoso autônomo (SNA) é a variabilidade da frequência cardíaca (VFC), essa avaliação descreve as oscilações entre os intervalos dos batimentos cardíacos consecutivos, sendo uma forma fácil de coleta de dados e ótimo custo-benefício [5].

Dentre tais informações, acreditamos que os indivíduos que foram acometidos pela COVID-19 tenham um pior perfil autonômico cardíaco e apresente correlações significantes com os índices lineares da VFC. Por fim, fica claro a importância dessa avaliação, principalmente no aspecto de monitorização e acompanhamento de saúde dessa população.

O objetivo do presente trabalho foi comparar o comportamento autônomo cardíaco entre indivíduos acometidos e os não acometidos pela COVID-19. E secundariamente, correlacionar a quantidade de sintomas e sequelas, deixadas pela infecção, com os índices lineares da VFC.

Materiais e métodos

O estudo foi composto por duas etapas, que foram realizadas na Fundação Educacional do Município de Assis/SP (FEMA). A primeira consistiu na identificação e coleta de informações de caracterização dos voluntários, além da aplicação do questionário elaborado para coleta de

informações referentes ao período de infecção e possíveis sequelas deixadas. A segunda, foi dedicada a avaliação do SNA por meio da VFC, as duas foram no mesmo dia e feitas individualmente.

Logo após, os voluntários foram divididos em dois grupos: grupo 1 – voluntários que contraíram COVID-19, e grupo 2 – voluntários que não contraíram a doença. A avaliação do SNA aconteceu por meio da captação da frequência cardíaca pelo cardiófrequencímetro da marca Polar® M200 (Polar Electro OY, Finlândia), feito pelo uso de uma cinta de captação (H10) e um receptor de FC. O preparo para a avaliação foi permanecer 24 horas antes sem o consumo de bebidas alcoólicas e/ou estimulantes do SNA, além de evitarem grande ingestão alimentar e não realizarem atividades físicas vigorosas/intensas. Após fixação do cardiófrequencímetro, o voluntário foi colocado em decúbito dorsal, onde permaneceu em repouso e em respiração espontânea por 30 minutos. Para análise dos dados da VFC foram utilizados 1000 intervalos RR consecutivos, onde foram obtidos os índices rMSSD, SDNN, pNN50, HF (ms² e un) e LF (ms² e un).

A análise estatística foi iniciada pela normalidade dos dados, testadas pelo teste de Shapiro-Wilk. Para comparação das médias dos parâmetros analisados (índices da VFC) entre os grupos, foi realizado dependendo da normalidade dos dados, o teste T de *Student*, foi utilizado para dados paramétricos não pareados, e o teste de Mann-Whitney, para dados não paramétricos. Já a presença de correlações foi analisada por meio da correlação de Pearson ou a de Spearman, dependendo da normalidade dos dados. Todos os resultados foram discutidos em um nível de significância de 5%. Foi utilizado o programa *Statistical Package for the Social Sciences* – versão 25.0 (SPSS Inc., Chicago, EUA).

Resultados

Este estudo contou com 30 participantes, sendo divididos em 15 para cada grupo. Nos dois grupos houve prevalência do sexo feminino. Na Tabela 1,

o grupo infectado apresentou de uma a três infecções, e seus indivíduos possuíam média de idade superior ($p > 0,05$). Além disso, maior IMC e parâmetros cardiovasculares de repouso elevados também esteve presente neste grupo.

Variável	Sem COVID (n=15)	Com COVID (n=15)	Valor de p
Número de vezes acometido:	--	1,40 ± 0,73 1,00 (1,00 – 3,00)	--
Idade (anos)	26,66 ± 14,64 21,00 (18,00 – 73,00)	31,93 ± 14,80 24,00 (19,00 – 60,00)	0,206
IMC (Kg/m ²)	24,55 ± 4,15 24,44 (17,01 – 33,59)	26,08 ± 7,25 27,14 (20,96 – 44,12)	0,016*
FC (bpm)	72,60 ± 8,56 76,00 (58,00 – 85,00)	82,40 ± 16,32 77,00 (60,00 – 113,00)	0,049*
PAS (mmHg)	109,33 ± 16,67 110,00 (90,00 – 140,00)	116,66 ± 12,90 110,00 (100,00 – 150,00)	0,110
PAD (mmHg)	68,00 ± 12,07 70,00 (50,00 – 90,00)	81,33 ± 13,02 80,00 (60,00 – 100,00)	0,007*
SatO ₂ (%)	97,46 ± 2,41 98,00 (89,00 – 99,00)	97,06 ± 1,98 98,00 (93,00 – 99,00)	0,537

Valores expressos em: média ± desvio padrão, mediana (mínimo – máximo) ou porcentagem (número absoluto).
Legenda: n = número de participantes; IMC = índice de massa corporal; Kg = quilogramas; bpm = batidas; FC = frequência cardíaca; bpm = batimentos por minuto; PAS = pressão arterial sistólica; mmHg = milímetros de mercúrio; PAD = pressão arterial diastólica; SatO₂ = saturação parcial de oxigênio; % = porcentagem

Tabela 01: Características clínicas e físicas dos participantes analisados (n=30).

Fonte: Autor.

Na tabela 2, é notável a presença de resultados alterados no ramo parassimpático ($p < 0,05$), representado pelos índices rMSSD, pNN50 e HF (ms²), onde o grupo com COVID-19 apresenta valores inferiores estatisticamente significantes. Já a variabilidade global, representada pelos índices SDNN, LF (ms²) e LF (un) não apresentaram diferença significativa, porém mesmo sem significância estatística, é possível observar que o grupo de voluntários que contraíram a COVID-19 apresentam valores reduzidos de tais índices, o que indica uma baixa VFC.

Índices	Sem COVID (n=15)	Com COVID (n=15)	Valor de p
rMSSD	44,40 ± 22,59 39,20 (6,10 – 87,40)	27,11 ± 18,14 22,20 (4,40 – 63,90)	0,010*
SDNN	63,51 ± 26,40 58,20 (22,60 – 127,20)	49,40 ± 24,67 43,70 (16,10 – 105,50)	0,142
pNN50	22,24 ± 18,46 16,22 (0,00 – 62,06)	8,40 ± 13,08 2,30 (0,00 – 37,44)	0,006*
LF (ms ²)	1077,46 ± 963,47 662,00 (130,00 – 3824,00)	685,13 ± 710,64 429,00 (65,00 – 2667,00)	0,101
LF (un)	57,73 ± 19,37 53,49 (31,00 – 94,51)	70,53 ± 16,67 71,11 (43,30 – 96,99)	0,063
HF (ms ²)	940,13 ± 831,36 648,00 (7,00 – 2740,00)	401,20 ± 521,96 160,00 (5,00 – 1742,00)	0,015*
HF (un)	42,14 ± 19,31 46,45 (5,48 – 68,51)	241,93 ± 824,30 28,83 (3,01 – 3221,00)	0,141

Legenda: rMSSD = raiz quadrada da média do quadrado das diferenças entre intervalos RR normais adjacentes, expresso em milissegundos; SDNN = desvio padrão de todos os intervalos RR normais, expresso em milissegundos; pNN50 = porcentagem dos intervalos RR adjacentes com diferença de duração maior que 50ms; LF = baixa frequência; HF = alta frequência; ms² = milissegundos ao quadrado; un = unidades normalizadas.

Tabela 02: Comparação dos índices lineares da modulação autonômica cardíaca, do domínio do tempo e da frequência entre indivíduos que foram ou não acometidos pela COVID-19 (n=30).

Fonte: Autor.

Na tabela 3, houve correlações negativas estatisticamente significantes, para os índices

rMSSD, pNN50 e LF (un) com a quantidade de sintomas. E correlações negativas ($p < 0,05$) para os índices rMSSD, pNN50, LF (ms²) e LF (un) com a quantidade de sequelas. Havendo uma exceção, onde houve correlação positiva do índice LF (un) com a quantidade de sintomas e sequelas ($p < 0,05$).

Índices	Quantidade de Sintomas		Quantidade de Sequelas	
	r	Valor de p	r	Valor de p
rMSSD	-0,569	0,001*	-0,571	0,001*
SDNN	-0,349	0,059	-0,320	0,085
pNN50	-0,604	0,000*	-0,594	0,001*
LF (ms ²)	-0,357	0,053	-0,383	0,037*
LF (un)	0,459	0,011*	0,441	0,015*
HF (ms ²)	-0,540	0,002*	-0,521	0,003*
HF (un)	-0,425	0,019*	-0,414	0,023*

Legenda: rMSSD = raiz quadrada da média do quadrado das diferenças entre intervalos RR normais adjacentes, expresso em milissegundos; SDNN = desvio padrão de todos os intervalos RR normais, expresso em milissegundos; pNN50 = porcentagem dos intervalos RR adjacentes com diferença de duração maior que 50ms; LF = baixa frequência; HF = alta frequência; ms² = milissegundos ao quadrado; un = unidades normalizadas.

Tabela 03: Correlação entre quantidade de sintomas, quantidade de sequelas da COVID-19 e os índices da modulação autonômica cardíaca.

Fonte: Autor.

Discussão

No presente estudo observamos que o grupo infectado apresentou maior idade e presença de maior IMC, quadro de sobrepeso, em comparação aos que não foram acometidos.

Na literatura existem resultados semelhantes, no estudo de Petrova et al. (2020) [6], foi falado que a obesidade e sobrepeso facilita a infecção por COVID-19. Ainda, essa comorbidade é um fator importante e corriqueiro na vida dos jovens e adultos atualmente.

A presença de correlação negativa entre os índices da VFC e quantidade de sintomas e sequelas, indica que quanto mais sintomas ou sequelas o voluntário apresentou durante o período da doença, menor são os valores dos índices lineares da VFC atualmente, tanto para os índices que representam a atividade global quanto os parassimpáticos. As únicas exceções foram o SDNN que não apresentou correlação significativa com nenhuma das variáveis, e o LF (un) que apresentou uma correlação positiva.

Assim como nesse estudo, Durans et al. (2023) [7], demonstrou que pessoas infectadas pela COVID-19 apresentaram diminuição dos índices rMSSD e SDNN, indicando redução da modulação global e parassimpática desses indivíduos.

Por fim, o estudo de Avila et al. (2023) [8], também confirma que acometidos pela COVID-19

apresentam sequelas crônicas, podendo ser mais frequente no sistema respiratório, nervoso, cardíaco e musculoesquelético. Corroborando com a literatura, nosso estudo apresentou que a maioria das sequelas e sintomas ocorreram em pelo menos dois desses sistemas.

Conclusão

Conclui-se que os voluntários acometidos pela COVID-19 apresentaram redução dos índices da VFC que representam o ramo parassimpático, sendo rMSSD, pNN50 e HF (ms²), quando comparados ao grupo sem COVID-19. Dessa maneira, é notável que esse grupo possui uma

baixa VFC, o que pode levar a um sistema que não gera adaptações fisiológicas suficientes, deixando o organismo mais suscetível a intercorrências.

Além disso, os índices da VFC apresentaram correlações negativas estatisticamente significante com os sintomas e sequelas, com exceção apenas para LF (un), que apresentou correlação positiva. Nesse sentido, quanto mais sintomas e sequelas os voluntários apresentaram durante a doença, menor são seus valores nos índices da VFC. Portanto, é possível observar que o SNA está comprometido em indivíduos que contraíram COVID-19.

Referências

- [1] GHISI, Gabriela L.M et al. Percepções dos Participantes de Reabilitação Cardíaca sobre seus Comportamentos em Saúde e necessidades de informação durante a Pandemia COVID-19 no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 118, n. 5, p. 949-60, 2022.
- [2]. OCHANI, R. K. et al. COVID-19 pandemic: from origins to outcomes. A comprehensive review of viral pathogenesis, clinical manifestations, diagnostic evaluation, and management. *Le infezioni in medicina*, v. 29, n. 1, p. 20-36, 2021.
- [3]. ZHENG, Kenneth I et al. Complicações extrapulmonares da COVID-19: Uma doença multissistêmica?. *Jornal de virologia médica*, v. 93, n. 1, p. 323-35, 2021.
- [4] ÁLVAREZ, Francisco Pablo Peramo; ZÚÑIGA, Miguel Ángel López; RUZ, Miguel Ángel López. Sequelas médicas do COVID-19. *Medicina Clínica*, v. 157, n. 8, p. 388-94, 2021.
- [5]. MORAES FILHO, R. S.; RIBEIRO, J P. Variabilidade da frequência cardíaca como instrumento de investigação do sistema nervoso autônomo em condições fisiológicas e patológicas. *Revista HCPA*, v. 25, n. 3, p. 99-106, 2005.
- [6]. PETROVA, D. et al. A obesidade como fator de risco em pessoas com COVID-19: possíveis mecanismos e implicações. *Atencion Primária*, v. 52, n. 7, p. 496-500, 2020.
- [7] DURANS, Leonardo Hesley Ferraz et al. **Análise da variabilidade da frequência cardíaca em idosas diabéticas pós-covid-19**. São Luís, Maranhão, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/242377> Acesso em: 20 de setembro de 2023.
- [8]. AVILA, Paulo Eduardo Santos; PEREIRA, Raphael do Nascimento; TORRES, Daniel da Costa. **Guia de orientações fisioterapêuticas na assistência ao paciente pós-covid-19**. Belém, Brasil. Disponível em <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/833> Acesso em: 20 de setembro de 2023.

DOENÇA DE DANON: SINTOMAS, DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE ESTUDOS DE CASO

Thiago Ferreira Dias Kanthack; Freddy Antônio Brito Moscoso; Maria José Caetano Ferreira Damaceno
Assis-SP

thiagofdk@gmail.com, cardio.britom@gmail.com, mariajcfdamaceno@gmail.com

A doença de Danon (DD) é uma patologia rara ligada ao mal funcionamento do gene dominante Proteína de Membrana Associada ao Lisossomo 2 (LAMP-2) no cromossomo X (Locus Xq24, [1]). A primeira descrição da DD foi feita por Danon no ano de 1981, no qual os homens de uma família relatavam fraqueza nos membros, mas foram diagnosticados com hipertrofia do miocárdio [2]. A patologia da DD está ligada ao acúmulo excessivo de glicogênio nos cardiomiócitos e musculo esquelético em conjunto com vacúolos contendo substâncias autofágicas. Apesar de os sintomas serem aparentemente mais proeminentes e severos em homens, por ser uma doença genética ligada ao cromossomo X, ela é passada por homens apenas para as filhas, tornando, em teoria, as mulheres mais propensas a desenvolverem a doença [3].

Devido ao risco de morte por complicações cardíacas, o transplante cardíaco aparenta ser a única forma de tratamento viável visando o aumento da expectativa e qualidade de vida do paciente [4].

Assim, a DD se mostra uma doença rara e com alto potencial de letalidade, tornando quase impossível o desenvolvimento de ensaios clínicos para o desenvolvimento de um tratamento específico e eficaz. Ainda, devido ao fator genético é possível que determinadas localidades tenham maior índice da doença, sendo este fator geográfico ainda desconhecido. O presente estudo tem como objetivo desenvolver uma revisão sistemática sobre os estudos de caso apresentados na literatura desde a descoberta da doença de Danon, estratificando os sintomas e prognósticos, a fim de auxiliar profissionais da saúde no processo de diagnóstico e acompanhamento dos seus pacientes.

Coleta de Dados

Será considerado para inclusão no presente estudo todos os relatos de caso presentes na literatura que apresentem os meios de diagnóstico e/ou prognóstico de pessoas com a Doença de Danon. Serão aceitos estudos publicados em

qualquer momento até a presente data de desenvolvimento do estudo, com amostra entre masculina e feminina sem limite de idade. As bases de dados a serem utilizadas para a pesquisa serão Pubmed e Scielo, além de possíveis adições por buscas paralelas. Os indexadores guias das buscas serão “Danon” e “X-linked vacuolar cardiomyopathy”, “LAMP-2 deficiency”, “Antopol”, “Glycogen Storage Cardiomyopathy” e “Pseudoglycogenosis”. Cada palavra chave será utilizada em português e/ou inglês a depender da base de dados utilizada para cada busca. O resumo das buscas, estão apresentados na Figura 1.

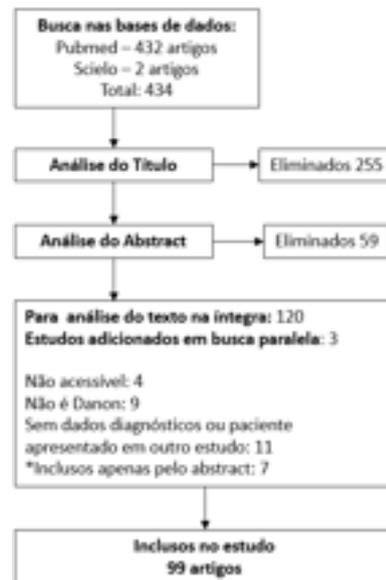


Figura 1. Fluxograma do processo de inclusão dos artigos.
Fonte: Próprio autor.

Foram incluídos artigos nos idiomas inglês, chinês, espanhol, polonês, sérvio e japonês.
Resultados

Ao total foram encontrados 178 casos na literatura. Sendo 119 do sexo masculino (66,8%). A idade do diagnóstico do primeiro sintoma no sexo masculino foi de $14,7 \pm 10,2$ enquanto nas mulheres foi de $25,5 \pm 12,8$. A idade de óbito nos que foram registradas foi de $19 \pm 8,2$ para homens e $37,5 \pm 10,5$ em mulheres. Os principais achados diagnósticos clínicos, laboratoriais e de eletrocardiograma são apresentados nas Figuras 1, 2 e 3,

respectivamente.

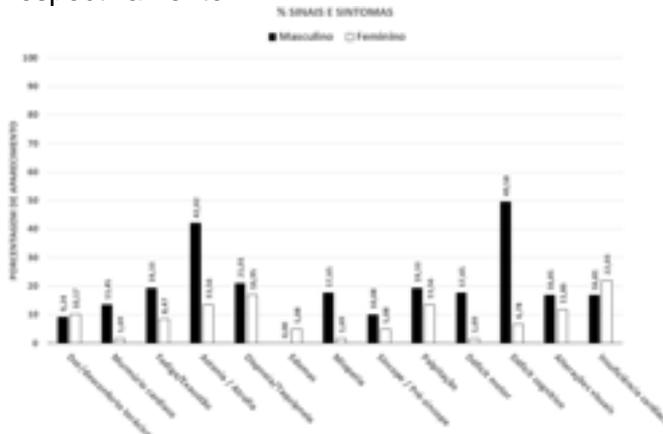


Figura 2. Prevalência de sinais e sintomas clínicos em homens e mulheres com Síndrome de Danon.

Fonte: Próprio autor

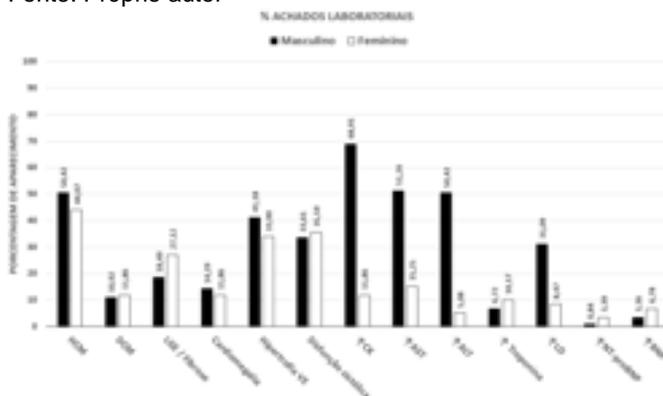


Figura 2. Prevalência de achados laboratoriais em homens e mulheres com Síndrome de Danon. HCM – Cardiomiopatia hipertrofica; DCM – Cardiomiopatia dilatada; LGE – Late gadolinium enhancement; VE – Ventrículo esquerdo; CK – Creatina kinase; AST – Aspartato aminotransferase; ALT – Alanina transferase; LD – Lactato desidrogenase; NT-proBNP – N-terminal pró peptídeo natriurético tipo B; BNP – Peptídeo natriurético cerebral.

Fonte: Próprio autor.

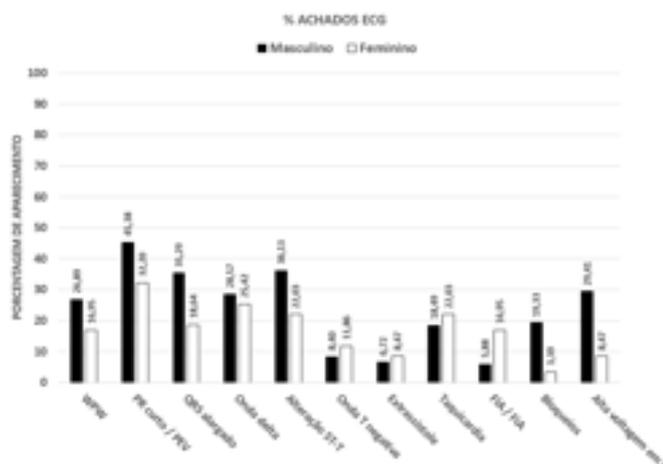


Figura 4. Prevalência de achados em eletrocardiograma em

homens e mulheres com síndrome de Danon. WPW – Wolff-Parkinson-White; PEV – Pré-excitação ventricular; FIA – Flutter atrial; FiA – Fibrilação atrial.

Fonte: Próprio autor.

Discussão

Embora a síndrome de Danon esteja ligado ao cromossomo X, teorizando a maior prevalência em mulheres, em sua maioria os casos relatados na literatura indicam duas vezes mais homens diagnosticados comparados com o gênero feminino. Isso pode ser explicado em partes pelo fato de as mulheres terem dois cromossomos X, podendo expressar o cromossomo não mutado. Ainda, os sintomas parecem ser mais acentuados em homens, levando a busca de ajuda médica e por consequência o conhecimento e publicação do caso. Enquanto homens apresentam como principais sintomas clínicos a astenia e o déficit cognitivo, as mulheres buscam ajuda principalmente com sinais de insuficiência cardíaca. Nos exames laboratoriais a presença de enzimas hepáticas e de dano muscular no sangue são características principais masculinas, enquanto ambos compartilham do diagnóstico de HCM, hipertrofia do VE e disfunção sistólica. Os achados ECG demonstram uma considerável prevalência de WPW, com intervalo PR curto, complexo QRS alargado, presença de onda delta e alterações no segmento ST-T. Um fator limitante é que diversos fatores diagnósticos apresentados nos homens por muitas vezes não foram pesquisados ou mencionados nos estudos envolvendo mulheres, impedindo a certeza de que tais fatores não estavam presentes. O plano de tratamento requer a participação multiprofissional de diversas áreas da saúde [5], mas de fato o único tratamento efetivo encontrado até o momento na literatura é o transplante cardíaco [4], que por ser de difícil acesso requer o diagnóstico o mais precocemente possível.

Conclusão

Assim, conclui-se que a Doença de Danon possui um quadro clínico bastante variável, possivelmente se manifesta por sinais e sintomas diferentes entre homens e mulheres, com maior intensidade, em idades mais novas e levando a óbito mais precocemente. Entretanto, futuros casos são encorajados a realizar o máximo de exames disponíveis, principalmente os listados no

presente trabalho, facilitando a comparação de prevalência de fatores diagnósticos.

Referências

- [1] ZHAI, Y. et al. Clinical features of Danon disease and insights gained from LAMP-2 deficiency models. Trends in Cardiovascular Medicine, p. S1050- 1738(21)00127-4, 2 nov. 2021.
- [2] DANON, M. J. et al. Lysosomal glycogen storage disease with normal acid maltase. Neurology, v. 31, n. 1, p. 51-57, jan. 1981.
- [3] BRAMBATTI, M. et al. Danon disease: Gender differences in presentation and outcomes. International Journal of Cardiology, v. 286, p. 92-98, 1 jul. 2019.
- [4] HONG, K. N. et al. Cardiac Transplantation in Danon Disease. Journal of Cardiac Failure, v. 28, n. 4, p. 664-669, abr. 2022.
- [5] OLIVOTTO, I. et al. Genetic causes of heart failure with preserved ejection fraction: emerging pharmacological treatments. European Heart Journal, p. ehac764, 30 dez. 2022.

O USO INDISCRIMINADO DOS ANÁLOGOS AO GLP-1 PARA EMAGRECIMENTO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Mariana Scarmeloto Pardo; Maria da Penha Belavenuta
Assis-SP

marianascarmelotop@hotmail.com; mpbelavenuta@ig.com.br

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) a obesidade é um problema grave de saúde, definida por um excesso de gordura corporal quantificado pelo Índice de Massa Magra Corporal (IMC) maior ou igual a 30 kg/m², sendo o ideal 18,5 a 24,9 kg/m², que traz prejuízos à saúde (2).

Segundo Goodman & Gilman, os análogos do GLP-1 (peptídeo 1 tipo glucagon) são hormônios incretínicos liberados pelo sistema gastrointestinal após as refeições que consequentemente estimula a secreção de insulina. Estes eram usados inicialmente para o tratamento de DM por diminuir a glicose no sangue ao aumentar a secreção de insulina, diminuir a secreção de glucagon (um hormônio responsável pelo aumento da glicose) e atrasar o esvaziamento gástrico, o qual tem efeito na saciedade, mostrando eficácia também no tratamento da obesidade. (4).

O tratamento medicamentoso só é indicado em casos de obesidade e sobrepeso em que há falha do tratamento não farmacológico em pacientes com IMC igual ou maior que 30 kg/m², IMC igual ou superior 25 kg/m² associado a outras comorbidades como Diabetes Mellitus (DM) tipo 2 ou com circunferência abdominal maior ou igual a 102 cm para homens e 88 cm para mulheres. Os análogos ao GLP-1 são uns tratamentos de escolha para a obesidade (2).

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo geral entender o uso indiscriminado de análogos ao GLP-1 para emagrecimento, bem como identificar indicações, mecanismo de ação e efeitos colaterais. Tendo a pergunta norteadora do estudo: Por que se tornou indiscriminado o uso dos análogos do GLP-1 para emagrecimento em não doentes crônicos?

Metodologia

Tratou-se de uma revisão integrativa de literatura para sintetizar o conhecimento científico. Para produzir o projeto foi necessário a formulação de questões e hipóteses, criar critérios de inclusão

e exclusão para buscar artigos na literatura, analisar amplamente a base de dados para formular uma tabela contendo os artigos escolhidos para chegar a resultados que sintetizem o estudo (3).

A busca de artigos teve como palavras chaves: “EMAGRECIMENTO”, “OBESIDADE”, “INDISCRIMINADO”, “MEDICAMENTOS”, “ANÁLOGOS AO GLP-1” e “TRATAMENTO” em bases de dados como o PubMed, Scielo, Biblioteca Virtual da Saúde e buscas paralelas. A tabela montada para expor os artigos escolhidos contém Autor, ano de publicação, título do artigo e achados pertinentes.

Por fim há a análise e interpretação dos resultados a fim de reunir todo o conhecimento adquirido sobre o tema.

Resultados parciais e discussão

Para obter os resultados, foram escolhidos 10 artigos nas bases de dados dentro dos critérios de inclusão e exclusão. De acordo com os artigos analisados, entende-se que a obesidade é uma doença crônica que necessita de tratamento multidisciplinar e muitas vezes farmacológico. Com isso os análogos ao GLP-1, antes usados no tratamento da diabetes mellitus tipo 2, demonstraram excelente eficácia para diminuição do apetite e consequente perda de peso. O uso correto e prescrito dos análogos do GLP-1 apresentam poucos efeitos adversos temporários como náusea, diarreia e sonolência, enquanto os efeitos mais graves como câncer e pancreatite aguda foram descartados, o que torna o tratamento seguro. Contudo, o uso irracional é constante principalmente por estética em pacientes não obesos e não diabéticos o que pode trazer consequências à saúde, corroborando com a automedicação. Sendo assim é de extrema importância um acompanhamento multidisciplinar para mudanças nos hábitos de vida juntamente com a farmacoterapia.

Referências

- [1] ARCON, Gabriela Masiero; SANCHES, Andréia Cristina Conegero; VIRTUOSO, Suzane. Atualizações sobre os medicamentos da Diretriz Brasileira de Obesidade: uma revisão de literatura. 2022.
- [2] BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. (ed.). ESTRATÉGIAS PARA O CUIDADO DA PESSOA COM DOENÇA CRÔNICA OBESIDADE: cadernos de atenção básica, no 38. Cadernos de Atenção Básica, no 38. 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_doenca_cronica_obesidade_cab38.pdf.
- [3] MENDES, K.D.S; SILVEIRA, R.C.C.P; GALVÃO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 758-64. Acesso em: 18 nov. 2022.
- [4] RANG, H. P.; RITTER, J. M.; FLOWER, R. J.; HENDERSON, G. Rang & Dale: Farmacologia. 8. ed. Rj: Elsevier, 2016.

ANÁLISE SOBRE A MORTALIDADE POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO NO BRASIL (2011-2020)

Claudia Correia dos Santos Silva; Diogo Zanotto Pereira; Leticia Lucarelli Varraschim; Mariana Betteti Munhoz; Caroline Lourenço de Almeida; Daniel Augusto da Silva; Nely Regina Sartori
Assis-SP

mcgclaudinha@hotmail.com, diogozpereira@gmail.com, leticialucarelli1@gmail.com, marianabmunhoz@hotmail.com, caroline.almeida@fema.edu.br, daniel.silva@fema.edu.br, nelyneuro@gmail.com

Este projeto tem como objetivo geral analisar o perfil epidemiológico no Brasil, nas regiões brasileiras e nas unidades federativas de pacientes com infarto agudo do miocárdio (IAM).

O IAM, consiste na interrupção do fluxo sanguíneo por um determinado tempo, causando lesões ou morte dos miócitos, devido a um desequilíbrio entre a oferta e a demanda de nutrientes entre os tecidos, dentre eles o oxigênio. Alguns fatores de risco relacionados ao IAM são intrínsecos, como sexo, genética, raça e idade. Por outro lado, também existem fatores extrínsecos e, portanto, modificáveis, como tabagismo, sedentarismo e obesidade.

Os sintomas mais recorrentes são a dor intensa no peito que irradia para os membros superiores, como os ombros, costas, mandíbula, pescoço e braços, além de uma sensação de desmaio, dispneia, tosse seca e persistente. Somado a isso, após exercícios físicos comumente há náuseas, vômito e sudorese. Na angina estável, a duração da dor pode variar de dois a três minutos e está associada com o esforço físico.

Isso ocorre porque a dor está relacionada à hipóxia miocárdica e não à necrose. Na angina instável, a dor é mais prolongada e intensa podendo durar cerca de 20 minutos ou horas, surgindo até mesmo em repouso causada devido alterações necróticas sugerindo o IAM.

O diagnóstico é realizado através da história clínica, eletrocardiograma e marcadores de isquemia miocárdica. Em todo paciente com suspeita de SCA, deve ser realizado o eletrocardiograma em até 10 minutos da admissão hospitalar e o supradesnível do segmento ST >1 mm em duas derivações contíguas determina o diagnóstico e correlaciona-se com a topografia do infarto. Os marcadores bioquímicos compreendidos na SCA são troponina e CK-MB, os quais são encontrados na corrente sanguínea após o rompimento da membrana celular.

Dessa forma, o tratamento do IAM deve ser realizado em até de 90 minutos, preferencialmente em 60 minutos, chamada de “hora de ouro” e consiste na manutenção do suporte de oxigênio e na utilização de morfina para o alívio da dor reduzindo o consumo de oxigênio pelo miocárdio isquêmico, provocado pela ativação do sistema nervoso simpático. O uso de Nitratos é útil na reversão de eventual espasmo e/ou para alívio da dor anginosa. O Ácido acetilsalicílico é um antiagregante plaquetário utilizado que confere significativa diminuição da morbimortalidade. Além disso, a utilização de Clopidogrel, anticoagulantes e betabloqueadores podem ser realizados. O tratamento efetivo para o infarto com supra de ST é a recanalização da artéria acometida por meio da intervenção coronária percutânea primária, e deve ser realizado de maneira antecipada na tentativa de minimizar os danos e melhorar o prognóstico do paciente.

As doenças cardiovasculares, especificamente o IAM, possuem grande importância no perfil da morbimortalidade no Brasil, uma vez que seu cenário vem se alterando com o tempo, ligada fortemente ao desenvolvimento econômico do país o qual ainda passa por fragilidades em seus pilares, desencadeando uma expectativa de aumento da taxa de morbimortalidade tendo em vista o infarto.

Outrossim, paralelamente ao que está acontecendo no cenário mundial, devido aos avanços tecnológicos da área da medicina e a efetividade no rastreamento das DCVs ocorreu uma redução na taxa de morbimortalidade no Brasil. Todavia, mesmo com essa diminuição, percebe-se um aumento no número de ocorrências de DCVs em detrimento da taxa de envelhecimento constante da população brasileira.

Trata-se de estudo descritivo, retrospectivo, de série histórica, com abordagem quantitativa, baseado em dados secundários sobre as

ocorrências de morte por suicídio no Brasil, guiado pelo Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology (Strobe).

Os dados sobre as mortes por infarto agudo do miocárdio e estimativas populacionais serão obtidos nos meses de março a maio de 2023, por meio do acesso ao banco de dados do DATASUS.

Entre os anos de 2011 a 2020, o Brasil apresentou uma taxa ascendente de óbitos por IAM em grande maioria de suas unidades federativas, bem como em suas cinco regiões, sendo por sua vez registrado um total de 976.643 mortes por IAM.

Ao analisar os óbitos por infarto agudo do miocárdio (IAM) entre os sexos, tem-se que

pessoas do sexo masculino apresentaram predomínio dentro das regiões brasileiras, assim como em suas unidades federativas superando o percentil de 55%.

Os maiores percentuais de óbitos masculinos por IAM foram em Roraima (71%), no Mato Grosso (65,8%), no Amazonas (65%) e em Rondônia (64,2%) consecutivamente, já os maiores percentuais de óbitos femininos por IAM foram em Sergipe (44,5%), em Paraíba (44,4%), em Pernambuco (44%) e no Ceará (43,7%).

Este estudo está em andamento; os dados coletados estão sendo analisados.

Referências

- [1] SANT ANNA, M. F. B. et al. **Taxa de morbimortalidade entre homens e mulheres com diagnóstico de infarto agudo do miocárdio**. Revista Enfermagem UERJ, v. 29, e53001, 2021. DOI 10.12957/reuerj.2021.53001. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/53001>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.
- [2] MEIRELES, A. A. V. et al. **Tendência e perfil da morbimortalidade por infarto agudo do miocárdio no Brasil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. v. 4, p. 16-31, 2021. DOI 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/perfil-damorbimortalidade. Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/perfil-da-morbimortalidade>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.
- [3] BETT, M. S. et al. **Infarto agudo do miocárdio: Do diagnóstico à intervenção**. Research, Society and Development, v. 11, n. 3, p. e23811326447, 20 fev. 2022. DOI 10.33448/rsd-v11i3.26447. Disponível em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26447>. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.
- [4] NICOLAU, J. C. et al. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Angina Instável e Infarto Agudo do Miocárdio sem Supradesnível do Segmento ST** – 2021. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 117, 2021. DOI 10.36660/abc.20210180. Disponível em <https://www.scielo.br/j/abc/a/QvqxLFycJhLvNGFzPhsbZPF/?lang=pt>. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.

PREVENÇÃO DE LESÕES EM MEMBROS INFERIORES EM ATLETAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

João Vitor Bruzão de Lima¹, Andressa Schmidt Arruda¹, Gabriela Ampudia Faria¹,
Jéssica Vasconcelos Claudio¹, Joyce Kelly Silva Santos¹, Kamilli Ferri Brancalhão¹, Tiago Oliveira dos Santos¹,
Alan José Barbosa Magalhães², Jéssica Kirsch Micheletti²
¹Discente da Fundação Educacional Do Município De Assis (FEMA); ² Docente da Fundação Educacional Do
Município De Assis (FEMA)

Introdução

A atividade física é de grande importância para a saúde, trazendo inúmeros benefícios, no entanto, as lesões esportivas constituem um efeito adverso desfavorável dessa prática e que prejudica seus ganhos. Desta forma, entende-se que a implementação de um programa de treinamento com a proposta de prevenção de lesões com foco no membro inferior se torna um método importante, se observado a incidência de lesões por parte de atletas que envolvem estruturas da extremidade inferior (1-3). Na literatura atual, observa-se que diversos autores propõem metodologias distintas como forma de prevenção, levando à diversos métodos preventivos, com resultados positivos e negativos se referindo muitas vezes à mesma técnica.

Objetivo

O objetivo do estudo foi avaliar a efetividade de protocolos de prevenção de lesões de membros inferiores em atletas adolescentes e adultos.

Metodologia

O delineamento da presente revisão sistemática foi realizado utilizando o guia disponibilizado pela Cochrane Handbook of Systematic Reviews of Interventions. Foi utilizado o registro do estudo no International Prospective Register of Systematic Reviews (PROSPERO). A busca foi realizada as bases de dados são: PUbMed/MEDLINE, Cochrane Central Register of Controlled Trials, Physiotherapy Evidence Database (PEDro), SPORTDiscus, CINAHL e EMBASE, listados até 30 de junho de 2023. Os estudos incluídos eram: 1- Ensaio clínico randomizado que utiliza alguma modalidade fisioterapêutica físico como método

de prevenção de lesão em atletas, 2- que avaliassem força muscular, amplitude de movimento, prevalência de lesão, função do membro, número de participantes que experimentaram efeitos adversos e número de pacientes que deixaram o estudo em virtude dos efeitos adversos 3- participantes adultos atletas ou fisicamente ativos que praticam alguma modalidade esportiva.

Resultado

Foram incluídos nos estudos 32 artigos entre os anos de 2003 a 2020. Dentre eles, a maioria incluiu participantes do sexo masculino (22 estudos), sendo apenas 10 estudos realizados com a amostra do gênero feminino. As modalidades esportivas observadas incluíram futebol com 22 estudos; basquete 3 estudos, handebol com 2 estudos e futsal, atletismo, caiaque, rugby e basebol com um estudo de cada. As intervenções realizadas foram na sua maioria, aquecimentos, alongamentos, treino de força para membro inferior, treino proprioceptivo. As medidas dos estudos incluídos foram analisadas por meio de questionários, testes de forças, teste de flexibilidade, protocolo de análise de saltos, medidas biomecânicas entre outras. De forma geral, observou 22 estudos com resultados positivos da intervenção voltada a prevenção, e 10 estudos sem resultados favoráveis.

Conclusão

Há uma grande variabilidade de protocolos de prevenção aplicados, dentre eles cita-se na sua maioria a utilização de aquecimentos, treinamento de força muscular para membro inferior, alongamentos e a propriocepção. Há uma superioridade de estudos demonstrando efetividade na redução de incidência de lesões no membro inferior por meio de suas intervenções aplicadas.

Referências

- [1] STASINOPOULOS, D. Comparison of three preventive methods in order to reduce the incidence of ankle inversion sprains among female volleyball players. *British Journal of Sports Medicine*, v. 38 pag. 182-185, 2004.
- [2] PADUA, E.; D'AMICO, AG.; ALASHRAM, A.; CAMPOLI, F.; Romagnoli, C.; LOMBARDO, M.; QUARENTELLI, M.; DI PINTI, E.; TONANZI, C.; ANNINO, G. Effectiveness of Warm-Up Routine on the Ankle Injuries Prevention in Young Female Basketball Players: A Randomized Controlled Trial. *Medicina (Kaunas)*. *Medicina*, v. 55 n. 690, 2019.
- [3] EDOUARD, P.; STEFFEN, K.; PEURIERE, M.; GARDET, P.; NAVARRO, L.; BLANCO, D. Effect of an Unsupervised Exercises-Based Athletics Injury Prevention Programme on Injury Complaints Leading to Participation Restriction in Athletics: A Cluster-Randomised Controlled Trial. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v.18, n. 11334, 2021.

ELETROTERRAPIA E TERAPIA MANUAL PARA SÍNDROME DA DOR CRÔNICA PÉLVICA: REVISÃO SISTEMÁTICA

Andressa Schmidt Arruda; Gabriela Ampudia Faria; Jéssica Vasconcelos Claudio; João Vitor Bruzão de Lima; Joyce Kelly Silva Santos; Kamilli Ferri Brancalhão; Tiago Oliveira dos Santos; Jéssica Kirsch Micheletti; Alan José Barbosa Magalhães
Assis-SP

schmidt_de@hotmail.com, ajb_magalhaes@yahoo.com.br

Além do tratamento farmacológico, a literatura menciona modalidades de estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS) para redução da dor de pacientes com síndrome da dor crônica pélvica (SDCP), assim como a terapia manual também apresenta importantes efeitos na redução da dor destes pacientes. Entretanto, não há consenso literário sobre o melhor método de tratamento para pacientes com SDCP, assim como qual é a qualidade da evidência atual do tratamento destes pacientes. Dessa forma, o

Objetivo

Sumarizar os benefícios e malefícios do uso de diferentes modalidades de eletroterapia e terapia manual para adultos e idosos com SDPC.

Métodos

Este estudo foi registrado no International Prospective Register of Systematic Reviews (PROSPERO) e seguiu as recomendações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA). A busca dos estudos foi realizada nas seguintes bases de dados: Pubmed, Medline, PEDro, EMBASE, CINAHL e SportDiscuss, listados até 30 de junho de 2023, utilizando os termos *chronic pelvic pain syndrome*, *radial extracorporeal shock wave*

therapy, *pelvic floor physical therapy*, *biofeedback*, *manual therapy*, *physical therapy*, *physiotherapy*. Foram considerados apenas artigos completos, sem estabelecer restrições quanto a amostra e ao idioma de publicação, e serão excluídos todos os estudos com um único grupo (crossover) ou que utilizam intervenções farmacológicas.

Resultados

Foram selecionados 14 estudos, dos quais 3 utilizaram alguma modalidade de terapia manual associada ao uso de antibióticos ou como parte de uma intervenção multidisciplinar. Em dois destes estudos, a terapia manual apresentou redução da dor, disfunção urinária e melhora da qualidade de vida e percepção de saúde por parte dos pacientes. Onze estudos utilizaram alguma modalidade de eletroterapia e em todos os resultados foram favoráveis ao uso da técnica, apresentando redução da dor, da disfunção urinária e melhora da qualidade de vida nestes pacientes.

Conclusão

Com base na revisão realizada, a eletroterapia é a modalidade de intervenção não-farmacológica mais indicada para tratamento de pacientes com síndrome da dor crônica pélvica.

Referências

- [1] BALTAZAR, M.C.D.V.; RUSSO, J.A.O.; DE LUCCA, V.; MITIDIERI, A.M.S.; DA SILVA, A.P.M.; GURIAN, M.B.F.; POLINETO, O.B.; ROSA-E-SILVA, J.C. Therapeutic ultrasound versus injection of local anesthetic in the treatment of women with chronic pelvic pain secondary to abdominal myofascial syndrome: a randomized clinical trial. **BMC Women's Health**, v.22, n.1, p. 325.2, 2022. DOI 10.1186/s12905-022-01910-y.
- [2] BRÜNAHL, C.A.; KLOTZ, S.G.R.; DYBOWSKI, C.; ALBRECHT, R.; HÖINK, J.; FISCH, M.; KETELS, G.; LÖWE, B. Physiotherapy and combined cognitive-behavioural therapy for patients with chronic pelvic pain syndrome: results of a non-randomised controlled feasibility trial. **BMJ Open**, v.11, e053421, 2021. DOI 10.1136/bmjopen-2021-053421.
- [3] BRÜNAHL, C.A.; KLOTZ, S.G.R.; DYBOWSKI, C.; BJÖRN, R.; GREGORZIK, S.; TRIPP, D.A.; KETELS, G.; LOWE, B. Combined Cognitive-Behavioural and Physiotherapeutic Therapy for Patients with Chronic Pelvic Pain Syndrome (COMBI-CPPS): study protocol for a controlled feasibility trial. **Trials**, v. 19, n. 20, 2018. <https://doi.org/10.1186/s13063-017-2387-4>.
- [4] CARRALERO-MARTÍNEZ, A.; MUÑOZ-PÉREZ, M.A.; KAUFFMANN, S.; BLANCO-RATTO, L.; RAMÍREZ-GARCÍA, I. Efficacy of capacitive resistive monopolar radiofrequency in the physiotherapeutic treatment of chronic pelvic pain syndrome: a randomized controlled trial. **Neurourol Urodyn**, v. 41, p. 962-972, 2022. DOI10.1002/nau.24903.
- [5] COCHRANE. Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions. **Cochrane Training**. Disponível em: <https://training.cochrane.org/handbook>. Acesso em: 17/12/22.

- [6] COHEN, J. M.; FAGIN, A. P.; HARITON, E.; NISKA, J. R.; PIERCE, M. W.; KURIYAMA, A.; Therapeutic Intervention for Chronic Prostatitis/Chronic Pelvic Pain Syndrome (CP/CPPS): A Systematic Review and Meta-Analysis. **Plos One**, v. 7, n. 8, p. e41941, 2012.
- [7] GIUBILEI, G.; MONDAINI, N.; MINERVINI, A.; SAEVA, C.; LAPINI, A.; SERNI, S.; BARTOLETTI, R.; CARINI, M. Physical activity of men with chronic prostatitis/chronic pelvic pain syndrome not satisfied with conventional treatments--could it represent a valid option? The physical activity and male pelvic pain trial: a double-blind, randomized study. **The Journal of Urology**, v. 177, n. 1, p. 159-165, 2007. DOI 10.1016/j.juro.2006.08.107.
- [8] GRINBERG, K.; SELA, Y.; NISSANHOLTZ-GANNOT, R. Novos insights sobre a síndrome de dor pélvica crônica (CPPS). **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, p. 3005, 2020.
- [9] GRINBERG, K.; WEISSMAN-FOGEL, I.; LOWENSTEIN, L.; ABRAMOV, L.; GRANOT, M. How Does Myofascial Physical Therapy Attenuate Pain in Chronic Pelvic Pain Syndrome? **Pain research & management**, v. 2019, 2019. DOI 10.1155/2019/6091257.
- [10] HERBERT, R.; JAMTVEDT, G.; HAGEN, K. B.; MEAD, J. Cap. 1: Evidence-based physiotherapy: what, why and how? Em: **Practical Evidence-Based Physiotherapy (2ª Ed.)**, Churchill Livingstone, p. 1-7, 2011.
- [11] LAMINA, S.; SHMAILA, H.; MUHAMMED, S. Transcutaneous electrical nerve stimulation (TENS) in the symptomatic management of chronic prostatitis/chronic pelvic pain syndrome: a placebo-control randomized trial. **International Brazilian Journal of Urology**, v. 34, n. 6, p. 708-13, 2008.
- [12] LIBERTI A.; ALTMAN, D.G.; TETZLAFF, J.; MULROW, C.; GOTZSCHE, P.C.; LOANNIDIS, J.P.; CLARKE, M.; DEVEREAUX, P.J.; KLEIJNEN, J.; MOHER, D. The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: explanation and elaboration. **Plos Med**, v. 6, n. 7, e1000100, 2009.
- [13] MARX, S.; CIMNIAK, U.; BECKERT, R.; SCHWERLA, F.; RESCH, K.L. Chronische Prostatitis/chronisches Beckenschmerzsyndrom. **Urologe**, v. 48, n. 11, p. 1339-1345, 2009. DOI 10.1007/s00120-009-2088-z.
- [14] MASTERSON, T.A.; MASTERSON, J.M.; AZZINARO, J.; MANDERSON, L.; SWAIN, S.; RAMASAMY, R. Comprehensive pelvic floor physical therapy program for men with idiopathic chronic pelvic pain syndrome: a prospective study. **Transl Androl Urol**, v.6, n. 4, p. 910-915, 2017. DOI 10.21037/tau.2017.08.17.
- [15] MYKONIATIS, I.; KALYVIANAKIS, D.; ZILOTIS, F.; KAPOTELI, P.; FOURNARAKI, A.; POULIOS, E.; HATZICHRISTOU, D. Evaluation of a low-intensity shockwave therapy for chronic prostatitis type IIIb/chronic pelvic pain syndrome: a double-blind randomized sham-controlled clinical trial. **Prostate Cancer and Prostatic Diseases**, v. 24, p. 370-379, 2021. DOI10.1038/s41391-020-00284-2
- [16] MYKONIATIS, I.; PYRGIDIS, N.; KALYVIANAKIS, D.; ZILOTIS, F.; KAPOTELI, P.; FOURNARAKI, A.; POULIOS, E.; HATZICHRISTOU, D. Comparing two different low-intensity shockwave therapy frequency protocols for nonbacterial chronic prostatitis/chronic pelvic pain syndrome: A two-arm, parallel-group randomized controlled trial. **The Prostate**, v. 81, n. 9, p. 499-507, 2021. DOI10.1002/pros.24119
- [17] PENG, X.; GAO, H.; WANG, J. Cryotherapy alleviates symptoms in chronic prostatitis/chronic pelvic pain syndrome: The first results. **Andrologia**, v. 53, n. 2, 2020. DOI10.1111/and.13920.
- [18] SHEA, B.J.; REEVES, B.C.; WELLIS, G.; THUKU, M.; HAMEL, C.; MORAN, J.; MOHER, D.; TUGWELL, P.; WELCH, V.; KRISTJANSSON, E.; HENRY DA. AMSTAR 2: a critical appraisal tool for systematic reviews that include randomised or non-randomised studies of healthcare interventions, or both. **BMJ**, v. 21, n. 358, p. j4008, 2017.
- [19] ZHANG, ZX.; ZHANG, D.; YU, XT.; MA, YW. Efficacy of Radial Extracorporeal Shock Wave Therapy for Chronic Pelvic Pain Syndrome: A Nonrandomized Controlled Trial. **Am J Mens Health**, v. 13, n. 1, 2019. DOI 10.1177/1557988318814663
- [20] ZHANG-QUN, YE.; DAN CAI.; RU-ZHU LAN.; GUANG-HUI DU.; XIAO-YI YUAN.; ZHONG CHEN.; YANG-ZHI, MA.; YOU-MING, HU.; GUI-YUN, ZENG. Biofeedback therapy for chronic pelvic pain syndrome. **Asian Journal of Andrology**, v. 5, n. 2, p. 155-158, 2003.

CONHECIMENTO DA EQUIPE ESCOLAR SOBRE PRIMEIROS SOCORROS: UMA ANÁLISE TRANSVERSAL DIAGNÓSTICA

Bianca Pereira dos Santos; Claudiele Maria Mariano Costa; Giovana Rodrigues Leite; Caroline Lourenço de Almeida; Danielle Cristina Ferrarezi Barbosa; Patrícia Coelho Mendes de Brito Haddad; Renan Camargo Corrêa; Vanessa Patrícia Fagundes
Assis-SP

biancapereirasantos025@gmail.com; claumarycosta@hotmail.com; giovanaleite91@gmail.com; caroline_lat@hotmail.com; danielle.barboza@fema.edu.br; patricia.coelho.haddad@hotmail.com; rcdocaf@hotmail.com

Introdução

Os acidentes estão entre as principais causas de morbimortalidade entre a faixa etária pediátrica no mundo; os traumas estão relacionados a diversas sequelas, culminando em custos elevados aos Sistema de saúde e impacto na qualidade de vida. Os acidentes que mais causam mortes são: acidente de trânsito, afogamento e sufocação. Já as internações estão relacionadas a quedas, queimaduras, intoxicações e acidentes com armas de fogo [1; 2].

É somente com o advento do século passado que o trauma ganha destaque entre os estudos científicos, buscando melhor intervenção. Antes disso, não havia preocupação específica quanto a epidemiologia e a culpa recaía sobre os pais. Conseqüentemente, se tinha enfoque apenas na educação dos adultos visando prevenir sua ocorrência [3]. Entretanto, tal visão tem mudado ao longo do tempo e, hoje se percebe que a criança, dá pelas características do desenvolvimento biopsicossocial, se torna mais vulnerável a sofrer acidentes [4; 5]. Como a criança permanece na escola em média, pelo menos 1/3 do dia, acidentes podem ocorrer neste ambiente a qualquer momento [6] Lino *et al.*

Frente ao exposto, é possível elencar a importância da educação em saúde quanto aos primeiros socorros em ambiente escolar. Neste sentido, é necessário trabalhar conteúdos que envolvam os acidentes e as atuações de primeiros socorros perante diversas situações, uma vez que o atendimento efetivo à criança acidentada, pode evitar o agravamento do quadro [7].

Diante da dificuldade neste primeiro atendimento, mostra-se prática considerável o

ensino sobre primeiros socorros e prevenção de acidentes como estratégia de promoção de saúde [8]. Além disso, já é preconizado em Lei que os profissionais da educação infantil sejam capacitados em primeiros socorros, dada a relevância da problemática [9].

Coleta de Dados

A coleta de dados se deu com 26 funcionários de uma instituição de contraturno escolar, durante um encontro. Inicialmente foi realizado o pré-teste com todos os participantes, contendo dez questões de certo ou errado. O segundo passo foi a realização de uma aula expositiva, com auxílio de dispositivos audiovisuais para a explanação dos conteúdos, visando capacitar teoricamente para as situações que possam ocorrer no ambiente escolar. Por fim, foi entregue material didático digital para consulta em eventuais momentos de dúvida. Posteriormente, será realizado novo encontro, para realização de pós-teste e sanar as eventuais dúvidas.

Resultados e discussão

Ao analisar os aspectos quantitativos, especificados por meio de teste contendo dez questões de verdadeiro ou falso, encontrou-se os seguintes resultados:

Na tabela 1, está apresentado e estruturado o valor absoluto, bem como a porcentagem de acertos por participante:

Tabela 1 Análise descritiva de desempenho.

PARTICIPANTES	ACERTOS	PERCENTIL DE ACERTOS
1 AAPLS	7	70%
2 AASL	6	60%
3 ACVS	8	80%
4 BCN	9	90%
5 BMS	9	90%
6 BRM	5	50%
7 DCO	9	90%
8 DJMV	7	70%
9 DSL	8	80%
10 EF	9	90%
11 ERLS	9	90%
12 FANF	5	50%
13 FOC	8	80%
14 JASS	7	70%
15 JFS	7	70%
16 JPO	7	70%
17 JVM	9	90%
18 LP	9	90%
19 MDB	7	70%
20 MSD	7	70%
21 RDOB	9	90%
22 SAL	7	70%
23 SBY	8	80%
24 SPOS	6	60%
25 SVE	7	70%
26 VMSL	7	70%
MÉDIA	7,538461538	0,753846154
MEDIANA	7	0,7
MÍNIMO	5	0,5
MÁXIMO	9	0,9

A tabela 1 contempla os valores individuais, médios, mínimo e máximo dos resultados

Referências

- [1] SBP – Sociedade Brasileira de Pediatria. **A segurança das crianças está em nossas mãos: prevenção de acidentes na primeira infância.** Cartilha, 2023.
- [2] **Ong Criança Segura Brasil.** Disponível em: https://criancasegura.org.br/evite-acidentes/?gclid=Cj0KCQjwsrWZBhC4ARIsAGGUJuoz7F2jVRhR4zGUB8Jjr8dDMeM3IIAUUdITeQOI3vviVX-6z4AybikaAkB-EALw_wcB. Acesso em 10 ago. 2021.

referentes a conhecimentos de primeiros socorros no ambiente escolar. Pode-se observar, nos resultados, que houve valores heterogêneos, onde alguns casos ficaram 70% ou abaixo quanto a conhecimentos analisados. Se compreendermos que a criança e o adolescente passam ao menos 1/3 do seu dia na escola, se espera que os colaboradores do ambiente escolar tenham conhecimento e possam atuar em emergências dentro do ambiente que ali convivem.

Tal achado demonstra a importância de se capacitar profissionais que atuam em educação infantil para atuar em primeiros socorros frente a diversas situações de acidentes.

Corroborando com tais achados, já foi bem estabelecido na Lei 13.722 de 2018, que tornou obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e demais funcionários de estabelecimentos de educação básica e recreação infantil, tanto públicas, quanto privadas [9]

Conclusão

Pelo exposto acima, ficou evidente a necessidade de se estabelecer estratégias de educação em saúde, promovendo capacitação para profissionais que atuam em educação infantil. Tratou-se de momento ímpar, em que foi possível estabelecer um trabalho colaborativo entre os pesquisadores e os funcionários da escola, evidenciando que há demanda em aprender conteúdos que os auxiliem a atender e prestar os primeiros socorros a crianças que porventura sofram acidentes.

Compreendendo a importância da problemática trabalhada, sugere-se que, quando oportunizada, sejam realizadas capacitações com os profissionais que atuam na educação, possibilitando reflexão, treinamento, vivências e aprendizado sobre primeiros socorros em ambiente escolar.

- [3] **Tratado de pediatria** - seção3 segurança da criança e do adolescente: Sociedade Brasileira de Pediatria /[organizadores Dennis Alexander Rabelo Burns... [et al.]]. 4. ed., p. 71-128, Barueri, SP: Manole, 2017.
- [4] **SBP** – Sociedade Brasileira de Pediatria. **Os acidentes são evitáveis e na maioria das vezes, o perigo está dentro de casa!** Manual de orientação. n.4, Abr, 2020. Disponível. https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22337c-ManOrient_-_Os_Acidentes_Sao_Evitaveis__1_.pdf. Acesso em 25 jul. 2023.
- [5] LINO, Carolina Matteussi et al. **Acidentes com crianças na educação infantil: percepção e capacitação de professores/cuidadores.** Saúde em Revista. v. 18, n. 48 (2018). Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/sr/article/view/3679>. Acesso em: 02 ago. 2021. DOI <https://doi.org/10.15600/2238-1244/sr.v17n48p87-97>
- [6] JUNIOR, Vagner Pires de Campos, et al. **Educação em saúde para profissionais da educação sobre primeiros socorros:** relato de experiência Revista Conexão UEPG, vol. 16, núm. 1, 2020. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514162470025>. Acesso em 15 jul. 2021. DOI <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.16.14259.024>.
- [7] RITTER, Nerci de Souza, et al. A importância de se trabalhar o conhecimento de primeiros socorros em âmbito escolar. XV Seminário Internacional de Educação no Mercosul. UNICRUZ, 2013. Disponível em: <https://www.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2013/SAUDE/ARTIGOS/A%20IMPORTANCIA%20DE%20SE%20TRABALHAR%20O%20CONHECIMENTO%20DE%20SOCORROS%20EM%20AMBITO%20ESCOLAR..PDF>. Acesso em 16 out 2022.
- [8] LIMA, Maria Giovana Queiroz de et al. **Disseminação de informações sobre primeiros socorros e prevenção de acidentes em uma comunidade ribeirinha.** Revista Brasileira em Promoção da Saúde, [S. l.], v. 33, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/10053>. Acesso em: 15 jun. 2021. DOI 10.5020/18061230.2020.10053.
- [9] Brasil. **Lei 13.722** de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Brasília (DF): Ministério da Educação; 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm. Acesso em 02 ago. 2021.

INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO ESTUDANTE DE METODOLOGIAS ATIVAS NO PROCESSO TUTORIAL: CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO

Felipe Augusto Loose de Moraes; Lumma Cristina Torcia Ghedin; Maria Cecília Rivarolli Bavaresco; Camila Marroni Roncon Picolo; Paula Fernandes Chadi; Daniel Augusto da Silva
Assis-SP

1921570614@fema.edu.br, 2211570118@fema.edu.br, 2121570609@fema.edu.br, daniel.silva@fema.edu.br, camila.roncon@fema.edu.br, paula.chadi@fema.edu.br

Introdução

Após o reconhecimento da disseminação da metodologia ativa, incluindo sua adoção por instituições brasileiras, como a Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) nos cursos de medicina e enfermagem, bem como sua integração nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Brasil, surge a necessidade de desenvolver e validar um instrumento de avaliação do desempenho acadêmico. Isso ocorre devido à natureza participativa e proativa da metodologia ativa, que demanda uma abordagem diferenciada dos estudantes em comparação com os métodos de ensino tradicionais. Este instrumento a ser construído visa realizar uma autoavaliação do estudante e analisar tanto a adaptação dos estudantes de medicina ao aprendizado baseado em problemas quanto as dificuldades que podem enfrentar ao compartilhar conhecimento com seus colegas durante o processo educacional.

Objetivo

Construir e validar o instrumento de autoavaliação do desempenho de estudantes universitários de metodologias ativas dentro do processo tutorial.

Metodologia

Trata-se de um estudo metodológico com abordagem quantitativa e qualitativa. A construção da ferramenta conta com questões objetivas dentro da escala Likert, classificadas pelas áreas: conhecimento, habilidade e atitude. Além disso, para validação do instrumento será utilizado o método Delphi que contará com o auxílio de professores especialistas, e análise semântica com estudantes universitários de metodologias ativas. A validação conta com a verificação individual do conteúdo apresentado por cada item por docentes especializados na área que podem classificá-los quanto a sua clareza, pertinência, objetividade, simplicidade, exequibilidade e vocabulário, podendo ainda votar por manter, alterar ou excluir o item apresentado e apresentar comentários sobre as alterações sugeridas. Já o segundo grupo de juízes composto pelos alunos irá efetivar a avaliação semântica das questões, identificando a existência de termo desconhecido, sugerindo a substituição do mesmo.

Resultados parciais

Até o momento, o estudo está encaminhado para a segunda rodada de avaliação do instrumento pelos docentes com a reformulação dos itens que obtiveram classificação inferior a 80% de aprovação.

Referências

- [1] SANTOS, Ana Paula Freitas Bahia dos. et al. **A análise do uso da técnica Delphi na tomada de decisão em pacientes críticos: Uma revisão sistemática**. Revista Med São Paulo. V. 99, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/160704/161326>. Acesso em: 01 dez. 2022
- [2] CARDOSO, Fabrício Luís. et al. **Avaliação na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP): Reflexões acerca do processo**. New Trends in Qualitative Research, v. 8, p. 211-217, 2021. Disponível em: <https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/408/404>. Acesso em: 18 dez. 2022.
- [3] LUNA, Willian Fernandes; BERNARDES, Jefferson de Souza. **Tutoria como estratégia para Aprendizagem Significativa do Estudante de Medicina**, 2016. Revista Brasileira de Educação Médica. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/Ct8D5cMvW8P5yd9N5VntYtd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO DE PACIENTES ATENDIDOS EM UMA CLÍNICA ESCOLA DE ASSIS/SP

Juliana Souza Uzeloto; Estefania Carla Bompani Silva e Souza Fogaça, Luciana Pereira Silva, João Pedro Carreiro Spanhol, Isadora Feitor Speranza, Arthur Carlos Roberto Virgulino, Giovanna Lima, Enzo Rosseto Santos Campos
Assis-SP

juliana_uzeloto@hotmail.com, estefania_carlasouza@hotmail.com, luciana.silva@fema.edu.br, joaacarreirosphanhol@hotmail.com, isadora.speranza@hotmail.com, arthur.crv584@gmail.com, limagiovanna175@gmail.com, rossenzo.campos17@gmail.com

As clínicas-escolas constituem serviços ligados a instituições de ensino superior em que o atendimento à população é feito por alunos e professores especializados em diversas áreas e, além do atendimento prestado destaca-se também, uma importante oferta de contribuição para a comunidade local em diversos aspectos, proporcionando desfechos que além de reabilitação, promovem prevenção, saúde e qualidade de vida aos pacientes. A adesão e permanência no tratamento são cruciais para que haja resolutividade das necessidades dos pacientes em uma relação que vincula responsabilidade e comprometimento de todos os envolvidos nesse processo. Considerando, portanto, de exímia importância, conhecer o grau de satisfação do paciente com relação aos atendimentos fisioterapêuticos, bem como à aspectos gerais dos serviços prestados à comunidade. O objetivo da pesquisa foi avaliar o grau de satisfação dos pacientes atendidos na clínica escola de Fisioterapia em uma instituição de ensino superior. E investigar a associação entre variáveis de sexo, idade, comprometimento físico e número de sessões realizadas com a satisfação dos pacientes em relação ao atendimento fisioterapêutico.

Coleta de Dados

Trata-se de um estudo quantitativo, transversal, no qual foi investigada a satisfação de uma amostra de conveniência de 61 pacientes em atendimento na clínica escola de Fisioterapia da Fundação Educacional do Município de Assis. Para isso, foi utilizado o questionário *MedRisk Instrument for Measuring Patient Satisfaction* (MRPS) que forneceu quantitativamente o grau de satisfação nos fatores “Interpessoal”, “Conveniência e eficiência”, “Educação do paciente” e “Globais”. Além disso, características pessoais, como idade, sexo, condição tratada e

quantidade de sessões de fisioterapia realizadas foram coletadas a fim de fomentar a investigação de associações com o grau de satisfação. Para análise dos dados foi utilizado o Programa estatístico SPSS versão 22.0. A normalidade dos dados foi investigada pelo teste de Kolmogorov-Smirnov. Análises de associação foram realizadas por meio do teste de Qui-quadrado e correlações realizadas pelo teste de Spearman. O nível de significância utilizado foi de 5%.

Resultados

A maioria dos respondedores foram pacientes que estavam em atendimento (63,9%) e 36,1% foram acompanhantes de pacientes que responderam, nos casos em que o paciente não era capaz de responder. Os pacientes envolvidos no estudo eram praticamente metade do sexo masculino (49,2%); apresentaram mediana de idade de 59 [48-70] anos; e haviam realizado 10 [5-42] sessões, até o momento de aplicação do questionário. A maioria da amostra (68,9%) relatou precisar de menos que 15 minutos para chegar até a clínica de Fisioterapia; 19,7% relatou precisar de 16 a 30 minutos e 11,5% de mais que 31 minutos. Em relação aos setores nos quais os pacientes eram atendidos, os dados estão expostos na Figura 01.

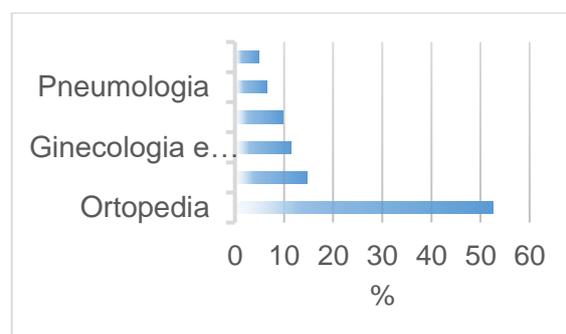


Figura 01: Porcentagem de pacientes atendidos por setor.

Fonte: Autor.

Na figura 02 é possível observar a porcentagem de pacientes em cada opção de resposta para a questão “Como está a sua atual condição comparada como você estava antes de começar o tratamento fisioterápico?”. Sendo que a maioria (49,2%) respondeu “muito melhor”.

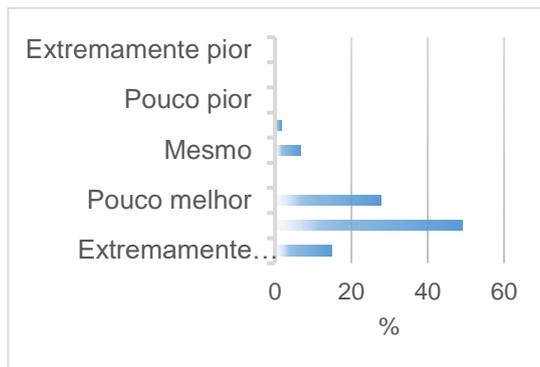


Figura 02: Porcentagem de pacientes em cada opção de resposta para a questão “Como está a sua atual condição comparada como você estava antes de começar o tratamento fisioterápico?”.

Fonte: Autor.

Na tabela 01 estão descritas as frequências relativas das respostas dos indivíduos participantes do estudo em relação ao questionário MRPS. Em todas as afirmativas, a grande maioria dos respondedores (mais que 90%) concordaram plenamente, revelando grande satisfação em todos

Conclusão

Foi possível observar que os pacientes estão sempre informados a respeito dos atendimentos e intervenções que serão realizados pelos alunos, sob supervisão dos professores. Essa e outras informações, além do tratamento baseado em respeito e dedicação dos envolvidos, combinados à oferta de um ambiente acolhedor, limpo e harmonioso, com sala de espera confortável e facilidade de acesso pode ter contribuído para os resultados positivos que apontam, além de uma opinião satisfatória dos pacientes, comprometimento e seriedade nos serviços oferecidos pela equipe. Aprimorar a qualidade de modo geral, continua sendo uma meta de todos os envolvidos, uma vez que reconhecem a relevância dos serviços prestados à comunidade local e regional como um centro

os domínios avaliados (“Interpessoal”, “Conveniência e eficiência”, “Educação do paciente” e “Globais”).

Nas análises por Qui-quadrado não foram identificadas associações do grau de satisfação com a classificação do respondedor (paciente ou acompanhante), com o sexo do respondedor ou com o setor da Clínica de Fisioterapia que estava sendo atendido ($p > 0,05$).

Houve correlação positiva fraca entre idade do respondedor e a questão “Os horários de atendimento desta clínica foram convenientes para mim” ($r = 0,268$; $p = 0,037$). Ou seja, quanto maior a idade, mais concordaram sobre a afirmativa apontada.

Tabela 01: Porcentagem de respostas em cada questão do questionário

	Discordo completa mente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo plenamente
Q1	0	0	0	3,3	96,7
Q2	0	0	0	4,9	95,1
Q3	0	0	0	6,6	93,4
Q4	0	0	1,6	4,9	93,4
Q5	0	0	1,6	1,6	96,7
Q6	0	0	0	0	100,0
Q7	0	0	0	0	100,0
Q8	0	0	1,6	1,6	96,7
Q9	0	0	3,3	4,9	91,8
Q10	0	0	0	0	100,0
Q11	0	0	3,3	1,6	95,1
Q12	0	0	0	0	100,0
Q13	0	0	0	0	100,0

Q1: A recepcionista foi cortês; Q2: O processo de registro foi adequado; Q3: A sala de espera era confortável (iluminação, temperatura, móveis); Q4: Os horários de atendimento desta clínica foram convenientes para mim; Q5: Meu fisioterapeuta me explicou cuidadosamente os tratamentos que eu recebi; Q6: Meu fisioterapeuta me tratou respeitosamente; Q7: Os funcionários da clínica foram respeitosos; Q8: Meu fisioterapeuta respondeu a todas as minhas questões; Q9: Meu fisioterapeuta aconselhou-me sobre formas de evitar futuros problemas; Q10: A clínica e suas dependências estavam limpas; Q11: Meu fisioterapeuta forneceu-me instruções detalhadas sobre meu programa de exercícios para casa; Q12: De uma forma geral, estou completamente satisfeito (a) com os serviços que eu recebi do meu fisioterapeuta; Q13: Eu retornaria a esta clínica para futuros serviços ou tratamento.

Fonte: Autor.

de referência especializado nos atendimentos entre os níveis de atuação em saúde.

Referências

- [1] ALGUDAIRI G; Al-Eisa ES; Alghadir AH; Iqbal ZA. Patient satisfaction with outpatient physical therapy in Saudi Arabia. *BMC Health Serv Res*, Nov 26 2018, 18, n. 1, p. 888.
- [2] ANSARI NN; Naghdi S; Alaei P; Komesh S; Razavi SZE; Azadvari M; Moghimi E; Beattie P. The MedRisk instrument for measuring patient satisfaction with physical therapy care: A validation of the Persian-language version. *Physiother Theory Pract*, Feb 2022, 38, n. 2, p. 355-364.
- [3] ATCHELOR C; Owens DJ; Read M; Bloor M. Patient satisfaction studies: methodology, management and consumer evaluation. *Int J Health Care Qual Assur*, 1994. 7, n. 7, p. 22-30.
- [4] BEATTIE P; Turner C; Dowda M; Michener L; Nelson R. The MedRisk Instrument for Measuring Patient Satisfaction With Physical Therapy Care: A Psychometric Analysis. *Journal of Orthopaedic & Sports Physical Therapy*, 2005/01/01 2005, 35, n. 1, p. 24-32.
- [5] BEATTIE PF; Nelson RM; Lis A. Spanish-language version of the MedRisk Instrument for Measuring Patient Satisfaction With Physical Therapy Care (MRPS): preliminary validation. *Phys Ther*, Jun 2007 87, n. 6, p. 793-800.
- [6] CARDOSO K. O Fisioterapeuta como agente transformador na atenção básica. 2007. Disponível em: http://www.wgate.com.br/conteudo/medicinaesaudefisioterapia/variedades/agente_karina.htm.
- [7] Clínica da FEMA recebe novos equipamentos. 2022. Disponível em: <https://www.fema.edu.br/index.p1hp/blog/2225-clinica-de-fisioterapia-da-fema-recebenovos-equipamentos>.
- [8] DE PAULA DAG; Piatti NCTP; Costa LM; Chiavegato LD. Satisfaction levels with physical therapy in hospitalized patients. *Braz J Phys Ther*, Mar-Apr 2020, 24, n. 2, p. 118-123.
- [9] GOLDSTEIN MS; Elliott SD; Guccione AA. The development of an instrument to measure satisfaction with physical therapy. *Phys Ther*, Sep 2000, 80, n. 9, p. 853-863.
- [10] HUSH JM; Lee H; Yung V; Adams R; Mackey M; Wand BM; Nelson R; Beattie P. Intercultural comparison of patient satisfaction with physiotherapy care in Australia and Korea: an exploratory factor analysis. *J Man Manip Ther*, May 201, 21, n. 2, p. 103-112.
- [11] MEDEIROS FC; Costa LOP; Oliveira NFC; Costa LCM. Satisfação de pacientes que recebem cuidados fisioterapêuticos para condições musculoesqueléticas: um estudo transversal. 2016. *Fisioterapia e Pesquisa*, 23.
- [12] MENDONÇA KMPP; Guerra RO. Desenvolvimento e validação de um instrumento de medida da satisfação do paciente com a fisioterapia. 2007. *Braz J Phys Ther*, 11, n. 5.
- [13] OLIVEIRA NFC; Costa LOP; Nelson R; Maher CG; Beattie PF; de Bie R; Oliveira W; Azevedo DC; Costa LCM. Measurement properties of the Brazilian Portuguese version of the MedRisk instrument for measuring patient satisfaction with physical therapy care. *J Orthop Sports Phys Ther*, Nov 2014. 44, n. 11, p. 879-889.
- [14] SHAKYA N; Shakya B. Patient Satisfaction with Outpatient Physiotherapy Services in Dhulikhel Hospital, Kathmandu University Hospital, Nepal. *Kathmandu Univ Med J (KUMJ)*, Jan.-Mar 2019.17, n. 65, p. 317-322.
- [15] SUBTIL MML; Goes DC; Gomes TC; Souza ML. O relacionamento interpessoal e a adesão na fisioterapia. *Fisioterapia em Movimento*, 24.2011
- [16] SUDA EY; Uemura MD; Velasco E. Avaliação da satisfação dos pacientes atendidos em uma clínica-escola de fisioterapia de Santo André, SP. 2009. *Fisioterapia e Pesquisa*, 16.

O USO DO CANABIDIOL NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Felipe Augusto Loose de Moraes; Juliana Gonçalves Herculian
Assis-SP

felipeloosemoraes@gmail.com, julianaherculian@yahoo.com.br

Introdução

O transtorno do espectro autista (TEA) é definido como um grupo de transtornos do neurodesenvolvimento caracterizado por uma complexa desordem que manifesta por dificuldades de comunicação e interação social e pela presença de comportamentos e/ou interesses repetitivos ou restritos e níveis variados de deficiência intelectual[1]. O TEA é também frequentemente associado a outros transtornos psiquiátricos (transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, depressão e ansiedade) e a outras condições médicas (epilepsia; transtornos genéticos) [1]. As comorbidades levam a um maior comprometimento no desempenho das crianças em domínios sociais, acadêmicos e familiares, causando uma redução na qualidade de vida, e sofrimento a elas e às suas famílias e representando grandes custos para a sociedade[8]. O tratamento farmacológico atual é sintomático, visa eliminar comportamentos inadequados e comorbidades, atualmente apresenta eficácia limitada e alto potencial de induzir efeitos indesejáveis, comprometendo a adesão ao tratamento[7]. Devido a isto, estudos buscam novas alternativas farmacológicas, destas, destaca-se o uso de canabidiol. Pesquisas recentes abordaram a possibilidade do uso de canabidiol (CBD) para tratamento do TEA, haja visto que tem sido reportado como uma opção bem tolerada, segura e efetiva para o alívio de sintomas como convulsões, psicose, ansiedade, facilitação do sono REM, estereotípias, depressão, inquietação e agressividade[2]. Por este motivo, esta pesquisa tem o objetivo de identificar as respostas positivas e negativas do uso de canabidiol no tratamento do espectro autista, através da revisão integrativa da literatura.

Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Para a questão norteadora foi utilizado a estratégia do PICO[5]. A foi realizada na base

de dados eletrônica na Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) no ano 2023, com recorte temporal de 10 anos (2013-23). A busca baseou-se nos Descritores em Ciências da Saúde (Decs) “Autismo” e “Canabidiol”. Recorreu-se ao operador lógico “AND” para combinação dos descritores. A constituição da amostra desta revisão é representada no fluxograma do PRISMA [3] (Figura 1).

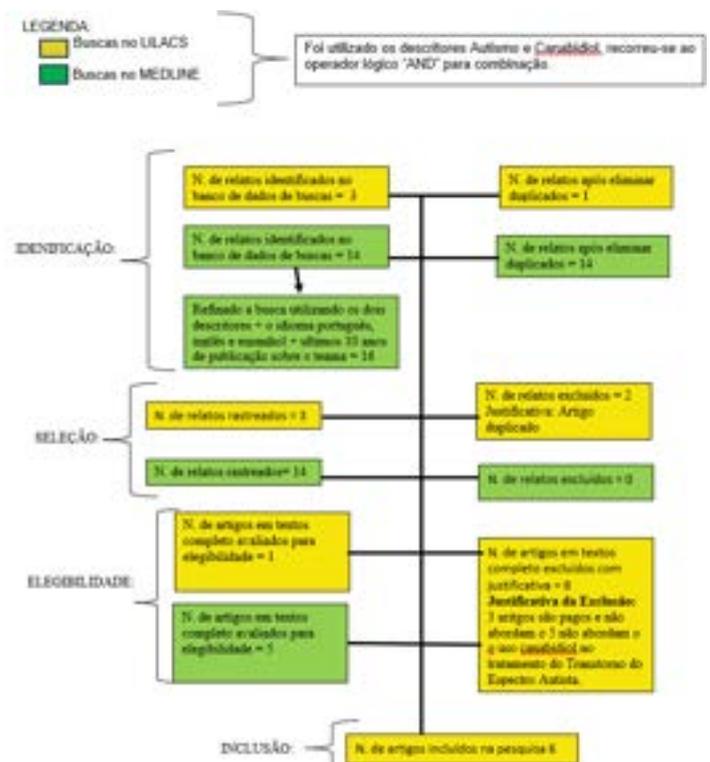


Figura 1: Fluxograma Prisma
Fonte: Autor.

Os dados coletados dos seis estudos foram analisados e dispostos em duas tabelas. Sendo a tabela 01 para identificar título, ano, autor e objetivo e a tabela 02 para o método de pesquisa utilizado para produção do estudo, os resultados

sobre a dose recomendada de CBD. Nos compostos híbridos com THC observou-se que podem causar paranoia, alucinação e psicose graves. Não se sabe ainda os efeitos a longo prazo no neurodesenvolvimento sendo necessário mais estudos de longo prazo.

Discussão

Diante desta revisão de literatura e dos critérios de inclusão e exclusão utilizados, percebeu-se que em um período de 10 anos (2013-2023) temos em sua maioria trabalhos de revisão de literatura, desta forma nos faz pensar que há necessidade de realização de mais trabalhos evidenciando a realidade através de metodologias quanti e qualitativas. Mesmo assim, apesar do óleo de CBD puro ter demonstrado boa eficiência na criança com autismo, principalmente nas manifestações comportamentais, é preciso cautela na administração, pois não existe consenso quanto

a dose terapêutica, a qual nos estudos é individualizada para cada paciente.

Em relação aos efeitos causados por esta substância, também é preciso mais estudos quanto aos efeitos do uso combinado de CBD com THC devido aos efeitos psicóticos, bem como estudos a longo prazo para verificar os efeitos destes sobre o sistema nervoso central no neurodesenvolvimento.

Devendo também, estipular parâmetros laboratoriais para verificar a toxicidade do CBD, pois o mesmo pode alterar função hepática.

Conclusão

Apesar da contribuição do CBD em tratamentos individualizados, ainda há necessidade de maiores e melhores estudos, para minimizar os efeitos colaterais principalmente envolvendo doses com THC nas diferentes faixas etárias (lactente, pré-escolar-escolar-adolescente) devido a sua toxicidade.

Referências

- [1] AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- [2] BAR-LEV SCHLEIDER, L. et al. **Real life Experience of Medical Cannabis Treatment in Autism: Analysis of Safety and Efficacy**. Scientific Reports, v. 9, n. 1, p. 200, 17 jan. 2019.
- [3] GALVÃO, T.F.; PANSANI T.S.A. **Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Metaanálises: A recomendação PRISMA**. Epidemiol. Serv. Saúde, 335 Brasília, 24(2): abr-jun 2015. Tradução para o idioma português do documento: Moher D, Liberati A, Tetzlaff J, Altman DG, The PRISMA Group. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. Disponível em: www.prisma-statement.org. Traduzido por: Taís Freire Galvão e Thais de Souza Andrade Pansani; retro-traduzido por: David Harrad, Loss CM, Teodoro L, Rodrigues GD, Moreira LR, Peres FF, Zuardi AW, Crippa JA, Hallak JEC and Abílio VC (2021) Is Cannabidiol During Neurodevelopment a Promising Therapy for Schizophrenia and Autism Spectrum Disorders?. Front. Pharmacol. 11:635763. DOI 10.3389/fphar.2020.635763. Disponível em: <file:///D:/MED/PIC/Artigos/Cita%C3%A7%C3%A3o%20canabinoides.pdf>. Acesso em 12 de novembro de 2022.
- [4] JOHNSON, R.B.; Onwuegbuzie, A.J., Turner, L.A. **Toward a definition of mixed methods research**. Journal of Mixed Methods Research 1 (2), 112-133, 2007.
- [5] MENDES, K.D.S; SILVEIRA, R.C.C.P; GALVÃO, C.M. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 758-64
- [6] RONZANI, Letícia Domingos, et al. **“Comorbidades Psiquiátricas no Transtorno do Espectro Autista: Um Artigo de Revisão”**. Boletim do Curso de Medicina da UFSC, vol. 7, n.3, dezembro de 2021, p. 47-54. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.32963/bcmufsc.v7i3.4827>.
- [7] SANTOS, C.M.C; PIMENTA, C.A.M; NOBRE, M.R.C. **A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências**. Rev Latino-am Enfermagem 2007 maiojunho; 15(3) www.eerp.usp.br/rlae.
- [8] SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). **Manual de orientação – Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento: Transtorno do Espectro do Autismo. 2019**. Disponível em https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Ped._Desenvolvimento_-_21775b-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2022.

FOTOQUANTIFICAÇÃO DE ÍONS

Matheus Bertuletti; Sílvia Maria Batista de Souza
Assis-SP

matheusbertuletti@hotmail.com, silvia.souza@fema.edu.br

A Medicina tem como princípio o diagnóstico e o tratamento de doenças. O médico realiza o correto diagnóstico de um paciente utilizando primeiramente de técnicas semiológicas. Quando esses métodos não são suficientes para se chegar a um diagnóstico os médicos solicitam os exames laboratoriais. Os exames laboratoriais são a análise química, física e biológica dos fluidos e tecidos de um paciente em busca da presença ou alteração de moléculas, hormônios, íons e microrganismos [1]. O presente trabalho visa desenvolver um equipamento protótipo que, detectando, através de sensores, os fótons emitidos por íons acelerados em uma solução por uma diferença de potencial elétrico [2], poderia determinar a concentração de íons e moléculas em uma amostra de fluido do paciente [3].

Metodologia

De forma a se obter as possíveis características do fóton emitido pelo íon acelerado, para posteriormente ser confirmado o valor correto pelo equipamento de fotoquantificação (imagem 01), foi desenvolvida uma abordagem física utilizando a fórmula de Larmor para determinar inicialmente a potência da radiação eletromagnética e com esse valor chegar à energia do fóton emitido pelo íon acelerado.

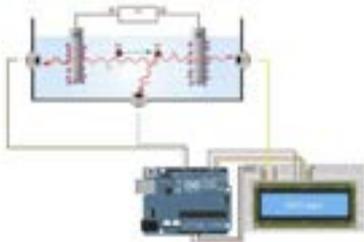


Imagem 01: Diagrama do protótipo do aparelho de fotoquantificação
Fonte: Autoral

Resultados Parciais

Usando como modelo inicial a aceleração sofrida por um íon de cloro monovalente, foi utilizado a fórmula de Larmor para se determinar suas características de energia. Foi observado que o valor da energia do fóton emitido pelo íon é dependente da distância entre os eletrodos e da diferença de potencial elétrica entre esses eletrodos. Utilizando dessas variáveis, foi calculado as características eletromagnéticas de um fóton emitido por um íon de cloro submetido a diferentes voltagens e distâncias entre eletrodos. De forma a agilizar esses cálculos, foi desenvolvido um algoritmo computacional na linguagem C para se realizar os cálculos necessários.



Imagem 02: Algoritmo computacional desenvolvido para realização dos cálculos de fotoquantificação
Fonte: Autoral

Diferença de Potencial Elétrico (V)	Distância entre Eletrodos (m)	Energia Fóton (eV)
30.000 V	1.10^{-12} m	$1.1. 10^{-12}$ eV
30.000 V	$500. 10^{-12}$ m	$2.3. 10^{-12}$ eV
50.000 V	$1. 10^{-12}$ m	$2.5. 10^{-12}$ eV
50.000 V	$500. 10^{-12}$ m	$2.5. 10^{-12}$ eV

Tabela 01: Energias dos fótons emitidos pelos íons acelerados
Fonte: Autoral

Referências

- [1] GENZEN, Jonathan R. **Regulation of laboratory-developed tests: a clinical laboratory perspective**. American Journal of Clinical Pathology 152.2 (2019): 122-131.
 [2] MOACYR, Vieira Botelho Junior. **Bremsstrahlung**. Instituto de Física de São Carlos, 2018.
 [3] MOTTA VALTER T., **Bioquímica Clínica para o Laboratório**: princípios e interpretações. 5 Edição, Med Book, 2009.

ANÁLISE DA MORTALIDADE POR CÂNCER DE MAMA NO BRASIL (2011-2020)

Maria Vitoria Doná Nunes; Daniel Augusto da Silva
Assis-SP
mavidonan2@gmail.com, daniel.silva@fema.edu.br

O câncer é a segunda principal causa de morte nas américas, é descrito como um tumor maligno um conjunto de mais de 100 doenças com uma característica única, o crescimento desordenado das células, que se segmentam e agrupam formando tumores, por consequência invadem tecidos próximos e migram por metástase atingindo outros órgãos.

Exceto o câncer de pele não melanoma, o câncer de mama feminina é o mais incidente no mundo com 2,3 milhões de casos novos. No Brasil é o mais frequente em mulheres com uma estimativa para 2023 a 2025 de 74 mil novos casos, e sua abordagem depende da localização tumoral, da idade de apresentação, estadiamento clínico e o tipo histológico.

Existem alguns fatores que influenciam o desenvolvimento de canceres além da idade, também estão associados históricos familiares de parentes de primeiro grau, terapia de reposição hormonal, exposição à radiação ionizante, multiparidade e densidade mamaria aumentado, o consumo de tabaco e de álcool, uma dieta pouco saudável, inatividade física, doenças inflamatórias e doenças hereditárias são os principais fatores de risco para o câncer em todo o mundo.

Estão entre os principais sintomas do câncer de mama nódulos nas mamas, regiões do pescoço e axilas, geralmente endurecidos, fixos e indolores, eritema e alterações da pele da mama, alterações de mamilo, secreções mamilares, edema e alterações da pele.

Objetivo

Analisar a mortalidade por câncer de mama no Brasil.

Metodologia

Trata-se de estudo descritivo, retrospectivo, de série histórica, com abordagem quantitativa, de dados secundários obitidos em março de 2023, por meio de consulta ao DATASUS/ SIM.

Foram incluídos os registros de mortes codificadas com CID 50- Neoplasias Malignas da mama.

Os dados foram tabulados em planilhas do software Excel da Microsoft.

Realizou-se análise estatística descritiva, que proporciona compreender as frequências absoluta e relativa, além dos cálculos para taxas de mortalidade, sendo consideradas populações de 100 mil habitantes.

Resultados

No Brasil, entre os anos de 2011 e 2020, 159.130 pessoas morreram por câncer de mama. A taxa de mortalidade apresentou aumento de 22,8%; era de 6,9/100.000 em 2011 e passou a ser de 8,5/100.000 em 2020.

A análise dessas taxas nas regiões brasileiras para o ano de 2020 evidenciou diferenças regionais. A maior taxa foi na Região Sul (10,2) e menor na Região Norte (4,2).

A realizar a análise das porcentagens de óbitos entre os anos 2011 e 2020, foi evidenciado que as maiores porcentagens foram, o ano de 2019 (11,5%), o sexo feminino (98,9%), a cor branca (59%), as idades que apresentam maiores porcentagem levando em consideração os dados analisados foram de 50 a 59 anos (23,6%) e de 60 a 69 anos (22,1%), o estado civil com maior incidência foram às casadas (37,1%), com óbitos em hospitais (82,6%) e de 8 a 11 anos de estudos (22,3%) correspondendo ao ensino médio.

Em todas as regiões brasileiras e em todas as Unidades da Federação houve aumento da taxa de mortalidade por câncer de mama considerando os anos de 2011 e 2020.

Considerações finais

O câncer de mama é o mais incidente entre as mulheres no Brasil, excluindo o câncer de pele não melanoma.

Dentre os aspectos analisados e descritos, há um aumento significativo e crescente nas taxas de mortalidade por câncer de mama no Brasil.

Embora ainda não seja um sistema extremamente preciso, são dados reais. A população está desenvolvendo cada vez mais câncer e vindo a óbito.

Referências

- [1] INCA, Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Estimativa 2020**: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA. p. 26, 27 e 35, 2019. ¹. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/estimativa-2020-incidencia-de-cancer-no-brasil.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.
- [2] INCA, Instituto Nacional De Câncer José Alencar. **ESTIMATIVA 2023** Incidência de Câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA. p. 31 a 37, 2023. ³. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/estimativa-2023.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023.
- [3] MOTA, Aurelina Da Silva; SILVA, Vanessa Ramos. **CÂNCER DO COLORRETAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA ACERCA DO RASTREAMENTO, PREVENÇÃO E CONTROLE DA DOENÇA**. São Lucas Centro Universitário, 2019. Disponível em: <http://repositorio.saolucas.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3206/Aurelina%20da%20Silva%20Mota,%20Vanessa%20Ramos%20Silva%20-%20C%C3%A2ncer%20do%20colorretal%20uma%20revis%C3%A3o%20de%20literatura%20acerca%20do%20rastreamento,%20preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20controle%20da%20doen%C3%A7a.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- [4] SANTOS, Amanda Ribeiro dos. **Conhecimento dos Sinais e Sintomas do Câncer de Mama e Autoexame das Mamas por Mulheres no Brasil: uma Revisão de Escopo**. Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” Faculdade de Medicina de Botucatu, p. 20, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/214819/santos_ar_tcc_bot.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 19 maio 2022.
- [5] GOUVEA, Claudiane Vieira; BROSKO, Ivone; DISSENHA, Suelyn Fernanda Ferreira; SAUTETR, Klaus Dieter. **Fatores Ambientais Para o Desenvolvimento do Câncer de Pulmão**. 20º Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica, v. 20, n. 20, 2023. Disponível em: <https://revista.uniandrade.br/index.php/IC/article/view/2729>. Acesso em: 15 jul. 2023.

CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS ENTRE ESTUDANTES DE MEDICINA

Amanda Chetco Gazola; Heloisa Silva Guilherme; Profa. Dra. Paula Fernandes Chadi; Profa. Dra. Phd. Camila Marroni Roncon Picolo
Assis-SP

1911570344@fema.edu.br, 1911570022@fema.edu.br, paula.chadi@fema.edu.br, camila.picolo@fema.edu.br

Para o jovem no início da faculdade, a bebida alcoólica pode ser de fácil acesso e grande interesse, pois seu consumo excessivo é normalizado dentre a socialização dos estudantes [1].

A experiência universitária dá aos estudantes a primeira oportunidade de ser parte de um grande grupo de pares sem supervisão familiar, tornando-os mais suscetíveis ao uso e possível abuso de bebidas alcoólicas, tabaco e drogas ilícitas [2].

O uso indiscriminado de bebidas alcoólicas nas universidades é frequente e acarreta em prejuízos nos âmbitos biopsicossocial e espiritual, além de interferir no desempenho acadêmico do indivíduo.

Para os estudantes de medicina o uso da bebida alcoólica tem motivações além das comuns como a rotina cansativa, a independência financeira tardia, privação de sono e do contato familiar, tornando a bebida além de prazerosa, um escape do dia a dia.[3]

Objetivo

Avaliar o consumo de bebidas alcoólicas entre estudantes de medicina do 1º ao 12º semestre da Fundação Educacional do Município de Assis.

Metodologia

Este estudo é descritivo, exploratório de caráter transversal de natureza quantitativa. Foram incluídos no estudo, estudantes que cursando a 1ª a 12ª etapa, no curso de Medicina da Fundação Educacional do Município de Assis e com idade maior que 18 anos.

Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada de forma online pela plataforma Google Forms, sendo aplicado o questionário Audit.

Resultados parciais

Foram entrevistados 214 pessoas, dos quais 163 (76,2%) eram do sexo feminino e 51 (23,8%) do sexo masculino. A faixa etária dos estudantes variou entre 18 e 51 anos, sendo mais prevalente aos 24 anos (13,6%). O estado civil, solteiro, foi em 93% dos entrevistados.

Dentre as bebidas que costumam consumir, 85 estudantes (39,7%) relataram beber cerveja, seguido de 68 (31,8%) com consumo de vodka. 26 pessoas (12,1%) disseram não realizar o consumo de bebidas alcoólicas, sendo que 92 pessoas (43%) associam mais de uma bebida alcoólica.

A frequência do consumo foi relatada em 109 pessoas (50,9%) por 2 - 4 vezes no mês, enquanto 35 (16,4%), 2 - 3 vezes por semana. Em relação a quantidade de bebida consumida variou entre 0 - 1 dose por episódio em 116 pessoas (54,2%) e 2 a 3 doses em 54 pessoas (25,2%). A porcentagem de estudantes que consomem mais de 5 doses em uma única ocasião 1x por semana foi de 37 estudantes (17,3%).

Em relação aos sentimentos, 76 pessoas (35,5%) relataram se sentir culpado ou com remorso menos de 1 vez por mês, seguido por 21 pessoas (9,8%) 1 vez por mês.

Sobre a incapacidade de lembrar o que aconteceu devido a bebida alcoólica, 70 pessoas (32,7%) referem menos de 1 vez por mês, enquanto 22 pessoas (10,3%) 1 vez por mês.

Relacionado a prejuízos ou ferimentos a si mesmo ou aos demais, quando questionados, 174 indivíduos (81,3%) responderam que não e 28 pessoas (13,1), sim, mas não no último ano.

Ao serem questionados se algum parente, amigo ou médico já se preocupou ou sugeriu que parassem com uso de bebidas, 194 pessoas (90,7) responderam que não e 10 pessoas (4,7%) responderam que sim, durante o último ano.

Referências

- [1] PINTON, F.A. et al. Uso de drogas entre os estudantes de medicina da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, SP, no ano de 2002. Arq Ciênc Saúde. 2005.
- [2] World Health Organization. Global status report on alcohol and health 2018. Geneva; 2018. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo>. Acesso em: 22 de setembro de 2023.
- [3] CARNEIRO, A.P.L., RONZANI, T.N. Audit (Alcohol use disorders identification test) e Audit-C. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4170599/mod_resource/content/1/audit.pdf. Acesso em 22 de setembro de 2023.

ESTUDO COMPARATIVO: A IMUNIZAÇÃO INFANTIL PRÉ E PÓS COVID-19 NO MUNICÍPIO DE ASSIS-SP

Julia Galante Christianini¹; Luana Descrove Franco²; Maria Eduarda Polizel Alves³; Paula Ferreira Do Prado⁴; Ana Claudia Correa⁵; Hugo Belavenuta Pinto⁶; Renata Aparecida de Camargo Bittencourt⁷
Assis-SP

juliachristianini@uol.com.br¹; luanadfranco@hotmail.com²; alves.mez@gmail.com³; pfprado05@outlook.com⁴; correiaalmeida@yahoo.com.br⁵; hugobelavenuta@hotmail.com⁶; rentcourt2000@yahoo.com.br⁷

No Brasil, no ano de 1973, foi formulado o Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde (PNI/MS), que tinha como propósito a implementação do calendário vacinal. Desde o início dos anos 90 até 2015, a cobertura vacinal nacional esteve acima dos 90%. Entretanto, a partir de 2016, as vacinas obrigatórias segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), tiveram declínio em suas taxas de adesão em 10-20 pontos percentuais e desde 2018 não atingem nenhuma meta estipulada pela OMS da cobertura vacinal do calendário infantil. Aliado a isso, a pandemia da doença do coronavírus 2019 (COVID-19) dificultou o comparecimento das crianças às unidades de saúde, contribuindo para a diminuição da taxa de vacinação infantil. Existe a partir desses dados o interesse em identificar como está a situação vacinal no município de Assis, levantando o número relativo de crianças que não se vacinaram e os fatores envolvidos neste atraso ou não vacinação.

Objetivo

Esse estudo tem como objetivo analisar a adesão à imunização na infância no período pré e pós pandemia do COVID-19. Além disso, promover oportunidade de intervenções na saúde da população estudada de acordo com os dados analisados.

Metodologia

Trata-se de um projeto de natureza básica, com abordagem quantitativa. Propomos a realização da pesquisa a partir de análise de dados da população infantil contidos no SI-PNI - Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde. O presente estudo utilizou como população amostral crianças do município de Assis - SP com idades entre 0 e 5 anos cadastradas no SI-PNI, caracterizadas por abrangerem faixa etária de maior índice em déficit vacinal, adquirindo caráter aleatório e intencional. A busca pelos participantes vem tendo variância

conforme as imunizações ocorrem no período avaliativo, de modo que se intenda a participação de cerca de 300 crianças. Os dados vêm sendo tabulados a partir da plataforma governamental, formatados de forma clara, objetiva e sistematizada para a completa análise informativa.

Resultados parciais

Os dados vacinais da população abordada estão em fase final de coleta pelas pesquisadoras a partir da plataforma online SI-PNI e contemplam: BCG, Hepatite B, Hepatite B em crianças até 30 dias, Poliomelite (VIP e VOP), Pentavalente, Rotavírus, Pneumocócica, Meningococo C, Febre amarela, Tríplice Viral, DTP, Hepatite A, Tetraviral e Varicela. As informações parciais sugerem queda vacinal bem como apresentada no restante do país em período pandêmico, no entanto, já demonstram atual ascensão, estando tabuladas em porcentagem do público alvo atingido e apresentadas na Tabela 1.

VACINA	PANDEMIA(%)	ATUAL(%)
BCG	186	202
HEP B	132	138
HEP B (RN)	178	226
VIP E VOP	141	138
PENTAVALENTE	132	138
ROTAVÍRUS	139	139
A PNEUMOCÓCIC	154	151

A	MENINGOCÓCIC	152	143
	FEBRE AMARELA	128	115
	TRÍPLICE VIRAL	164	111
	DTP (15M)	125	122
	DTP (4-6 ANOS)	115	116

HEP A	142	131
TETRAVIRAL	30	28
VARICELA	73	85

Tabela 01: Porcentagem parcial de vacinação infantil entre o período de pandemia (2019-2020) e atual (2021-2022)
Fonte: Autor.

Referências

- [1] BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta de saúde da criança - menino**. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. 92p. Passaporte da cidadania. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_crianca_menino_2ed.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.
- [2] BROWN, A. L. *et al.* Vaccine confidence and hesitancy in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. Cad. Saúde Pública, 2018 34(9), 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/GYLVPzQTpPWD3XGYBbCVg7s/?lang=en#ModalHo> wcite. Acesso em: 7 dez. 2022.
- [3] CARDOSO, Márcia Dorcelina Trindade; **Avaliação da cobertura vacinal em crianças de 2 meses a 5 anos na estratégia saúde da família** / Assessment of vaccination coverage among children aged 2 months to 5 years in the family health strategy. *Rev. APS*; 2018, n. 3, p. 273-280, julho/setembro 2015. ID: lil-784459. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-784459>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- [4] CHEN, Robert T., Walter A. Orenstein, **Epidemiologic Methods in Immunization Programs**, *Epidemiologic Reviews*, Volume 18, Issue 2, 2016, Pages 99–117, DOI <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.epirev.a017931>. Disponível em: <https://academic.oup.com/epirev/article/18/2/99/476366?login=false>. Acesso em: 1 jan. 2023.
- [5] COVID-19 pandemic fuels largest continued backslide in vaccinations in three decades. **World Health Organization**, New York - USA, p. 1-10, 23 jul. 2022. DOI <https://doi.org/10.1098/rstb.2013.0433>. Disponível em <https://www.who.int/news/item/15-07-2022-covid-19-pandemic-fuels-largest-continued-backslide-in-vaccinations-in-three-decades>. Acesso em: 1 dez. 2022.
- [6] Greenwood B. (2014). The contributions of vaccination to global health: past, present and future. *Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences*, 369(1645), 20130433. DOI <https://doi.org/10.1098/rstb.2013.0433>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24821919/> Acesso em: 4 dez. 2022.
- [7] MATOS, Ana Beatriz. **Análise dos fatores atrelados ao atraso vacinal em crianças: um olhar à luz das evidências**. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 2, fevereiro de 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25455>. Acesso em: 8 de janeiro de 2023.
- [8] NONI E. MacDonald, **Vaccine hesitancy: Definition, scope and determinants**, *Vaccine*, Volume 33, Issue 34, 2018, Pages 4161-4164, ISSN 0264-410X, DOI <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2015.04.036>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264410X15005009>. Acesso em: 7 dez. 2022.
- [9] PANDEMIAdecovid-19alimentaomaioretrocessocontínuonastvacinaçõesem três décadas. **UNICEF**, [S. l.], v. Vol. 347, n. No. 6227, p. 1-10, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/pandemia-de-covid-19-alimenta-o-maior-retrocesso-contínuo-nas-vacinaoes-em-tres-decadas>. Acesso em: 6 dez. 2022.
- [10]. Procianoy, G. S., Rossini Junior, F., Lied, A. F., Jung, L. F. P. P., de Souza, M. C. S. C. **Impacto da pandemia do Covid-19 na vacinação de crianças de até um ano de idade: um estudo ecológico**. *Cien SaudeColet[periódiconainternet]* (2021/Dez). Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/impacto-da-pandemia-do-covid19-na-vacinacao-de-criancas-de-ate-um-ano-de-idade-um-estudo-ecologico/18243?id=18243>. Acesso em 23 de janeiro de 2023.
- [11] ROCHEL DE CAMARGO JR, K. Here we go again: the reemergence of anti- vaccine activism on the Internet. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. Cad. Saúde Pública, 2020 36 suppl 2, 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-311X00037620>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/QLLygMBwPMFngpHvtQJdyw/?lang=en#ModalHowcit> e. Acesso em: 7 dez. 2022.
- [12] SATO, A. P. S. What is the importance of vaccine hesitancy in the drop of vaccination coverage in Brazil?. **Revista de Saúde Pública**, [S. l.], v. 52, p. 96, 2018. DOI 10.11606/S1518-8787.2018052001199. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/152007>. Acesso em: 1 jan. 2023.
- [13] SIEWERT, Josiane Steil et al. MOTIVOS DA NÃO ADESÃO DE CRIANÇAS À CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA A INFLUENZA. **Cogitare Enfermagem**, [S.l.], v. 23, n. 3, oct. 2018. ISSN 2176-9133. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/53788>. Acesso em: 2 jan. 2023. DOI <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v23i3.53788>.
- [14] **Ministério da Saúde**. Departamento de Informática do SUS. DataSUS. Disponível em: <https://sipni.datasus.gov.br/si-pni-web/faces/inicio.jsf> Acesso em: 24 de setembro de 2023

- [15] TAKAHASHI, Saki. Reduced vaccination and the risk of measles and other childhood infections post-Ebola: Reflections during World Immunization Week 2020. **Science**, [S. l.], v. Vol. 347, n. No. 6227, p. 1-10, 15 mar. 2015. DOI 10.1126/science.aaa3438. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aaa3438#tab-citations>. Acesso em: 6 dez. 2022.
- [16] THE IMPACT of COVID-19 on routine vaccinations: Reflections during World Immunization Week 2020. **UNICEF**, London - UK, 20 abr. 2020. Disponível em: Greenwood B. (2014). The contribution of vaccination to global health: past, present and future. *Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences*, 369(1645), 20130433. DOI <https://doi.org/10.1098/rstb.2013.0433>. Disponível em: <https://www.unicef.org/eap/stories/impact-covid-19-routine-vaccinations>. Acesso em: 6 dez. 2022.
- [17] WALDMAN, E. A. Mesa-Redonda: Desigualdades sociais e cobertura vacinal: uso de inquéritos domiciliares. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 11, n. Rev. bras. epidemiol., 2018 11 suppl 1, maio 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/tts9vWqQwN3CQwVmTpn4jTs/?lang=pt#>. Acesso em: 3 dez. 2022.

BRINCADEIRAS TERAPÊUTICAS: O BRINCAR TERAPÊUTICO COMO INTERVENÇÃO NA FISIOTERAPIA

Claudia Larissa Faustino Roldão; Paolla Nogueira Da Silva; Cássia Regina Saade-Pacheco
Assis-SP

clfoldao@gmail.com, e-mail paollanogueira55@gmail.com; cassiasaadepacheco@gmail.com

A definição da palavra *brincar* abrange uma ampla variedade de atividades, incluindo jogos infantis, brincadeiras de competições, apresentações teatrais, litúrgicas e recreativas; sem captar totalmente a verdadeira essência e o impacto do *lúdico* na vida das pessoas [1].

O jogo, como parte do brincar, reúne além do reflexo físico ou psicológico, o significado indicativo da presença de um elemento material em sua essência, associando a qualidade de cativar, revigorar e excitar, durante uma atividade voluntária e deliberada realizada dentro de limites específicos de tempo e espaço, governada por regras mutuamente acordadas e caracterizada por uma sensação de tensão, alegria e consciência de distinção da "vida real" [2].

Na prática, enquanto o paciente brinca o profissional enfatiza o terapêutico, e no brincar terapêutico pode ser empregado diversos contextos de atenção ao idoso, à criança e à família, e capacitar as crianças e idosos para melhor compreender e lidar com várias experiências, como hospitalização, procedimentos cirúrgicos, processo de luto, violência e conflito familiar [3].

Na fisioterapia, o brincar é uma ferramenta importante do fisioterapeuta, que ao mudar o foco terapêutico tecnicista, trata enquanto o paciente se diverte e aprende em um momento prazeroso.

Como mostram as contribuições científicas, aos fisioterapeutas e outros profissionais, com atenção especial aos componentes que compõem uma sessão de brincar terapêutico, incluindo o desenvolvimento e comportamento da criança e da pessoa idosa [4][5].

Coleta de Dados

Estudo de pesquisa bibliográfica integrativa, qualitativa do brincar como uma ferramenta terapêutica, na fisioterapia. A busca ocorreu aos pares em quatro fontes de dados online: BVS-Biblioteca Virtual em Saúde, Google Acadêmico e SciELO-Scientific Electronic, pela metodologia do acrônimo PICO (P: população/pacientes; I: intervenção; C: comparação/controle; O: desfecho/outcome), com termos DeCS/MeSH, de publicações nacionais (idioma português), sem limitação da data de publicação.

Os artigos foram eleitos inicialmente pelo título, para conferência de duplicidade e após a elegibilidade por título, foram lidos os resumos e selecionados para leitura na íntegra. Todos os artigos que atenderam aos critérios de inclusão, após lidos na íntegra e extraídos os dados para a síntese final: tipo de estudo; população; tipo de brincar e/ou brinquedo; objetivo do estudo; resultado.

Referências

- [1] HUIZINGA, 1872-1945 *apud* FERREIRA, M P A A centralidade do lúdico na formação humana: críticas das teses de Johan Huizinga. 335 fls. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- [2] ALVES, A. M. L., & GNOATO, G. (2003). O brincar e a cultura: jogos e brincadeiras na cidade de Morretes na década de 1960. *Psicologia em Estudo*, 8(1), 111-117. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/cG7D4K87dWBKwbZdDyqSfhg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01/05/2023.
- [3] SOSSELA C R, SAGAR F A criança e o brinquedo no contexto hospitalar *Rev. SBPH vol.20 nº.1*, Rio de Janeiro – Jan./Jun. – 2017. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v20n1/v20n1a03.pdf>.
- [4] SABOYA, B. No universo da criança, brincar é ir em frente. Ed. O Globo, 1985. Acesso em: 01/05/2023.
- [5] SHEPHERD, R. B. (1996). *Fisioterapia em pediatria*. São Paulo: Santos. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1084791>. Acesso em: 01/05/2023.

PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL E FATORES DE RISCO EM UNIVERSITÁRIOS DE UMA FACULDADE DO INTERIOR DE SÃO PAULO

Alcielle Alves de Oliveira; Maria Fernanda Terezan Rett Sebrían; Caroline Lourenço Almeida; Lucy Junka Yamamoto
Assis-SP

1911570083@fema.edu.br, 1911570095@fema.edu.br, caroline.almeida@fema.edu.br, llyyamamoto@hotmail.com

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma doença crônica caracterizada por níveis pressóricos acima da normalidade, que apesar de ser assintomática na maioria das vezes, pode levar a alterações em órgãos-alvo, como coração, cérebro, rins, olhos e vasos, sendo assim considerada uma questão de saúde pública. Diante disso, apesar de ser uma condição relacionada diretamente à idade avançada, vem acometendo cada vez mais adultos jovens, devido à maior exposição a fatores de risco, como má alimentação, tabagismo, uso de álcool e sedentarismo. Desta forma, é de extrema importância investigar a prevalência de HAS em adultos jovens universitários, além de identificar seus fatores de risco. Diante disso, o estudo objetiva identificar a prevalência de hipertensão arterial e seus fatores de risco entre universitários de uma faculdade do interior de São Paulo, bem como evitar a ocorrência de eventos cardiovasculares prematuros por meio da identificação precoce de novos casos de HAS e dos fatores contribuintes.

Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu durante os meses de abril a setembro de 2023. A pesquisa foi executada através de um questionário estruturado com o total de 24 perguntas, disponibilizado pela plataforma Google Forms. Para iniciar a pesquisa foi apresentado aos participantes o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, para, assim, contribuírem com o estudo. Dessa forma, foram consideradas as seguintes variáveis: sexo, idade (18 a 40 anos), curso, ano do curso, IMC (Índice de Massa Corporal), considerando peso e altura, tabagismo, ingestão de álcool, prática de atividade física, hábitos alimentares, uso de medicamento, diagnóstico prévio de HAS, comorbidades e histórico familiar de DCV, por meio do questionário. Além disso, foi realizada a verificação da pressão arterial de todos os participantes, seguindo as orientações preconizadas pela Sociedade Brasileira de Cardiologia, para rastreio de HAS na

população alvo, considerando os critérios de inclusão e exclusão. Será avaliada uma população de 1280 indivíduos, dos quais os dados coletados serão posteriormente computados e analisados em softwares adequados e comparados com a literatura existente. Espera-se com este estudo obter informações necessárias para a realização de intervenções afim de reduzir os riscos de complicações da HAS. Ademais, contribuir para a utilização correta dos serviços de saúde, além de impactar não só a população estudada, mas também impactar indiretamente toda a comunidade sobre a importância de doenças crônicas como a hipertensão arterial.

Resultados Parciais

Até o momento, participaram do estudo 30 universitários, sendo 50% do curso de Enfermagem e 50% do curso de Direito. Em relação à idade dos entrevistados, a média obtida foi em torno de 22 anos, incluindo apenas alunos entre 18 e 40 anos de idade. Dos participantes, 66,7% são do sexo feminino e 33,3% são do sexo masculino. Dentre os fatores de risco para hipertensão arterial sistêmica avaliados no questionário, foi identificado que 76,7% não são fumantes, enquanto 23,3% são fumantes; 46,7% não fazem uso de álcool e 53,3% o consomem; 60% praticam atividade física e 40% não praticam. Além disso, 6,7% têm diagnóstico de HAS e 93,3% não têm diagnóstico.

Curso
30 respostas



Gráfico 01
Fonte: Questionário para pesquisa Google Forms.

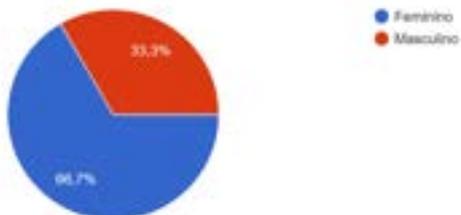
Sexo
30 respostas

Gráfico 02

Fonte: Questionário para pesquisa Google Forms.

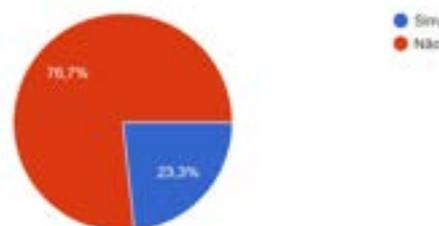
Você fuma?
30 respostas

Gráfico 03

Fonte: Questionário para pesquisa Google Forms.

Referências

- [1] ALCÂNTARA, Julia Matias de. Et al. Hipertensão Arterial Sistólica entre jovens: revisão integrativa. [Prevalence of Systolic Arterial Hypertension among young people: na integrative review]. 2021. Disponível em: https://convibra.org/congresso/res/uploads/pdf/artigo_pdf8dC81U30.07.2021_17.56.05.pdf#:~:text=O%20estudo%20apontou%20o%20perfil,acometendo%20indiv%C3%ADduos%20com%20baixa%20escolaridade. Acesso em: 22 nov. 2022.
- [2] HENGEL, F.E. SOMMER, C. WENZEL, U. **Arterielle Hypertonie**: Eine Übersicht für den ärztlichen Alltag [Arterial Hypertension]. Dtsch Med Wochenschr. 2022 Apr;147(7):414-428. German. DOI 10.1055/a-1577-8663. Epub 2022 Mar 28. PMID: 35345049. 2022. Disponível em: <https://www.thieme-connect.com/products/ejournals/abstract/10.1055/a1577-8663>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.
- [3] IRADUKUNDA, A., Odjidja, E. N., Ndayishima, S. K., Ngendakumana, E., Ndayishimiye, G. P., Sinarinzi, D., Izere, C., Ntakaburimvo, N., & Akimana, A. **Prevalence and Predictive risk factors of hypertension in patients hospitalized in Kamenge Military Hospital and Kamenge University teaching hospital in 2019**: A fixed effect modelling Study in Burundi. 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8668094/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

OCORRÊNCIA DE MALFORMAÇÃO CONGÊNITA NO CENTRO OESTE PAULISTA (SP)

Larissa Barbosa Pimentel¹; Talita Rodrigues Caldeirão²; Luciana Pereira Silva³
Assis-SP

larissabpimentell@gmail.com; talita.obstetiz@hotmail.com; luciana.silva@fema.edu.br

¹ Bolsista PIC; Graduanda do Curso de Enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA), Assis, SP

² Enfermeira, Doutora em Enfermagem, Professora Titular do Curso de Enfermagem da FEMA, Assis, SP

³ Bióloga, Doutora em Imunologia e Parasitologia Aplicadas, Professora Titular do Curso de Enfermagem da FEMA, Assis, SP

A ocorrência de malformação congênita ou defeito congênito são alterações durante o desenvolvimento embrionário/fetal devido as consequências multifatoriais como genética, ambiental ou desconhecida levando a uma deficiência na estrutura ou função de órgãos, células ou elementos celulares existente anteriormente ao nascimento. No mundo, estima-se que entre 2% e 3% de todos os recém-nascidos apresentam algum tipo de anomalia congênita [1].

No que diz respeito ao aconselhamento genético na enfermagem, sucede no decorrer da consideração do histórico familiar do paciente, coletas de dados, diagnósticos, planejamento e avaliação. Um mercado que vem avançado bastante é os enfermeiros geneticistas, pois é um mercado que cresce muito com os avanços e se precisa de mais profissionais capacitados [2].

Existem inúmeras patologias raras consideradas, normalmente crônicas e progressivas em sua maioria provocada por mutações genéticas. Para a maior parte dessas doenças, não há medicamentos específicos, somente tratamento de apoio, como fisioterapia e fonoaudiologia, no caso de alguma medicação, normalmente é importada o conseguido por decisão jurídica [3].

As doenças de malformação congênitas são elas Fibrose cística, Doença falciforme, Talassemia, Cardiopatia congênita, Doença congênita de glicosilada (CDG), Defeito do tubo neural, Doença sífilis congênita, Doença congênita meningomielocele, Mucopolissacaridoses [4].

Na busca por compreender o comportamento das anomalias congênitas, o presente estudo teve como objetivo descrever as anomalias congênitas em nascidos vivos de mães residentes no Centro Oeste Paulista/SP no período de 2012 a 2022.

Metodologia

Tratou-se de um estudo do tipo retrospectivo e descritivo, a partir de fonte secundária, pública e oficial com a finalidade de avaliar Ocorrência de malformação congênita no Centro Oeste Paulista (SP).

Os bancos de dados incluídos neste estudo foram obtidos no portal eletrônico do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) baseado nos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), com os filtros utilizados para busca das principais doenças genéticas acometidas na região do Centro Oeste Paulista (SP) no período de 2012-2022

Resultados e Discussões

O estudo compreendeu uma amostra de 12.796 das quais 157 recém-nascidos foram identificadas com malformações congênitas e 12639 não preenchido, durante os anos de 2012 a 2022. Os resultados parciais estão em análise estatística.

O acompanhamento estatístico dos nascimentos disponibilizado a partir de 1990 pelo Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) foi implantado pelo Ministério da Saúde, por meio da Declaração de Nascido Vivo (DNV), padronizada nacionalmente e preenchida nos hospitais e em outras instituições de saúde nos quais ocorrem partos, e nos Cartórios de Registro Civil para os partos domiciliares.

Em 1999, foi incluído um campo na DNV para registro das Anomalias Congênitas (ACs), codificadas conforme o Capítulo XVII da 10ª Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10), o que torna o Sinasc um instrumento importante para monitoramento de ACs no Brasil [5].

O SINASC propicia um aporte significativo de dados sobre a gravidez, o parto e as condições da

criança ao nascer, com suas características mais importantes. Esses dados são relevantes para análises epidemiológicas, estatísticas, demográficas, e para a definição de prioridades das políticas de saúde. As informações são consolidadas pelos municípios e estados e compõem o “fechamento” da base nacional [6].

Considerações finais

Ressalta-se que os estudos sobre malformações congênitas são desafiadores por haver diferenças entre as taxas de prevalências observadas nos estudos devido subnotificações na base de dados, amostragens em hospitais, outras

utilizam dados diretos fornecidos pelo SINASC e cedidos por secretarias de saúde estaduais.

Os resultados também podem ser modificados devido às características metodológicas, à época e à população investigada, como neste referido estudo, que apresentou uma cobertura do Centro Oeste Paulista (SP) das malformações congênitas, sendo que a maioria dos estudos que se propuseram a investigar este tema, foram estudos de cobertura municipal.

Entretanto, torna-se relevante e de extrema importância esta pesquisa para identificar se existem fatores de risco genético, ambiental ou desconhecido nas cidades do centro oeste paulista.

Apoio financeiro: O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIC) da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) SP – Brasil.

Referências

- [1] WORLD HEALTH ORGANIZATION. Congenital anomalies. Genebra: WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/congenital-anomalies>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- [2] COREN. Saiba mais sobre a atuação do enfermeiro em genética e genômica, 2021. [site de internet]. Disponível em: <https://portal.coren-sp.gov.br/noticias/saiba-mais-sobre-a-atuacao-do-enfermeiro-em-genetica-e-genomica/>. Acessado em: 22 jan. 2023.
- [3] APCD. Estudo revela que o número de brasileiros diagnosticados com doenças raras aumenta 150% em 4 anos. Citado em 15 de mar. 2019 [acessado nov. 2022]. Disponível em: <https://www.apcd.org.br/index.php/noticias/1399/em-foco/15-03-2019/estudo-revela-que-numero-de-brasileiros-diagnosticados-com-doencas-raras-aumenta-150-em-4-anos>.
- [4] Vasomics. Soluções para a Medicina de Precisão. Por Nágela G. Safady [citado 2021 jul. 07]. [site de internet]. Disponível em: <https://blog.varsomics.com/doencas-congenitas>. Acessado em 19 jan. 2023.
- [5] BRASIL, Boletim Epidemiológico. v. 52, 2021. Disponível em: Acesso 19 de jan. 2023.
- [6] (SINASC, 2022). Brasil. Ministério da Saúde. Portal da Saúde: SINASC [site da Internet] [acessado 2022 nov.]. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/svs/visualizar_texto.cfm?idtxt=2132339.

USO DE BENZODIAZEPÍNICOS POR MULHERES IDOSAS NO MUNICÍPIO DE ASSIS: PERFIL DAS USUÁRIAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Lilian Dias dos Santos Alves; Luisa Mourão de Moraes; Maria Vitória Zancan Vanzela; Vanessa Clivelaro Bertassi Panes

Assis-SP

lilian_soprano@hotmail.com, luisa-morais118@hotmail.com, mvitoriazvanzela@hotmail.com, bertassi@hotmail.com

Os benzodiazepínicos consistem em uma das classes medicamentosas mais prescritas no mundo com aumento gradual das taxas de consumo (DE LACERDA et al., 2004). Seu uso foi popularizado por volta de 1961, como uma alternativa aos barbitúricos e desde então tem sido frequentemente prescrito por médicos (MARIANO, 2014) graças às suas propriedades ansiolíticas, hipnóticas (ZORZANELLI et al., 2019) e sedativas (BRUNTON, 2021).

As mulheres da sociedade atual possuem múltiplas jornadas de trabalho, tanto fora quanto dentro do domicílio, o que as leva buscar mais frequentemente medicações que proporcione maior tranquilidade e descanso durante a noite (DE SOUZA; OPALAYE; NOTO, 2013). Além disso, a baixa autoestima, gerada pelo menosprezo e exclusão social que acompanham o envelhecimento, a população idosa, em especial as mulheres, cerca de 80%, apresenta maiores efeitos depressivos, o que resulta em maior procura pelos benzodiazepínicos (MOREIRA; BORJA, 2018).

Essa classe farmacológica possui efeito potencializador da transmissão sináptica inibitória no sistema nervoso central por meio do aumento da afinidade do GABA pelo seu receptor e da frequência da abertura dos canais de cloro ativados pelo GABA (RANG et al., 2016).

Os principais efeitos adversos apresentados pelos pacientes durante o uso dessas medicações são confusão, amnésia, sonolência e descoordenação com prejuízo significativo nas habilidades manuais, aumentando o risco de quedas (BRUNTON, 2021).

A tolerância e dependência ocorrem com o uso de todos os benzodiazepínicos (RANG et al., 2016). A retirada abrupta resulta em síndrome de abstinência, caracterizada por aumento da ansiedade, tonturas, tremores, distorção das percepções sensoriais, distúrbios do sono por

aumento do sono REM, perda de peso, perda de apetite, crises epiléticas, e zumbidos (ZORZANELLI et al., 2019).

Com o envelhecimento, ocorrem alterações metabólicas que predisõem ao acúmulo de metabólitos e substâncias secundárias a metabolização dos medicamentos, o que predis põe o aumento da incidência de efeitos adversos e toxicidade na faixa etária idosa (PALMEIRAS et al., 2022).

Além disso, a população idosa é marcada pela polifarmácia (CARVALHO; DOS SANTOS; OROSCO, 2017), fato que aumenta o risco de interações medicamentosas, as quais podem potencializar os efeitos sedativos dos benzodiazepínicos, com risco de depressão respiratória (OLIVEIRA et al., 2016).

De acordo com os critérios de Beers, os benzodiazepínicos são considerados como Medicamentos Potencialmente Inapropriados (MPI) para idosos (AMERICAN GERIATRICS SOCIETY, 2019).

Por fim, diante do exposto, faz-se necessário investigar o uso indiscriminado dessa classe farmacológica, especialmente entre mulheres idosas, enfatizando sua dependência (MOREIRA; BORJA, 2018).

Objetivos

Identificar a prevalência do uso de benzodiazepínicos pela população idosa feminina no município de Assis e suas implicações. Somado a isso, descrever as razões relatadas que justificam seu uso, os meios de obtenção, efeitos adversos, sintomas de abstinência e tempo de uso da medicação.

Métodos

Trata-se de um estudo descritivo exploratório de abordagem quantitativa. Neste projeto foi incluído o grupo de mulheres, maiores de 60 anos,

em uso de benzodiazepínicos e da mesma forma, foram excluídas aquelas com idade inferior a 60 anos, que não estão em uso da medicação e com comprometimento cognitivo.

Após isso, foi realiza-do o levantamento de dados das pacientes através do contato com a enfermeira responsável pela Estratégia de Saúde e Família Vila Cohab, que orientou a seleção das pacientes por meio da plataforma E-SUS. Foram selecionadas 185 pacientes através do filtro “Saúde Mental” dentro das condições prioritárias. As selecionadas tiveram o histórico de prescrições avaliadas, a fim de identificar quais eram usuárias de benzodiazepínicos.

Foram detectadas 61 usuárias dessa classe medicamentosa. Por seguinte, foi realizada visita domiciliar desde o dia 11/09/2023 para a coleta de dados até o momento. O material usado para entrevista foi composto por um questionário de 14 perguntas, sendo 3 abertas e 11 fechadas, abordando idade, etnia, estado civil, escolaridade, medicamentos em uso, qual a indicação clínica, meio de obtenção, tempo de uso, posologia, frequência por dia ou semana, efeitos adversos e sintomas de abstinência. As entrevistas devem ser concluídas até o final do mês de outubro de 2023.

Por fim, após o levantamento dos dados, os mesmos serão tabulados em dupla digitação e conferência em planilha Excel 2013, para posterior análise.

Coleta de dados

Um total de 17 mulheres responderam o questionário, no entanto, uma foi excluída por apresentar comprometimento cognitivo. Uma mulher se recusou participar da pesquisa, e outras oito não foram encontradas em seus domicílios no momento da coleta.

Das 16 pessoas incluídas na análise, a média de idade foi 69,93 anos; sendo 12 (75%) de etnia branca, 1 (6,25%) negra e 3 (18,75%) parda. Quanto ao estado civil, 1 (6,25%) eram solteiras, 6 (37,5%) casadas, 5 (31,25%) viúvas, 3 (18,75%) divorciadas, e 1 (6,25%) amasiada. Das entrevistadas, 1 (6,25%) era analfabeta, 5 (31,25%) possuíam Ensino Fundamental Incompleto, 2 (12,5%) Ensino Fundamental Completo, 3 (18,75%) Ensino Médio Incompleto, 3 (18,75%) Ensino Médio Completo e 2 (12,5%) Ensino Superior Incompleto.

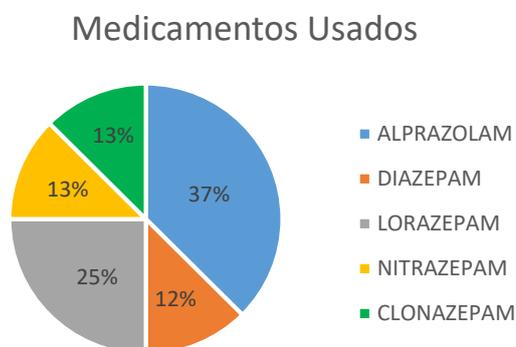


Gráfico 01: Medicamentos usados pelas entrevistadas.
Fonte: Dados da pesquisa, 2023

O medicamento mais utilizado foi o Alprazolam, por 6 das entrevistadas (37,5%), seguido do Lorazepam, usado por 4 mulheres (25%), enquanto que o Diazepam, o Nitrazepam e o Clonazepam tiveram o mesmo número de usuárias: 2 (12,5%).

O principal motivo, relatado por 12 pacientes (75%), que levou ao uso das medicações foi por sua ação hipnótica. Ademais, 11 buscaram o fármaco por seu efeito ansiolítico (68,75%). Dentre todas as entrevistadas, 9 (56,2%) apresentaram ambas motivações associadas.

A totalidade (16) das entrevistadas respondeu que obteve as medicações com prescrição médica. 14 (87,5%) delas faziam uso da medicação uma vez ao dia, enquanto 1 (6,25%) fazia duas vezes ao dia e 1 (6,25%) fazia uma vez na semana. O período de utilização foi totalmente noturno sendo que uma paciente fazia uso também pela manhã.

Sobre os efeitos adversos, 3 (18,75%) mulheres apresentam confusão, 2 (12,5%) fadiga e 1 (6,25%) cefaleia.

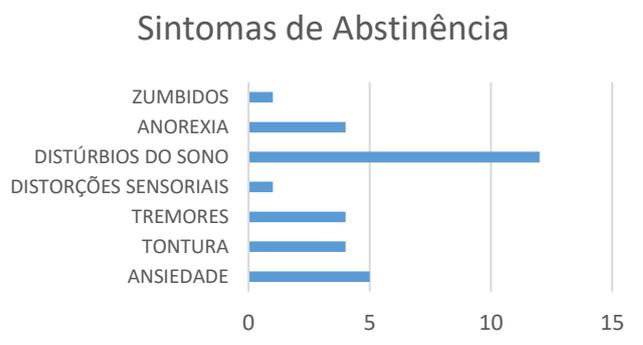


Gráfico 02: Sintomas de abstinência relatados pelas usuárias de benzodiazepínicos.
Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Os sintomas de abstinência foram diversificados, sendo que o principal foi o distúrbio do sono, sentido por 12 pacientes (75%), desde o primeiro dia de interrupção da medicação, o qual foi manifestado por insônia, sono fragmentado ou sono não reparador.

Dentre as entrevistadas, 15 (93,75%) faziam uso há pelo menos um ano e 9 (56,25%) de todas as pacientes sentem-se dependentes do medicamento.

Referências

- [1] AMERICAN GERIATRICS SOCIETY. **American Geriatrics Society 2019 Updated AGS Beers Criteria® for Potentially Inappropriate Medication Use in Older Adults**. Journal of the American Geriatrics Society, [S. l.], p. 674-694, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://agsjournals.onlinelibrary.wiley.com/action/showCitFormats?doi=10.1111%2Fjgs.15767>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- [2] BRUNTON, L.L. **Goodman & Gilman: As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. 12ª ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.
- [3] CARVALHO, A.; FARIAS DOS SANTOS, L.; SHIRASAKI OROSCO, S. **O uso de benzodiazepínicos em mulheres idosas e o papel do médico da atenção primária**. Colloquium Vitae. ISSN: 1984-6436, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 52-59, 2017. Disponível em: <https://revistas.unoeste.br/index.php/cv/article/view/1815>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- [4] DE LACERDA, Roseli Boerngen et al. **Avaliação da orientação médica sobre os efeitos colaterais de benzodiazepínicos**. Revista Brasileira de Psiquiatria, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 24-31, 30 mar. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbp/a/F3QNLqgGfyqsH49hmBQD35J/?lang=pt#:~:text=OBJETIVOS%3A%20Os%20benzodiazep%C3%ADnicos%2C%20pelos%20seus,e%20o%20desenvolvimento%20de%20depend%C3%Aancia>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- [5] DE SOUZA, A. R. L.; OPALAYE, E. S.; NOTO A, R. **Contextos e padrões do uso indevido de benzodiazepínicos entre mulheres**. Ciência & Saúde Coletiva, [S. l.], v. 18, n. 4, p. 1131-1140, 7 mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gjWtdtxq7xDQYWXgHNVwhR/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- [6] MARIANO, Elissa Ney. **O uso indevido de benzodiazepínicos e suas consequências: como estabelecer redução de dosagens ou substituição**. Orientador: Karen André Oliveira Xavier. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Saúde da Família) - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS, [S. l.], 2014. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/8809/1/Elissa%20Ney%20Mariano.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- [7] MOREIRA, P.; BORJA, A. **Benzodiazepínicos: uso e abuso em pacientes idosos**. Revista Oswaldo Cruz, [S. l.], n. 19, p. 1-9, 1 set. 2018. Disponível em: https://oswaldocruz.br/revista_academica/edicoes/Edicao_19/index.html. Acesso em: 21 mar. 2022.
- [8] OLIVEIRA, M.G. et al. **Consenso brasileiro de medicamentos potencialmente inapropriados para idosos**. Geriatrics, Gerontology and Aging, [S. l.], v. 10, p. 168-181, 8 jun. 2016. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/ggaging.com/pdf/v10n4a02.pdf>. Acesso em: 6 out. 2022.
- [9] PALMEIRAS, G. S. et al. **Incidência do uso de benzodiazepínicos em idosos e os riscos associados**. Journal of the Health Sciences Institute, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 59-66, 1 mar. 2022. Disponível em: https://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/tainacan-items/34088/87771/10V40_n1_2022_p59a66.pdf. Acesso em: 6 out. 2022
- [10] RANG, H. P. et al. **Rang & Dale: Farmacologia**. 8. ed. [S. l.]: Elsevier, 2016.
- [11] ZORZANELLI, R. T. et al. **Consumo do benzodiazepínico clonazepam (Rivotril®) no estado do Rio de Janeiro, Brasil, 2009-2013: estudo ecológico**. Ciência & Saúde Coletiva, [S. l.], v. 24, n. 8, p. 3129-3140, 5 ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SFJrXL764mB9KJSGHNfvBBk/>. Acesso em: 21 mar. 2022.

IMPACTO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA NA QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES IDOSAS: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Juliane Soares de Sá; Cássia Regina Fernandes Biffe Peres
Assis-SP
julianepollon@gmail.com; c.r.biffe@gmail.com

O envelhecimento populacional é hoje, um proeminente fenômeno mundial.—Estudos apontam que em 10 anos, expectativa de vida da população brasileira aumentou 2,4 anos de vida, correspondendo atualmente a 77 anos [1]. Nesse sentido, os serviços de saúde devem organizar-se continuamente para cuidar das necessidades de saúde de acordo com o perfil epidemiológico, considerando que o aumento da expectativa de vida interfere diretamente na demanda de cuidados que deve estar atenta às doenças crônicas não transmissíveis. Um dos agravos do envelhecimento é a incontinência urinária (IU), definida como qualquer perda involuntária de urina, sendo considerada atualmente como um problema de saúde pública, que atinge milhões de pessoas no mundo, observada com frequência nos idosos e sendo o sexo feminino o mais atingido [2], com interferência direta na qualidade de vida. Assim, essa pesquisa partiu da seguinte indagação: “Como a vida das mulheres idosas é influenciada com os sintomas da incontinência urinária?”.

Objetivo

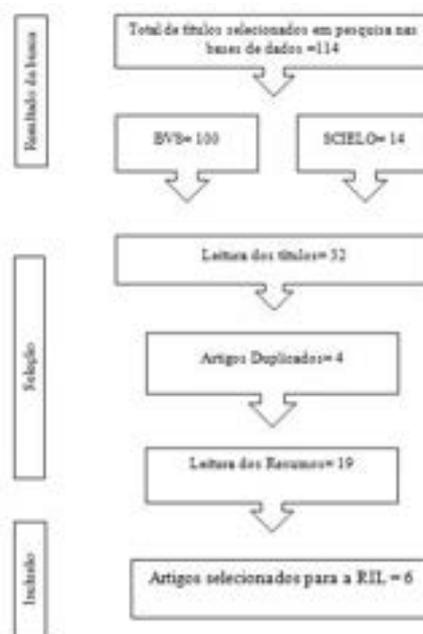
Compreender, por meio da literatura, os impactos da Incontinência Urinária na qualidade de vida das mulheres idosas.

Método

Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL), desenvolvida no PIC/2023 na Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA). Foram seguidas as seguintes etapas para a execução deste estudo: 1) elaboração da questão de pesquisa; 2) definição das bases de dados e critérios para inclusão e exclusão de estudos; 3) seleção das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; 4) avaliação dos estudos incluídos na revisão; 5) interpretação dos resultados; 6) apresentação da revisão/síntese do conhecimento. Foi realizada busca para o levantamento dos artigos a serem lidos nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

(LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Medline), Web of Science e Base de dados de Enfermagem (BDENF). Como critérios de inclusão foram utilizados estudos primários e artigos completos, disponíveis na íntegra, publicados em português, espanhol e em inglês, entre janeiro de 2012 a 2022 e que atenderam a pergunta de pesquisa. Quanto aos descritores, foram utilizados: incontinência urinária, qualidade de vida, saúde da mulher, envelhecimento. O levantamento de dados ocorreu em junho de 2023.

Resultados



A partir da análise dos dados foi possível identificar os núcleos de sentido: a interferência no convívio social, a repercussão na vida sexual; a manifestação de distúrbios do sono; a interferência na condição financeira; a repercussão na saúde mental- depressão e a interferência na qualidade de saúde geral.

Considerações preliminares

As mulheres incontinentes carregam consigo um sentimento de inferioridade, pois o constrangimento devido a perda urinária leva ao isolamento social, preferem estar em casa e muitas vezes não participam de reuniões familiares. A exclusão social leva a um quadro depressivo, no qual a idosa perde o sentido de viver, não vê beleza nas pequenas coisas e rejeita acompanhamento psicológico por se recusar ser vista de tal maneira pelos demais. Segundo o IPEA (2019), a quantidade de mulheres entre 17 e 70 anos empregadas no país passou de 56% em 1992 para 62% em 2015, com projeção de atingir 64,3% no ano de 2030 [3]. Mesmo com essa conquista ainda existem desafios a serem superados, pois as mulheres com incontinência abandonam sua vida profissional, gerando um impacto social e financeiro importante. Outro aspecto a ser abordado é o uso contínuo de absorventes, fraldas geriátricas, trocas de roupa frequentes e o impacto financeiro familiar que isso acarreta. Relatos sobre

distúrbios do sono como noctúria são frequentes entre as idosas, levando a uma prostração no dia seguinte devido ao sono não reparador, o que agrava ainda mais o estado depressivo já mencionado. A vida sexual das mulheres também é afetada pela incontinência urinária, pela redução da prática sexual por perda de urina durante o coito, o odor da região perineal causa constrangimento e o conseqüente afastamento das mulheres dos seus parceiros. Evidencia-se, então, o impacto negativo da IU na qualidade de vida das mulheres. No entanto, pode-se identificar também nos estudos que uma parcela das mulheres não refere alteração significativa na qualidade de vida. Evidenciou-se, por desconhecimento, que muitas mulheres entendem a perda de urina é algo natural no envelhecimento, tratando-a como decorrência “normal”. Esta aceitação de naturalidade, oculta a necessidade da procura de acompanhamento profissional, privando-as do tratamento adequado [4].

Referências

- [1] IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 de janeiro 2023.
- [2] CAVENAGHI, S.; LOMBARDI, BS.; MACHADO, BPB. Efeito da fisioterapia na incontinência urinária feminina. **Revista Pesquisa Fisioterapia**, v.10, out. 2020. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/3260>. Acesso em: 25 de janeiro 2023.
- [3] SANTOS, B.; LOPES, S.; SILVA, S.; SCHOTTEN, P. **Mulheres no mercado de trabalho: uma perspectiva teórica e histórica**. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br>. Acesso em: 16 de setembro 2023.
- [4] SANTOS, K. **Qualidade de vida de idosos com incontinência urinária**. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/ispui/bitstream/tede/5117/1/arquivototalKamyla.pdf>. Acesso em: 16 de setembro de 2023.

A ALTERAÇÃO EMOCIONAL DO IDOSO INSTITUCIONALIZADO COMO PREDISPOSIÇÃO DE DEPRESSÃO E ANSIEDADE

Leonardo Eymard Caçador Araújo; Luíza Saade Pacheco; Vitoria Aparecida Marcelino Cruz; Cássia Regina Saade-Pacheco; Nely Regina Sartori Neves
Assis-SP

leoaraujo_br@hotmail.com; e-mail: lulukapacheco@gmail.com; e-mail: marcelinovitoria37@gmail.com; cassiasaadepacheco@gmail.com; e-mail: nely.neuro@gmail.com

A medida que se envelhece algumas alterações cognitivas podem ser observadas, como o esquecimento de fatos recentes, dificuldades de realizar cálculos e algumas alterações da atenção, descritas comumente como naturais no processo de envelhecer. Porém, muitas vezes, a perda só pode ser observada se o paciente requerer mais de sua memória que o comum; e pessoas com uma rotina estabelecida, sem necessidade de muita atividade intelectual só perceberá quando a perda for mais pronunciada, o que pode atrasar o diagnóstico de algo mais grave [1].

No Brasil, observa-se frequentemente a institucionalização de idosos com baixos níveis de dependência, em diferentes faixas etárias, entretanto, a literatura internacional revela a institucionalização de idosos mais velhos ou acima dos 85 anos, vítimas de múltiplas perdas funcionais ou atividade de vida diária comprometida e demenciada [2].

As alterações emocionais, a depressão, a ansiedade e do estado cognitivo em muitas situações são precedidas de uma vida sedentária, com inatividade física e/ou estilo de vida sedentário. A institucionalização da pessoa idosa pode reforçar ainda mais essa alteração, com a mudança do idoso do seu ambiente doméstico. A permanência do idoso na ILPI corrobora ainda mais no declínio das habilidades físicas e psicológicas, uma vez que a maioria dessas instituições não possuem recursos financeiros e humanos para oferecer ao idoso atenção integral. E, acompanhar essa população é de extrema

importância, para que possam envelhecer com qualidade de vida e dignidade [3][4].

Coleta de Dados

Estudo de campo, transversal, qualitativo, com idosos institucionalizados (Id-I), homens e mulheres, idade ≥ 60 anos para rastreamento do estado emocional, sinais de depressão e ansiedade realizado nas dependências de uma Instituição de Longa Permanência de Idoso (ILPI), na cidade de Assis/SP. Foram utilizadas as seguintes ferramentas: *Questionário de Identificação e de Saúde* (26 questões: 14 questões com dados sociodemográficos, para identificação e delineamento do perfil do participante; 12 questões para caracterizar o estado de saúde); *Escala Índice de Barthel* – de atividade da vida diária (AVD); *Escala de Deambulação Funcional* (FAC); *Escala Mini Exame do Estado Mental* (MEEM); *Questionário de Qualidade de Vida do Idoso* – WHOQOL-OLD; a *Escala de Depressão Geriátrica* (EDG-15); *Escala M.I.N.I* – *Mini International Neuropsychiatric Interview Brazilian version 5.0.0*; *Escala de Avaliação de Depressão de Hamilton* (HAM-D).

A escala de cognição MEEM foi aplicada como critério de exclusão, após anuência do termo de consentimento, sendo não incluído o participante com escore baixo, e apontamento de perda cognitiva.

A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa CEP-FEMA (CAAE: 66634023.7.0000.8547).

Referências

- [1] NORDON D.G, GUIMARÃES R.R, KOZONOE D.Y., et al. PERDA COGNITIVA EM IDOSOS. *Rev. Fac. Ciênc. Méd. Sorocaba*, v. 11, n. 3, p. 5 - 8, 2009. Disponível: <https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/1874/1288>. Acesso: 02/11/2022.
- [2] BORN T, BOECHAT NS. A qualidade dos cuidados ao idoso institucionalizado. In: Freitas EV, et al. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2002. p.768-77.
- [3] MELLO B.L.D, HADDAD M.C.L, DELLAROZA M.S.G Avaliação cognitiva de idosos institucionalizados. *Acta Scientiarum. Health Sciences. Maringá*, v. 34, n. 1, p. 95-102, Jan.-June, 2012. Disponível: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci/article/view/7974/pdf>. Acesso: 15/10/2022.

[4] BRASIL, 2006 MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. ENVELHECIMENTO E SAÚDE DA PESSOA IDOSA. **Cadernos de Atenção Básica** - n. 19 Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília - DF. 2006.

IMUNORREGULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO ORAL DA VITAMINA D: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Ednir de Oliveira Vizioli; Lucy Junka Yamamoto; Luciana Pereira Silva;
Marina Carbone; Laís Petra Freitas Demomi; Maria Fernanda Terezan Rett Sebrían; Alcielle Alves de Oliveira
Assis-SP

*ednirvizioli@yahoo.com.br; ljyamamoto@hotmail.com;
luciana.silva@fema.edu.br; maacarbonel6@gmail.com; laisdemomi@hotmail.com;
mariafernandatereza@gmail.com; alciellemedfema@gmail.com*

O objetivo dessa revisão de literatura é demonstrar como a vitamina D pode contribuir para a regulação da imunidade, bem como a sua relação com a suplementação oral.

A vitamina D é conhecida por regular o metabolismo do cálcio e fosfato no corpo humano. Ela desempenha papel essencial para manter a mineralização saudável do esqueleto. Como é um hormônio imunomodulador, tem a capacidade de atuar nos mecanismos de resposta imune, visando estimular a resposta natural e/ou específica e, também, contribuir para a prevenção de muitas doenças. [1]

Dessa forma, a identificação do estado da vitamina D de um indivíduo ocorre em função de alguns fatores: do nível de exposição à luz solar; pela ingestão de alimentos-fonte, alimentos que possam ser fortificados com essa vitamina; e por meio do uso de suplementos nutricionais que a contenham. Estes últimos são a principal fonte para a manutenção dos níveis séricos ideais de vitamina D [2].

No combate aos patógenos, o calciferol é um potente imunorregulador. A sua forma hormonal circulante não afeta as funções das células imunológicas. A funcionalidade dessas células encontra-se atrelada à geração adequada de calcitriol dentro delas. O calcitriol ativa os receptores de vitamina D (calcitriol) (VDRs) do citosol, após a translocação para o núcleo celular, a fim de modular as funções genômicas e atuar como moléculas sinalizadoras para suas ações não genômicas, como efeitos de membrana e sinalização autócrina e parácrina. A translocação do complexo receptor para o núcleo, onde se liga ao genoma e modula mais de 1.200 genes, é promovida pela interação do calcitriol com seu receptor. Por meio de múltiplos mecanismos, sobretudo a supressão de citocinas inflamatórias, o calcitriol regula negativamente a inflamação e o estresse oxidativo. São efeitos imunomoduladores

da vitamina D: a ativação de células imunológicas, como células T e B, macrófagos e células dendríticas; o aumento da produção de peptídeos antimicrobianos e anticorpos neutralizantes [3].

Metodologia

O presente estudo é resultado parcial de uma revisão integrativa e qualitativa, com busca ativa do referencial literário científico sobre a imunorregulação e a suplementação de vitamina D em pacientes imunocomprometidos. Nesse sentido, o enfoque deste trabalho incidiu sobre pesquisas com diversidade de metodologias, a fim de organizar o conhecimento científico prévio, identificar possíveis lacunas de conhecimento e, também, mapear áreas para novas pesquisas.

Existe, dessa forma, a possibilidade de esse desenho de pesquisa vir a configurar uma avaliação crítica e a síntese de evidências disponíveis sobre o tema investigado em seu produto final, de maneira a instaurar uma organização do estado atual do conhecimento e reflexões para a implementação de novas intervenções (MOWBRAY et al., 2015) [4].

De acordo com Mendes et al (2008) [5], a chamada revisão integrativa baseia-se nas seguintes fases, conforme modelo proposto por Ganong: 1) identificação do tema e formulação da questão da pesquisa; 2) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos estudos para amostragem; 3) coleta dos dados que serão extraídos dos estudos; 4) análise crítica dos estudos selecionados; 5) interpretação dos resultados; e 6) apresentação da síntese estabelecida e revisão dos conteúdos.

A primeira etapa da revisão integrativa desencadeia as seguintes questões norteadoras: “a suplementação da vitamina D tem eficácia e segurança comprovada na literatura científica no que diz respeito à via oral, podendo vir a imunoregular o sistema imune?” e “quais as doses de administração oral são seguras?”.

As buscas, na literatura especializada, foram realizadas nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO); Web of Science e National Library of Medicine (PubMed/Medline); Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); e Google Acadêmico. Na seleção dos artigos, foram considerados os idiomas inglês e português, bem como os seguintes descritores em saúde (decs.bvs.br): vitamina D; suplementação oral de vitamina D; imunorregulação; imunorregulação da vitamina D; terapia suplementar oral de vitamina D; doses de vitamina D; níveis séricos de vitamina D.

Resultados e discussão

Apesar de popularmente ser denominada como vitamina do sol, trata-se, como mencionado anteriormente, de um hormônio esteroide originado do colesterol, o qual se converte nessa substância quando em contato com a luz ultravioleta, e que, por sua vez, tem ação em diversos processos biológicos. É capaz de regular o metabolismo ósseo por meio da homeostasia do cálcio, contribuindo para a formação óssea e esquelética. Além disso, desempenha papel fundamental para a homeostasia não esquelética, como, por exemplo, na atuação em prol do sistema imunológico e neurológico (GRANT et al, 2022; TEROCK et al., 2022) [6]; [7].

O calciferol é o nome científico apresentado para a vitamina D. Há duas formas disponíveis desse composto: vitamina D2 e vitamina D3, também conhecidas como ergocalciferol e colecalciferol, respectivamente. Nessas duas apresentações do composto, há diferenças estruturais e em relação à sua derivação. A síntetização da vitamina D2, por sua vez, dá-se por intermédio de elementos naturais, ou seja, plantas e fungos, os quais o ser humano acaba ingerindo e que, via processo físico-químico, resultam na presença da vitamina D2 dentro do organismo humano. Não se pode, por outro lado, prescindir da importância dos raios ultravioletas (UVB). Estes sintetizam a vitamina D3 no organismo dos seres vivos, o que ocorre devido à exposição da pele ao sol. Nesse sentido, é óbvia a relação existente entre nutrição, doença e imunidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021; SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2014) [8]; [9].

Na fortificação das comidas e na preparação dos suplementos vitamínicos, são utilizadas as vitaminas D2 e D3. A vitamina D (D representa

tanto a D2, ou D3, como ambas) ingerida, incorpora-se aos quilomicrons, os quais são absorvidos pelo sistema linfático e entram no sangue venoso. Há que se considerar, contudo, que o metabólito colecalciferol ou vitamina D3 aparenta ter mais eficiência em comparação com o ergocalciferol ou vitamina D2, devido ao tempo de meia-vida da D3 ser maior e, também, a alguns métodos laboratoriais que dosam os níveis séricos de vitamina D, geralmente, reconhecerem apenas a 25(OH)D3.

A vitamina D originária do sol é biologicamente inerte e necessita, primeiro, de hidroxilação no fígado, formando a 25-hidroxivitamina D3 (25(OH)VD3) ou 25-hidroxicolecalciferol, que é a forma circulante. Depois disso, nos rins ocorre outra hidroxilação onde a 25(OH)VD3 é metabolizada para a forma ativa 1,25(OH)2VD3 ou 1,15 - Di-hidroxicolecalciferol. A forma 1,25(OH)2VD3 ou 1,15 - Di-hidroxicolecalciferol, consegue interagir com o receptor de vitamina D, o qual está presente no intestino, nos rins, e em outros tecidos. Com isso, ocorre o estímulo, no intestino, para a absorção de cálcio. Sem a vitamina D, 10 a 15% de cálcio dietético apenas e em torno de 60% de fósforo seriam absorvidos. A suficiência de vitamina D aumenta também a absorção de cálcio e fósforo entre 30-40% e 80%, respectivamente [10]; [11].

Conforme evidências científicas, ao ser sintetizada, a vitamina D promove a ação de seu gene responsável em ativar os diversos tecidos do corpo (o gene VDR). Essa ativação da vitamina D induz a uma variedade de efeitos, como a regulação da diferenciação celular, a proliferação, a apoptose e a ativação de células do sistema imune. Desse modo, a influência da vitamina D para o sistema imunológico se configura na regulação da imunidade inata e, automaticamente, está associada à imunidade adquirida. Assim, tem-se observado que a vitamina D exerce um efeito imunomodulador, que acaba por favorecer a estabilidade da qual o organismo necessita para realizar suas funções adequadamente: é capaz de regular a diferenciação e ativação de linfócitos B e T, atuando nas células da linhagem monócito-macrófago, impedindo a diferenciação em células dendríticas e contribuindo, também, para a síntese de citocinas *in vivo* e *in vitro* (RODRIGUES et al, 2020; BIZZARO et al, 2017; BARNI, 2020) [12] [13] [14].

Nesse viés, é perceptível que a função regulatória da vitamina D, juntamente com seu receptor para o metabolismo energético, são imprescindíveis para o desenvolvimento do sistema imune, o que é de suma relevância para a homeostase imunológica. Portanto, a deficiência desse elemento vitamínico certamente comprometerá a boa qualidade de vida. Há comprovação científica de que o baixo nível sérico de vitamina D é um fator de risco para o desenvolvimento de diversas enfermidades, inclusive. (CARLBERG, 2022) [15].

Tendo em vista a relevância do hormônio da vitamina D e, principalmente, a sua atuação na manutenção da homeostase do corpo em relação ao sistema imunológico, de acordo com a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, a suplementação de vitamina D se aplica apenas à população com risco para hipovitaminose D e não à população geral. Dentre à população de risco para deficiência, destacam-se acamados, idosos com histórico de quedas, portadores de osteoporose, osteomalácia, insuficiência renal ou hepática, doenças de má absorção e uso de medicações que interfiram na absorção de vitamina D, como anticonvulsivantes e antiretrovirais. Desse modo, as doses adequadas variam de acordo com as necessidades do paciente e a idade. Para prevenção de osteomalácia, o valor de referência esperado é de

12 ng/dl. Já para redução de fraturas, são esperadas concentrações acima de 24 ng/dl. Quanto à prevenção de hiperparatireoidismo secundário, são necessárias concentrações maiores que 30 ng/dl (MAEDA et al., 2014) [11].

Em gestantes e lactantes, o nível sérico de 25 (OH) D esperado é acima de 30 ng/ml, sendo indicadas doses diárias entre 1.500 e 2.000 U/dia, evitando-se esquemas semanais ou mensais. Em contrapartida, crianças e adolescentes com hipovitaminose D possuem indicações para receberem 50.000 UI de vitamina D2 ou D3 semanais, por seis semanas, seguidos de dose de manutenção a depender da faixa etária. Já em adultos, a deficiência de vitamina D é tratada com 50.000 UI semanais, por oito semanas, seguidos de esquema de manutenção com doses entre 1.500 e 2.000 UI/dia (CÂMARA et al., 2021) [16].

De um modo geral, é importante que se elabore uma estratégia de ataque para repor os estoques corporais desse hormônio, durante 6 ou 8 semanas, tendo em vista que a vitamina D é lipossolúvel, sendo sequestrada pelo tecido adiposo e levando um período de semanas ou meses para aumentar seu nível sérico. Essa é a razão pela qual a aquisição e a manutenção dos níveis adequados de vitamina D não é algo simples [17].

Apoio financeiro: O presente trabalho foi realizado com apoio financeiro do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIC) da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA) SP – Brasil.

Referências

- [1] CHAROENNGAM, N., & HOLICK, M. F. (2020). Immunologic Effects of Vitamin D on Human Health and Disease. *Nutrients*, 12(7), 2097. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/nu12072097>. Acessado em: 10 de agosto de 2023.
- [2] RODRIGUES, C. Z. **Estado nutricional de vitamina D e resistência à insulina entre gestantes do Estudo MINA-Brasil**. 2021. Dissertação (Mestrado em Nutrição em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. DOI10.11606/D.6.2021.tde-02022022-193931. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6138/tde-02022022-193931/pt-br.php> Acesso em: 2023-05-18.
- [3] WIMALAWANSA, S.J. Infections and Autoimmunity—The Immune System and Vitamin D: A Systematic Review. *Nutrients* 2023, 15, 3842. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/nu15173842> Acessado em 12 de setembro de 2023.
- [4] MOWBRAY, P. K.; WILKINSON, A.; TSE, H. HM. An integrative review of employee voice: Identifying a common conceptualization and research agenda. *International Journal of Management Reviews*, v. 17, n. 3, p. 382-400, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ijmr.12045>. Acessado em: 23 de janeiro de 2023.
- [5] MENDES, K.D. S.; SILVEIRA, R.C.de C. P.; GALVÃO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & contexto-enfermagem*, v. 17, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ>. Acessado em: 23 de janeiro de 2023
- [6] GRANT, W. B.; BOUCHER, B.; AL ANOUTI, F.; PILZ, S. Comparing the Evidence from Observational Studies and Randomized Controlled Trials for Nonskeletal Health Effects of Vitamin D. *Nutrients* (2022), 14(18), 3811; <https://doi.org/10.3390/nu14183811>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1831682>. Acessado em: 10 de janeiro de 2023.
- [7] TEROCK J.; BONK, S.; FRENZEL, S.; WITTFELD, K.; GARVERT, L.; HOSTEN, N.; NAUCK, M.; VÖLZKE, H.; VAN DER AUWERA, S.; GRABE, H. J. Vitamin D deficit is associated with accelerated brain aging in the general population. *Psychiatry Research: Neuroimaging*. Volume 327, December 2022, 111558, ISSN 0925-4927,

- <https://doi.org/10.1016/j.psychresns.2022.111558>. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0925492722001172>. Acessado em: 12 de janeiro de 2023.
- [8] MINISTÉRIO DA SAÚDE. Vitamina D na prevenção e tratamento de pacientes com COVID19. **Nota técnica**. Março/2021. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde – DGITIS/SCTIE. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/ptbr/coronavirus/notas-tecnicas/2022/nota-tecnica-vitamina-d-covid-19.pdf>. Acessado em: 20 de janeiro de 2023.
- [9] SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA - SBP. Deficiência de vitamina D em crianças e adolescentes. **Documentos científicos**. Departamento de Nutrologia. (2014). Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2015/02/vitamina_d_dcnutrologia2014-2.pdf. Acessado em 15 de janeiro de 2023.
- [10] HOLICK, M.F.; BINKLEY, N.C.; BISCHOFF-FERRARI, H.A., et al. Evaluation, treatment, and prevention of vitamin D deficiency: an Endocrine Society clinical practice guideline [published correction appears in *J Clin Endocrinol Metab*. 2011 Dec;96(12):3908]. *J Clin Endocrinol Metab*. 2011;96(7):1911-1930. DOI10.1210/jc.2011-0385. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21646368/>. Acessado em: 30 de agosto de 2023.
- [11] MAEDA, S. S. et al. Recomendações da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM) para o diagnóstico e tratamento da hipovitaminose D. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v. 58, n. 5, p. 411-433, jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abem/a/fddSYzjLXGxMnNHVbj68rYr/#> Acessado em 25 de agosto de 2023.
- [12] RODRIGUES, C. Z. Estado nutricional de vitamina D e resistência à insulina entre gestantes do Estudo MINA-Brasil (2021). **Dissertação de Mestrado**, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo. DOI10.11606/D.6.2021.tde-02022022-193931. Recuperado em 2023-01-24, de www.teses.usp.br. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6138/tde-02022022-193931/pt-br.php>. Acessado em 20 de janeiro de 2023.
- [13] BIZZARO, G. et al. Vitamin D and autoimmune diseases: is vitamin D receptor (VDR) polymorphism the culprit. **Israel Medical Association Journal**, v. 19, n. 7, p. 438-443, 2017. Disponível em: <https://www.ima.org.il/Medicine/IMAJ/viewarticle.aspx?year=2017&month=07&page=438>. Acessado em 12 de janeiro de 2023
- [14] BARNI, G. C. Vitamina D sérica e a relação com variáveis clínicas e resposta inflamatória em adultos e idosos com disfagia orofaríngea. **Tese de Doutorado** (2020) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Florianópolis - SC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219491>. Acessado em 10 de janeiro de 2023.
- [15] CARLBERG, C. Vitamin D in the Context of Evolution. **Nutrients** (2022), 14, 3018. <https://doi.org/10.3390/nu14153018>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/search?issue=18&journal=nutrients&q=Vitamin%20D%20in%20the%20Context%20of%20Evolution&volume=14>. Acessado em 13 de janeiro de 2023.
- [16] CÂMARA, J.L. et al. Vitamina D: uma revisão narrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 1-17, 18 mar. 2021. DOI 10.34119/bjhrv4n2-152. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/26615/21103>. Acesso em: 19 set. 2023.
- [17] MARTINI, L. A. **Cálcio e vitamina D: fisiologia, nutrição e doenças associadas** (2017). Barueri, SP: Manole. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002858659>. Acesso em: 25 set. 2023.

O USO DE APLICATIVO PARA CÁLCULO DE MEDICAÇÃO VERSUS CONHECIMENTO DE MATEMÁTICA BÁSICA: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS APRESENTADOS POR GRADUANDOS DE ENFERMAGEM

Crislaine Cristina Botelho; Gabriela Bressanin do Carmo; Júlia Nogueira Peixoto; Karolaine Cristina Galan Botelho; Nicole Cardoso Ortoncelli; Caroline Lourenço de Almeida; Diomara Martins Reigato Barros; Rosângela Gonçalves da Silva

Assis-SP

chris.botelho9@gmail.com; bressaningabriela@gmail.com; julianogueirapeixoto@hotmail.com; karolaynemedeiros1234@gmail.com; nicoledina@outlook.com; caroline_lat@hotmail.com; barros.diomara@fema.edu.br; roseziquinelli@gmail.com

A prática da enfermagem os cálculos de diluição e gotejamento desempenham um papel fundamental. A de diluição de medicamentos é um procedimento crítico que requer a preparação de uma solução menos concentrada a partir de uma solução mais concentrada, assegurando a administração da dose adequada e segura ao paciente. Esse processo leva em consideração fatores como a concentração inicial, a dose prescrita e o volume necessário. Por outro lado, os cálculos de gotejamento são essenciais para o controle preciso da administração de medicamentos por via intravenosa. Determinam a taxa de gotejamento de uma solução com base na dose prescrita, concentração da solução e tempo de administração. Uma administração apropriada é vital para garantir a eficácia e segurança do tratamento do paciente. Contudo, é imprescindível a aprendizagem do cálculo para a prática profissional, o cálculo antecede a execução do preparo e da administração medicamentosa [3].

Objetivos

Este projeto tem como propósito central o desenvolvimento de um aplicativo destinado a simplificar e otimizar os cálculos essenciais presentes no curso de enfermagem, através da identificação acerca do conhecimento e das dificuldades em matemática básica dos alunos para a realização de cálculos de administração de medicação.

O objetivo primordial consiste na criação de uma aplicação simples e precisa capaz de prover suporte aos alunos do curso ao realizar cálculos cruciais para a administração segura e eficaz de medicamentos. A abordagem envolve um estudo

aprofundado desses cálculos e à aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, garantindo uma ferramenta funcional e de fácil utilização.

Além disso, a seleção criteriosa do framework Ionic e a integração de tecnologias como Angular e TypeScript são parte integrante desse objetivo, visando a construção de uma aplicação robusta, eficiente e pronta para atender às demandas específicas da área de enfermagem [4].

Estudos dos cálculos de Enfermagem

Atualmente, ainda há a necessidade do fortalecimento sobre assuntos relacionados ao cálculo e dosagem medicamentosa [1]. Estudo recente aponta que 34% dos erros de medicação estão associados à administração de medicamentos realizada por profissionais de Enfermagem e em sua maioria os erros estão na execução de cálculos incorretos ou imprecisos. A partir deste problema, os pesquisadores afirmaram que a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), especificamente, Objetos de Aprendizagem (OA) servem de apoio aos processos de ensino-aprendizagem que envolvem simulação e/ou raciocínio lógico [5].

Sendo assim, iniciou-se o projeto com uma análise aprofundada dos cálculos frequentemente empregados na prática da enfermagem, como os cálculos de gotejamento e diluição. Esta etapa foi de suma importância para compreender as necessidades e requisitos cruciais para a concepção do aplicativo proposto.

Após uma avaliação criteriosa, deliberou-se que o framework Ionic seria a tecnologia mais apropriada para o desenvolvimento do aplicativo em questão. Foi realizada uma imersão no Ionic

para assegurar que atendessem plenamente às exigências do projeto.

Metodologia

Delineamento do estudo

Trata-se de um estudo de campo de caráter quantitativo, tipo exploratório com o objetivo de identificar conhecimentos e dificuldades em matemática básica aplicada ao cálculo de medicação, apresentadas por graduandos de Enfermagem, associando ao desenvolvimento de aplicativo capaz de solucionar problemas desta natureza.

Na primeira etapa consiste na divulgação e no convite aos estudantes presentes na instituição, empregando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a aplicação dos instrumentos avaliativos. Na segunda etapa os participantes receberão os questionários autoaplicáveis estruturados e terão o tempo de 20 minutos para responderem cada questionário, sendo cedido mais 20 minutos para a resolução dos problemas que envolvem cálculos com o uso do aplicativo criado.

Local do estudo/instituição coparticipante

O cenário da pesquisa abarcará as salas do bloco do curso de Enfermagem da Fundação Educacional do Município de Assis (FEMA).

População/amostra

Estudantes com 18 anos ou mais, do 1º, 2º, 4º e 5º anos do curso de Enfermagem.

Critérios de inclusão

Serão incluídos no estudo apenas estudantes do curso de Enfermagem, que tenham a partir de 18 anos, que estejam presentes no dia do convite, aceitem participar voluntariamente e assinem o termo de esclarecimento livre esclarecido (TCLE).

Critérios de exclusão

Serão excluídos do estudo, estudantes que não responderem de modo completo aos questionários, assim como não serão incluídos aqueles que não estiverem presentes no dia do convite.

Metodologia de análise de dados

Os dados coletados serão analisados de forma simplificada por meio da análise de dados

quantitativos em comparação com dados qualitativos. A análise seguirá os seguintes passos: leitura atenta das principais perguntas da pesquisa; realização da tabulação cruzada e filtragem dos resultados; cálculos numéricos dos dados coletados; levantamento das possíveis conclusões.

Criação do aplicativo

A seleção da tecnologia apropriada foi uma etapa crítica. Foram realizadas análises detalhadas das opções disponíveis, culminando na escolha do framework Ionic, amplamente reconhecido pela sua eficiência no desenvolvimento de aplicativos móveis multiplataforma. Concomitantemente, foram dedicados esforços ao aprendizado e domínio das tecnologias necessárias, incluindo Angular e TypeScript, para garantir um desenvolvimento eficaz e otimizado do aplicativo.

O desenvolvimento do aplicativo seguiu uma abordagem iterativa, com ciclos de desenvolvimento, teste e refinamento. Cada iteração foi baseada nos feedbacks recebidos durante os testes e na evolução contínua do aplicativo. Foi realizada uma fase de testes extensivos para garantir que o aplicativo atendessem aos padrões de funcionalidade, desempenho e usabilidade. Os feedbacks do grupo de pesquisadores a partir dos testes foram essenciais para melhorias incrementais e ajustes finais.

Por fim, o aplicativo será aplicado como parte do protocolo de pesquisa para continuidade do objeto de estudo. O feedback obtido após a aplicação, juntamente com o instrumento de pesquisa será fundamental para validar a eficácia do aplicativo e permitir eventuais otimizações pós-implementação referente a fase da coleta de dados.

Instrumentos para coleta dos dados

A coleta de dados se dará por meio de dois instrumentos, um questionário contendo 6 questões de alternativas relacionadas ao conhecimento e as dificuldades sobre matemática básica e sobre cálculo e administração de medicação.

O segundo instrumento contendo exercícios para o estudante realizar, sendo uma questão com 5 cálculos de matemática básica e uma questão de cálculo para administração de

medicação. Este será aplicado duas vezes, sendo que na primeira vez, o participante responderá a partir de seu conhecimento prévio e na segunda vez, responderá com o auxílio do APP criado pelas pesquisadoras.

Conclusões

Serão apresentadas após a coleta e análise de dados.

Referências

- [1] BARRERA, M.A.T.; BENAVIDES, A.M.V. Necesidad de las enfermeras de una guía de cuidado para la administración segura de medicamentos que garanticen el bienestar del paciente pediátrico hospitalizado en el servicio de urgencias de un Hospital Regional. Especialización en cuidado crítico con énfasis en pediatría, Facultad de Enfermería, Universidad de la Sabana, Bogotá, 2015.
- [2] FERREIRA, M. M.M. et al. O profissional de enfermagem e a administração segura de medicamentos. Revista Enfermagem Contemporânea, 2014.
- [3] FERREIRA, S. C, SILVA, A. C. A. Ferramentas tecnológicas e o cálculo de medicação: contribuições para o aprendizado e o exercício profissional. Espac. Saúde, 2021.
- [4] SIMAS, Victyor, L. et al. Desenvolvimento para dispositivos móveis - volume 2, Grupo A, 2019. São Paulo, Brasil.
- [5] ALVES, L. C. et al. Aplicativo para apoio ao processo ensino-aprendizagem de cálculo e diluição de medicamentos e de gotejamento de soro. Krotom, 2018.

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA ASSISTÊNCIA DA DOR DO PÓS-PARTO VAGINAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Ana Flávia Cardoso, Ana Júlia Tomazini Helbel, Larissa Silva Matioli Martins, Ednir de Oliveira Vizioli, Luciana Pereira Silva, Talita Domingues Caldeirão
Assis-SP

ana.-flavia@hotmail.com, anajuliahelbel@hotmail.com, larissamatioli@gmail.com, ednirvizioli@yahoo.com.br, luciana.silva@fema.edu.br, talita.obstetiz@hotmail.com

Agestação é um período repleto de significados para a maior parte das mulheres. Após o parto se inicia o puerpério, que representa o período de maior vulnerabilidade e intercorrências com a mulher que pariu, somado as dores na região perineal que acarretam dificuldades em exercer a maternidade e suprir as necessidades do recém-nascido, diminuindo de forma generalizada a qualidade de vida da mulher, além de ser uma fase pouco visada pelo serviço de saúde. Em 2006 as práticas integrativas e complementares foram implementadas no Sistema Único de Saúde, como uma alternativa não medicamentosa de promoção e recuperação da saúde, e com isso, alguns hospitais e maternidades vêm adotando essas práticas para reduzir as dores e incômodos do pós-parto imediato.

O presente estudo teve como objetivo levantar a produção científica quanto a segurança e eficácia do uso das práticas integrativas e complementares na antinocepção e analgesia do pós-parto imediato, além de avaliar o nível de evidência científica para cada uma das práticas.

Metodologia

O estudo apresenta-se como uma revisão integrativa, que buscou de forma ampla pesquisas com diversidade de metodologias sobre a temática proposta. A revisão integrativa obedece ao modelo proposto por Ganong, descrito em seis fases [1]. A busca na literatura foi realizada nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO) Web of Science e National Library of Medicine (PubMed/Medline), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico. Para a seleção dos artigos foram considerados os idiomas inglês e português, com os seguintes descritores em saúde (decs.bvs.br): algia, dor perineal, pós-parto vaginal, pós-parto imediato, puerpério, fitoterápico, analgesia, antinoceptivo, plantas medicinais e crioterapia.

Tendo por base que o estudo se trata de uma revisão integrativa, não é possível elencar uma população/amostra para o devido estudo. Os critérios de inclusão aplicados para a seleção dos artigos da RIL foram: revisões sistemáticas da literatura mais recentes, priorizando as publicações dos últimos 10 anos. Entretanto, devido à escassez de publicações sobre algumas plantas medicinais, considerando a qualidade do estudo e força da evidência. Incluiremos também os estudos originais, disponibilizados na íntegra gratuitamente, publicados em inglês, espanhol ou português, estudos que descrevam o uso das plantas medicinais na gestação, parto, pós-parto, ou amamentação, destacando seus efeitos e segurança do uso na mulher durante o ciclo gravídico-puerperal. Para critérios de exclusão definiu-se: artigos anteriores a 10 anos de publicação e que utilizem tratamentos medicamentosos no pós-parto.

Resultado

Dentro dos critérios selecionados, foram encontrados dez artigos e após leitura e análise foram elaborados os resultados e a discussão. A melhora da qualidade do pós-parto foi o ponto de partida para a iniciação do presente estudo, contudo, durante o levantamento de dados observamos a escassez de pesquisas e investimentos em práticas integrativas e complementares na assistência da dor no pós-parto vaginal.

Discussão

A maioria dos artigos selecionados trazem o uso de plantas medicinais como tratamento, sejam elas isoladas ou associadas a outras práticas integrativas, o uso da camomila também vem sendo usada empiricamente em alguns centros hospitalares para auxiliarem no alívio da dor. De acordo com [2] a Matricaria Chamomilla é uma planta utilizada há muito tempo de forma

terapêutica e demonstrou-se, através de estudos clínicos, grande potencial antimicrobiano e anti-inflamatório.

O princípio ativo da planta *Verbascum Thapsus* em feridas de episiotomia de 93 mulheres primíparas, divididas em dois grupos, um placebo e outro em uso da planta, [3] concluíram que o preparo foi significativamente mais eficaz na reparação das feridas avaliadas no décimo dia de aplicação.

O uso de creme preparado com *Rosmarinus officinalis* (alecrim) também mostrou resultados satisfatórios quando aplicado nas feridas de episiotomia de mulheres primíparas, demonstrado pelo ensaio clínico randomizado triplo-cego por [4].

Foi avaliado, através de ensaio clínico randomizado triplo-cego, a ação da pomada de *Silybum marianum* na cicatrização de feridas de episiotomia e além disso seu efeito na intensidade da dor em mulheres primíparas, concluindo que a pomada acelerou a taxa de cicatrização de feridas e diminuiu a intensidade da dor [5].

Ainda sobre o uso das plantas medicinais, concluímos que uso do creme de *Malva Sylvestris* não é eficaz na cicatrização de feridas de episiotomia e na redução da dor perineal em puerperas.

A crioterapia como uma das técnicas de manejo utilizadas, deve sua ação terapêutica, sobretudo, aos efeitos térmicos e fisiológicos que decorrem do resfriamento tecidual. Ainda que os mecanismos de ação da crioterapia não estejam totalmente esclarecidos, acredita-se que os principais benefícios do frio estejam relacionados à redução da inflamação e, conseqüentemente, do edema e

da dor. O objetivo da crioterapia não é impedir a resposta inflamatória, mas controlar o processo a fim de evitar que ele se torne exacerbado e contínuo, resultando em edema, dor e limitação de função [6].

Apesar das diversas técnicas diferentes utilizadas mundialmente, um estudo transversal realizado na Turquia, por [7], demonstrou que o conhecimento e as atitudes sobre a terapia complementar e métodos de cuidado de suporte de parteiras/enfermeiras e médicos na sala de parto e serviços de maternidade é deficitário, em em cada dois profissionais não tinham informações sobre tratamentos e métodos de cuidados complementares de suporte. O método mais conhecido pelos profissionais foi a hidroterapia (5,8%) e o mais utilizado foi a massagem (14,0%). Dessa maneira, visamos a necessidade de inclusão de informações, suporte na graduação e capacitação dos profissionais a respeito de tais práticas.

Conclusões

De acordo com os resultados encontrados é possível concluir que os métodos alternativos e não medicamentoso estudados mostraram resultados relevantes na melhora da dor, em exceção à radiação infravermelha que não mostrou resultados relevantes, no entanto não é possível elencar os melhores resultados devido a discrepância amostral dentre os estudos. Sendo assim, fica em aberto a necessidade de novas pesquisas diante do tema para uma melhor assistência puerperal.

Referências

- [1] MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. DE C. P.; GALVÃO, C. M. **Revisão integrativa:** método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 758-764, dez. 2008.
- [2] SANTOS, A. R. F. DA C. et al. **Matricaria chamomilla L:** propriedades farmacológicas. *ARCHIVES OF HEALTH INVESTIGATION*, v. 8, n. 12, 29 jun. 2019.
- [3] TALEB, S.; SAEEDI, M. **The effect of the Verbascum Thapsus on episiotomy wound healing in nulliparous women: a randomized controlled trial.** *BMC Complementary Medicine and Therapies*, v. 21, n. 1, p. 166, 8 dez. 2021.
- [4] HADIZADEH-TALASAZ, F. et al. **Effect of Rosemary Cream on Episiotomy Wound Healing in Primiparous Women: A Randomized Clinical Trial.** *BMC Complementary Medicine and Therapies*, v. 22, n. 1, 1 dez. 2022.
- [5] TOOMARI, E. et al. **Evaluation the effect of Silybum marianum ointment on episiotomy wound healing and pain intensity in primiparous women: a randomized triple blind clinical trial.** *BMC Complementary Medicine and Therapies*, v. 21, n. 1, p. 253, 7 dez. 2021.
- [6] FRANCISCO, A. A. et al. **Avaliação e tratamento da dor perineal no pós-parto vaginal.** *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 24, n. 1, p. 94-100, 2011.
- [7] BOLSOY, N. et al. **The knowledge and attitudes of health professionals working in mother-friendly hospitals about complementary therapy and supportive care methods.** *European Journal of Midwifery*, v. 6, n. April, p. 1-8, 13 abr. 2022.

A EFICÁCIA DA AROMATERAPIA EM INDIVÍDUOS COM INDICATIVOS DE ANSIEDADE

Nathália dos Santos; Adriana Avanzi Marques Pinto

Assis-SP

nathalia.santos2108@outlook.com, driavanzi1981@gmail.com

Introdução

Atualmente as Terapias Complementares e Integrativas são opções para diversos tratamentos de ansiedade e quem vem ganhando amplo espaço nessa modalidade é a aromaterapia, que compõe uma das 29 modalidades terapêuticas institucionalizadas com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. É uma técnica terapêutica de uso de óleos essenciais derivados de plantas aromáticas, utilizados com frequência em tratamentos de estresse, depressão e ansiedade.

Objetivo

Identificar a efetividade da aromaterapia em indivíduos com indícios de ansiedade.

Metodologia

Foi realizado um estudo quantitativo, quase-experimental com os profissionais vinculados ao setor administrativo no interior do estado de São Paulo. Iniciou-se com a aplicação da escala HAD (Avaliação do Nível De Ansiedade e Depressão), um instrumento eficaz no rastreamento de sintomas de ansiedade e depressão. Abrange uma escala constituída de duas sub escalas compostas por 14 questões de múltipla escolha, sendo estas 7 relacionadas à ansiedade e 7 relacionadas à depressão. A pontuação varia de 0 a 3 pontos para cada questão, conforme a intensidade dos sintomas, sendo assim foi realizada uma análise nos questionários dos participantes, para verificar a eficácia da lavanda na ansiedade, considerando-se as respostas 1, 3, 5, 7, 9, 11 e 13 adquiridas antes e após a utilização do óleo essencial. Posteriormente à aplicação da escala, foi inserido no ambiente em que estes indivíduos se encontravam um difusor, contendo 200 ml de água e 10 gotas do óleo essencial de *Lavandula officinalis*, sendo submetidos a esse processo no período de três semanas, cinco dias da semana, com durabilidade de 15 minutos por dia. Sendo assim, foi realizada uma análise simples de frequência nos questionários dos participantes.

Após o período estabelecido foi aplicado novamente a escala HAD com foco principal em avaliar se houve redução dos sintomas de ansiedade.

Resultados

A pesquisa foi iniciada com 18 participantes, 15 do sexo feminino e três do sexo masculino, faixa etária entre 20 e 60 anos, na fase inicial do projeto três destes participantes optaram por não serem inseridos no projeto, devido problemas alérgicos ou baixa acuidade olfatória. Logo, a pesquisa teve continuidade com 15 participantes, na semana inicial da aplicação da terapêutica seis destes participantes não conseguiram continuar na pesquisa devido remanejamento de setor, férias e/ou licença. Deste modo, a pesquisa foi realizada com nove participantes do sexo feminino. Os participantes foram nomeados com a letra P seguidos pela numeração de um a nove, para fins de manutenção do anonimato. Na fase pré aplicação da terapêutica os participantes obtiveram os seguintes escores P1: 19, P2: 17, P3: 15, P4: 12, P5: 10, P6: 9, P7: 8, P8: 7 e P9: 10, na fase pós aplicação da terapêutica os resultados demonstraram redução de ansiedade, conforme destacado no gráfico abaixo. Para quantificação foi realizado porcentagem simples com base na redução em relação ao escore inicial. O participante que mais apresentou redução do escore inicial, obteve uma redução de 68,4%, seguido por reduções de 66,6%, 40%, 22,2%, 20%, dois participantes não apresentaram mudanças em relação ao escore inicial e um participante não foi inserido no gráfico pois obteve escore mais elevado na fase pós aplicação da terapêutica comparado ao escore inicial, entretanto vale ressaltar que o participante que obteve escore mais elevado, na semana em que foi aplicado o questionário estava passando por conflitos pessoais, logo entende-se que esse fator pode estar atrelado ao aumento do escore.

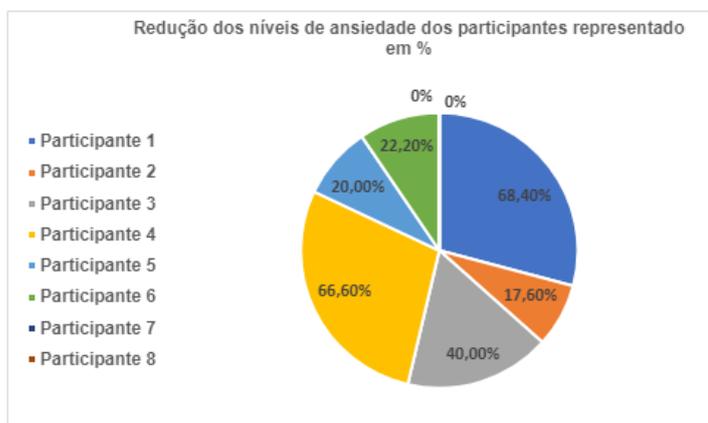


Gráfico 01: Participantes que obtiveram redução do nível de ansiedade representado em porcentagem.

Fonte: Elaborado por Nathalia dos Santos, Assis, São Paulo, 2023.

Discussão

O óleo essencial de *lavandula officinalis* demonstrou ter propriedades em relação a redução dos níveis de ansiedade, seja por utilização tópica,

inalatória ou massagem corporal, isso pois um dos componentes presentes em sua composição é o linalol e acetato de linalila, com efeito sedativo significativo. Esse achado foi demonstrado em outros estudos que confirmaram essa eficácia (ANDRADE e PEREIRA, 2022; CARDOSO et al., 2021; CASTILLO et al., 2000; DOMINGOS e BRAGA, 2013; EBRAHIMI et al., 2021; SILVA e SOUZA, 2022).

Considerações Finais

Com o estudo pode-se constatar que o óleo essencial de *Lavandula officinalis* tem propriedades positivas em relação a redução dos níveis de ansiedade, entretanto acredita-se que há necessidade de continuidade em estudos científicos relacionados as propriedades e o manejo do óleo essencial em relação a ansiedade, pois existem poucas revisões bibliográficas e estudos experimentais abordando o presente tema, como também outras formas de utilização.

Referências

- [1] ANDRADE, Aline Souza de; PEREIRA, Fabiana Oliveira. **Lavanda (lavandula angustifolia) como auxílio no tratamento contra a ansiedade**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.8, n.6, p. 43868-43878, 2022.
- [2] MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**. 2ª edição: Brasília /DF, 2015.
- [3] PESSOA, Débora Luana Ribeiro; et al. **O uso da aromaterapia na prática clínica e interprofissional**. Edição 4641031362. Maranhão: Research, Society and Development Universidade Federal, 2021.
- [4] SILVA, W. SOUZA, T.F.M.P. **Óleo de lavanda e sua efetividade nos sintomas da ansiedade**. Edição 185111637560, Research, Society and Development, 2022.

ANÁLISE SOBRE AS TAXAS DE MORTALIDADE POR SEPSE NO BRASIL

Maria Danielly de Freitas Pereira; Daniel Augusto da Silva
Assis-SP
daniellyf64@gmail.com, daniel.augusto@unifesp.br

Cronologicamente, sabe-se que mesmo após as doenças crônicas não transmissíveis terem sobressaído às doenças infecciosas, no cenário da saúde, a Sepsis sempre foi considerada um grave problema de saúde pública e uma das principais causas de morte em Unidade de Terapia Intensiva, classificada como uma prioridade global pela Assembleia Mundial da Saúde e a Organização Mundial da Saúde em 2017 (LOBO, et al 2019; FUCHS, 2021).

Mesmo diante do panorama disseminado em plataformas a nível nacional e internacional e a criação de tantos protocolos de atendimento visando a diminuição, a Sepsis é uma realidade comum, originada de uma situação que poderia ter sido devidamente prevenida. Sabe-se que conhecer os altos números de pacientes acometidos permite desenvolver uma consciência crítica acerca do assunto (MELO, et al 2020).

Apesar de muitos, acredita-se que o desenvolvimento de estudos sobre o comportamento epidemiológico e a análise da tendência sobre os óbitos por sepsis no Brasil é essencial, a fim de atualizar os dados sobre a temática, e alertar sobre a doença, incentivando produções futuras e contribuindo o diagnóstico, tratamento e prognóstico da doença.

Objetivo

Analisar as taxas de mortalidade por Sepsis no Brasil, nas regiões brasileiras e Unidades da Federação no período de 2011 a 2020.

Método

Trata-se de estudo observacional, retrospectivo, quantitativo de dados secundários obtidos em março de 2023, por meio de consulta ao banco de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil, Sistema de Informação sobre Mortalidade. Foram incluídos os registros de mortes codificadas com a Classificação Internacional de Doenças A40 e A41 (Septicemia estreptocócica; Outras Septicemias). Foram consideradas como variável dependente (Y) as taxas de mortalidade por sepsis no Brasil, nas Regiões Brasileiras e nas Unidades da Federação.

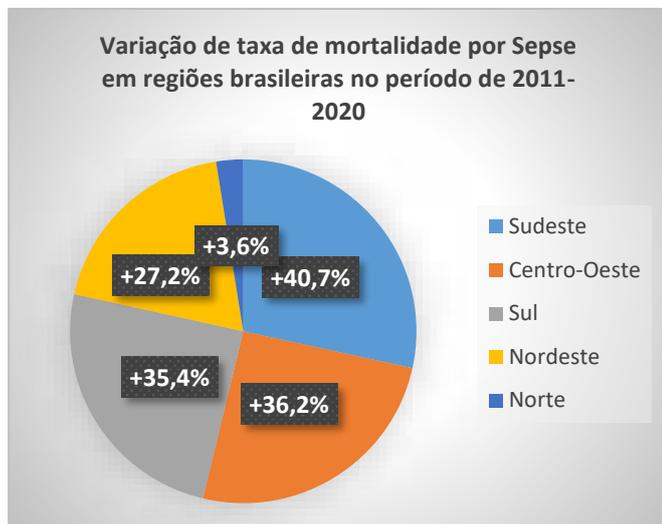
Os dados foram tabulados em planilhas, no software Excel da Microsoft. Realizou-se análise estatística descritiva, que proporcionou compreender as frequências absoluta e relativa, além dos cálculos para taxas de mortalidade, sendo consideradas populações de 100 mil habitantes.

Resultados

No período de 2011 a 2020, 180.813 pessoas morreram por sepsis no Brasil. A taxa de mortalidade por sepsis no Brasil que era de 7,3 em 2011 e passou a ser de 9,8 em 2020, com um aumento de 33,3%. Contudo, é importante demonstrar as variações regionais nas quais o Brasil apresenta, por ser um país de dimensões continentais. Em 2020, a maior taxa foi na Região Sudeste (12,4) e a menor foi na Região Centro-Oeste (5,3).

Considerando o período de 2011 a 2020, todas as regiões brasileiras apresentaram aumento da taxa de mortalidade por sepsis: Região Sudeste (+40,7%), Região Centro-Oeste (+36,2%), Região Sul (+35,4%), Região Nordeste (+27,2%) e Região Norte (+3,6%). Entre as Unidades da Federação, a maior taxa encontrada foi no Rio de Janeiro (23,4) e a menor foi no Tocantins (2,5).

Gráfico 01: Variação de taxa de mortalidade por Sepse em regiões brasileiras no período de 2011-2020



Fonte: Maria Danielly

Ao analisar as variações entre as Unidades da Federação, quatro apresentaram redução da taxa de mortalidade por sepse: Tocantins (-14,1%), Rondônia (-13,7%), Roraima (-10,3%) e Goiás (-3,5%). Os demais apresentaram aumento que variou entre 102,9% no Distrito Federal e 0,9% no Pará.

Conclusão

A sepse é a maior causa de morte evitável no mundo e apresentou aumento de 33,3% no Brasil nos últimos anos. Há de se considerar as diferenças regionais, contudo, na grande maioria dos locais o aumento é evidente. O investimento em medidas de controle e prevenção do quadro séptico é necessário de forma urgente.

Referências

- [1] ALMEIDA, N. R. C. et al. Análise de tendência de taxa de mortalidade por sepse no Brasil e por regiões de 2010 a 2019. **Revista de Saúde Pública**, v. 56, p. 25, 2022.
- [2] LOBO, S.M. et al. Mortalidade por sepse no Brasil em um cenário real: projeto UTIs Brasileiras. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v. 31, n. 1, p. 1-4, 2019.
- [3] INSTITUTO LATINO AMERICANO DE SEPSE. ILAS: **Protocolos gerenciados de Sepse**: Relatório Nacional: 2021. Disponível em <https://ilas.org.br/relatorio-de-atividades-2021/>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

PRIMEIROS SOCORROS NO ENSINO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DE SUA POPULARIZAÇÃO E ABORDAGEM PRÁTICA

Arthur Moraes Garcia, Luísa Silveira Campanharo, Maria Eduarda Miyazaki da Silva, Maria Vitória Doná Nunes, Caroline Lourenço de Almeida, Cássia Regina Fernandes Biffe Peres, Arlete Aparecida Marçal Assis-SP

arthurgarcia0107@gmail.com , *luisacampanharo2772@gmail.com* , *dudinhamiy@gmail.com* , *mavidonan2@gmail.com* , *caroline_lat@hotmail.com* , *c.r.biffe@gmail.com* , *aapmarcal@yahoo.com.br*

Introdução

Observa-se que há elevadas taxas de acidentes com crianças em ambientes escolares. No Brasil, mais de 110 mil crianças e adolescentes de até 14 anos são hospitalizados e outros 3,6 mil morrem anualmente, tendo como principal razão os acidentes escolares ou domésticos. Os fatores com maiores destaques para estes acontecimentos são o afogamento, sufocamento, intoxicação e quedas [1].

O ambiente escolar surge como um ambiente de alerta para ocorrência de situações de urgência e emergência, tendo os alunos como suas possíveis vítimas e os professores prováveis testemunhas, tornando-os peças-chave para intervir nestas ocasiões, diminuindo complicações e melhorando prognósticos.

O atendimento pré-hospitalar, ou primeiros socorros, são as decisões e atitudes primárias tomadas imediatamente, por pessoas capacitadas para esse tipo de atuação, mediante às vítimas de acidentes, visando garantir a estabilidade vital da mesma e reconhecer condições que oferecem risco a vida, a fim de evitá-las [3]. Consequentemente, identifica-se a demanda da capacitação de profissionais em primeiros socorros visando cuidado imediato e efetivo, em consonância com a Legislação brasileira, prevenindo agravos e óbitos em crianças e adolescentes.

Além disso, com a Lei 13.722, mais conhecida como lei Lucas, institui como obrigatória a capacitação de professores e funcionários de colégios públicos e privados, sendo o principal objetivo a preparação dos profissionais para agir com segurança diante de acidentes que são comuns no espaço escolar [2].

Nesse sentido, tornou-se necessária a elaboração de protocolos para o desenvolvimento das capacitações.

Objetivos

Elaborar e validar os instrumentos de avaliação de situações simuladas para capacitação de primeiros socorros.

Metodologia

Pesquisa quantitativa quase-experimentais com validação de instrumento. Em um primeiro momento, foi elaborado *checklist's* e um questionário de pré e pós-teste, para avaliação do desempenho dos profissionais que participarão da simulação em ambiente controlado. Em segundo momento, os *checklist's* e o questionário de pré e pós-teste foram enviados para 37 juízes de pesquisa, via endereço *online*, a fim de validarem o instrumento (conforme critérios de Pasquale). Após o período de dois meses, obteve-se retorno de sete e oito juízes, respectivamente, todos professores *expertises* na área da saúde.

Resultados Parciais

Os instrumentos foram avaliados em sua totalidade e cada item individualmente pelos juízes. Os gráficos a seguir demonstram a avaliação dos instrumentos na sua totalidade, nos critérios de: utilidade/pertinência, consistência, clareza, objetividade, simplicidade, exequível, atualização, vocabulário e precisão. Cada juiz de pesquisa teve a possibilidade de classificar os critérios citados acima de zero a cinco pontos.

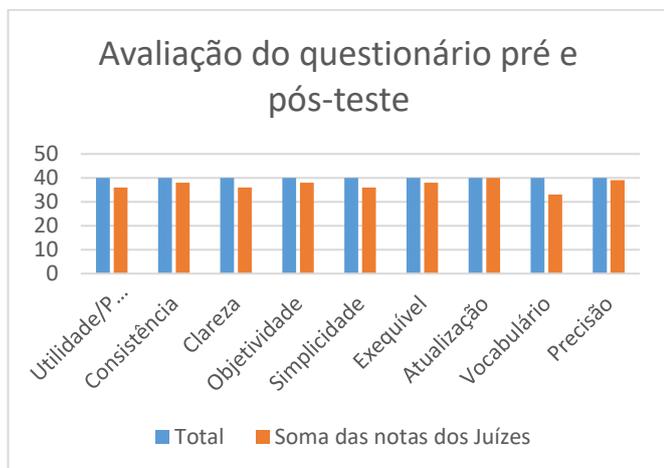


Gráfico 01: Avaliação do questionário pré e pós-teste. Fonte: Gráficos do MS Word 2023.

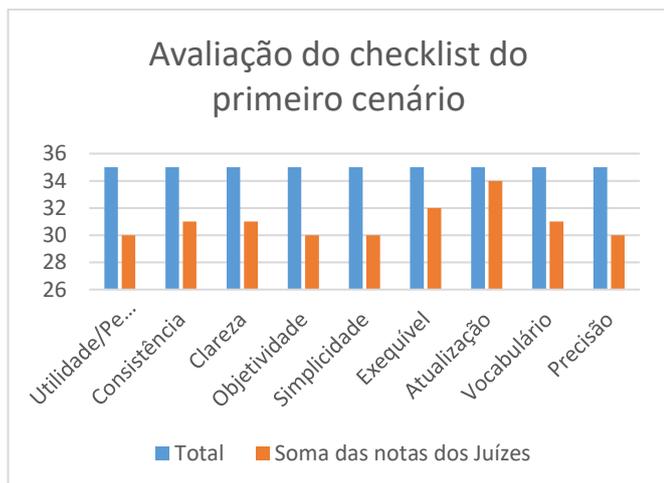


Gráfico 02: Avaliação do checklist do primeiro cenário que contempla uma simulação de acidente traumático em criança, em um ambiente controlado. Fonte: Gráficos do MS Word 2023.

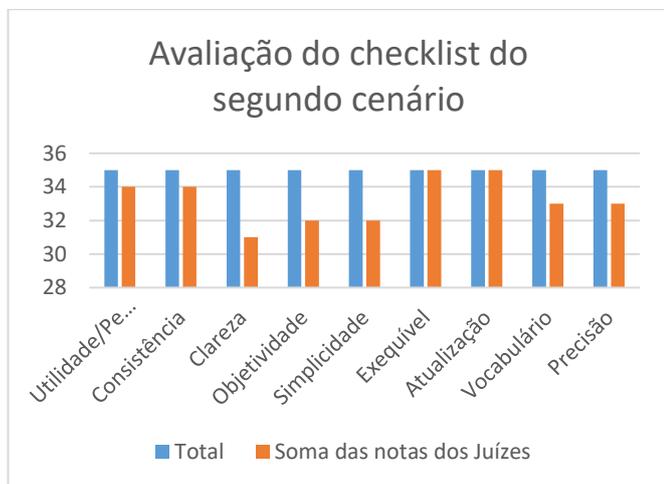


Gráfico 03: Avaliação do checklist do segundo cenário que contempla uma simulação de engasgo de uma criança de seis meses, em um ambiente controlado.

Fonte: Gráficos do MS Word 2023.

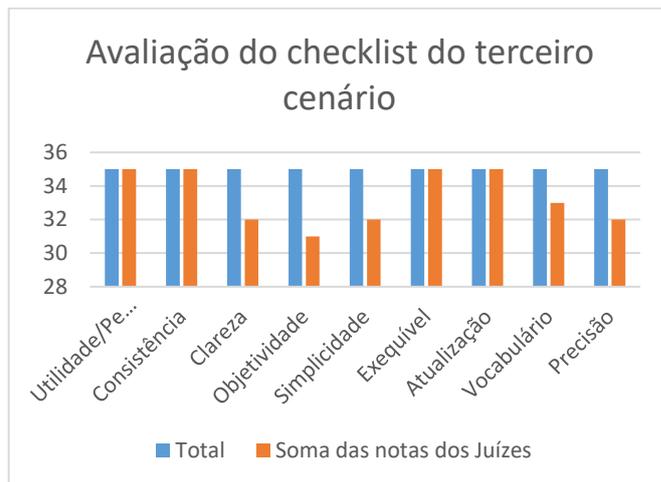


Gráfico 04: Avaliação do checklist do terceiro cenário que contempla uma simulação de engasgo de duas crianças de quatro anos, em um ambiente controlado.

Fonte: Gráficos do MS Word 2023.

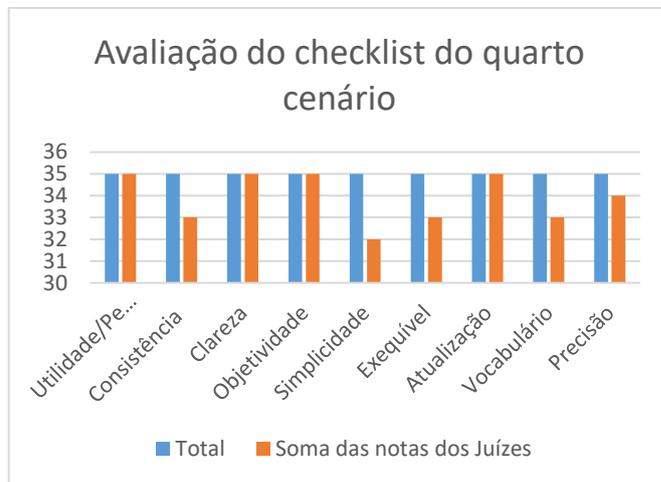


Gráfico 05: Avaliação do checklist do quarto cenário que contempla uma simulação de engasgo de uma pessoa adulta, em um ambiente controlado.

Fonte: Gráficos do MS Word 2023.

Considerações preliminares

Embora o retorno de juízes tenha sido inferior ao esperado, com sete e oito respostas para os checklists e questionários, respectivamente, suas contribuições foram valiosas. As sugestões apresentadas pelos juízes estão em fase de análise, com a devida consolidação e tabulação dos resultados.

Diante do exposto, é possível concluir que a pesquisa representa um importante passo na direção da capacitação efetiva de profissionais em primeiros socorros, especialmente aqueles que atuam em ambientes escolares. A validação dos

instrumentos de avaliação permitirá a criação de protocolos sólidos e confiáveis para as simulações, garantindo que os profissionais estejam preparados para agir de forma adequada em situações de urgência e emergência.

Referências

- [1] BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. Sistema de Informações sobre Mortalidade [Internet]. Brasília; c1991 [citado 2020 Dez 15]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10uf.def>. Acesso em: 23 set. 2023.
- [2] BRASIL. **Lei nº 13.722, de 04 de outubro de 2018**. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Diário Oficial da União, p. 2, col. 1, 2018. Disponível em: <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>. Acesso em: 23 set. 2023.
- [3] KARREN, K. J.; HAFEN, B. Q.; LIMMER, D.; MISTOVICH, J. J. Primeiros socorros para estudantes. Editora Manole. São Paulo, 2013.

PANORAMA EPIDEMIOLÓGICO DA SEPSE NA MACRORREGIÃO DE SAÚDE ENTRE 2018 E 2022

Victor Gonçalves da Silva; Marcel Henrique Batista Filho; Marcus Vinícius Rosa Pesqueira; Rosângela Gonçalves da Silva; Caroline Lourenço de Almeida
Assis-SP

victorziquinelli@gmail.com; marcelhenrique.cb@gmail.com; alemao.rosapesqueira@hotmail.com; roseziquinelli@gmail.com; caroline_lat@hotmail.com

A sepsé continua sendo uma grande preocupação à saúde pública, com elevada taxa de óbitos e oneração ao sistema público de saúde em todo o mundo. [1]. Entre 2020 e 2021 foram quase 30 mil novos pacientes admitidos com sepsé no programa melhoria de qualidade do Instituto Latino Americano de Sepsé, com taxa de mortalidade superior a 30% [2]. Cerca de um terço dos leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) são ocupados por pacientes em choque séptico [3]. Em 2017 a sepsé foi responsável por 19,7% de todos os óbitos no mundo, isto equivale a 11 milhões de pessoas [4].

Em 2022, Lins *et al.* avaliaram o perfil epidemiológico das internações por sepsé nas regiões do Brasil entre 2017 e 2021. O estudo utilizou as variáveis de faixa etária, sexo, etnia e taxa de mortalidade. Os resultados mostram maior taxa de internações na região sudeste, em mulheres brancas, acima dos 60 anos, com taxa de mortalidade maior na casa dos 80 anos, na média de 45,49 a cada 100 internações. A coleta de dados aconteceu por meio exclusivo do Sistema de Informação sobre Morbidade Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS). Observaram na análise dos resultados, aumento no número de internações até 2019 com decaimento após esse período e o oposto, com a taxa de óbitos, tendo diminuição até 2019 com aumento até 2021, o que contraria a literatura. Tanto a definição quanto a nomenclatura, passaram por várias mudanças ao longo do tempo. As nomenclaturas utilizadas anteriormente como 'Infecção generalizada', 'síndrome séptica' ou 'septicemia' foram reestruturadas afim de não gerar conflitos tanto do ponto de vista assistencial quanto científico [5]. A definição foi desenvolvida pelo consenso de 1991, o que chamávamos de Sepsis-1, desde então, houve mudanças afim de adequar a categoria de sintomas aos pacientes da prática clínica [6]. A

Definição como conhecemos hoje vem do The Third International Consensus Definitions for Sepsis and Septic Shock (Sepsis-3), sendo, sepsé é uma disfunção orgânica com risco de vida causada pela resposta desregulada do hospedeiro à infecção [7]. O choque séptico é definido como um subconjunto de sepsé em que anormalidades circulatórias, celulares e metabólicas subjacentes são profundas o suficiente para aumentar substancialmente o risco de mortalidade [8].

Koçak Tufan *et al.* 2022 trouxeram em seu trabalho uma relação entre a sepsé e complicações da COVID-19 [9]. Isolaram o vírus no pulmão, sangue, urina, fezes e bile também. Observaram que o patógeno é capaz de alterar o sistema imune e gerar a tempestade de citocinas, como na sepsé. Há esgotamento de células T pelo Sars-Cov-2 assim como na sepsé prolongada [10]. O Estudo SPREAD conduzido pelo Instituto Latino-Americano de Sepsé que avalia a estatística de morbimortalidade no país, em seu último estudo, revelou que 61% dos casos de sepsé foram de foco pulmonar [11].

Coleta de Dados

Trata-se de um estudo transversal, bibliográfico, documental de caráter quantitativo, através da coleta de dados sobre morbi-mortalidade no serviço de saúde, da macrorregião de saúde como descrita nas Redes Regionais de Atenção à Saúde pela Deliberação CIB - 63 de 2018, a RRAS 10, que corresponde aos municípios Assis, Adamantina, Marília, Ourinhos e Tupã, no período de 2018 a 2022.

As variáveis a serem analisadas serão de faixa etária, etnia, sexo e taxa de mortalidade. Os dados serão obtidos Sistema de Informação sobre Morbidade Hospitalar do SUS (SIH/

SUS), a partir do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) do Ministério da Saúde, no período de 2018 a 2022. Serão coletados os dados, por CID-10, neste caso, CID A.41, que corresponde a septicemia, com variáveis, de faixa etária, etnia, sexo e taxa de mortalidade. Por se tratar de um estudo com dados secundários e de domínio público, não foi necessária a submissão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, em concordância com o preconizado na Resolução no 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados parciais

Tabela 1: Internações por sexo entre jan/2018 e dez/2022

Sexo	Internações
Masculino	2508
Feminino	2375
Total	4883

Gráfico: Internações por Etnia de jan/2018 a dez/2022.

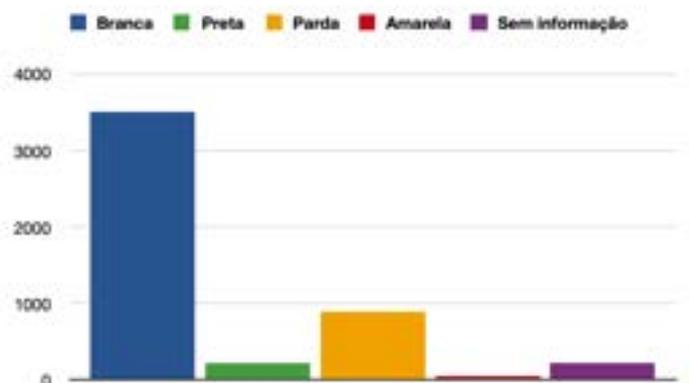


Tabela 2: Taxa de mortalidade por sexo de jan/2018 a dez/2022.

Sexo	Taxa Mortalidade (%)
Masculino	63,68
Feminino	63,79
Total	63,73

Referências

- [1] LUZ, K. S.; DE OLIVEIRA, N. A.; MONTEIRO, L. D. Mortalidade de pacientes sépticos no pronto socorro de um Hospital Geral na Capital do Estado do Tocantins e a utilização do protocolo gerenciado de sepse. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. l.], v. 89, n. 27, 2019.
- [2] ILAS, Instituto Latino-Americano de Sepse. **Sepse: um problema de saúde pública** / Instituto Latino-Americano de Sepse. Brasília: CFM, 90 p. 2015.
- [3] ALMEIDA, N. R. C. de et al. Analysis of trends in sepsis mortality in Brazil and by regions from 2010 to 2019. **Revista de Saúde Pública**, [S. l.], v. 56, p. 25, 2022.
- [4] LINS, A. N. S.; et. al. Epidemiological profile of sepsis hospitalizations in Brazil between 2017 and 2021. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 11, p. 2022
- [5] ILAS, Instituto Latino-Americano de Sepse. **Sepse: um problema de saúde pública** / Instituto Latino-Americano de Sepse. Brasília: CFM, 90 p. 2015.
- [6] NAPOLITANO, L. M. Sepsis 2018: Definitions and Guideline Changes. **Surg Infect (Larchmt)**. Feb/Mar; v. 19 n.2 p. 117-125, 2018
- [7] SINGER, M.; DEUTSCHMAN, C. S.; SEYMOUR, C.W.; et al. The Third International Consensus Definitions for Sepsis and Septic Shock (Sepsis-3). **JAMA**. v. 315 n. 8 p. 801– 810. 2016.
- [8] CECCONI, M.; EVANS, L.; LEVY, M.; RHODES, A. Sepsis and septic shock. **Lancet**. Jul. 7. v. 392, n. 10141, p. 75-87, 2018.
- [9] TUFAN, Z. K.; KAYAASLAN, B.; and MER, M. COVID-19 and Sepsis. **Turkish Journal of Medical Sciences**: v. 51, n. 7, art. 18, 2021.
- [10] LÓPEZ-COLLAZO, E.; AVENDAÑO-ORTIZ, J.; MARTÍN-QUIRÓS, A.; AGUIRRE, L. A. Immune Response and COVID-19: A mirror image of Sepsis. **Int J Biol Sci**. Jul 9 v. 16, n.14, p.2479-2489, 2020.
- [11] MACHADO, F. R.; CAVALCANTI, A. B.; BOZZA, F. A. et al. The epidemiology of sepsis in Brazilian intensive care units (the Sepsis PREvalence Assessment Database, SPREAD): an observational study. **Lancet**. v. 17, n. 11, p. 1180-1189, 2017.

IDENTIFICAR O USO DE PLANTAS MEDICINAIS EM MULHERES NO CICLO GRAVÍDICO PUERPERAL NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: ABORDAGEM DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE RISCO E BENEFÍCIO

Paola Elizandra Simões Gasparini; Ana Cláudia Correa de Almeida

Introdução

O uso de plantas medicinais é de cunho popular e transmitido as novas gerações há anos, principalmente às mulheres durante o ciclo gravídico-puerperal com a intenção de aliviar possíveis sintomas relacionados as modificações sistêmicas.

Objetivo

Identificar os riscos e benefícios no uso das plantas medicinais durante o ciclo gravídico-puerperal dentro da comunidade, obter o conhecimento sobre as plantas mais utilizadas pela cultura popular durante gestação e puerpério, avaliar se a utilização das plantas medicinais é abordada com as pacientes através do profissional de saúde.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de campo de natureza básica, com abordagem quantitativa e qualitativa, descritiva, exploratória a ser realizada com gestantes e puérperas pertencentes a uma Estratégia da Saúde da Família localizada no interior paulista, para conhecermos se a mesma tem conhecimento dos benefícios e malefícios das plantas medicinais e se fazem uso durante a gestação e puerpério. Para tanto será utilizado um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas que irão direcionar a entrevista com os participantes.